

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	4

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	5
3.2 - Medições não contábeis	6
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	8
3.4 - Política de destinação dos resultados	10
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	12
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	13
3.7 - Nível de endividamento	14
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	15
3.9 - Outras informações relevantes	16

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	17
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	30
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	32
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	59
4.5 - Processos sigilosos relevantes	60
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	61
4.7 - Outras contingências relevantes	63
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	64

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	65
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	67
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	70
5.4 - Outras informações relevantes	71
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	72
6.3 - Breve histórico	73
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	76
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	89
6.7 - Outras informações relevantes	90
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	94
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	97
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	98
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	112
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	113
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	130
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	131
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	132
7.9 - Outras informações relevantes	133
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	148
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	152
8.3 - Operações de reestruturação	153
8.4 - Outras informações relevantes	154
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	155
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	156

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	158
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	189
9.2 - Outras informações relevantes	192
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	193
10.2 - Resultado operacional e financeiro	219
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	225
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	226
10.5 - Políticas contábeis críticas	227
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	229
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	231
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	232
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	233
10.10 - Plano de negócios	234
10.11 - Outros fatores com influência relevante	236
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	237
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	238
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	239
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	248
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	250
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	251
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	252
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	253
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	260
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	261

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	262
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	266
12.12 - Outras informações relevantes	267

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	270
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	276
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	279
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	281
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	285
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	286
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	290
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	291
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	292
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	295
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	296
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	297
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	298
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	299
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	300
13.16 - Outras informações relevantes	301

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	306
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	308
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	309

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	311
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	312
15.3 - Distribuição de capital	315
15.4 - Organograma dos acionistas	316
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	317
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	318
15.7 - Outras informações relevantes	319
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	320
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	321
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	338
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	340
17.2 - Aumentos do capital social	341
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	345
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	346
17.5 - Outras informações relevantes	347
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	348
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	349
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	353
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	354
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	355
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	356

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	357
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	358
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	359
18.10 - Outras informações relevantes	360
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	362
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	363
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	365
19.4 - Outras informações relevantes	366
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	367
20.2 - Outras informações relevantes	368
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	369
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	370
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	372
21.4 - Outras informações relevantes	373
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	374
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	375
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	376
22.4 - Outras informações relevantes	377

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Virgílio Deloy Capobianco Gibbon

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Rogério Frota Melzi

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	03/08/2007 a 31/12/2011
Descrição do serviço contratado	Serviços relacionados à auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2011 e revisão das informações trimestrais - ITR para esses exercícios de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil com emissão de parecer de auditoria sobre as referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e emissão de relatório de revisão sobre as referidas informações trimestrais – ITR. Emissão de cartas de conforto em conexão com a oferta pública de ações. Não foram prestados serviços que não tivessem relação com os serviços de auditoria independente.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	(i) R\$745.671,00. pelos serviços de auditoria prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 da Companhia; (ii) R\$430.000,00 pelos serviços de emissão de cartas de conforto em conexão com a oferta pública de ações. Não há outros serviços prestados por nossos auditores independentes.
Justificativa da substituição	Rotatividade de auditores prevista no artigo 31 da Instrução CVM nº 308/99
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Fernando Alberto S. de Magalhães	03/08/2007 a 31/12/2011	054.835.508-89	Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, T 1, 5 e 6º andares, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-900, Telefone (11) 25733000, Fax (11) 25732102, e-mail: fernando.a.magalhaes@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Período de prestação de serviço	01/01/2012
Descrição do serviço contratado	Serviços relacionados à auditoria das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo IASB, com emissão de relatório de auditoria sobre as referidas demonstrações financeiras e revisão das informações trimestrais - ITR, com a respectiva emissão de relatórios sobre as revisões. Emissão de cartas de conforto em conexão com a oferta pública de ações.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	(i) R\$ 660.000,00. pelos serviços de auditoria que serão prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 da Companhia; (ii) R\$350.000,00 pelos serviços de emissão de cartas de conforto em conexão com a oferta pública de ações. Não há outros serviços prestados por nossos auditores independentes.
Justificativa da substituição	Rotatividade de auditores prevista no artigo 31 da Instrução CVM nº 308/99.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Sérgio Eduardo Zamora	01/01/2012	107.092.038-02	Avenida José da Silva de Azevedo Neto, 200, Torre Evolution, 2º andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22775-056, Telefone (21) 32326173, Fax (21) 32326113, e-mail: sergio.zamora@br.pwc.com

2.3 - Outras informações relevantes

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 2 foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)
Patrimônio Líquido	618.935.094,12	585.897.820,10	453.444.287,01
Ativo Total	1.068.718.532,56	804.535.543,93	688.328.424,77
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.148.437.740,74	1.016.156.536,96	1.008.810.771,80
Resultado Bruto	382.903.041,61	323.900.393,54	312.408.509,82
Resultado Líquido	70.154.915,47	80.659.756,17	63.366.090,65
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	81.999.437	82.022.741	78.585.066
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	7,548041	7,143114	5,770108
Resultado Líquido por Ação	0,855554	0,983383	0,806338

3.2 - Medições não contábeis

a) Valor das medições não contábeis:

(R\$ mil)	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011	2011	2010	2009
EBITDA	161.051	100.513	123.036	92.243	93.507
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	167.710	113.743	140.556	106.140	103.932
Margem EBITDA Ajustado ⁽²⁾	16,4%	13,3%	12,2%	10,4%	10,30%

⁽¹⁾ O EBITDA Ajustado corresponde à soma do EBITDA com o resultado financeiro de receitas com multas e juros sobre mensalidades e o resultado das atividades não continuadas.

⁽²⁾ A Margem EBITDA Ajustado resulta da divisão do EBITDA Ajustado pela Receita Operacional Líquida.

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

(R\$ mil)	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 ⁽⁵⁾	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011	2011	2010	2009
Lucro líquido ⁽¹⁾	94.788	67.765	70.155	80.660	63.366
(+) Despesas financeiras líquidas	21.741	2.753	5.592	(14.322)	(15.026)
(+) Imposto de renda e contribuição social	3.100	342	5.071	(6.834)	4.938
(+) Depreciação e amortização	41.422	29.653	42.218	32.739	40.229
EBITDA ⁽²⁾	161.051	100.513	123.036	92.243	93.507
(+) Receita de juros e multa sobre mensalidades	6.543	10.989	14.066	12.870	9.999
(+) Resultado das atividades não continuadas	116	2.241	3.454	1.027	426
EBITDA Ajustado ⁽³⁾	167.710	113.743	140.556	106.140	103.932
Receita Líquida	1.021.619	854.005	1.148.437	1.016.156	1.008.810
Margem EBITDA Ajustado ⁽⁴⁾	16,4%	13,3%	12,2%	10,4%	10,3%

3.2 - Medições não contábeis

⁽¹⁾ Em função da nossa aderência ao PROUNI, temos benefícios fiscais que afetam nosso lucro líquido. Para mais informação, veja o Item 10.2 deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ EBITDA não é uma medida contábil, conforme esclarecido na tabela deste item 3.2(a).

⁽³⁾ EBITDA não é uma medida contábil, conforme esclarecido na tabela deste item 3.2(a). Em particular, o EBITDA Ajustado corresponde à soma do EBITDA com o resultado financeiro de receitas com multas e juros sobre mensalidades e o resultado das atividades não continuadas.

⁽⁴⁾ EBITDA não é uma medida contábil, conforme esclarecido na tabela deste item 3.2(a). Em particular, a Margem EBITDA Ajustado resulta da divisão do EBITDA Ajustado pela Receita Líquida.

⁽⁵⁾ Valores de acordo com as informações financeiras referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

c) Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia:

O EBITDA, de acordo com o Ofício Circular CVM/SEP nº 2/2009, deve ser reconciliado com as rubricas contábeis expressas diretamente nas demonstrações financeiras da companhia e, portanto, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A reconciliação com as demonstrações financeiras da nossa Companhia dá-se da seguinte forma: EBITDA é o lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho pela nossa administração e não é uma medida adotada pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou Normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) e podem ser definidos e calculados de maneira diversa por outras companhias. Ele não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como um substituto para o lucro líquido como indicador do nosso desempenho operacional, nem tampouco como indicador de liquidez.

O EBITDA Ajustado apresentado neste item é resultado da soma do EBITDA com o resultado financeiro de receitas com multas e juros sobre mensalidades e o resultado das atividades não continuadas.

A nossa administração acredita que o EBITDA é uma medida prática para aferir nosso desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, pois reflete o potencial de geração de recursos decorrentes exclusivamente das operações da Companhia, excluindo qualquer despesa escritural (que não afeta o fluxo de caixa), ainda que operacional, como por exemplo a depreciação e a amortização, que não representam efetiva saída de recursos do fluxo de caixa da Companhia.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Nos termos do Ofício Circular CVM/SEP nº 03/2012, identificamos e comentamos neste campo os eventos subsequentes que, em cumprimento às regras previstas no Pronunciamento Técnico CPC 24, aprovado pela Deliberação CVM nº 593/09, constaram das últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social (demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011) e das últimas informações trimestrais divulgadas pelo emissor (informações trimestrais referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012).

Esclarecemos que a data de autorização da emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 é o dia 11 de janeiro de 2013 e que a data de autorização da emissão das informações trimestrais referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 é o dia 11 de janeiro de 2013. Portanto, tais eventos subsequentes não refletem eventos posteriores a essa data.

As informações prestadas neste item se referem às nossas demonstrações financeiras e informações trimestrais consolidadas.

Eventos Subsequentes às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2011.

Em 06 de fevereiro de 2012, a Companhia anunciou a aquisição, por meio de sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), da Associação Educacional da Amazônia ("ASSEAMA"), atualmente Sociedade Educacional da Amazônia Ltda., mantenedora da Faculdade SEAMA, instituição com sede e campus na cidade de Macapá, Estado do Amapá. A aquisição foi contratada sob condição resolutive, sendo que as partes deveriam cumprir suas respectivas condições precedentes dentro do prazo de 60 dias contados da formalização do instrumento de compra e venda. O valor da transação foi de R\$ 21.720.000, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa. Na data da aquisição a ASSEAMA possuía aproximadamente 2.750 alunos matriculados em seus cursos. A consolidação das atividades em Macapá possibilita a expansão da Companhia em um mercado em que já atuava, tornando-se, assim, a maior instituição de ensino superior privada da cidade. Além disso, complementa a oferta de um portfólio de cursos na cidade que agora cobre todos os principais segmentos com alta demanda pelo mercado de trabalho, com enfoque especial para cursos da área de saúde.

Em 25 de junho de 2012, a Companhia adquiriu por meio de sua controlada indireta ATUAL, a totalidade das quotas do capital social da IDEZ Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples LTDA ("IDEZ"), mantenedora da Faculdade de Tecnologia IBRATEC de João Pessoa ("UNIBRATEC"), com sede e campus na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba. O valor da transação foi de R\$2.750.000, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa. Na data de aquisição a IDEZ possuía 500 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. A consolidação das atividades na Paraíba marcará a chegada da Companhia ao Estado, consolidando a posição de instituição de ensino superior privado líder na região nordeste.

Em 01 de agosto de 2012, a Companhia adquiriu, através da sua controlada indireta ATUAL, a totalidade das quotas da Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS"), mantenedora das Faculdades Riograndenses, instituição com sede e campi na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. O valor transação da FARGS foi de R\$ 9.000.000, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa. A FARGS foi fundada em 1990 e possui aproximadamente 1.100 alunos e 117 professores alocados em 2 campi, disponibiliza 1.680 vagas anuais, contando em seu portfólio 11 cursos superiores e 8 de pós-graduação, além de cursos de extensão e cursos livres.

Em 21 de agosto de 2012, a Companhia adquiriu, através da sua controlada indireta ATUAL, a totalidade das ações da UNIUOL Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

("UNIUOL"), mantenedora da Faculdade de Tecnologia do Uniuol, instituição com sede e campus na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba. O valor da transação da UNIUOL foi de R\$ 615.000, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa. A UNIUOL foi fundada em 2001 e possui aproximadamente 300 alunos e 37 professores alocados em 1 campus, contém em seu portfólio 3 cursos de graduação tecnólogos e 6 de pós-graduação

Em 12 de setembro de 2012, a Companhia adquiriu, através da sua controlada indireta ATUAL, a totalidade das ações da UB Unisãoluis Educacional S.A. ("Unisãoluis"), com sede e campus na cidade de São Luis, Estado do Maranhão. O valor da transação foi de R\$ 21.791.000, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa. Na data da aquisição a Unisãoluis possuía 4.000 alunos matriculados em seus cursos (informações não revisadas). A consolidação das atividades no Maranhão marcará a chegada da Estácio ao estado, consolidando a posição de instituição de ensino superior privado líder na região nordeste. A Companhia ainda não procedeu com a alocação do ágio destas aquisições, pois encontra-se em processo de apuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos assim como a identificação dos ativos intangíveis.

Em 03 de dezembro de 2012, a Companhia protocolizou, na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), pedido de análise prévia para registro de oferta distribuição pública primária de novas ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta Primária" e "Ações") e a distribuição secundária de Ações de emissão da Companhia e de titularidade do Private Equity Partners C, LLC e do GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações (em conjunto, os "Acionistas Vendedores") ("Oferta Secundária" e, em conjunto com a Oferta Primária, "Oferta"), que será submetido ao procedimento simplificado instituído pela Instrução CVM 471 e pelo convênio celebrado entre a CVM e a ANBIMA e cujos termos e condições foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 30 de novembro de 2012.

Eventos Subsequentes às Informações Trimestrais de 30 de Setembro de 2012.

Em 03 de dezembro de 2012, a Companhia protocolizou, na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), pedido de análise prévia para registro de oferta distribuição pública primária de novas ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta Primária" e "Ações") e a distribuição secundária de Ações de emissão da Companhia e de titularidade do Private Equity Partners C, LLC e do GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações (em conjunto, os "Acionistas Vendedores") ("Oferta Secundária" e, em conjunto com a Oferta Primária, "Oferta"), que será submetido ao procedimento simplificado instituído pela Instrução CVM 471 e pelo convênio celebrado entre a CVM e a ANBIMA e cujos termos e condições foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 30 de novembro de 2012.

3.4 - Política de destinação dos resultados

a) Regras sobre a retenção de lucros

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011

Nosso Estatuto Social prevê que o resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houver, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro, poderá ter a seguinte destinação:

Reserva Legal: 5% do lucro líquido, antes de qualquer destinação, será destinado para constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social integralizado.

Reserva de Contingências: uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, conforme art. 195 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável e que cujo valor possa ser estimado.

A parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser (i) retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado, ou, ainda (ii) total ou parcialmente destinada à constituição da "Reserva para Efetivação de Novos Investimentos", observado o disposto no art. 194 da Lei das Sociedades por Ações, que terá por finalidade preservar a integridade do nosso patrimônio social, reforçando o nosso capital social e de giro com vistas a permitir a realização de novos investimentos, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social e, uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 03.04.2012, que aprovou a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, no valor total de R\$ 70.154.915,47 (setenta milhões, cento e cinquenta e quatro mil, novecentos e quinze reais e quarenta e sete centavos), foram destinados (i) 5% do lucro líquido, R\$ 3.507.745,77 (três milhões, quinhentos e sete mil, setecentos e quarenta e cinco reais e setenta e sete centavos), para a reserva legal, e (ii) 75% do lucro líquido ajustado, R\$ 49.985.377,27 (quarenta e nove milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e setenta e sete reais e vinte e sete centavos), destinado à reserva de investimento. Não foi destinado nenhum valor para a constituição de

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010

Nosso Estatuto Social prevê que o resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houver, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro, poderá ter a seguinte destinação:

Reserva Legal: 5% do lucro líquido, antes de qualquer destinação, será destinado para constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social integralizado.

Reserva de Contingências: uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, conforme art. 195 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável e que cujo valor possa ser estimado.

A parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser (i) retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado, ou, ainda (ii) total ou parcialmente destinada à constituição da "Reserva para Efetivação de Novos Investimentos", observado o disposto no art. 194 da Lei das Sociedades por Ações, que terá por finalidade preservar a integridade do nosso patrimônio social, reforçando o nosso capital social e de giro com vistas a permitir a realização de novos investimentos, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social e, uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 19.04.2011, que aprovou a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, no valor total de R\$ 80.659.756,17 (oitenta milhões seiscientos e cinquenta e nove mil setecentos e cinquenta e seis reais e dezessete centavos), foram destinados (i) 5% do lucro líquido, R\$ 4.032.987,81 (quatro milhões trinta e dois mil novecentos e oitenta e sete reais e oitenta e um centavos), para a reserva legal, e (ii) 50% do lucro líquido ajustado, R\$ 38.313.384,18 (trinta e oito milhões trezentos e treze mil trezentos e oitenta e quatro reais e dezoito centavos), destinado à reserva de investimento. Não foi destinado nenhum valor para a constituição de reserva de contingências.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009

Nosso Estatuto Social prevê que o resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houver, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro, poderá ter a seguinte destinação:

Reserva Legal: 5% do lucro líquido, antes de qualquer destinação, será destinado para constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social integralizado.

Reserva de Contingências: uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, conforme art. 195 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável e que cujo valor possa ser estimado.

A parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser (i) retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado, ou, ainda (ii) total ou parcialmente destinada à constituição da "Reserva para Efetivação de Novos Investimentos", observado o disposto no art. 194 da Lei das Sociedades por Ações, que terá por finalidade preservar a integridade do nosso patrimônio social, reforçando o nosso capital social e de giro com vistas a permitir a realização de novos investimentos, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social e, uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 19.04.2010, que aprovou a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, no valor total de R\$ 64.280.586,85 (sessenta e quatro milhões, duzentos e oitenta mil, quinhentos e oitenta e seis reais e oitenta e cinco centavos), foram destinados (i) 5% do lucro líquido, R\$ 3.214.029,33 (três milhões, duzentos e quatorze mil e vinte e nove reais e trinta e três centavos), para a reserva legal, e (ii) 50% do lucro líquido ajustado, R\$ 30.533.278,76 (trinta milhões, quinhentos e trinta e três mil, duzentos e setenta e oito reais e setenta e seis centavos), destinado a reserva de investimento. Não foi destinado nenhum valor para a constituição de reserva de

3.4 - Política de destinação dos resultados

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009
	reserva de contingências.		contingências.
b) Regras sobre a distribuição de dividendos	<p>Dividendo Obrigatório: Nosso Estatuto Social prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, observadas a demais regras do Estatuto e a legislação aplicável. Com o advento da oferta pública realizada em outubro de 2010, o Acordo de Acionistas firmado em 04/06/2008 foi rescindido.</p>	<p>Dividendo Obrigatório: Nosso Estatuto Social prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, observadas a demais regras do Estatuto e a legislação aplicável. Com o advento da oferta pública realizada em outubro de 2010, o Acordo de Acionistas firmado em 04/06/2008 foi rescindido.</p>	<p>Dividendo Obrigatório: Nosso Estatuto Social prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, observadas a demais regras do Estatuto e a legislação aplicável. O Acordo de Acionistas firmado em 04/06/2008 previa que seus signatários deveriam exercer o seu direito de voto no sentido de distribuir, anualmente, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado do exercício, na forma do disposto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações.</p>
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>A nossa distribuição de dividendos, conforme o nosso Estatuto Social, é realizada anualmente. Podemos, no entanto, mediante deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais e com base nestes balanços declarar dividendos intermediários à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros. Podemos, ainda, levantar balanço e distribuir dividendos intercalares, em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.</p>	<p>A nossa distribuição de dividendos, conforme o nosso Estatuto Social, é realizada anualmente. Podemos, no entanto, mediante deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais e com base nestes balanços declarar dividendos intermediários à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros. Podemos, ainda, levantar balanço e distribuir dividendos intercalares, em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.</p>	<p>A nossa distribuição de dividendos, conforme o nosso Estatuto Social, é realizada anualmente. Podemos, no entanto, mediante deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais e com base nestes balanços declarar dividendos intermediários à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros. Podemos, ainda, levantar balanço e distribuir dividendos intercalares, em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.</p>
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<p>Além das restrições à distribuição de dividendos previstas no nosso Estatuto Social, qual seja, a destinação de 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado, possuímos restrições adicionais à distribuição de dividendos decorrentes de nossa emissão pública de debêntures em 25/11/2011. Para mais informações acerca dessa emissão de debêntures e decorrentes restrições relacionadas à distribuição de dividendos, favor consultar seções 18.5 e 18.10 deste Formulário de Referência.</p>	<p>Além das restrições à distribuição de dividendos previstas no nosso Estatuto Social, qual seja, a destinação de 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado.</p>	<p>Além das restrições à distribuição de dividendos previstas no nosso Estatuto Social, qual seja, a destinação de 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado.</p>

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2011	Exercício social 31/12/2010	Exercício social 31/12/2009
Lucro líquido ajustado	66.647.169,70	76.626.768,36	61.066.557,52
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	25,000000	50,000000	50,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	11,334631	13,078556	14,176081
Dividendo distribuído total	16.661.792,42	38.313.384,18	30.533.278,76
Lucro líquido retido	53.493.123,04	42.346.371,99	33.747.308,09
Data da aprovação da retenção	03/04/2012	19/04/2011	19/04/2010

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	16.661.792,42	30/08/2012	38.313.384,18	06/05/2011	30.533.278,76	29/04/2010

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não houve declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos últimos três exercícios sociais.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2011	449.783.438,44	Índice de Endividamento	0,72670534	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Últ. Inf. Contábil (31/12/2012)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	7.319.170,39	17.729.939,99	27.786.163,07	20.976.864,00	73.812.137,45
Quirografárias	170.906.204,31	154.771.078,89	117.207.031,51	5.782.091,80	448.666.406,51
Total	178.225.374,70	172.501.018,88	144.993.194,58	26.758.955,80	522.478.543,96
Observação					

Exercício social (31/12/2011)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	3.310.158,45	14.396.096,83	19.399.198,08	9.622.645,07	46.728.098,43
Quirografárias	131.357.457,33	92.774.500,30	173.921.110,82	5.001.938,36	403.055.006,81
Total	134.667.615,78	107.170.597,13	193.320.308,90	14.624.583,43	449.783.105,24
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

As demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e auditadas pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

As informações trimestrais (ITRs) individuais e consolidadas relativas ao período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2011, foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Boards e revisadas pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

As informações trimestrais (ITRs) individuais e consolidadas reapresentadas relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Quando da elaboração de nossas demonstrações financeiras para exercício encerrado em 31/12/2011 foram reclassificadas na demonstração de resultado de 31/12/2010 (a) certas “despesas administrativas”, no valor de R\$12.328 mil, que passaram a ser registradas como “despesas comerciais”, e (b) alguns “custos”, no valor de R\$4.702 mil, que passaram a ser registrados como “despesas administrativas”.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a) Com relação à Companhia

Enfrentamos concorrência significativa em cada curso que oferecemos e em cada mercado geográfico em que operamos e, se não competirmos com eficiência, poderemos perder participação de mercado e lucratividade.

Concorremos com faculdades, universidades e centros universitários públicos e privados, bem como com alternativas ao ensino superior, tais como as entidades filantrópicas, que gozam de isenção no recolhimento de determinados tributos. De acordo com o Censo da Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (“INEP”), havia 2.365 instituições de graduação privadas e públicas no Brasil em 2011. Nossos concorrentes, inclusive instituições de ensino superior públicas, podem oferecer cursos semelhantes ou melhores aos oferecidos por nós, contar com mais recursos, ter mais prestígio na comunidade acadêmica, unidades com localização mais conveniente e com melhor infraestrutura e/ou cobrar mensalidades mais baixas ou até mesmo não cobrar mensalidades. Podemos ser obrigados a reduzir nossas mensalidades ou aumentar nossas despesas operacionais como resposta à concorrência a fim de reter ou atrair alunos ou buscar novas oportunidades de mercado. Não podemos garantir que seremos capazes de competir com sucesso com nossos concorrentes atuais e futuros. Se não conseguirmos manter nossa posição competitiva ou responder às pressões competitivas com eficiência, nossas receitas poderão diminuir, nossa lucratividade poderá ser comprometida, poderemos reduzir ou perder nossa participação de mercado e, conseqüentemente, nossa condição financeira poderá ser prejudicada como um todo.

As dificuldades em abrir, integrar e gerenciar com eficiência um número cada vez maior de unidades podem prejudicar nossos objetivos estratégicos.

Nossa estratégia inclui a expansão por meio da abertura de novas unidades e da aquisição de instituições de ensino superior e sua integração à nossa rede de ensino. Nosso plano de expansão cria desafios significativos em termos de manutenção da nossa qualidade e cultura de ensino e da garantia de que nossa marca não será prejudicada em decorrência de qualquer queda de nossa qualidade de ensino. Caso não sejamos capazes de manter nossos padrões de qualidade atuais, poderemos perder nossa participação de mercado e ser prejudicados.

A abertura de novas unidades grandes representa desafios e exige que façamos investimentos importantes em infraestrutura, marketing, pessoal e outras despesas pré-operacionais. Esses desafios incluem a identificação de locais estratégicos, negociação da aquisição e/ou locação de imóveis, construção ou reforma de instalações (inclusive bibliotecas, laboratórios e salas de aula), eventual regularização de construções e reformas nas respectivas matrículas imobiliárias e/ou perante as Prefeituras Municipais, obtenção e manutenção de licenças de funcionamento e autos de vistoria do corpo de bombeiros, bem como contratação e treinamento de professores e funcionários e investimento em administração e suporte. Além disso, somos obrigados a providenciar o credenciamento de nossos novos cursos no Ministério da Educação (“MEC”) a fim de estarmos aptos a expedir diplomas e certificados aos nossos alunos, bem como a registrar no MEC nossas novas unidades situadas em localidades fora do município do Rio de Janeiro, antes de abri-las ou operá-las, já que nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 2006 (“Lei de Diretrizes e Bases da Educação”) e de portarias do MEC, nossas universidades somente não precisam de autorização do MEC para registrar novas unidades dentro do município de sua sede. Podemos ser prejudicados se não conseguirmos identificar, instalar e manter nossas unidades regulares e em condições economicamente favoráveis, bem como se não conseguirmos obter essas autorizações, licenças e credenciamentos de forma tempestiva, mantendo-as sempre válidas e vigentes. Se não formos capazes de executar nosso plano de expansão por meio da abertura de novas unidades na forma planejada, poderemos ser prejudicados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Poderemos enfrentar riscos significativos no processo de integração das operações de quaisquer unidades adquiridas às operações das unidades existentes, tais como a administração de um número maior de funcionários dispersos geograficamente e a criação e a implementação de controles, procedimentos e políticas uniformes com eficiência, além de custos de integração elevados. Os benefícios que esperamos obter com as aquisições podem não ser alcançados, se não conseguirmos integrar as unidades adquiridas em nossas operações e administrar, divulgar e aplicar a elas nossa estratégia de negócios. Poderemos não ser capazes de integrar o corpo docente e os funcionários com experiência profissional e culturas corporativas diferentes, e nosso relacionamento com os funcionários, atuais e os novos, inclusive professores, pode ser prejudicado. Se não formos capazes de administrar nosso crescimento com eficiência, nosso negócio poderá ser prejudicado significativamente.

Podemos não conseguir identificar e adquirir novas instituições de ensino superior ou cumprir nossos objetivos estratégicos e financeiros relativos a qualquer aquisição pretendida.

Pretendemos adquirir instituições de ensino superior como parte da estratégia de expansão de nossas operações. Com frequência, realizamos avaliações de possíveis instituições para aquisição, inclusive avaliações relativas a aquisições que possam ser significativas em tamanho e/ou relevância estratégica. Podemos não ser capazes de continuar identificando instituições de ensino superior que ofereçam oportunidades adequadas de aquisição ou de adquirir tais instituições em termos favoráveis e/ou no momento que desejarmos realizá-la. Além disso, as aquisições realizadas e as futuras aquisições envolvem uma série de riscos e desafios que podem ter um efeito prejudicial relevante sobre nossos negócios, especialmente porque, entre outras:

- a aquisição pode não contribuir com nossa estratégia comercial ou com a imagem de nossa instituição;
- a aquisição pode estar sujeita à autorização de autoridades concorrenciais;
- podemos enfrentar um passivo contingente relevante, bem como outras questões regulatórias relativas ao MEC;
- o processo de aquisição pode ser demorado e consumir mais recursos e/ou demandar tempo e esforço adicional da nossa administração, tirando o foco da administração das operações da Companhia e de nossas operações;
- os investimentos em aquisições podem não gerar os retornos esperados;
- o modelo de negócio das instituições adquiridas poderá ser diferente do nosso, e podemos não ser capazes de adequar esses modelos ao nosso ou fazê-lo de forma eficiente;
- as aquisições podem gerar ágio, cuja amortização resultará na redução de nosso lucro líquido e dividendos; e
- a transferência da manutenção decorrente de alienação de controle ou reestruturação societária deve ser homologada posteriormente pelo MEC.

Poderemos precisar de recursos adicionais para dar continuidade à nossa estratégia de expansão. Se não conseguirmos obter financiamento adequado para concluir qualquer potencial aquisição e implementar nossos planos de expansão, não teremos condições de implementar integralmente nossa estratégia de crescimento.

O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento das mensalidades poderá nos afetar negativamente.

Dependemos do pagamento integral e pontual das mensalidades que cobramos de nossos alunos. O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento de nossas mensalidades por parte de nossos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

alunos pode comprometer nosso fluxo de caixa e nossa capacidade de cumprir com as nossas obrigações. Para minimizar a desistência de nossos cursos, recompomos débitos, muitas vezes com desconto, de forma seletiva a alunos inadimplentes, permitindo que eles paguem suas mensalidades vencidas e não pagas em parcelas. Podemos optar por recompor mais débitos com desconto a determinados alunos inadimplentes como forma de retê-los. O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento de nossas mensalidades ou de recomposição de débitos pode afetar negativamente nosso fluxo de caixa e prejudicar o nosso negócio como um todo.

Podemos ser responsabilizados por determinados eventos que possam ocorrer em nossas unidades.

Podemos ser responsabilizados por atos ilícitos praticados por diretores, professores e funcionários relacionados às nossas atividades. Em caso de acidentes, lesões ou outros danos aos alunos dentro de nossas unidades, podemos enfrentar reclamações sob a alegação de que fomos negligentes, realizamos supervisão inadequada ou fomos, de outro modo, responsáveis por tais acidentes, lesões ou danos. Também podemos enfrentar alegações de que professores ou outros funcionários cometeram assédio sexual ou outros atos ilícitos. Nossa cobertura de seguro pode (i) não nos propiciar proteção contra esses tipos de reivindicações e não ser suficiente para suprir eventuais indenizações que venhamos ser obrigados a pagar ou (ii) ser inexistente para determinado ato ou fato. Também não podemos garantir que no futuro seremos capazes de renovar as nossas coberturas nas mesmas condições. As ações de responsabilidade podem afetar nossa reputação e prejudicar nossos resultados financeiros. Mesmo que mal sucedidas, essas ações podem causar publicidade negativa, diminuir o número de matrículas, aumentar a evasão de alunos, envolver despesas substanciais e desviar tempo e atenção de nossa administração, o que pode prejudicar nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.

Se não conseguirmos manter a qualidade de ensino e de infraestrutura em toda a nossa rede, nem obtivermos notas de avaliação positivas de nossas unidades e de nossos alunos, poderemos ser adversamente afetados.

Os nossos professores são importantes para manter a qualidade de nossos cursos e para nossa reputação e há falta de professores qualificados e disputa acirrada no mercado de trabalho.

Não podemos garantir que teremos condições de reter nossos atuais professores ou recrutar novos professores que atendam aos nossos padrões de qualidade, especialmente pelo fato de continuarmos expandindo geograficamente nossas operações. Da mesma forma, não podemos garantir que encontraremos imóveis com infraestrutura adequada ou que seremos capazes de instalar infraestrutura adequada em imóveis que viermos a adquirir ou se teremos recursos suficientes para tanto em nosso processo de expansão ou que conseguiremos desenvolver projetos pedagógicos com o mesmo nível que atualmente praticamos para novos cursos. A falta de professores qualificados, infraestrutura adequada, projetos pedagógicos para novos cursos, que estejam de acordo com o nosso modelo de negócio e com parâmetros estabelecidos pelo MEC, ou a queda na qualidade de nosso ensino, real ou percebida, em um ou mais de nossos mercados, pode ter um efeito prejudicial relevante sobre nossos negócios.

Além disso, nós e nossos alunos somos frequentemente avaliados e pontuados pelo MEC. Podemos ter nossas matrículas reduzidas e sermos prejudicados em virtude da percepção da queda na qualidade do ensino que oferecemos, se nossas unidades e cursos ou nossos alunos receberem do MEC notas inferiores em qualquer de suas avaliações, o que pode prejudicar nossos resultados operacionais e nossa situação financeira. Além disso, caso algum de nossos cursos seja avaliado como insatisfatório, celebraremos um termo de compromisso entre a instituição de ensino superior

4.1 - Descrição dos fatores de risco

aplicável e o MEC, incluindo as metas, providências e prazos para corrigir as condições insatisfatórias. O não cumprimento, total ou parcial, das condições prescritas no termo de compromisso pode resultar em penalidades aplicadas pelo MEC, que incluem suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação e cassação do credenciamento ou recredenciamento da instituição e da autorização de funcionamento de seus cursos, o que pode prejudicar nossos resultados operacionais e nossa situação financeira. Para mais informações sobre as metodologias de avaliação das instituições de ensino e de seus alunos e sobre nossas notas obtidas em tais avaliações, veja os itens 7.1, 7.5 e 7.9 deste Formulário de Referência.

Nossa estratégia envolve o uso intensivo de tecnologia da informação e dependemos da nossa capacidade de acompanhar e nos adaptar às mudanças tecnológicas no setor educacional, bem como do funcionamento adequado e ininterrupto de nossa infraestrutura tecnológica para manter nossa posição competitiva atual e implementar nossa estratégia com sucesso.

Temos necessidade constante de significativos investimentos em tecnologia da informação, que é um fator essencial de nossa estratégia de crescimento e para o desenvolvimento de nossos negócios, especialmente em relação aos cursos de ensino à distância.

Os nossos sistemas e ferramentas de tecnologia de informação poderão se tornar obsoletos ou insuficientes decorrentes da nossa ação ou omissão. Por exemplo, podemos adotar novos sistemas e tecnologias que venham a importar em custos excessivos para nós ou não atingir níveis de qualidade adequados, bem como podemos ter dificuldades para nos mantermos adequados ou nos adaptar às mudanças tecnológicas no setor educacional, especialmente no segmento de educação à distância. O segmento de educação à distância apresenta rápidas mudanças nas necessidades e expectativas tecnológicas de nossos alunos e nos padrões de mercado. A tecnologia de produtos à distância atualiza-se rapidamente, o que exige que sejamos forçados a modificar nossos produtos e serviços de forma rápida para nos adaptarmos a novas práticas e padrões. Os nossos competidores podem introduzir produtos ou plataformas de serviços superiores aos que nós oferecemos ou de forma mais rápida. Além disso, o nosso sucesso depende da nossa capacidade eficiente de melhorar os nossos atuais produtos, assim como, desenvolver e introduzir novos produtos que sejam aceitos pelo mercado.

Adicionalmente, os nossos negócios dependem do adequado e ininterrupto funcionamento da nossa infraestrutura de tecnologia de informação. Problemas diversos relacionados à nossa estrutura de tecnologia da informação, tais como vírus, *hackers* e interrupções em nossos sistemas e dificuldades técnicas, incluindo em relação às transmissões via satélite, poderão afetar adversamente nossos negócios, especialmente no segmento de educação à distância.

As transmissões de dados, som e imagem via satélite utilizados por nós no segmento de educação à distância estão sujeitas a diversos outros riscos, compreendendo desde fenômenos meteorológicos e espaciais até problemas relacionados aos operadores dos satélites em terra, a situação regulatória desses operadores e a disponibilidade de bandas de transmissão. Tais fenômenos estão fora do nosso controle e, portanto, representam um risco para nossos negócios e poderão nos afetar adversamente de forma relevante.

Dependemos de membros de nossa administração, os quais podemos não ser capazes de reter ou substituir por pessoas com a mesma experiência e qualificação.

Grande parte de nosso sucesso futuro depende das habilidades e esforços de nossa administração. Contudo, os nossos administradores poderão se afastar no futuro. Se qualquer de nossos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

administradores nos deixar, podemos não ser capazes de substituí-los por profissionais igualmente qualificados. A perda de qualquer membro de nossa administração e nossa incapacidade de substituí-los por profissionais com experiência e qualificação semelhantes poderão ter um efeito prejudicial significativo sobre nosso negócio. Para mais informações sobre os nossos administradores, ver item 12.6 deste Formulário de Referência.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem nos afetar adversamente.

Somos e poderemos ser, no futuro, parte em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais em matéria cível, tributária e trabalhista, inclusive envolvendo nossos fornecedores, alunos, membros do nosso corpo docente e/ou autoridades ambientais, concorrenciais e tributárias, dentre outras, decorrentes tanto dos nossos negócios em geral como de eventos não recorrentes de natureza societária, tributária, regulatória, dentre outros. Não podemos garantir que os resultados desses processos serão favoráveis aos nossos interesses ou, ainda, que teremos provisionamento, parcial ou total, com relação a todos os passivos que eventualmente decorrerem desses processos. Decisões contrárias aos nossos interesses que eventualmente alcancem valores substanciais podem afetar adversamente nossos resultados e o valor de nossas Ações. Para informações adicionais sobre os processos judiciais, administrativos e arbitrais, ver seções 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Não possuímos mecanismos formais de avaliação de desempenho dos órgãos de nossa administração, tampouco dos seus membros.

Adotamos práticas de remuneração variável com o objetivo de atrair e reter talentos. Não obstante, atualmente não contamos com políticas de avaliação de desempenho que estabeleçam mecanismos uniformes para análise de desempenho e consequente atribuição dos benefícios correspondentes em cada nível de performance dos órgãos de nossa administração ou para avaliação do desempenho de nossos respectivos integrantes. A não adoção de políticas de avaliação de desempenho poderá acarretar deficiências no equilíbrio entre a remuneração dos membros desses órgãos em comparação às atividades que desenvolvem, e às vantagens por nós fruídas, resultando, potencialmente, em pagamentos de valores desproporcionais, bem como na perda de profissionais importantes de nossa administração.

Decisões adversas em processos que questionam o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social podem nos afetar adversamente.

A SESES realizou a alteração da sua natureza jurídica de sociedade civil sem fins lucrativos para sociedade empresária de responsabilidade limitada em 9 de fevereiro de 2007. Como resultado, a SESES perdeu o direito de gozo à imunidade tributária em relação a impostos sobre a sua renda, patrimônio e serviços e à isenção da contribuição patronal sobre a sua folha de pagamento. Um dos requisitos principais para a fruição de tal isenção é a obtenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, o qual, até a publicação da Lei nº 12.101/09, era concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Uma vez concedido o CEBAS, o mesmo deve ser renovado a cada três anos e para sua obtenção é necessário o atendimento a determinados requisitos. A Secretaria da Receita Federal apresentou, em 23 de dezembro de 2008, autos de infração tendo por objeto alegados débitos de contribuições previdenciárias, relativos aos exercícios sociais de 2003, 2004 e 2005. Esses autos questionam, principalmente, as renovações dos CEBAS concedidos relativamente aos triênios de 2001 a 2003 e de 2004 a 2006, alegando o não preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias. O valor

4.1 - Descrição dos fatores de risco

total envolvido nessas autuações é de R\$ 409,4 milhões. Não constituímos provisão para estes processos.

Adicionalmente, em 01º de setembro de 2011, a Secretaria da Receita Federal apresentou novos autos de infração tendo também por objeto alegados débitos de contribuições previdenciárias, relativos aos períodos de 01/2006 a 01/2007. Nessas autuações, a fiscalização também alega o não preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e questiona, por consequência, o seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias. O valor total envolvido nessas autuações é de aproximadamente R\$ 190,5 milhões. Não constituímos provisão para estes processos.

Não podemos garantir que os resultados desses processos serão favoráveis aos nossos interesses. Decisões contrárias aos nossos interesses que eventualmente alcancem valores substanciais podem afetar adversamente nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais. Para maiores informações sobre estes procedimentos, ver item 4.3.

Nosso endividamento pode afetar negativamente nossos negócios.

Em 30 de setembro de 2012, nossa dívida líquida total consolidada foi de R\$ 137,9 milhões considerando empréstimo a pagar, compromissos a pagar de aquisições e parcelamento de tributos. Nosso endividamento consolidado poderá:

- limitar nossa capacidade de obter novos financiamentos;
- nos obrigar a dedicar uma parte substancial do nosso fluxo de caixa para servir a nossa dívida, o que pode prejudicar nossa capacidade de usar nosso fluxo de caixa para financiar capital de giro, despesas de capital e outros requisitos gerais corporativos, além do cumprimento de nossas obrigações;
- limitar nossa flexibilidade para planejar e reagir a mudanças em nossos negócios e no setor em que atuamos;
- colocar-nos em uma situação de desvantagem competitiva em relação a alguns de nossos concorrentes que têm menos dívidas do que nós; e
- aumentar nossa vulnerabilidade a condições econômicas e industriais negativas, incluindo mudanças em variações nas taxas de juros ou uma queda nos nossos negócios ou a economia.

Além disso, possuímos contratos de empréstimo com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants*). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida.

b) Com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle

Como não possuímos um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais que 50% do capital votante, estamos susceptíveis a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas, morosidade para aprovação de algumas matérias em sede de Assembleia Geral por ausência de quórum, e outros eventos decorrentes da ausência de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais que 50% do capital votante.

Em decorrência da Oferta Pública de Ações realizada em 08 de outubro de 2010, em que foram alienadas 32.803.240 ações ordinárias de nossa emissão de titularidade dos acionistas João Uchôa Cavalcanti Netto e Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos, a Companhia passou a ter controle difuso, sendo que, na data deste Formulário de Referência, os maiores acionistas e suas respectivas participações acionárias na Companhia são:

- i) Private Equity Partners C, LLC e GPCP4 – 12,4%
- ii) OppenheimerFunds – 9,9%
- iii) Findlay Park Partners LLP – 4,4%
- iv) Alliance Bernstein LP – 4,4%
- v) JGP Gestão de Recursos Ltda. e JGP Gestão Patrimonial Ltda. – 4,6%

Não temos um acionista ou grupo controlador titular da maioria absoluta do capital votante, o que faz com que estejamos suscetíveis a formação de alianças ou acordos entre acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de ter um grupo de controle. Caso surja um grupo de controle e este passe a deter o poder decisório da Companhia, a Companhia poderá sofrer mudanças repentinas e inesperadas das suas políticas corporativas e estratégias, inclusive através da substituição dos seus administradores. Além disso, a Companhia ficará mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle, e a conflitos daí decorrentes.

A ausência de um acionista ou grupo controlador titular de mais de 50% do capital votante pode dificultar certos processos de tomada de decisão.

Qualquer mudança repentina ou inesperada em nossa equipe de administradores, em nossa política empresarial ou direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

c) Com relação aos acionistas da Companhia

Os interesses dos nossos administradores e executivos podem ficar excessivamente vinculados à cotação das nossas ações, uma vez que sua remuneração baseia-se também em um plano de opção de compra de ações.

Nossos administradores e executivos, dentre outros, são beneficiários de plano de opção de compra de ações, cujo potencial ganho para seus beneficiários está vinculado ao maior valor de mercado de nossas ações.

O fato de uma parcela relevante da remuneração dos administradores e executivos estar intimamente ligada à geração de nossos resultados e à performance das nossas ações pode levar a nossa administração e nossos executivos a conduzir nossas atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos nossos demais acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo. Para mais informações sobre nossos planos de opções de compra de ações, ver a Seção 13 ("Remuneração dos Administradores") deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Podemos não pagar dividendos aos nossos acionistas.

De acordo com o disposto em nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25% do nosso lucro líquido anual a título de dividendo obrigatório, ajustado conforme a Lei de Sociedade por Ações. O resultado de determinado exercício deve ser utilizado para compensar prejuízos acumulados antes de serem distribuídos dividendos obrigatórios ou no pagamento de eventuais participações estatutárias de diretores, empregados ou administradores, o que reduz o valor passível de distribuição aos acionistas. Além disso, podemos não efetuar o pagamento de quaisquer dividendos a nossos acionistas no exercício social em que o conselho de administração informar à assembleia geral ser tal pagamento incompatível com a nossa situação financeira.

O investimento do acionista da Companhia pode sofrer diluição no futuro e o preço das ações poderá ser afetado.

Podemos vir a necessitar de recursos adicionais no futuro, inclusive por meio de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis pode resultar na alteração do preço das ações e na diluição da participação dos investidores no nosso capital social.

d) Com relação a controladas e coligadas da Companhia

Dependemos da distribuição de resultados de nossas controladas e podemos ser adversamente afetados caso nossas controladas tiverem seu desempenho prejudicado.

Detemos participação direta no capital da SESES, IREP, Nova Academia, e Estácio Editora e Distribuidora, todas com 100,0% e participação indireta, através da IREP, nas sociedades: ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura Ltda.; SUDERN - Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte Ltda.; ATUAL - Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda., todas com 100,0% e através da ATUAL nas sociedades: Sociedade Educacional da Amazônia Ltda.; IDEZ Empreendimentos Educacionais Ltda.; Uniul Gestão De Empreendimentos Educacionais E Participações Ltda.; Unisãoluis Educacional Ltda. e a FARGS - Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda., todas com 100,0%. Na medida em que nossos resultados dependem dos resultados das nossas controladas, podemos ser adversamente afetados se nossas controladas tiverem seu desempenho prejudicado, de qualquer forma que possa prejudicar a distribuição de resultados a nós.

e) Com relação aos fornecedores da Companhia

Nós e nossas subsidiárias podemos figurar como responsáveis principais ou solidários das dívidas trabalhistas de prestadores de serviços.

Celebramos diversos contratos de prestação de serviços, tais como de limpeza, vigilância, *telemarketing* e segurança, para melhor atender às necessidades de nossos alunos e oferecer maior conforto e qualidade em todos os setores e aspectos de nossas atividades.

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços a nós e às nossas subsidiárias não atendam às exigências da legislação trabalhista, nós e nossas subsidiárias podemos ser considerados solidária ou subsidiariamente responsáveis pelas dívidas trabalhistas destas empresas, podendo, assim, ser autuados e/ou obrigados a efetuar o pagamento de multas impostas pelas autoridades

4.1 - Descrição dos fatores de risco

competentes. Na hipótese de sermos responsabilizados por todas estas demandas, nossas atividades poderão sofrer um efeito adverso.

f) Com relação aos clientes da Companhia

Qualquer aumento nas taxas de evasão que viermos a enfrentar no futuro poderá prejudicar nossos resultados operacionais.

Desvios significativos no histórico de evasão das instituições de ensino superior, motivados, dentre outros, por aspectos financeiros dos atuais e potenciais alunos, podem afetar o número de matrículas realizadas, não sendo suficientes para atingir as receitas esperadas por tais instituições. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, nosso índice de evasão foi de 9,3% e nos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2011 e 2012, nossos índices de evasão de graduação presencial foram de, respectivamente, 12,7% e 11,2%. Qualquer aumento nas taxas de evasão que o setor de ensino superior vier a enfrentar no futuro poderá prejudicar nossos resultados operacionais.

Se não tivermos condições de atrair e reter os alunos, ou não conseguirmos assim proceder sem reduzir suas mensalidades, nossas receitas poderão ser reduzidas e poderemos ser prejudicados.

O sucesso de nosso negócio depende essencialmente do número de alunos matriculados em nossos cursos e das mensalidades que são pagas. Nossa capacidade de atrair e reter alunos depende essencialmente das mensalidades que cobramos, da conveniência da localização e da infraestrutura das nossas unidades e da qualidade de nossos cursos percebida por nossos atuais e potenciais alunos. Tal capacidade pode ser afetada por diversos fatores, tais como nossa habilidade para: (i) responder às pressões competitivas cada vez maiores; (ii) preparar adequadamente nossos alunos para exercer carreiras nas suas respectivas ocupações profissionais; (iii) desenvolver novos cursos e melhorar os existentes a fim de responder às mudanças nas tendências de mercado e às exigências dos alunos; (iv) implementar com sucesso nossa estratégia de expansão; (v) gerenciar nosso crescimento e, ao mesmo tempo, manter nossa qualidade de ensino; (vi) oferecer com eficiência nossos cursos para uma base mais ampla de potenciais alunos; e (vii) anunciar ou divulgar nossas unidades e cursos com sucesso por meio de programas de vendas, *marketing* e publicidade. Se não tivermos condições de continuar atraindo alunos para que se matriculem em nossos cursos e reter nossos atuais alunos, sem reduzir de forma significativa nossas mensalidades, nossas receitas poderão diminuir e poderemos ser prejudicados.

Estamos sujeitos a riscos normalmente associados à concessão de financiamentos a nossos alunos e, caso não cumpramos as condições que nos foram impostas nesses programas e parcerias, poderemos perder a parte de nossas receitas e/ou benefícios fiscais.

Alguns de nossos alunos fazem uso do Programa de Financiamento Estudantil – FIES. Com a intenção de facilitar a entrada de alunos que não tenham condições de arcar com o valor total das mensalidades, o Governo Federal do Brasil oferece o Programa de Financiamento Estudantil. Este programa concede diversos limites de financiamento de acordo com a renda familiar de cada aluno. Além disso, a parte financiada só é paga um ano e meio após a conclusão do curso. Neste caso, participamos do risco do financiamento, na condição de devedores solidários, nos seguintes limites percentuais: (a) 30% (trinta por cento) para as Instituições de Ensino inadimplentes com as obrigações tributárias federais; e (b) 15% (quinze por cento) para as instituições de ensino adimplentes com as obrigações tributárias federais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Para aqueles alunos que aderirem ao Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – FGEDUC, participamos em 5,63% do total dos encargos educacionais para cobertura de 90% do risco. Para os 10% que restam, aplicar-se-á a condição de devedor solidário mencionado no parágrafo anterior.

Além disso, alguns de nossos alunos fazem uso do Crédito Universitário. Com o objetivo de facilitar o pagamento das mensalidades pelos alunos, temos uma parceria com o Itaú Unibanco S.A. e Banco Itaucard S.A., em que o aluno pode financiar suas mensalidades, pagando no dobro do tempo do curso. Caso esta parceria seja encerrada e não sejamos capazes de negociar outras parcerias para oferecer crédito estudantil, poderá haver um declínio em nossas matrículas e aumento nos níveis de inadimplência dos nossos alunos. Receitas relacionadas direta ou indiretamente a esta parceria corresponderam a 0,3% e 0,2%, respectivamente, de nossa receita bruta das nossas atividades no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

g) Com relação ao setor de atuação da Companhia

As instituições de ensino superior privadas poderão ser prejudicadas se o governo alterar sua estratégia de investimento em educação.

Os recursos públicos disponíveis para oferecer oportunidades de ensino superior a jovens adultos já inseridos no mercado de trabalho são limitados. O Governo Federal pode alterar essa política e aumentar o nível de investimentos públicos no ensino superior em geral e transferir os recursos de universidades que atuam como centros de excelência e pesquisa para determinadas instituições de ensino superior públicas ou privadas acessíveis a jovens adultos de baixa renda já inseridos no mercado de trabalho, aumentando a concorrência que enfrentamos. A criação e a expansão, pelas universidades federais e estaduais, das políticas de quotas para instituições de ensino superior públicas utilizando critérios socioeconômicos também podem aumentar a concorrência que enfrentamos. Por outro lado, o Governo Federal pode reduzir o nível de investimentos públicos no ensino fundamental e médio, resultando na diminuição do número de novos alunos que buscam o ingresso em instituições de ensino superior depois de concluírem o ensino médio, restringindo, assim, a demanda por seus cursos. Qualquer alteração da política que afete o nível de investimentos públicos em educação poderá prejudicar as instituições de ensino superior, incluindo nós.

h) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia

O setor de ensino superior brasileiro está sujeito a leis e regulamentos, cujo descumprimento pode implicar em fiscalizações, procedimentos administrativos ou ações judiciais contra as instituições de ensino superior.

O setor de ensino superior está sujeito às leis federais e à ampla regulamentação governamental imposta, entre outros: pelo MEC e seus órgãos, como o Conselho Nacional de Educação (“CNE”), o INEP e a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (“CONAES”). Em 1996, o Governo Federal do Brasil promulgou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que delegou poderes ao Governo Federal para regulamentar o ensino de graduação e pós-graduação, especificamente no que se refere à regulação, supervisão e avaliação dos cursos superiores. As faculdades, os centros universitários e as universidades dependem de prévio credenciamento no MEC para poder operar, bem como os cursos oferecidos pelas faculdades devem ser previamente autorizados, e a validade nacional dos diplomas ou certificados expedidos aos alunos depende de prévio reconhecimento pelo MEC dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O ensino a distância, além de sofrer a regulamentação genérica da Lei de Diretrizes e Bases, também é regulado por normas específicas, como o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, entre outras. Assim como na modalidade presencial de ensino, a legislação impõe uma série de requisitos para o funcionamento dos cursos a distância, os quais devemos cumprir na íntegra para obter e renovar os atos autorizativos dos cursos e da instituição.

A manutenção dos nossos atos autorizativos válidos no futuro está condicionada ao atendimento às exigências regulatórias. Do contrário, o MEC poderá impor restrições sobre as operações, incluindo extinção de cursos, redução de vagas, cancelamento de nossa prerrogativa de emitir diplomas e certificados e revogação do nosso credenciamento, o que poderá prejudicar os resultados operacionais e a situação financeira.

As leis e regulamentos que regem os prestadores de serviço de ensino no Brasil podem ser, no futuro, revistas e alteradas, inclusive com a criação de novas obrigações ou tornando as atuais mais rigorosas. Podemos ser significativamente prejudicados por qualquer alteração nas leis e regulamentos aplicáveis às instituições de ensino superior, especialmente por mudanças relativas a (i) credenciamento e descredenciamento de instituições de ensino privadas; (ii) imposição de controles de mensalidades ou restrições sobre os níveis de lucratividade; (iii) exigências de qualificação de membros do corpo docente; (iv) exigências acadêmicas para cursos e currículos; e (v) exigências de infraestrutura das unidades, tais como bibliotecas, laboratórios e suporte administrativo, entre outras.

O Projeto de Lei nº 7.200/2006, também conhecido como Projeto de Reforma Universitária, continua sendo objeto de vários debates e emendas no Congresso Nacional. Para uma descrição das principais mudanças propostas por esse projeto de lei, inclusive sobre exigência de que pelo menos 70% do capital com direito de voto nas sociedades mantenedoras das instituições de ensino superior com fins lucrativos sejam detidos direta ou indiretamente por brasileiros, natos ou naturalizados, vide item 7.3 (a) – “Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações – Reforma Universitária”. Não podemos prever se essa reforma será alterada ou aprovada, nem podemos prever seu impacto sobre nossos negócios e sobre o segmento de ensino superior em geral.

Cabe destacar, também, que a Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei nº 4.372/12, do Poder Executivo, que cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (INSAES), uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo território nacional. O INSAES, que substituirá o INEP nos processos de avaliação *in loco* das IES, públicas e privadas, e de seus cursos de graduação caso o referido Projeto de Lei seja aprovado pelo Congresso Nacional, terá por finalidade supervisionar e avaliar instituições de educação superior e cursos de educação superior no sistema federal de ensino, e certificar entidades beneficentes que atuem na área de educação superior e básica.

Além disso, caso o Projeto de Lei nº 4.372/12 venha a ser sancionado na sua forma original, a Companhia acredita que (i) os custos operacionais do setor aumentarão em virtude das taxas de supervisão e de fiscalização, com consequente repasse para o preço das mensalidades; (ii) os processos de avaliação *in loco* das instituições de ensino poderão ser retardados se o INEP for substituído ou se seus quadros não forem aproveitados; e (iii) o número de litígios em face do MEC envolvendo instituições de ensino poderá aumentar, tendo em vista que há mobilização no setor por parte das instituições privadas no sentido de que determinadas disposições do referido Projeto de Lei alegadamente violam princípios constitucionais da autonomia administrativa das instituições de ensino e representam interferência estatal excessiva na atividade dos agentes privados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Pelo fato de uma instituição de ensino superior operar em um setor altamente regulamentado, órgãos governamentais, o MEC e terceiros podem conduzir fiscalizações, propor procedimentos administrativos e instaurar ações judiciais contra ela pelo não cumprimento das normas regulatórias. Se os resultados desses procedimentos ou ações judiciais forem desfavoráveis às instituições de ensino superior, ou se uma instituição de ensino superior não puder se defender com sucesso, esta poderá ser obrigada a pagar condenações pecuniárias significativas ou estar sujeita a multas, restrições, ou outras penalidades.

Mesmo que a instituição de ensino superior aborde de maneira adequada as questões levantadas pela fiscalização de determinado órgão ou se defenda de um procedimento administrativo ou uma ação judicial, poderá ter de reservar recursos financeiros e administrativos significativos para solucionar questões levantadas por estes procedimentos ou para se defender desses procedimentos administrativos ou ações judiciais. Além disso, os procedimentos administrativos e ações judiciais instaurados contra a instituição de ensino superior podem prejudicar sua reputação, independentemente do resultado.

As instituições de ensino superior podem ser prejudicadas se não conseguirem renegociar os acordos coletivos com os sindicatos que representam seus professores e funcionários ou por greves e outras atividades sindicais.

Os professores e funcionários das instituições de ensino superior são representados por sindicatos com forte representação no segmento. Os acordos coletivos ou os acordos semelhantes que regulam a duração do dia letivo ou do ano letivo, a remuneração mínima, férias e benefícios indiretos dos professores, entre outros, estão sujeitos à renegociação anual e são historicamente alterados substancialmente e poderão continuar a sê-lo no futuro. Normalmente, a taxa de inflação é utilizada como referência para discussão do reajuste salarial, inclusive para a remuneração mínima prevista nos acordos coletivos. As despesas das instituições de ensino superior com pessoal, principalmente corpo docente, representam a maior parte de seu custo de serviços prestados. As instituições de ensino superior poderão não ser capazes de repassar um aumento de custos decorrente da renegociação de contratos coletivos para suas mensalidades, o que poderá ter um efeito prejudicial significativo sobre seus negócios. As instituições de ensino superior podem ser, ainda, prejudicadas se não conquistarem e mantiverem bom relacionamento com sindicatos de professores ou funcionários ou se enfrentarem greves, interrupções de trabalho ou outros transtornos trabalhistas por parte de seus professores ou funcionários.

Se as instituições de ensino superior perderem os benefícios das isenções fiscais federais oferecidas pelo PROUNI, seus negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão ser negativamente afetados.

Alguns de nossos alunos fazem parte do PROUNI – Programa Universidade para Todos (“PROUNI”). Este programa do Governo Federal do Brasil visa a proporcionar a entrada de alunos que não possuem condições de arcar com os custos acadêmicos no Ensino Superior, mediante concessão pelo Governo de bolsas. Por meio do PROUNI, as instituições de ensino superior, como nós, são favorecidas por determinadas isenções fiscais federais de IRPJ, PIS, COFINS e CSLL referentes às receitas de cursos de graduação e graduação tecnológica. Em caso de descredenciamento, as instituições de ensino perdem tais isenções tributárias. Tal programa foi responsável por uma isenção de pagamento de PIS/COFINS sobre nossa receita de benefício de R\$41,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e R\$37,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012. Em relação ao IRPJ e CSLL, a aderência ao programa fez com que a alíquota efetiva de tais tributos ficasse em torno de 1,71% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e em torno de -1,90% para o período de nove meses findo em 30

4.1 - Descrição dos fatores de risco

de setembro de 2012, o que ensejou benefícios fiscais de R\$31,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e R\$40,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

As instituições de ensino superior podem ser desqualificadas do PROUNI e perder suas isenções fiscais se não cumprirem determinadas exigências, tais como oferecimento de bolsa integral para determinado percentual de alunos pagantes no ano anterior, percentual mínimo de gratuidade sobre a receita anual efetiva para as instituições sem finalidade lucrativa, concessão de bolsas parciais, apresentação semestral ao MEC de controle de frequência obrigatória dos bolsistas, aproveitamento do curso e controle de evasão dos alunos dos cursos e turnos e, para entidades beneficentes de assistência social, o encaminhamento de relatório de atividades e gastos em assistência social no prazo de 60 (sessenta) dias contados do encerramento do exercício social. Se as instituições de ensino superior perderem suas isenções fiscais ou se não conseguirem cumprir outras exigências mais rígidas que venham a ser introduzidas no futuro, seus negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão ser afetados significativamente.

Ademais, há o risco de que uma reforma tributária impeça, interrompa ou modifique o uso de incentivos fiscais concedidos. A Companhia não pode assegurar que os incentivos serão integralmente mantidos. Qualquer suspensão, modificação, cancelamento ou a não renovação dos incentivos fiscais com as mesmas características pode ter um efeito adverso nos resultados operacionais da Companhia.

i) Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua

Não temos nenhuma atuação em países estrangeiros.

Conforme divulgado em Fato Relevante em 08 de setembro de 2011, alienamos a Sociedad de Enseñanza Superior S.A, então nossa única operação no exterior, tendo em vista o seu não alinhamento com a estratégia de crescimento da Companhia nesse momento, focada no Brasil, bem como em face da ausência de qualquer sinergia operacional.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Com relação ao risco descrito no item 4.1(a) "Decisões adversas em processos administrativos que questionam o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social podem nos obrigar a pagar valores significativos a título de tributos e contribuições", importante observar que dispomos de importantes argumentos de defesa nestas questões, dentre os quais destacamos os seguintes:

- (a) Os Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) dos quais a SESES fazia jus, correspondentes aos triênios de 2001-2003 e 2004-2006, estão e sempre estiveram plenamente válidos;
- (b) A eventual cobrança de contribuições previdenciárias pelo não cumprimento de requisitos legais poderia, somente, ser aplicada após o procedimento administrativo próprio visando o cancelamento dos referidos CEBAS, além da obrigatoriedade de outro procedimento administrativo específico para desqualificar a SESES como entidade isenta, sendo que nenhum desses procedimentos foi realizado antes, nem depois, das mencionadas autuações;
- (c) O artigo 38 da Medida Provisória (MP) nº 446/08 determinou a extinção de todos os recursos interpostos pelo INSS contra as decisões proferidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que deferiram a renovação dos CEBAS, tendo o artigo 39 da referida Medida Provisória deferido, inclusive, a renovação dos CEBAS daquelas instituições que interpuseram recurso contra as decisões do CNAS que indeferiram os seus pedidos de renovação de CEBAS. Dessa forma, com o advento da referida Medida Provisória, os recursos interpostos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) contra as decisões que haviam deferido a concessão dos CEBAS à SESES, relativamente aos triênios 2001/2003 e 2004/2006, foram, simplesmente, extintos, não havendo, portanto, motivos para se contestar a qualidade de entidade beneficente de assistência social da SESES. A extinção dos referidos recursos foi confirmada pelo fato de que não foi editado Decreto-Legislativo para disciplinar as relações jurídicas decorrentes da MP nº 446/08, que perdeu sua eficácia por não ter sido convertida em lei, o que faz com que as relações jurídicas ocorridas no tempo da vigência da aludida MP continuem por ela regidas. Verifica-se, portanto, que a concessão dos CEBAS à SESES foi ratificada pela edição da MP nº 446/08, que determinou a extinção dos recursos interpostos pelo INSS contra as decisões do CNAS concessivas dos CEBAS;
- (d) A decadência do direito de o INSS efetuar o lançamento das contribuições previdenciárias, no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2003, nos termos do artigo 150, parágrafo 4º, do Código Tributário Nacional, tendo em vista que as contribuições previdenciárias são tributos sujeitos ao lançamento por homologação; e
- (e) A aplicação em gratuidade de mais de 20% (vinte por cento) da receita bruta proveniente da venda de serviços e de bens não integrantes do ativo imobilizado, mediante a concessão de bolsas, inclusive parciais, conforme faculta a Resolução CNAS 177/00 e o art. 11 da Lei nº 11.096/05, tendo, portanto, cumprida a exigência contida no art. 3º, inciso VI, do Decreto nº 2.536 de 1998.

Cumpre-nos informar que, em relação às autuações, referentes aos exercícios de 2003, 2004 e 2005, foram proferidas decisões de 1ª instância administrativa que deram provimento parcial às nossas respectivas impugnações, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de 01/2003 a 11/2003, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. Em face de tais decisões, foram interpostos recursos voluntários, os quais se encontram pendentes de julgamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Se considerados os efeitos da decadência do

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

direito de cobrar os alegados débitos do período de 01/2003 a 11/2003, o valor total envolvido dessas autuações reduziu de aproximadamente R\$548,4 milhões para R\$409,4 milhões.

Da mesma forma, em relação às autuações, referentes aos períodos de 01/2006 a 01/2007, foi também proferida decisão de 1ª instância administrativa que deu provimento parcial às nossas respectivas impugnações, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de 01/2006 a 07/2006, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. Em face de tais decisões, foram interpostos recursos voluntários, os quais se encontram pendentes de julgamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O valor total envolvido dessas autuações, sem considerar os efeitos da decadência, é de aproximadamente R\$190,5 milhões.

Baseado em pareceres que obtivemos dos nossos assessores jurídicos, as chances de obtermos decisões finais desfavoráveis relativamente aos questionamentos formulados pela Receita Federal ora em curso são remotas e por isso não constituímos provisão.

Exceto quando expressamente informado acima, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não tem expectativa de aumento ou redução da sua exposição aos riscos mencionados no item 4.1 deste Formulário de Referência.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(i) Contingências Tributárias

Em 30 de setembro de 2012, nós e nossas controladas figurávamos como parte em aproximadamente 273 ações de natureza tributária, sendo as 42 abaixo descritas consideradas relevantes, as quais envolvem, principalmente, questionamentos da União Federal e de determinados Municípios quanto à tributação de contribuições previdenciárias, bem como ISS. Nossos consultores jurídicos externos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária. Em 30 de setembro de 2012, não havia provisão constituída para suportar as prováveis perdas com essas 42 causas abaixo descritas, pois foram todas diagnosticadas por nossos consultores jurídicos com possibilidade de perda remota ou possível. Para suportar as perdas nas demais ações de natureza tributária, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e nem relevantes, descritas no item 4.6, foi constituída provisão no valor de R\$9 mil.

Abaixo relacionamos e descrevemos os processos tributários e procedimentos administrativos em que nós e/ou nossas controladas figuram no pólo passivo ou ativo, que julgamos mais relevantes para os nossos negócios e de nossas controladas. Foram considerados relevantes, nos termos do Ofício Circular CVM 003/2012, os processos que podem impactar de forma significativa nosso patrimônio, nossa capacidade financeira ou nossos negócios, ou de nossas controladas, devendo ser considerados outros fatores que podem influenciar a decisão do público investidor, como, por exemplo, os riscos de imagem inerentes a uma certa prática nossa ou riscos jurídicos relacionados à discussão da validade de cláusulas estatutárias:

(i) Processo nº 2005.51.01.020808-9	
a. Juízo	14ª Vara Federal do Rio de Janeiro
b. Instância	2ª instância judicial
c. Data de instauração	04 de outubro de 2005
d. Partes no processo	Autora: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES") Ré: União Federal / Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$1.405.208,71 Valor histórico depositado judicialmente: R\$929.801,31
f. Principais fatos	Ação Anulatória de Débito Fiscal movida pela SESES para questionar a legalidade do lançamento relativo à cobrança do FINSOCIAL, considerando a suspensão temporária, pela Secretaria da Receita Federal, de sua imunidade tributária através do Ato Declaratório nº 14/96. Sentença publicada em 4 de novembro de 2009, julgando improcedentes os pedidos da SESES. Foram opostos embargos de declaração pela SESES, os quais foram rejeitados em 11 de novembro de 2009. Apresentamos recurso de apelação em 26 de novembro de 2009, ainda não julgado.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	O valor total depositado judicialmente, referido no item "e" acima, será convertido em renda para a União Federal, assim como a SESES poderá vir a ser condenada ao pagamento de honorários advocatícios em favor da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Eventuais impactos decorrentes deste processo serão exclusivamente financeiros. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	nossas coligadas e nossos negócios. No entanto, a Companhia considera-o relevante por conta: (i) do valor envolvido e (ii) da complexidade e/ou relevância da matéria discutida.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(ii) Processo nº 2005.51.01.009955-0	
a. Juízo	2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro
b. Instância	Tribunais Superiores
c. Data de instauração	02 de junho de 2005
d. Partes no processo	Autora: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES") Ré: União Federal / Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido atualizado: R\$ 26.293.892,45 Valor histórico depositado judicialmente: R\$ 5.358.992,17
f. Principais fatos	<p>Ação Declaratória e de Repetição de Indébito, distribuída pela SESES, objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária da obrigação do recolhimento da contribuição ao PIS, na medida em que a SESES era portadora do CEBAS, bem como do reconhecimento do direito à restituição dos valores recolhidos nos últimos dez anos.</p> <p>Em 1ª e 2ª instâncias, foram proferidas decisões favoráveis à SESES, reconhecendo a imunidade e o crédito decorrente do recolhimento indevido. Atualmente, o processo encontra-se pendente de julgamento de recurso especial, interposto pela própria SESES para majoração de honorários advocatícios, bem como de recurso extraordinário, interposto pela União Federal, pleiteando a improcedência do pedido inicial. Por conta desse processo, foram depositados os valores que seriam devidos a título do PIS (à base de 1% da folha de pagamento), até o momento da transformação da SESES de entidade sem fins lucrativos e beneficente de assistência social em sociedade empresária, ocorrida em 09 fevereiro de 2007.</p>
g. Chance de perda	Remota.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	O valor total depositado judicialmente, referido no item "e" acima, será convertido em renda para a União Federal, assim como a SESES poderá vir a ser condenada ao pagamento de honorários advocatícios em favor da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Eventuais impactos decorrentes deste processo serão exclusivamente financeiros. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios. No entanto, a Companhia considera-o relevante por conta: (i) do valor envolvido e (ii) da complexidade e/ou relevância da matéria discutida.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(iii) Processo nº 2009.51.01.017945-9	
a. Juízo	8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro
b. Instância	2ª instância judicial
c. Data de instauração	31 de julho de 2009
d. Partes no processo	Autora: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES") Ré: União Federal / Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido atualizado: R\$ 12.205.590,19
f. Principais fatos	<p>Ação Ordinária distribuída pela SESES, através da qual pleiteia autorização para recolher as contribuições previdenciárias de acordo com a graduação prevista no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 ("<u>Lei do PROUNI</u>"), tendo essa graduação início a partir do 1º mês de realização da assembleia geral que autorizou a transformação da sua natureza jurídica para sociedade com fins lucrativos, ocorrida em fevereiro de 2007, resultando, por conseguinte, na seguinte graduação para recolhimento das contribuições previdenciárias pela SESES: 20% em 2007; 40% em 2008; 60% em 2009; 80% em 2010 e 100% em 2011, em detrimento do entendimento da fiscalização do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, a qual defende que a contagem dos percentuais previstos no referido artigo 13 da Lei do PROUNI teria o seu início com a publicação da referida Lei, o que ocorreu em 2005.</p> <p>A SESES requer, ainda, a antecipação dos efeitos da tutela para que a Fazenda Nacional se abstenha de recusar a expedição de Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos de Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, assim como de praticar quaisquer outros atos tendentes a exigir da SESES os supostos débitos resultantes da interpretação dada pelo INSS ao artigo 13 da Lei nº 11.096/05, devendo a exigibilidade dos mesmos ser declarada suspensa.</p> <p>Em 17.08.2010, foi proferida sentença indeferindo o pedido formulado nos autos da ação ordinária. Em 01.09.2010, foi interposto recurso de apelação. Em 08.10.2010, houve a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal. Em 27.10.2010, os autos foram distribuídos à 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal.</p> <p>Em 04.11.2010, os autos foram remetidos ao Ministério Público Federal, tendo retornado, em 11.11.2010, com parecer favorável à tese defendida pela SESES. Em 18.07.2011, foi protocolada petição requerendo que fosse reconhecido o efeito suspensivo atribuído ao recurso de apelação interposto pela SESES, de modo que o débito discutido na presente ação ordinária não constitua óbice à emissão de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Federais (CERTIDÃO). Esse pedido foi indeferido. Em 13.09.2011, foi protocolada petição, na qual a SESES se dispôs a oferecer Carta de Fiança Bancária, com o objetivo de impedir que o débito objeto da presente ação ordinária constitua óbice à emissão de CERTIDÃO. Em 20.09.2011, foi proferida decisão indeferindo esse pedido. Em 30.09.2011, foi protocolado pedido de reconsideração dessa decisão. Em 03.10.2011, os autos foram</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>conclusos.</p> <p>Em 07.02.2012, o pedido de reconsideração foi considerado como agravo interno pelo relator, e foi julgado improcedente. Em 23.02.2012, foi oposto embargos de declaração para modificar a decisão. Em 29.02.2012 houve desistência dos embargos em função do ajuizamento de ação cautelar com apresentação de seguro fiança a fim de suspender a exigibilidade do crédito e obter a CND. Em 07.08.2012 o TRF julgou favoravelmente a nossa Apelação. Sendo assim, de acordo com a referida decisão, o início da fruição se dá a partir da data da Assembleia de Acionistas que alterou a natureza jurídica da SESES e não a data da publicação da Lei do Proni. Atualmente, o processo aguarda julgamento do recurso interposto pela Fazenda Nacional.</p>
g. Chance de perda	Possível.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	<p>Recolhimento das contribuições previdenciárias, no valor citado no item "e" acima, de acordo com a interpretação do INSS, além do pagamento de honorários advocatícios em favor da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Eventuais impactos decorrentes deste processo serão exclusivamente financeiros. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios. No entanto, a Companhia considera-o relevante por conta: (i) do valor envolvido e (ii) da complexidade e/ou relevância da matéria discutida.</p>
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

(iv) Processo nº 2008.51.01.022464-3	
a. Juízo	8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª instância judicial
c. Data de instauração	21 de novembro de 2008
d. Partes no processo	<p>Autora: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")</p> <p>Ré: União Federal</p>
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido atualizado: R\$ 2.811.110,52
f. Principais fatos	<p>Ação Anulatória objetivando desconstituir o crédito fiscal, objeto da Intimação para Pagamento nº 86202/2008, consubstanciado na cobrança de contribuições previdenciárias supostamente devidas no período compreendido entre 12/2005 e 02/2008. Atualmente, aguarda-se decisão de 1ª instância.</p>
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	<p>Recolhimento do alegado débito tributário, objeto desse procedimento, no valor referido no item "e" acima, além do pagamento de honorários advocatícios em favor da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Eventuais impactos decorrentes deste processo serão exclusivamente financeiros. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios. No entanto, a Companhia considera-o relevante por conta: (i) do valor envolvido e (ii) da complexidade e/ou relevância da matéria discutida.</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.
--	---

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(v) Processo nº 2008.71.07.001768-5	
a. Juízo	Vara Federal da Seção Judiciária de Caxias do Sul – RS
b. Instância	2ª instância judicial
c. Data de instauração	06 de maio de 2008
d. Partes no processo	Autor: Luiz Cláudio de Lemos Tavares Réus: Estácio Participações S.A., Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES") e outros.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido atualizado: R\$ 212.023.124,96
f. Principais fatos	<p>Ação Popular movida em face da SESES e da Companhia, objetivando anular o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), relativamente ao triênio 2001 a 2003 e, por consequência, a compelir a SESES a ressarcir o erário público os tributos não recolhidos, em decorrência de sua imunidade. Em 18.11.2010, foi publicada decisão julgando improcedente o pedido formulado pelo autor. Em 26.11.2010, foram opostos Embargos de Declaração pelo autor, os quais foram rejeitados, conforme sentença publicada em 11.02.2011. Em 01.03.2011, foi juntado recurso de apelação interposto pelo autor.</p> <p>Em 04.03.2011, os autos foram remetidos para o Ministério Público Federal, tendo sido devolvidos em 23.03.2011. Em 08.04.2011 os autos foram remetidos para Advocacia Geral da União (AGU), tendo sido devolvidos em 15.04.2011. Em 27.05.2011, foi publicado despacho com o seguinte teor: "Recebo o recurso de apelação interposto pelo autor e pelo Ministério Público Federal, em ambos os efeitos. Vista aos apelados para contrarrazões." Em 14.06.2011, a SESES apresentou suas contrarrazões à apelação. Em 22.09.2011, os autos foram encaminhados os ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região.</p> <p>Em 10.05.2012, foi publicado o acórdão que deu provimento ao recurso de apelação do autor, anulando a sentença proferida. Em 13.08.2012, a SESES interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário.</p>
g. Chance de perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Reconhecimento do direito da União Federal de constituir créditos de seguridade social de fatos geradores ocorridos no período de 01.01.2001 a 31.12.2003 no valor citado no item "e" acima. No entanto, em relação aos exercícios de 2001 e 2002, a União Federal ficará impossibilitada de constituir tais créditos em decorrência da decadência de tal direito. No que diz respeito ao exercício de 2003, a Secretaria da Receita Federal, mesmo sem decisão definitiva na presente Ação Popular, lavrou 27 autos de infração (vide comentários no próximo item), através dos quais estão sendo cobrados supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativamente aos exercícios de 2003 a 2005. Entendemos que este processo é relevante em razão do valor envolvido, pois poderá causar um impacto adverso em nossa condição financeira, caso sobrevenha uma decisão final desfavorável.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.
--	---

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(vi) Processos Administrativos: 12898000109/2008-34; 12898000110/2008-69; 12898000111/2008-11; 12898000112/2008-58; 12898000113/2008-01; 12898000116/2008-36; 12898000117/2008-81; 12898000118/2008-25; 12898000159/2008-11; 12898000161/2008-91; 12898000160/2008-46; 12898000162/2008-35; 12898000163/2008-80; 12898000164/2008-24; 12898000165/2008-79; 12898000166/2008-13; 12898000167/2008-68; 12898000168/2008-11; 12898000169/2008-57; 12898000170/2008-81; 12898000172/2008-71; 12898000173/2008-15; 12898000177/2008-01; 12898000178/2008-48;	
a. Juízo	Delegacia da Secretaria da Receita Federal do Brasil – Previdenciária
b. Instância	1ª e 2ª instâncias administrativas
c. Data de instauração	22 de janeiro de 2009.
d. Partes no processo	Autuante: Secretaria da Receita Federal do Brasil – Previdenciária Autuada: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido atualizado: R\$ 409,4 milhões.
f. Principais fatos	Foram lavrados Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos aos exercícios sociais de 2003, 2004 e 2005 e descumprimento de obrigações acessórias, assim como foi lavrado termo de arrolamento de bens imóveis da SESES, decorrente do valor total de tais autuações. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 09 de fevereiro de 2007 quando se transformou em sociedade empresária. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 22 de janeiro de 2009, através das quais, em linhas gerais, a SESES sustentou que sempre cumpriu integralmente todos os requisitos legais para o gozo do direito à isenção de tais contribuições previdenciárias até a data de transformação de sua natureza jurídica. Até 31.12.2010, a SESES tomou ciência de 05 (cinco) decisões de 1ª instância administrativa, sendo que (i) 03 (três) foram integralmente favoráveis a SESES, no valor total de aproximadamente R\$ 33.000,00, e versaram exclusivamente sobre o reconhecimento, pela Secretaria da Receita Federal, de erro material na fundamentação fática e legal das respectivas autuações; e (ii) duas desfavoráveis que mantiveram, exclusivamente, a aplicação de multas acessórias, no valor unitário de R\$ 12.000,00, decorrente de suposto descumprimento de intimação fiscal para apresentação de documentos e/ou informações solicitadas pela fiscalização. Em decorrência de tais decisões desfavoráveis, a SESES interpôs os respectivos recursos voluntários. Os processos administrativos com decisões integralmente favoráveis à SESES foram encerrados. No decorrer dos meses de fevereiro e março de 2011, a SESES e a Estácio Participações, foram intimadas em 09 autos de infração para ciência de decisões de 1ª instância administrativa que deram provimento parcial às nossas respectivas impugnações, <u>para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de 01/2003 a 11/2003</u> , tendo sido mantidos os

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	demais argumentos da fiscalização. Em face de tais de decisões, foram interpostos recursos voluntários, os quais se encontram pendentes de julgamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Se confirmados efeitos da decadência do direito de cobrar os alegados débitos do período de 01/2003 a 11/2003, o valor total envolvido dessas autuações reduziu de R\$ 548.456 para R\$ 409.424.
g. Chance de perda	Remota.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro, decorrente do recolhimento do valor autuado, no valor referido no item "e" acima. Entendemos que estes processos são relevantes em razão do valor envolvido, pois poderão causar um impacto adverso em nossa condição financeira, caso sobrevenha uma decisão final desfavorável.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esses processos.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(vii) Processo nº 13710.001092/97-41	
a. Juízo	Secretaria da Receita Federal
b. Instância	3ª Câmara do Segundo Conselho de Recursos Fiscais
c. Data de instauração	02 de janeiro de 1997
d. Partes no processo	Autuada: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES") Autuante: Secretaria da Receita Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido atualizado: R\$3.490.009,04
f. Principais fatos	Auto de Infração lavrado contra a SESES, tendo por objeto alegados débitos de COFINS, relativos ao exercício social de 1996, por entender que a Instituição não preenchia todos os requisitos legais para sua qualificação como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à imunidade tributária. Essa autuação foi mantida nos julgamentos de primeira e segunda instância administrativas, sob o entendimento de que a SESES não preencheria os pressupostos legais da imunidade tributária das contribuições sociais, nos termos do artigo 195, §7º, da Constituição Federal, sendo que apresentamos novo recurso administrativo.
g. Chance de perda	Possível.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro, decorrente do recolhimento do valor autuado referido no item "e" acima. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios. No entanto, a Companhia considera-o relevante por conta: (i) do valor envolvido e (ii) da complexidade e/ou relevância da matéria discutida.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(viii) Auto de Infração: 030/60.658/09	
a. Juízo	Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói
b. Instância	2ª instância administrativa
c. Data de instauração	29 de setembro de 2009
d. Partes no processo	Autuante: Município de Niterói Autuada: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido atualizado: R\$ 11.882.480,04
f. Principais fatos	Foi lavrado auto de infração, através do qual a Prefeitura de Niterói cobra da SESES o ISS do período compreendido entre janeiro de 2004 a janeiro de 2007, tendo em vista a suspensão da imunidade tributária, realizada pela Administração Pública Municipal em razão de alegado descumprimento dos requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do CTN, ou seja, por não ter sido supostamente apresentada à fiscalização a escrituração fiscal/contábil nos termos da legislação em vigor. Foi apresentado recurso voluntário contra a decisão de 1ª instância administrativa que julgou improcedentes a impugnação apresentada pela SESES. Estamos aguardando a decisão de 2ª instância administrativa.
g. Chance de perda	Possível.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro no valor referido no item "e" acima, decorrente do recolhimento do valor autuado. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios. No entanto, a Companhia considera-o relevante por conta: (i) do valor envolvido e (ii) da complexidade e/ou relevância da matéria discutida.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(ix) Auto de Infração nº 101.969	
a. Juízo	Secretaria de Fazenda do Município do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª instância administrativa
c. Data de instauração	29 de dezembro de 2009
d. Partes no processo	Autuante: Secretaria de Fazenda do Município do Rio de Janeiro Autuada: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido atualizado: R\$ 160.739.349,14
f. Principais fatos	Foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro, o qual aponta as supostas infrações: (i) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de janeiro/05 a janeiro/07, por ter transferido todo o seu patrimônio em fevereiro/07 para uma "nova sociedade por quotas limitadas"; (ii) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de fevereiro/07 a julho/09, por não incluir na base de cálculo do ISS o valor das bolsas concedidas através do PROUNI; e (iii) insuficiência de retenção e recolhimento de ISS devido pelos serviços prestados por empresas de guarda, vigilância, conservação e limpeza de imóveis, no período de janeiro/05 a maio/09. Em 22 de fevereiro de 2010, a empresa apresentou impugnação ao referido auto de infração. No momento, aguarda-se decisão de 1ª instância.
g. Chance de perda	Remota.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro no valor referido no item "e" acima, decorrente do recolhimento do valor autuado. Entendemos que este processo é relevante em razão do valor envolvido, pois poderá causar um impacto adverso em nossa condição financeira, caso sobrevenha uma decisão final desfavorável.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(x) Processo nº 201211200192	
a. Juízo	12ª Vara Cível da Comarca de Aracaju
b. Instância	1ª instância judicial
c. Data de instauração	Em 15 de Fevereiro de 2011
d. Partes no processo	Autor: IREP - Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda., na qualidade de sucessora por incorporação da Sociedade de Ensino Superior de Sergipe Ltda. - SESSE. Réu: Município de Aracaju
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido atualizado: R\$ 3.250.287,06
f. Principais fatos	A presente ação anulatória tem o intuito de desconstruir o lançamento relacionado ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incidente sobre as atividades de ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior, descritas no item 8.01 da Lista de Serviços anexa a Lei Complementar 116/2003 (LC 116/2003), no período compreendido entre janeiro de 2003 a janeiro de 2007.
g. Chance de perda	Possível.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro, decorrente do recolhimento do valor autuado referido no item "e" acima. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios. No entanto, a Companhia considera-o relevante por conta: (i) do valor envolvido e (ii) da complexidade e/ou relevância da matéria discutida.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

(xi) AI nº 37.273.022-1, 37.273.023-0, 37.273.024-8, 37.273.025-6 e 51.014.870-0.	
a. Juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª Instância Administrativa
c. Data de instauração	22 de Dezembro de 2011
d. Partes no processo	Autora: Secretaria da Receita Federal do Brasil Ré: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$22.131.000,00
f. Principais fatos	Foram lavrados 05 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, relativos ao período de 02/2007 a 12/2007, tendo por objeto supostos débitos de (a) contribuições previdenciárias (cota patronal) incidentes sobre a remuneração de segurados empregados e contribuintes individuais e destinadas ao RAT (Risco Ambientais do Trabalho) sobre a remuneração de segurados empregados; (b) suposta não declaração em GFIP de contribuições previdenciárias calculadas e descontadas de segurados empregados e

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	contribuintes individuais; (c) contribuições previdenciárias (INCRA, FNDE, SESC e SEBRAE) incidentes sobre a remuneração de segurados empregados; e (d) multa por descumprimento de obrigação acessória, decorrente de alegadas incorreções e/ou omissões relacionadas a GFIP. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 30 de janeiro de 2012. Atualmente, as referidas impugnações estão pendentes de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro, decorrente do recolhimento do valor atuado referido no item "e" acima. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios. No entanto, a Companhia considera-o relevante por conta: (i) do valor envolvido e (ii) da complexidade e/ou relevância da matéria discutida.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

(xii) 16682-720.599/2011-71	
a. Juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª Instância Administrativa
c. Data de instauração	01 de Setembro 2011
d. Partes no processo	Autora: Secretaria da Receita Federal do Brasil Ré: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 190.536.483,20
f. Principais fatos	Foram lavrados 04 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos ao período de 01/2006 a 01/2007 e descumprimento de obrigações acessórias. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 09 de fevereiro de 2007. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 22 de setembro de 2011, através das quais, em linhas gerais, a SESES sustentou que sempre cumpriu integralmente todos os requisitos legais para o gozo do direito à isenção de tais contribuições previdenciárias até a data de transformação de sua natureza jurídica. Em agosto de 2012, a SESES foi intimada para ciência de decisão de 1ª instância administrativa que deu provimento parcial às nossas respectivas impugnações, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de 01/2006 a 07/2006, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. Em 27.09.2012, foi interposto Recurso Voluntário pela autora.
g. Chance de perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro, decorrente do recolhimento do valor atuado referido no item "e" acima. Eventual perda deste

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios. No entanto, a Companhia considera-o relevante por conta: (i) do valor envolvido e (ii) da complexidade e/ou relevância da matéria discutida.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

(xiii) 0719000/03354-09	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª Instância Administrativa
c. Data de instauração	28 de Setembro de 2010
d. Partes no processo	Autora: Secretaria da Receita Federal do Brasil Ré: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 1.890.542,04
f. Principais fatos	Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal para exigir da SESES a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), relativa ao período compreendido entre 31 de janeiro de 2006 e 31 de janeiro de 2007, supostamente incidente sobre receitas não decorrentes das atividades próprias da Instituição. Apresentamos impugnação em 13 de outubro de 2010. No momento, aguarda-se a apreciação da referida impugnação.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro, decorrente do recolhimento do valor autuado referido no item "e" acima. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios. No entanto, a Companhia considera-o relevante por conta: (i) do valor envolvido e (ii) da complexidade e/ou relevância da matéria discutida.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

(ix) 0011338-79.2012.4.02.5101	
a. Juízo	04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	19/06/2012
d. Partes no processo	Autor: Fazenda Nacional/INSS Réu: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 23.896.627,86
f. Principais fatos	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional visando a cobrança judicial dos débitos consubstanciados nos autos de infração nº.:39.808401-7, 39.838008-2 e 39.808402-5, referentes alegadas diferenças de recolhimentos de contribuições previdenciárias, no exercício de 2007.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro, decorrente do recolhimento do valor autuado referido no item "e" acima. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios. No entanto, a Companhia considera-o relevante por conta: (i) do valor envolvido e (ii) da complexidade e/ou relevância da matéria discutida.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

(x) 0016128-43.2011.4.02.5101	
a. Juízo	4ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	27/10/2011
d. Partes no processo	Autor: Fazenda Nacional/INSS Réu: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 2.966.076,60
f. Principais fatos	Execução fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional visando a cobrança judicial dos débitos consubstanciados no Auto de Infração Nº 36.266.291-6, referentes alegadas diferenças de recolhimentos de contribuições previdenciárias, no exercício de 2007.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro, decorrente do recolhimento do valor autuado referido no item "e" acima. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios. No entanto, a Companhia considera-o relevante por conta: (i) do valor envolvido e (ii) da complexidade e/ou relevância da matéria discutida.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

(ii) Contingências trabalhistas:

Nós e nossas controladas figuramos no polo passivo de aproximadamente 2.168 ações de natureza trabalhista, as quais envolvem principalmente pedidos de horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados docentes, sendo as quatro abaixo descritas consideradas relevantes. Nossos consultores jurídicos externos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista. Em 30 de setembro de 2012, a provisão constituída para suportar as prováveis perdas com essas causas era de R\$18,752 milhões.

Abaixo relacionamos e descrevemos os processos trabalhistas em que figuram no pólo passivo ou ativo, os que julgamos mais relevantes para os nossos negócios e de nossas controladas. Foram considerados relevantes, nos termos do Ofício Circular CVM 003/2012, os processos que podem impactar de forma significativa nosso patrimônio, nossa capacidade financeira ou nossos negócios, ou de nossas controladas, devendo ser considerados outros fatores que podem influenciar a

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

decisão do público investidor, como, por exemplo, os riscos de imagem inerentes a uma certa prática nossa ou riscos jurídicos relacionados à discussão da validade de cláusulas estatutárias:

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(i) Processo nº.: 0223600-54.1997.5.01.0055	
a. Juízo	55ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª instância judicial, em fase de execução
c. Data de instauração	09 de dezembro de 1997
d. Partes no processo	Autor: S.N.R Réu: SESES
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Reintegração por não ter sido submetido ao Conselho Departamental (criado pelo Regimento Interno da Universidade para, dentre outras atividades, deliberar sobre a demissão de professores), salários, férias, 13º salário, dentre outros pedidos de menor relevância.
f. Principais fatos	O reclamante alega ter sido demitido sumariamente, sem a submissão de sua demissão ao Conselho Departamental da Instituição, contrariando o Estatuto e Regimento Geral da Instituição. Requer, desta forma, reintegração, com o pagamento dos salários relativos ao período de estabilidade, dentre outros. Foi proferida decisão desfavorável para a Companhia. Atualmente o processo encontra-se suspenso em função do falecimento do Autor.
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro no valor da provisão referida no item "i". Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios. No entanto, a Companhia considera-o relevante por conta: (i) do valor envolvido e (ii) da complexidade e/ou relevância da matéria discutida.
i. Valor provisionado, se houver provisão	R\$1.560.000,00

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(ii) Processo n°.: 01772-2004-034-01-00-2	
a. Juízo	34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
b. Instância	2ª instância judicial
c. Data de instauração	20 de dezembro de 2004
d. Partes no processo	Autor: Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro Réu: SESES
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Diferenças salariais de 5.595 professores, em razão do suposta falta de reajustes salarial em 2004, conforme previstos em Convenção Coletiva da Categoria. O valor estimado é de R\$ 1.500.000,00.
f. Principais fatos	Ação movida pelo Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro em face da SESES, por meio da qual requer o pagamento de reajuste salarial em favor do corpo docente da Companhia (cerca de 5.595 professores quando da distribuição da ação), como previsto na Convenção Coletiva: 3% a partir de 1º de abril de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003 e 6,62% a partir de 1º de outubro de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003. Requer, também, multa de 10% sobre o salário base de cada professor substituído por descumprimento da norma coletiva de trabalho. Foi proferida decisão desfavorável para a Companhia. O processo encontra-se em fase recursal, aguardando o julgamento do recurso interposto pela SESES.
g. Chance de perda	Possível.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro. Não possuímos elementos para calcular o montante envolvido nesta ação. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios. No entanto, a Companhia considera-o relevante por conta: (i) do valor envolvido e (ii) da complexidade e/ou relevância da matéria discutida.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(iii) Processo nº: 00913-2009-109-03-00-1	
a. Juízo	30ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª instância judicial
c. Data de instauração	08 de julho de 2009
d. Partes no processo	Autor: Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais Réu: SESES
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Diferenças salariais decorrentes de alegada equiparação salarial entre docentes. Valor atribuído à causa pelo autor: R\$ 50.000,00.
f. Principais fatos	Ação de Cumprimento movida pelo Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, através da qual requer o pagamento de diferenças salariais decorrentes da alegada não observância da isonomia salarial que deveria ser praticada entre o corpo de docentes, além do pagamento de multa de 10% prevista em Convenção Coletiva do Trabalho por descumprimento de obrigações convencionadas nesse instrumento. O processo encontra-se em fase de conhecimento, especificamente em fase de realização de prova pericial.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro. Não possuímos elementos para calcular o montante envolvido nesta ação. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios. No entanto, a Companhia considera-o relevante por conta: (i) do valor envolvido e (ii) da complexidade e/ou relevância da matéria discutida.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(iv) Processo n.º.: 0001900-08.2009.5.01.0080	
a. Juízo	80ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª instância judicial
c. Data de instauração	09 de janeiro de 2009
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho Réu: SESES
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Legalidade da alteração praticada no contrato de trabalho dos professores horistas. Valor atribuído à causa pelo autor: R\$ 500.000,00
f. Principais fatos	Ação movida pelo Ministério Público do Trabalho, na qual se discute a legalidade da alteração praticada pela Companhia no contrato de trabalho dos professores horistas, com a conseqüente mudança do sistema de cálculo dos pagamentos dos salários e a legalidade do procedimento trabalhista em manter professores em seu corpo docente sem turmas para ministrar aulas, situação de suspensão tácita e unilateral dos contratos de trabalho. O processo encontra-se pendente de julgamento de 1ª instância judicial.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não possuímos elementos para calcular o montante envolvido nesta ação. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios. No entanto, a Companhia considera-o relevante por conta: (i) do valor envolvido e (ii) da complexidade e/ou relevância da matéria discutida.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

(iii) Contingências Cíveis

Em 30 de setembro de 2012, nós e nossas controladas figuramos no pólo passivo, de aproximadamente 3.769 ações de natureza cível, as quais envolvem principalmente pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, sendo as quatro abaixo descritas consideradas relevantes. Nossos consultores jurídicos externos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível. Em 30 de setembro de 2012, a provisão constituída para suportar as prováveis perdas com essas causas era de R\$ 4,7 milhões.

Abaixo relacionamos e descrevemos os processos cíveis em que figuram no pólo passivo ou ativo, os que julgamos mais relevantes para os nossos negócios e de nossas controladas. Foram

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

considerados relevantes, nos termos do Ofício Circular CVM 003/2012, os processos que podem impactar de forma significativa nosso patrimônio, nossa capacidade financeira ou nossos negócios, ou de nossas controladas, devendo ser considerados outros fatores que podem influenciar a decisão do público investidor, como, por exemplo, os riscos de imagem inerentes a uma certa prática nossa ou riscos jurídicos relacionados à discussão da validade de cláusulas estatutárias:

(i) Ação Ordinária nº 2004.001.008546-0	
a. Juízo	40ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro/RJ
b. Instância	Superior Tribunal de Justiça ("STJ") e Supremo Tribunal Federal ("STF")
c. Data de instauração	22 de outubro de 2004
d. Partes no processo	Autora: Luciana Gonçalves de Novaes e outros Réu: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: R\$3.049.000,00
f. Principais fatos	Ação indenizatória distribuída em face da SESES, decorrente de acidente com "bala perdida" sofrido por uma aluna no interior do Campus Rebouças. A sentença de 1ª instância julgou parcialmente procedente o pedido para, em síntese, condenar a Companhia a pagar à aluna (a) o valor de R\$ 600.000,00 a título de danos morais e estéticos; (b) pensão mensal equivalente a um salário mínimo até que ela completasse 65 anos; e (c) o valor relativo ao tratamento médico necessário para a sua recuperação, a ser apurado em posterior fase de liquidação de sentença. Aos pais da aluna, foi concedida indenização por danos morais no valor de R\$ 100.000,00 para cada, e, aos irmãos, R\$ 50.000,00 para cada, também sob esse título. As partes interpuseram apelação contra a referida sentença. O recurso da Companhia foi parcialmente provido para reduzir a indenização por danos morais e estéticos devidos à aluna para R\$ 400.000,00. Quanto ao recurso da aluna, ele foi também parcialmente provido para transformar a pensão concedida à aluna em vitalícia e para determinar a constituição de capital garantidor da referida pensão. Além disso, o Tribunal condenou a Companhia a arcar com os custos do tratamento psicológico dos pais e irmãos da vítima. Os autores, não satisfeitos com o julgamento do recurso da aluna, interpuseram embargos infringentes. Tais embargos foram providos para se elevarem os valores de indenização, devidos à vítima, por danos morais e estéticos para R\$ 600.000,00, restabelecendo-se a sentença de primeira instância nesse aspecto especificamente. As partes interpuseram recursos especiais contra os acórdãos acima referidos, os quais não modificaram o julgado. Adicionalmente, a SESES interpôs recurso extraordinário, o qual se encontra pendente de julgamento.
g. Chance de perda	Provável

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro no valor provisionado no item "i". Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios. No entanto, a Companhia considera-o relevante por conta: (i) do valor envolvido e (ii) da complexidade e/ou relevância da matéria discutida.
i. Valor provisionado, se houver provisão	R\$3.049.000,00

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(ii) Ação Ordinária nº 0026545-80.2009.8.05.0001	
a. Juízo	14ª Vara dos Feitos de Relação de Consumo, Cíveis e Comerciais da Comarca de Salvador/BA
b. Instância	1ª instância judicial
c. Data de instauração	26 de fevereiro de 2009
d. Partes no processo	Autores: Hudson José Roque Lima e outros Réu: IREP - Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. (sucessora legal dos direitos e obrigações da incorporada Sociedade Tecnopolitana da Bahia Ltda.).
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: R\$ 190.000,00
f. Principais fatos	Ação de indenização promovida por Hudson José Roque Lima e outros contra a IREP, através da qual se objetiva a entrega de diploma do curso de tecnólogos em análises clínicas - curso que foi extinto pelo Ministério da Educação - MEC, bem como o pagamento de indenizações, a título de perdas e danos morais. O processo está em fase de conhecimento, tendo sido iniciada a fase probatória com o requerimento de produção de prova testemunhal e documental superveniente, que será analisado pelo Juiz. Audiência de instrução realizada em 08/11/2011. Autos conclusos para sentença em 10/11/2011. Em 10 de abril de 2012, foi prolatada sentença julgando procedente em parte o pedido autoral para condenar a Ré ao pagamento de R\$ 10 mil a cada um dos 19 autores à título de dano moral, afastando assim a indenização por dano material e lucro cessante. Foi interposto recurso de Apelação por ambas as partes, ainda pendente de julgamento. Com a decisão de 1ª instância, o valor envolvido anteriormente calculado em R\$ 1,16 milhões passou a ser R\$ 190 mil.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro no valor referido no item "e". Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios. No entanto, a Companhia considera-o relevante por conta: (i) do valor envolvido e (ii) da complexidade e/ou relevância da matéria discutida.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(iii) Ação Civil Pública nº 2006.51.01.022891-3	
a. Juízo	15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ
b. Instância	1ª instância judicial
c. Data de instauração	04 de dezembro de 2006
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réu: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES") e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: R\$ 1.000.000,00 (valor atribuído à causa pelo Ministério Público Federal)
f. Principais fatos	Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, proposta pelo Ministério Público Federal em face de várias instituições de ensino superior, dentre elas a SESES, através da qual se objetiva a abstenção das rés de cobrarem taxa para a confecção da primeira via do diploma de conclusão de curso e a devolução em dobro da taxa cobrada dos ex-alunos já formados. Tutela deferida para suspender a cobrança da 1ª via de diploma. A SESES deixou de cobrar a referida taxa antes do deferimento desta tutela, após, foi publicado despacho na imprensa oficial, no dia 16 de abril de 2010 determinando que os Réus se manifestassem em provas. Foi proferida sentença de procedência parcial, condenando a SESES a se abster de cobrar qualquer valor pela expedição e registro da primeira via do modelo oficial de diploma de graduação. A SESES já atende o comando judicial na medida em que não cobra valores para expedição do diploma. Portanto, a referida decisão não gera impacto financeiro. Foi interposto recurso de apelação pelo Ministério Público, o qual está pendente de julgamento.
g. Chance de perda	Possível.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro no valor referido no item "e". Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios. No entanto, a Companhia considera-o relevante por conta: (i) do valor envolvido e (ii) da complexidade e/ou relevância da matéria discutida.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(iv) Ação Ordinária nº 583.02.2008.1709661	
a. Juízo	3ª Vara Cível da Comarca da Capital de São Paulo/SP
b. Instância	1ª instância judicial
c. Data de instauração	18 de dezembro de 2008
d. Partes no processo	Autor: Landau & Ramos Ltda. Réu: IREP- Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: R\$1.500.000,00
f. Principais fatos	Trata-se de Ação de Cobrança de Aluguel e Outras Obrigações, decorrente de Contrato de Sublocação do Imóvel da Rua Coronel Luiz Barroso, nº 566, atual Rua Dr. Antônio Bento, nº 509, firmado em 1º de janeiro de 1998, e encerrado em 15 de setembro de 2008, quando da entrega das chaves, ação essa em que a parte autora pleiteia, resumidamente, a condenação dos Réus no (i) pagamento as diferenças de aluguéis no valor de R\$ 496.000,00; (ii) pagamento do valor necessário para a reparação do imóvel, estipulado em R\$ 1.080.000,00, conforme devidamente apurado por meio de três orçamentos apresentados unilateralmente pela autora; (iii) aluguéis referentes ao período em que o imóvel está supostamente indisponível para utilização, tendo em vista as alegadas péssimas condições em que se encontra, até o tempo necessário para a realização dos reparos; (iv) multa correspondente a 3 meses de aluguel, pelo suposto descumprimento da obrigação de apresentar a documentação do imóvel e de devolver o imóvel em condições de uso. No dia 3 de fevereiro de 2009, foi realizada audiência no Setor de Conciliação do Fórum Central, conciliação essa que restou infrutífera. Atualmente, processo encontra-se em fase de conhecimento, especificamente na realização de prova pericial.
g. Chance de perda	Possível.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente Impacto financeiro no valor referido no item "e". Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios. No entanto, a Companhia considera-o relevante por conta: (i) do valor envolvido e (ii) da complexidade e/ou relevância da matéria discutida.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não possuímos em nossa base nenhum processo distribuído por administradores, ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou nossos investidores ou nossas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não existem processos sigilosos relevantes em que nós ou nossas controladas sejamos parte.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Procedimentos Tributários	
Nós e nossas controladas figuramos como partes em aproximadamente 231 ações de natureza tributária, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e nem relevantes, cujas informações seguem abaixo:	
a. Valores envolvidos	R\$ 52,4 milhões
b. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 9 mil
c. Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	<ul style="list-style-type: none"> • ISS não recolhido em período em que as controladas da Companhia gozavam de imunidade tributária; • IPTU não recolhido em período em que as controladas da Companhia gozavam de imunidade tributária; • ISS não recolhido em razão da exclusão de bolsas decorrentes da adesão ao PROUNI da base de cálculo.

Procedimentos Trabalhistas	
Nós e nossas controladas figuramos como partes em aproximadamente 2.164 ações de natureza trabalhista, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e nem relevantes, cujas informações seguem abaixo:	
a. Valores envolvidos	R\$ 105,3 milhões
b. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 17,1 milhões
c. Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	<ul style="list-style-type: none"> • horas extras; • férias não gozadas; • reconhecimento de vínculo empregatício; • equiparação salarial; • responsabilidade subsidiária nas ações movidas por empregados de empresas terceirizadas; • diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados docentes.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Procedimentos Cíveis	
Nós e nossas controladas figuramos como partes em aproximadamente 3.765 ações de natureza cível, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e nem relevantes, cujas informações seguem abaixo:	
a. Valores envolvidos	R\$ 43,6 milhões
b. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 1,7 milhão
c. Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	<ul style="list-style-type: none">• cobranças indevidas;• demora na expedição de diplomas;• não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias;• outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não existem outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas neste Formulário de Referência.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, pois temos sede no Brasil e nossas ações são custodiadas neste país.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Riscos Identificados

Riscos de Mercado

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Esta influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, podem afetar adversamente nossas atividades e o valor de mercado de nossos valores mobiliários.

A economia brasileira ficou marcada em décadas anteriores por intervenções frequentes do Governo Federal nas políticas monetária, de crédito, fiscal, dentre outras. As ações já incluíram inclusive, controle sobre preços e salários, desvalorização da moeda, controle de remessa de capitais, limites para as importações e congelamento de contas correntes. Não temos controle e não podemos prever quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro. Nossos negócios, condição financeira e resultados, bem como o valor de mercado das ações da Companhia, podem ser adversamente afetados por tais intervenções, bem como por outros fatores econômicos, tais como: (i) aumentos na taxa de inflação; (ii) políticas cambiais; (iii) crescimento econômico nacional; (iv) instabilidade social; (v) diminuição de liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimo; (vi) ambiente regulatório pertinente às atividades da Companhia; (vii) política monetária; (viii) taxas de juros; (ix) controles sobre importações e exportações; (x) alterações nas normas trabalhistas e tributárias; e (xi) outras questões políticas, diplomáticas, sociais e econômicas no Brasil ou que afetem o Brasil.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores poderá contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Desta maneira, os acontecimentos futuros na economia brasileira poderão afetar adversamente as atividades da Companhia e os seus resultados.

Os acontecimentos e a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e em países da América Latina e de mercados emergentes, podem afetar o valor de nossos valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de ações ou de dívidas emitidos por nós pode ser afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, inclusive os Estados Unidos, China, países europeus e outros países da América Latina e de mercados emergentes. Crises em outros países podem diminuir o interesse dos investidores pelos valores mobiliários de emissores com operações na América Latina e inclusive em nossos valores mobiliários. Além disso, a crise financeira originada nos Estados Unidos no quarto trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que direta ou indiretamente afetam de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive de nossos valores mobiliários. Crises em outros países podem dificultar ou impedir nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das nossas operações no futuro, em termos aceitáveis, bem como, direta ou indiretamente, dificultar ou impedir nosso acesso a mercados internacionais, afetando negativamente os nossos resultados operacionais, nosso valor de mercado e nossa condição financeira.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

A inflação e os esforços do Governo Federal para combater a inflação, como a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar nossas atividades e o preço de mercado de nossos valores mobiliários.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal com o intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

As medidas do Governo Federal para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como consequência, as taxas de juros têm flutuado de maneira significativa. Por exemplo, a taxa anual de inflação medida pelo Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”) caiu de 20,10% em 1999 para 5,10% em 2011. Em contrapartida, em caso de redução acentuada das taxas de juros, poderá ocorrer elevação da inflação, reduzindo os investimentos em estoque de capital e a taxa de crescimento da economia, bem como trazendo efeitos adversos ao país, podendo, inclusive, afetar nossas atividades. As taxas de juros têm flutuado de maneira significativa. Por exemplo, as taxas de juros oficiais no Brasil no final de 2009, 2010 e 2011 foram de 8,75%, 10,75% e 11,00%, respectivamente, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (“COPOM”) e, em 10 de outubro de 2012, estavam em 7,25%.

A elevação da taxa de juros pode diminuir nosso retorno devido a nosso endividamento indexado a taxas de juros variáveis. Em 30 de setembro de 2012, do endividamento de R\$321,7 milhões, 15,05% ou R\$48,4 milhões estavam indexados a taxas de juros pré-fixadas e 84,95% ou R\$273,3 milhões a taxas de juros variáveis. Aproximadamente 84,95% do endividamento total da Companhia em 30 de setembro de 2012, ou R\$273,3 milhões, estão indexados à CDI e serão diretamente impactados pela elevação da taxa de juros.

Caso não haja o repasse do aumento dos custos decorrentes da inflação para o preço das mensalidades cobradas pela Companhia a seus alunos em valores suficientes e prazo hábil para cobrir os crescentes custos operacionais, tal aumento poderá afetar adversamente a Companhia.

Riscos Políticos

O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações. As atividades da Companhia, sua situação financeira e resultados poderão ser prejudicados de maneira relevante por essas.

O risco regulatório inerente ao sistema educacional brasileiro pode afetar a Estácio via os principais programas públicos de incentivo à educação privada (FIES e PROUNI) em que sua não perpetuidade poderá afetar negativamente a atividade e resultados da empresa.

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus alunos. O aumento dos níveis de inadimplência poderá afetar o seu fluxo de caixa e os seus negócios.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

a) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia sempre avalia a necessidade de buscar proteção para os riscos de crédito (pagamento que devemos receber e eventual necessidade de captação de crédito no mercado financeiro), risco de taxa de juros (por conta de remuneração de nossas aplicações financeiras e de nossas dívidas atualmente incorridas) e risco de liquidez (recursos necessários para pagamentos de obrigações nos prazos adequados). Para mais informações sobre os parâmetros adotados no gerenciamento constante desses riscos, ver o item (d) abaixo.

Tendo em vista a natureza das nossas atividades e os riscos incorridos que foram mapeados, entendemos que não há necessidade nesse momento de buscarmos proteção especial adicional para nenhum tipo de risco. No entanto, a Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar seu plano de crescimento, planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Dessa forma, desenvolveu sua estratégia de gerenciamento de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, avalia periodicamente não apenas o impacto das variáveis do mercado financeiro sobre os resultados do negócio, mas também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos inadequados ou deficientes, pessoas, sistemas ou eventos externos (risco operacional), dentre outros.

b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Não fazemos uso de transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos visando proteção patrimonial, dado que os riscos aos quais estamos expostos, tanto no ativo quanto no passivo, não têm magnitude que justifique tais transações.

c) Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)

Não fazemos uso de transações envolvendo instrumentos financeiros de proteção patrimonial, dado que os riscos financeiros aos quais estamos expostos, tanto no ativo quanto no passivo, não têm magnitude que justifique tais transações.

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos

Todas as nossas operações e de nossas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza nossos riscos. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o nosso negócio podem ser assim enumerados:

Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados. Estamos sujeitos, juntamente com nossas controladas, a risco de crédito proveniente de nossas aplicações financeiras. O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos e gerenciamento ativo da inadimplência. Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, nossas controladas e nós atuamos de acordo com a Política de Investimento e Derivativos Financeiros, aprovada pelo Conselho de Administração.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Risco de taxa de juros

Estamos expostos à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera nossas aplicações financeiras e nossas dívidas. Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

Risco de taxa de câmbio

O nosso resultado não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois não possuímos operações significativas em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de não dispormos, juntamente com nossas controladas, de recursos suficientes para cumprir com nossos compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de nossos direitos e obrigações. O controle da nossa liquidez e do fluxo de caixa e de nossas controladas são monitorados diariamente pelas nossas áreas de Gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do nosso cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para nossas controladas e nós. Não houve mudança relevante nos nossos instrumentos financeiros passivos em 30 de setembro de 2012 em relação a 31 de dezembro de 2011.

Análise de sensibilidade

Os nossos instrumentos financeiros são representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às nossas operações estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A tabela abaixo apresenta quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Com relação aos empréstimos, referem-se à operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros. As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual estávamos expostos na data base de 30 de setembro de 2012, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base na última taxa básica de juros determinada pelo BACEN na reunião do Comitê de Política Monetária em 29 de agosto de 2012 (7,50% a.a), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2012, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operações	Risco	Cenário elevação da SELIC		
		Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras R\$ 177.723(*)	CDI	7,50% (13.329)	9,38% (16.670)	11,25% (19.993)

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Debêntures R\$ 205.219	CDI+1,60	7,50% (18.921)	9,38% (22.831)	11,25% (26.740)
IFC I R\$ 49.632	CDI+1,53	7,50% (4.539)	9,38% (5.484)	11,25% (6.428)
IFC II R\$ 18.437	CDI+1,69	7,50% (1.718)	9,38% (2.069)	11,25% (2.421)
Posição Líquida		(20.982)	(25.139)	(29.296)

Cenário queda da SELIC				
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras R\$ 177.723(*)	CDI	7,50% (13.329)	5,63% (10.005)	3,75% (6.664)
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Debêntures R\$ 205.219		7,50% (18.921)	5,63% (15.012)	3,75% (11.102)
IFC I R\$ 49.632		7,50% (4.539)	5,63% (3.594)	3,75% (2.649)
IFC II R\$ 18.437		7,50% (1.718)	5,63% 1.366	3,75% 1.015
Posição Líquida		(20.982)	(16.825)	(12.668)

* Composto por aplicação financeira e títulos e valores mobiliários

e) Indicar se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Em 27 de setembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a recompra de ações de sua própria emissão, mediante a contratação de opções de compra ("calls"), e o lançamento de opções de venda ("puts" e conjuntamente opções) referenciadas em ações de emissão da Companhia, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria e / ou posterior alienação, podendo ainda ser utilizadas para atender ao eventual exercício de opções no âmbito dos programas de opção de recompra de ações da Companhia, nos termos da instrução CVM nº390/03.

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

O gerenciamento dos riscos é feito por diversos agentes, tais como: Auditoria Interna, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

A Diretoria Financeira é responsável por definir e propor operações ou medidas de mitigação de riscos de mercado consistentes com a estratégia da Cia.

g) Adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O regular monitoramento e avaliação dos riscos incorridos pela Companhia permitem a tomada de decisões que evitam ou mitigam os mesmos.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

Não ocorreram mudanças significativas ou relevantes nos riscos de mercado a que estamos expostos e na política de gerenciamento de riscos que adotamos.

5.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 5 foram descritas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	31/03/2007
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	26/07/2007

6.3 - Breve histórico

Somos uma instituição com 40 anos de história. A Faculdade de Direito Estácio de Sá – origem do nosso grupo – foi criada em 1970, como uma sociedade sem fins lucrativos, com o nome do fundador da cidade do Rio de Janeiro. O idealizador do projeto, o magistrado João Uchôa Cavalcanti Netto, concebeu na época uma faculdade de Direito com um projeto pedagógico inovador. Acreditamos que, em pouco tempo o curso transformou-se em um paradigma do ensino do Direito no Brasil, com uma metodologia de ensino inovadora e nos tornamos uma das instituições particulares com maior índice de aprovação no exame da Ordem dos advogados do Brasil (“OAB”) no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com informações divulgadas pela própria entidade de classe.

Em 1972, transformamo-nos em Faculdades Integradas Estácio de Sá com a incorporação de novos cursos superiores. Em 1988, conquistamos o *status* de Universidade. Tais transformações refletem a expansão de nossas atividades, na medida em que a classificação das instituições de ensino superior é dividida de acordo com as ofertas de atividades de ensino, pesquisa e extensão entre: (i) universidades; (ii) centros universitários; e (iii) faculdades integradas, faculdades, institutos ou escolas superiores.

Em 1992, iniciamos nossa expansão pelo município do Rio de Janeiro com a abertura de um *campus* no bairro da Barra da Tijuca e, já em 1996, ultrapassamos os limites municipais com a criação de unidades nas cidades de Resende, Niterói e Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro. Nessa época, foi criada também uma diretoria para cuidar exclusivamente do aperfeiçoamento e da inovação dos processos de captação, admissão e retenção de alunos.

Ainda em 1996, obtivemos autorização para a criação do curso de medicina da Universidade Estácio de Sá, implantado no ano seguinte. Nosso projeto pedagógico está focado na formação de profissionais de alto nível técnico e com sólida base ética e humanista.

Acreditamos que fomos pioneiros na criação do Instituto Politécnico Universitário – o primeiro centro superior de formação para o trabalho do Brasil, no ano de 1997. O Instituto Politécnico Universitário foi responsável pela oferta de cursos com foco no ensino de competências e habilidades práticas voltadas para nichos específicos do mercado de trabalho, conhecidos como cursos de graduação tecnológica. Na sequência, o Ministério da Educação (“MEC”) emitiu regulamentação própria, equiparando esses cursos aos de graduação tradicional e possibilitando a oferta de uma formação superior em menos tempo que a graduação tradicional – até 2,5 anos – e com a possibilidade dos discentes cursarem especialização e mestrado.

O ano de 1998 foi marcado pela criação do primeiro Conselho de Integração Social para estreitar as relações do grupo de pessoas envolvidas com o ensino e com a sociedade. Hoje existem seis Conselhos de Integração Social distribuídos pelo País. Esses Conselhos contam com a participação de empresários, representantes do governo, membros de academias e de entidades culturais, além de autoridades, personalidades públicas e formadores de opinião.

A expansão nacional foi realizada com a criação dos novos *campi*/unidades nos seguintes Estados brasileiros: São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco, Pará e Ceará, sendo neste último, na cidade de Juazeiro do Norte, implementada a primeira faculdade de Medicina privada da região Nordeste do País.

Em agosto de 1999 foi implantado o Programa de Treinamento Profissional (“PTP”) como parte da estrutura curricular dos cursos. O PTP proporciona aos alunos da graduação tradicional e da graduação tecnológica contato com a realidade social e o mercado de trabalho desde o primeiro período de curso. Ao final de seu curso, o aluno deverá ter cumprido cerca de 80 horas de atividades complementares relacionadas à profissão escolhida.

No ano de 2000, obtivemos recomendação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (“CAPES”) para o curso de mestrado em Direito e, em 2002, para os cursos de mestrado em Administração, Odontologia e Educação e, em 2006, para o curso de Doutorado em Direito.

Em 2005 iniciamos o processo de transformação das nossas subsidiárias para sociedades com fins lucrativos, processo esse finalizado ao longo de 2007.

Em 2006 integramos duas importantes instituições internacionais em nossos programas acadêmicos. Em caráter pioneiro foram estabelecidas parcerias com a École Hotelière de Lausanne, na Suíça, com concessão de dupla titulação (grau válido nos dois países) em Hotelaria para os nossos alunos, e com a Alain Ducasse Formation, na área de gastronomia. Também

6.3 - Breve histórico

em 2006 estabelecemos uma importante e pioneira parceria acadêmica com a Microsoft, que compreende a inclusão de tecnologia desta empresa nos conteúdos programáticos de disciplinas dos cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica, treinamento de professores, realização de eventos acadêmicos, além de diversos outros projetos em desenvolvimento.

Em 27 de julho de 2007, anunciamos o início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Certificados de Depósitos de Ações ("Units") de nossa emissão. Foram emitidas 11.918.400 Units, totalmente subscritas por novos acionistas. O acionista João Uchôa Cavalcanti Neto alienou 7.945.600 Units representativas cada uma de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia, também totalmente adquiridas por novos acionistas. As Units ofertadas foram negociadas ao preço de R\$22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos) por ação. O valor de venda da oferta primária de ações foi de R\$268,2 milhões.

Em maio de 2008, Moena Participações S.A. ("Moena") adquiriu uma participação no nosso controle equivalente a 20% de nosso capital social. A Moena era sociedade controlada diretamente pela Private Equity Partners C, LLC, sociedade devidamente constituída sob as leis de Delaware, Estados Unidos da América. Private Equity Partners C, LLC é detida pela Private Equity Partners C (Cayman), Ltd, sociedade devidamente constituída sob as leis das Ilhas Cayman que, por sua vez, é sociedade controlada por GP Capital Partners IV, L.P. ("GPCPIV"), fundo de investimento devidamente constituído sob leis das Ilhas Cayman. O GPCPIV é gerido pela GP Investments IV, Ltd., subsidiária integral da GP Investments, Ltd., companhia aberta com sede nas Bermudas.

Em julho de 2008, firmamos contrato de participação no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Em agosto de 2010, incorporamos a Moena, passando a Private Equity Partners C, LLC e o GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações a serem nossos acionistas diretos.

Em 11 de agosto de 2010, a Companhia e os acionistas João Uchôa Cavalcanti Netto e Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos realizaram um pedido de análise prévia do registro de distribuição pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia. A oferta foi encerrada em 08 de outubro de 2010 com a venda de 32.803.240 ações ordinárias de titularidade dos acionistas vendedores, e 3.280.324 ações ordinárias emitidas e vendidas pela Companhia, com o exercício da opção de ações suplementares. As ações ofertadas foram negociadas ao preço de R\$19,00 (dezenove reais) por ação. Com a alienação das ações do Sr. João Uchôa Cavalcanti Netto e da Sra. Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos, o Acordo de Acionista foi automaticamente rescindido e a Companhia passou a ter controle difuso.

Em 24 de janeiro de 2011, concluímos o processo de aquisição da Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("Atual"), mantenedora da Faculdade Atual da Amazônia, instituição com sede e campus na cidade de Boa Vista, Roraima.

Em 27 de junho de 2011 os acionistas da Companhia ratificaram a aquisição (i) através da IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda., da totalidade das quotas do capital social da ANEC -Sociedade Natalense de Educação e Cultura Ltda, mantenedora da Faculdade de Natal ("FAL"), instituição com sede e campus na cidade de Natal, Rio Grande do Norte; e da totalidade das quotas do capital social da Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte Ltda., mantenedora da Faculdade de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte FATERN ("FATERN"), instituição com sede e campus na cidade de Natal, Rio Grande do Norte; (ii) da totalidade das quotas do capital social da Sociedade Nova Academia do Concurso-Cursos Preparatórios Ltda. ("Academia do Concurso"); (iii) dos ativos e direitos relativos à gestão (incluindo transferência da manutenção) da Faculdade da Academia Brasileira de Educação e Cultura ("FABEC"), essa última através da controlada Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES"); e, por fim, (iv) da totalidade das quotas da sociedade Rio Neiva Participações Ltda., que passou a denominar-se Estácio Editora e Distribuidora Ltda. que adquiriu a totalidade dos ativos da Livraria Nova Academia, todos com sede na cidade do Rio de Janeiro.

Após, a Companhia continuou seu processo de consolidação no setor educacional por meio de aquisições que incluem a Sociedade Educacional da Amazônia Ltda. ("ASSEAMA"), mantenedora da Faculdade Seama, a UB Unisãoluis Educacional S.A. ("Unisãoluis"), mantenedora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - FACSÃOLUIS, a IDEZ Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda. ("IDEZ"), mantenedora da Faculdade de Tecnologia IBRATEC de João Pessoa, a Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS"), mantenedora das Faculdades

6.3 - Breve histórico

Riograndenses e a UNIUOL Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUOL"), mantenedora da Faculdade de Tecnologia do Uniuol.

Em 25 de novembro de 2011 realizamos uma oferta pública com esforços restritos de colocação de debêntures de nossa emissão. Foram emitidas 20.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com valor nominal de R\$10.000, totalizando a capitalização de R\$200 milhões.

Ao longo de 2012 protocolamos no MEC pedidos de licenciamento para abertura de novos campi da Atual nas cidades de Manaus e Cuiabá.

Em 24 de janeiro de 2013 a Companhia iniciou a Oferta Pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, num total de 15.914.795 ações. Destas, 12.771.392 ações referentes a Oferta Primária e 3.143.403 ações referentes a Oferta Secundária (ações de titularidade dos Acionistas Vendedores). A Oferta foi realizada no Brasil, com esforços de colocação no exterior ao preço de R\$ 42,00 por ação. O montante total envolvido foi de R\$ 668.421.390,00.

Em 05 de abril de 2013, mais uma vez a Companhia renovou seu compromisso de consolidação com a aquisição da totalidade das quotas do Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico – IESST ("IESST"), mantenedora da Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas - FACITEC ("FACITEC"), instituição com sede e campus na cidade de Taguatinga, Distrito Federal através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL").

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Incorporação da Unissori e Cotia
Principais condições do negócio	Em 29 de março de 2010, realizou-se a incorporação societária das sociedades Unissori, e Fundação da Cultura e Educação de Cotia Ltda. ("Cotia"), pela controlada IREP que teve por objetivo simplificar controles e reduzir custos administrativos e operacionais gerando eficiência no fluxo de informações e gestão das nossas instituições controladas.
Sociedades envolvidas	IREP, Unissori e Cotia.
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.
Quadro societário antes e após a operação	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Incorporações de nossas controladas indiretas STB, SESCE; SESPA; SESPE; RADIAL; SESAL; SESSE; SESAP; UNEC; MONTESSORI; MAGISTER; BRASÍLIA; FINTEC; ABAETÉ; EUROPAN pela IREP.
Principais condições do negócio	Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de junho de 2010, aprovaram-se as incorporações das controladas indiretas STB, SESCE, SESPA, SESPE, RADIAL, SESAL, SESSE, SESAP, UNEC, MONTESSORI, MAGISTER, BRASÍLIA, FINTEC, ABAETÉ e EUROPAN pela IREP com o objetivo de simplificar controles e reduzir custos administrativos e operacionais, gerando eficiência no fluxo de informações e gestão das instituições de ensino mantidas por nós.
Sociedades envolvidas	STB, SESCE; SESPA; SESPE; RADIAL; SESAL; SESSE; SESAP; UNEC; MONTESSORI; MAGISTER; BRASÍLIA; FINTEC; ABAETÉ; EUROPAN e IREP.
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.
Quadro societário antes e após a operação	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Incorporação da Moena Participações S.A. ("Moena")
Principais condições do negócio	<p>Incorporamos a Moena e o seu patrimônio líquido foi vertido para nós. O investimento em nós era o principal ativo da Moena, cujo objeto social era a participação em outras sociedades. A incorporação resultou na simplificação operacional do grupo e no aumento da respectiva transparência. O ágio registrado na Moena e atribuído à nossa expectativa de resultado futuro, no montante de R\$171 milhões, oriundo de aquisição, em 2008, de ações de nossa emissão, será, após a incorporação, amortizado fiscalmente em um período de 60 meses por nós. Todo o benefício econômico decorrente da incorporação e da dedutibilidade o ágio daí decorrente será apropriado, de forma simétrica, por todos os nossos acionistas, atuais e futuros, e não apenas pelos acionistas da Moena que não farão jus ao recebimento de ações adicionais quando da amortização do referido ágio. Não existiam passivos e/ou contingências passivas não contabilizadas a serem por nós absorvidos em decorrência da incorporação e não houve emissão de novas ações. A referida incorporação implicou na extinção de pleno direito da Moena e a entrega das ações então detidas por ela a seus acionistas, que passaram a ser nossos acionistas diretos, na proporção que já detinham no capital social de Moena. O protocolo e justificação da operação de incorporação da Moena foi aprovado em AGE realizada em 31 de agosto de 2010.</p>
Sociedades envolvidas	Moena e nós
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Abaixo representado.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas**Quadro societário antes da operação:**

Acionistas	ON	%
João Uchôa Cavalcanti Netto	28.702.835	36,45%
Moena Participações S.A.	15.717.013	19,96%
Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos	4.100.405	5,21%
Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti	4.127.727	5,24%
André Cleófas Uchôa Cavalcanti	4.128.715	5,24%
Tesouraria	15.300	0,02%
Administração e Conselheiros	125.071	0,16%
Outros Acionistas	21.837.777	27,73%
Total	78.751.843	100%

Quadro societário após a operação:

Acionistas	ON	%
João Uchôa Cavalcanti Netto	28.702.835	36,45%
Private Equity Partners C, LLC	15.290.209	19,42%
GPCP4 – Fundo de Investimento em Participações	426.804	0,54%
Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos	4.100.405	5,21%
Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti	4.127.727	5,24%
André Cleófas Uchôa Cavalcanti	4.128.715	5,24%
Tesouraria	15.300	0,02%
Administração e Conselheiros	125.071	0,16%
Outros Acionistas	21.837.777	27,73%
Total	78.751.843	100%

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Alienação de participação relevante																											
Principais condições do negócio	<p>Em 11 de agosto de 2010, a Companhia e os acionistas João Uchôa Cavalcanti Netto e Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos ("<u>Acionistas Vendedores</u>") realizaram um pedido de análise prévia do registro de distribuição pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia (a "<u>Oferta</u>"). O encerramento da Oferta ocorreu em 08 de outubro de 2010 com a venda de 32.803.240 ações ordinárias de titularidade dos Acionistas Vendedores, e 3.280.324 ações ordinárias emitidas e vendidas pela Companhia, com o exercício da opção de ações suplementares ("<u>Ações do Lote Suplementar</u>"). As ações ordinárias vendidas na Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, considerando a colocação das Ações do Lote Suplementar, totalizaram 36.083.564 (trinta e seis milhões, oitenta e três mil, quinhentos e sessenta e quatro) ações. A realização da Oferta foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de agosto de 2010. Com o encerramento da Oferta, a Companhia passou a ter controle difuso.</p>																											
Sociedades envolvidas	Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos, João Uchôa Cavalcanti Netto e nós.																											
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Abaixo representado.																											
Quadro societário antes da operação:																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th data-bbox="405 1435 956 1496">Acionistas</th> <th data-bbox="962 1435 1129 1496">ON</th> <th data-bbox="1136 1435 1241 1496">%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="405 1496 956 1556">João Uchôa Cavalcanti Netto</td> <td data-bbox="962 1496 1129 1556">28.702.835</td> <td data-bbox="1136 1496 1241 1556">36,45%</td> </tr> <tr> <td data-bbox="405 1556 956 1617">Private Equity Partners C, LLC</td> <td data-bbox="962 1556 1129 1617">15.290.209</td> <td data-bbox="1136 1556 1241 1617">19,42%</td> </tr> <tr> <td data-bbox="405 1617 956 1700">GPCP4 – Fundo de Investimento em Participações</td> <td data-bbox="962 1617 1129 1700">426.804</td> <td data-bbox="1136 1617 1241 1700">0,54%</td> </tr> <tr> <td data-bbox="405 1700 956 1760">Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos</td> <td data-bbox="962 1700 1129 1760">4.100.405</td> <td data-bbox="1136 1700 1241 1760">5,21%</td> </tr> <tr> <td data-bbox="405 1760 956 1821">Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti</td> <td data-bbox="962 1760 1129 1821">4.127.727</td> <td data-bbox="1136 1760 1241 1821">5,24%</td> </tr> <tr> <td data-bbox="405 1821 956 1881">André Cleófas Uchôa Cavalcanti</td> <td data-bbox="962 1821 1129 1881">4.128.715</td> <td data-bbox="1136 1821 1241 1881">5,24%</td> </tr> <tr> <td data-bbox="405 1881 956 1942">Tesouraria</td> <td data-bbox="962 1881 1129 1942">15.300</td> <td data-bbox="1136 1881 1241 1942">0,02%</td> </tr> <tr> <td data-bbox="405 1942 956 2002">Administração e Conselheiros</td> <td data-bbox="962 1942 1129 2002">124.371</td> <td data-bbox="1136 1942 1241 2002">0,16%</td> </tr> </tbody> </table>	Acionistas	ON	%	João Uchôa Cavalcanti Netto	28.702.835	36,45%	Private Equity Partners C, LLC	15.290.209	19,42%	GPCP4 – Fundo de Investimento em Participações	426.804	0,54%	Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos	4.100.405	5,21%	Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti	4.127.727	5,24%	André Cleófas Uchôa Cavalcanti	4.128.715	5,24%	Tesouraria	15.300	0,02%	Administração e Conselheiros	124.371	0,16%	
Acionistas	ON	%																										
João Uchôa Cavalcanti Netto	28.702.835	36,45%																										
Private Equity Partners C, LLC	15.290.209	19,42%																										
GPCP4 – Fundo de Investimento em Participações	426.804	0,54%																										
Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos	4.100.405	5,21%																										
Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti	4.127.727	5,24%																										
André Cleófas Uchôa Cavalcanti	4.128.715	5,24%																										
Tesouraria	15.300	0,02%																										
Administração e Conselheiros	124.371	0,16%																										

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Outros Acionistas	21.835.477	27,73%
Total	78.751.843	100%

Quadro societário após a operação:

Acionistas	ON	%
Private Equity Partners C, LLC	15.290.209	18,64%
GPCP4 – Fundo de Investimento em Participações	426.804	0,52%
Tesouraria	15.300	0,02%
Administração e Conselheiros	124.371	0,15%
Outros Acionistas	66.175.483	80,67%
Total	82.032.167	100,0%

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Aquisição da Faculdade Atual da Amazônia - FAA
Principais condições do negócio	<p>Em 18 de outubro de 2010, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração a aquisição da totalidade das quotas do capital social da SOCIEDADE EDUCACIONAL ATUAL DA AMAZÔNIA LTDA. ("ATUAL"), mantenedora da Faculdade Atual da Amazônia ("FAA"), instituição com sede e campus na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima. A operação foi realizada através da sociedade controlada IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP") e o valor da transação foi de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), incluindo pagamento aos sócios (no valor de R\$ 13.364.000,00 (treze milhões, trezentos e sessenta e quatro mil reais)) e assunção de obrigações da empresa.</p> <p>Em setembro de 2010, a FAA possuía 4.500 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação, sendo a instituição líder em ensino superior privado do Estado de Roraima, com uma participação de mercado estimada em 40%. Na última avaliação realizada pelo MEC antes da aquisição a instituição aferiu Conceito Institucional (CI) "5", numa escala de 1 a 5.</p>
Sociedades envolvidas	IREP, Atual e nós
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.
Quadro societário antes e após a operação	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Aquisição da Faculdade de Natal - FAL
Principais condições do negócio	Em 22 de fevereiro de 2011, foi divulgada, através de Fato Relevante, a aquisição da totalidade das quotas do capital social da ANEC - SOCIEDADE NATALENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA, mantenedora da Faculdade de Natal (" <u>FAL</u> "), instituição com sede e campus na cidade de Natal, Estado de Rio Grande do Norte. A operação foi realizada através da sociedade controlada IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. (" <u>IREP</u> ") e o valor da transação foi de R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais), incluindo pagamento aos sócios (no valor de R\$3.552.859,00 (três milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e nove reais)) e assunção de obrigações da empresa. Em dezembro de 2010, a FAL possuía 2.400 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. Na última avaliação realizada pelo MEC antes da aquisição a instituição aferiu Conceito Institucional (CI) "3", numa escala de 1 a 5.
Sociedades envolvidas	IREP, ANEC e nós
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.
Quadro societário antes e após a operação	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.

Evento	Aquisição da Nova Academia do Concurso e direitos relativos à gestão da FABEC
Principais condições do negócio	Em 7 de abril de 2011, foi divulgada, através de Fato Relevante, a aquisição por nós e pela SESES da totalidade das quotas da sociedade Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda. (" <u>Academia do Concurso</u> "), que por sua vez é proprietária e gestora da operação de cursos presenciais preparatórios para concursos públicos, e dos ativos e direitos relativos à gestão (incluindo transferência de manutenção) da Faculdade da Academia Brasileira de Educação e Cultura (" <u>FABEC</u> "). O valor da transação foi de R\$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), incluindo pagamento aos sócios (no valor de R\$ 15.078.818,58 (quinze milhões, setenta e oito mil, oitocentos e dezoito reais e cinquenta e oito centavos)) e assunção de obrigações. A Academia do Concurso é líder no segmento de cursos preparatórios para concursos públicos na cidade do Rio de Janeiro, tendo registrado ao longo de 2010 mais de 29 mil alunos matriculados em seus cursos livres de curta duração.
Sociedades envolvidas	SESES, Nova Academia do Concurso, FABEC e nós
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.
Quadro societário antes e após a operação	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Aquisição da FACULDADE DE EXCELÊNCIA EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE - FATERN
Principais condições do negócio	Em 12 de abril de 2011, foi divulgada, através de Fato Relevante, a aquisição pela controlada IREP da totalidade das quotas do capital social da SOCIEDADE UNIVERSITÁRIA DE EXCELÊNCIA EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE LTDA. (" <u>SUDERN</u> "), mantenedora da Faculdade de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte – FATERN (" <u>FATERN</u> "), com sede e campus na cidade de Natal, Rio Grande do Norte. O valor do investimento foi de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), incluindo pagamento aos sócios (no valor de R\$ 14.604.744,47 (quatorze milhões, seiscentos e quatro mil, setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e sete centavos)) e assunção de obrigações. Em dezembro de 2010, a FATERN possuía 3.350 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. Na última avaliação realizada pelo MEC antes da aquisição a instituição aferiu Conceito Institucional (CI) "4", numa escala de 1 a 5.
Sociedades envolvidas	IREP, SUDERN e nós
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.
Quadro societário antes e após a operação	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.

Evento	Alienação da Sociedad de Enseñanza Superior S.A. ("<u>SESSA</u>")
Principais condições do negócio	Em 08 de setembro de 2011, foi divulgada, através de Fato Relevante, a alienação da totalidade das ações de que éramos titulares no capital social da SOCIEDAD DE ENSEÑANZA SUPERIOR S.A., sociedade com sede na cidade de Assunção, na República do Paraguay.
Sociedades envolvidas	SESSA e nós
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.
Quadro societário antes e após a operação	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.

Evento	Aquisição da Faculdade Seama - SEAMA
Principais condições do negócio	Em 6 de fevereiro de 2012, foi divulgada, através de Fato Relevante, a aprovação da aquisição pela controlada indireta SOCIEDADE EDUCACIONAL ATUAL DA AMAZÔNIA LTDA. (" <u>ATUAL</u> "), da Associação Educacional da Amazônia (" <u>ASSEAMA</u> "), atualmente Sociedade Educacional da Amazônia Ltda., mantenedora da SEAMA, instituição com sede e campus na cidade de Macapá, Estado do Amapá. Aquisição esta que se concretizou em 05.04.12, após aprovação dos nossos acionistas

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

	em AGE realizada em 03.04.12. O valor do investimento na ASSEAMA foi de R\$21.720.000,00 (vinte e um milhões, setecentos e vinte mil reais), incluindo pagamento aos sócios (no valor de R\$ 19.862.392,30 (dezenove milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, trezentos e noventa e dois reais e trinta centavos)) e assunção de obrigações. A SEAMA possui aproximadamente 2.750 alunos matriculados em seus cursos e ticket médio de aproximadamente R\$ 630. Na última avaliação realizada pelo MEC antes da aquisição a instituição aferiu Conceito Institucional (CI) "4", numa escala de 1 a 5.
Sociedades envolvidas	ATUAL, ASSEAMA e nós
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.
Quadro societário antes e após a operação	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.

Evento	Aquisição da FACSÃOOLUIS
Principais condições do negócio	Em 28 de maio de 2012, foi formalizado, através de Fato Relevante, o compromisso de compra, pela controlada indireta SOCIEDADE EDUCACIONAL ATUAL DA AMAZÔNIA LTDA. ("ATUAL"), da UB Unisãoluis Educacional S.A. ("Unisãoluis"), mantenedora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - FACSÃOOLUIS ("FACSÃOOLUIS"), instituição com sede e campus na cidade de São Luís, Estado do Maranhão. Aquisição esta que se concretizou em 12.09.2012, após aprovação de nossos acionistas em AGE realizada em 03.07.2012. O valor do investimento na Unisãoluis foi de R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais), incluindo pagamento aos sócios (no valor de R\$ 21.790.777,49 (vinte e um milhões, setecentos e noventa mil, setecentos e setenta e sete reais e quarenta e nove centavos)) e assunção de obrigações. A FACSÃOOLUIS foi fundada em 2001 e possui aproximadamente 4.000 alunos. Em 2011, foi avaliada pelo MEC, que emitiu Conceito Institucional (CI) "3", numa escala de 1 a 5.
Sociedades envolvidas	ATUAL, Unisãoluis e nós
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.
Quadro societário antes e após a operação	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.

Evento	Aquisição da Faculdade iDez
Principais condições do negócio	Em 25 de junho de 2012, foi formalizado, através de Fato Relevante, a compra, pela controlada indireta SOCIEDADE EDUCACIONAL ATUAL DA AMAZÔNIA LTDA. ("ATUAL"), da totalidade de quotas da IDEZ EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS SOCIEDADE SIMPLES LTDA. ("iDEZ"),

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

	mantenedora da Faculdade de Tecnologia IBRATEC de João Pessoa (" <u>UNIBRATEC</u> "), instituição com sede e campus na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba. O valor do investimento na iDez foi de R\$ 2.750.000,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta mil reais), incluindo pagamento aos sócios (no valor de 1.982.320,34 (um milhão, novecentos e oitenta e dois mil, trezentos e vinte reais e trinta e quatro centavos)) e assunção de obrigações. A iDez foi fundada em 2008 e possui aproximadamente 500 alunos. Em 2011, foi avaliada pelo MEC, que emitiu Conceito Institucional (CI) "3", numa escala de 1 a 5.
Sociedades envolvidas	ATUAL, iDez e nós
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.
Quadro societário antes e após a operação	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.

Evento	Aquisição da Faculdade FARGS
Principais condições do negócio	Em 01 de agosto de 2012, foi formalizado, através de Fato Relevante, a compra, pela controlada indireta SOCIEDADE EDUCACIONAL ATUAL DA AMAZÔNIA LTDA. (" <u>ATUAL</u> "), da totalidade de quotas da SOCIEDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL S/S LTDA. (" <u>FARGS</u> "), mantenedora das Faculdades Riograndenses, instituição com sede e campus na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. O valor do investimento na FARGS foi de R\$ 9.320.000,00 (nove milhões, trezentos e vinte mil reais), incluindo pagamento aos sócios (no valor de R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais)) e assunção de obrigações. A FARGS foi fundada em 1990 e possui aproximadamente 1.100 alunos e 117 professores alocados em 2 <i>campi</i> , disponibiliza 1.680 vagas anuais, contando em seu portfólio 11 cursos superiores e 8 de pós-graduação além de cursos de extensão e cursos livres. O ticket médio de seus cursos é de aproximadamente R\$620,00. Em 2010 foi avaliada pelo MEC que emitiu Conceito Institucional (CI) "3", numa escala de 1 a 5.
Sociedades envolvidas	ATUAL, FARGS e nós
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.
Quadro societário antes e após a operação	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.

Evento	Aquisição da Faculdade UNIUOL
Principais condições do negócio	Em 01 de agosto de 2012, foi formalizado, através de Fato Relevante o compromisso de compra pela controlada indireta SOCIEDADE EDUCACIONAL ATUAL DA AMAZÔNIA LTDA. (" <u>ATUAL</u> "), da totalidade de quotas a UNIUOL Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. (" <u>UNIUOL</u> "), mantenedora da Faculdade de Tecnologia do UniUol, instituição

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

	com sede e campus na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba. Aquisição esta que se concretizou em 21.08.2012. O valor do investimento na UNIUOL foi de R\$ 1.725.000,00 (um milhão, setecentos e vinte e cinco mil reais), incluindo pagamento aos sócios (no valor de R\$ 615.592,64 (seiscentos e quinze mil, quinhentos e noventa e dois reais e sessenta e quatro centavos)) e assunção de obrigações. A UNIUOL foi fundada em 2001 e possui aproximadamente 300 alunos e 37 professores alocados em 1 campus, contém em seu portfólio 3 cursos de graduação tecnológicos e 6 de pós-graduação. O ticket médio de seus cursos é de aproximadamente R\$300,00. Em 2011 foi avaliada pelo MEC, que emitiu Conceito Institucional (CI) "3", numa escala de 1 a 5.
Sociedades envolvidas	ATUAL, UNIUOL e nós
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.
Quadro societário antes e após a operação	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.

Evento	Aquisição do Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico – IESST ("IESST")
Principais condições do negócio	Em 05 de abril de 2013, foi formalizado, através de Fato Relevante o compromisso de compra pela controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das quotas do Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico – IESST ("IESST"), mantenedora da Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas - FACITEC ("FACITEC"), instituição com sede e campus na cidade de Taguatinga, Distrito Federal. O valor do investimento na FACITEC foi de R\$29.000.000 (vinte e nove milhões de reais), a ser pago parte em recursos financeiros e parte através de assunção de dívidas e obrigações em geral. As partes acordaram, ainda, pagamento adicional de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), caso a FACITEC venha a ser transformada em Centro Universitário até 31.12.2014. A FACITEC foi fundada em 2001 e possui aproximadamente 3.600 alunos, 8.500 vagas totais e 120

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

	professores alocados em 1 campus, contando em seu portfolio com 13 cursos superiores e 24 de pós-graduação, além de cursos de extensão e cursos livres. O ticket médio líquido de seus cursos é de aproximadamente R\$426. Em 2012, foi avaliada pelo MEC, que emitiu Conceito Institucional (CI) 4, numa escala de 1 a 5. O negócio marcará a chegada da Estácio no Distrito Federal, praça estratégica para o ensino presencial e polo de EAD.
Sociedades envolvidas	ATUAL, IESST e nós
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.
Quadro societário antes e após a operação	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.

Para mais informações sobre operações de reestruturação ocorridas no Grupo Econômico, ver item 8.3 deste Formulário de Referência.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não sofremos pedido de recuperação judicial, extrajudicial e falência.

6.7 - Outras informações relevantes

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Somos uma companhia *holding* cujos principais ativos são as participações societárias em instituições de ensino superior através do controle direto e indireto. Fomos constituídos em março de 2007, a partir de uma reorganização societária, cujo propósito foi o de concentrar as atividades de ensino superior desenvolvidas pelas sociedades SESES, STB, SESPA, SESCE e SESPE, sujeitas ao nosso controle direto ou indireto. Anteriormente a esta reorganização societária, nossas subsidiárias foram transformadas em sociedades com fins lucrativos, sendo que a STB, a SESPA foram transformadas em setembro de 2005, a SESCE e a SESPE, foram transformadas em outubro de 2005, e a SESES, UNEC, SESA, SESES foram transformadas em fevereiro de 2007.

Em 29 de fevereiro de 2008, por meio de nossa controlada IREP adquirimos a totalidade das quotas do capital social da Interlagos, Abaeté e Faculdade de Brasília de São Paulo.

Em 14 de agosto de 2008, realizamos a aquisição de participação societária equivalente a 99,98% do capital da Sociedad de Enseñanza Superior S.A. ("SESSA"), com sede na Cidade de Assunção, Paraguai, mantenedora da Universidad de La Integración de Las Americas ("UNIDA"), cuja alienação ocorreu em 08 de setembro de 2011.

Em 1º de outubro de 2008, o nosso Conselho de Administração autorizou a Diretoria a iniciar os procedimentos para a aquisição de participação societária no capital social das seguintes sociedades mantenedoras de instituições de ensino superior: SESSE, SESAL, UNEC e SESAP, mantenedora da Faculdade do Amapá.

Em 7 de novembro de 2008, por meio da nossa controlada direta IREP, adquirimos a totalidade das quotas do capital social das sociedades Maria Montessori Educação e Cultura Ltda. ("Montessori"), Cultura e Educação de Cotia Ltda. ("Cotia") e Unidade de Ensino Superior Montessori de Ibiúna S/C Ltda. ("Montessori Ibiúna"), cujas sedes e *campi* estão localizados nas cidades de Ibiúna, Cotia e São Paulo, respectivamente, pelo valor de R\$10.299.000,00.

Em 26 de março de 2010, foi emitido um laudo de incorporação societária das sociedades controladas indiretas Montessori de Ibiúna e da Cotia por nossa controlada direta IREP, que teve por objetivo simplificar controles e reduzir custos administrativos e operacionais gerando eficiência no fluxo de informações e gestão das nossas instituições controladas. A incorporação foi ratificada pelo nosso Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de abril de 2010 e a IREP passou a sucedê-las em todos os direitos, bens e obrigações.

Em 29 de junho de 2010, nosso Conselho de Administração aprovou a incorporação das controladas indiretas STB, SESCE, SESPA, SESPE, RADIAL, SESAL, SESSE, SESAP, UNEC, MONTESSORI, MAGISTER, BRASÍLIA, FINTEC, ABAETÉ e EUROPAN pela controlada direta IREP.

Em 18 de outubro de 2010, por meio de nossa controlada IREP anunciamos a aquisição da totalidade das quotas do capital social da Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda., mantenedora da Faculdade Atual da Amazônia ("FAA"). Em setembro de 2010, a FAA possuía 4.500 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. O encerramento da operação foi anunciado em 24 de janeiro de 2011 e o valor da transação foi de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Em 22 de fevereiro de 2011, por meio de nossa controlada IREP adquirimos a totalidade das quotas da Sociedade Natalense de Educação e Cultura Ltda, mantenedora da Faculdade de Natal ("FAL"), instituição com sede e campus na cidade de Natal, Rio Grande do Norte.

6.7 - Outras informações relevantes

Em 7 de abril de 2011, adquirimos a totalidade das quotas da Sociedade Nova Academia do Concurso-Cursos Preparatórios Ltda – Academia do Concurso, que por sua vez é proprietária e gestora da operação de cursos presenciais preparatórios para concursos públicos e ainda, dos ativos e direitos relativos a gestão da Faculdade da Academia Brasileira de Educação e Cultura – FABEC.

Em 12 de abril de 2011, por meio de nossa controlada IREP adquirimos a totalidade das quotas do capital social da Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte LTDA, mantenedora da Faculdade de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte – FATERN, instituição com sede e campus na cidade de Natal, Rio Grande do Norte.

Em 5 de abril de 2012, por meio de nossa controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda (“ATUAL”), adquirimos a Associação Educacional da Amazônia – ASSEAMA, mantenedora da Faculdade Seama, instituição com sede e campus na cidade Macapá, Estado de Amapá.

Em 28 de maio de 2012, por meio de nossa controlada indireta –ATUAL, formalizamos o compromisso de compra da UB Unisãoluis Educacional S.A. (“Unisãoluis”), mantenedora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - FACSÃOOLUIS (“FACSÃOOLUIS”), instituição com sede e campus na cidade de São Luis, Estado do Maranhão, aquisição esta que se concretizou em 12.09.2012.

Em 25 de junho de 2012, por meio de nossa controlada indireta –ATUAL, adquirimos a totalidade das quotas da IDEZ EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS SOCIEDADE SIMPLES LTDA. (“IDEZ”), mantenedora da Faculdade de Tecnologia IBRATEC de João Pessoa (“UNIBRATEC”), instituição com sede e campus na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Em 1º de agosto de 2012, através da nossa controlada indireta ATUAL, adquirimos a totalidade das quotas da SOCIEDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL S/S LTDA. (“FARGS”), mantenedora das Faculdades Riograndenses, instituição com sede e campi na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, bem como formalizamos o compromisso de compra da totalidade das ações da UNIUOL Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. (“UNIUOL”), mantenedora da Faculdade de Tecnologia do Uniuol, instituição com sede e campus na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, aquisição esta que se concretizou em 12.08.2012.

Em 30 de setembro de 2012, a *holding* Estácio Participações é composta por 4 Centros Universitários, 33 Faculdades, 1 Universidade e 52 pólos de ensino à distância, com um total de 75 *campi*.

Segue abaixo uma breve descrição das nossas Mantenedoras¹:

• **A SESES - Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda** possui um total de 183,7 mil alunos, em 30 de setembro de 2012, localizados em 9 Estados brasileiros. A SESES é mantenedora de 1 Universidade, 8 Faculdades e 1 Centro Universitário:

- Universidade Estácio de Sá
- 8 Faculdades e 1 Centro Universitário:
 - Faculdade Estácio de Sá de Belo Horizonte
 - Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora
 - Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande
 - Faculdade Estácio de Sá de Goiás

¹ O número de matriculados contempla os alunos dos ensinos presencial e a distância.

6.7 - Outras informações relevantes

- Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos
- Centro Universitário Estácio de Sá de Santa Catarina
- Faculdade Estácio de Sá de Vitória
- Faculdade Estácio de Sá de Vila Velha
- Faculdade da Academia Brasileira de Educação e Cultura

• **A IREP – Sociedade de Ensino Superior Médio e Fundamental Ltda.** possui um total de 85,5 mil alunos em 30 de setembro de 2012 localizados em 10 Estados brasileiros, e é mantenedora de 3 Centros Universitários e 17 Faculdades:

- Centro Universitário Estácio da Bahia
- Centro Universitário Estácio Radial de São Paulo
- Centro Universitário do Ceará – Estácio FIC
- Faculdade Estácio de Cotia
- Faculdade Estácio de Curitiba
- Faculdade Estácio de Natal
- Faculdade Estácio do Recife
- Faculdade Estácio EuroPanamericana de Humanidades e Tecnologias
- Faculdade Estácio Montessori de Ibiúna
- Faculdade de Medicina Estácio de Juazeiro do Norte
- Faculdade Estácio de Sergipe
- Faculdade Estácio de Alagoas
- Faculdade Estácio do Pará
- Faculdade Estácio do Amapá
- Faculdade de Tecnologia Estácio de Curitiba
- Faculdade de Tecnologia Radial Santo André
- Faculdade Brasília de São Paulo
- Faculdade de Educação e Cultura Montessori
- Faculdade Interlagos de Educação e Cultura
- Faculdade Magister

• **A ATUAL – Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda** possui um total de 9,9 mil alunos em 30 de setembro de 2012, localizados em 5 Estados brasileiros, e é mantenedora de 6 Faculdades:

- Faculdades Riograndenses
- Faculdade Seama
- Faculdade de Tecnologia Ibratex de João Pessoa
- Faculdade de Tecnologia do Uniuol

6.7 - Outras informações relevantes

- FACSÃO LUIS – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
- Faculdade Estácio da Amazônia – FAA

• **A ANEC – Sociedade Natalense de Educação e Cultura Ltda** possui um total de 2,4 mil alunos em 30 de setembro de 2012 localizado em Natal, Rio Grande do Norte, sendo mantenedora da Faculdade de Natal.

• **A SUDERN – Sociedade Universitária de Excelência do Rio Grande do Norte Ltda** possui um total de 2,9 mil alunos em 30 de setembro de 2012 localizados em Natal, Rio Grande do Norte, sendo mantenedora da Faculdade de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte.

Nossa sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, e o telefone de nossa área de Relações com Investidores é +55 21 2311- 9789. Nosso *website* é www.estacioparticipacoes.com.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

VISÃO GERAL

Somos uma das maiores organizações privadas no setor de ensino superior no Brasil em números de alunos matriculados, de acordo com dados da Consultoria Hoper referentes ao ano de 2011. Em 30 de setembro de 2012, contávamos com 284,4 mil alunos matriculados nas modalidades presencial e à distância, em cursos de graduação e pós-graduação. Nossa rede é formada por uma universidade, quatro centros universitários, 33 faculdades e 52 pólos de ensino à distância credenciados pelo MEC, com uma capilaridade nacional representada por 75 *campi*, nos principais centros urbanos de 20 estados brasileiros, estrategicamente localizadas nas proximidades das residências e/ou dos locais de trabalho de nosso público alvo de trabalhadores de classes média e média-baixa. Acreditamos possuir professores altamente capacitados, metodologias de ensino avançadas e instalações bem equipadas, e oferecemos 78 cursos de graduação nas áreas de Ciências Exatas, Ciências Biológicas e Ciências Humanas, em graduação tradicional e tecnológica. Adicionalmente, oferecemos cursos de pós-graduação *lato sensu*, cursos de mestrado e de doutorado além de diversos cursos de extensão, que acreditamos ter qualidade diferenciada e preços competitivos, visando à formação profissional de nossos alunos e sua melhor empregabilidade.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, registramos R\$1.148,4 milhões e R\$1.021,6 milhões de receita líquida, respectivamente.

Fazemos parte de programas do Governo Federal como o PROUNI (desde 2005) e o FIES, que nos trazem vários benefícios, sobretudo fiscais. Para mais informações, ver a seção 7.5 – “Programas de Incentivo” deste Formulário de referência.

Em junho de 2008, com a entrada de fundos de investimentos geridos pela GP Investments em nosso capital social, iniciamos um processo de importantes mudanças em nosso modelo de negócio e estrutura organizacional, visando ao crescimento sustentável, com rentabilidade e foco ainda maior em qualidade.

Este processo foi baseado em três principais conceitos:

- **Profissionalização da Nossa Gestão.** Ao longo de 2009, redefinimos os papéis das lideranças gerenciais e construímos um modelo de gestão orientado por resultados e meritocracia, reduzindo e otimizando níveis hierárquicos e ganhando maior produtividade e agilidade. Tal sistema busca atrelar o desempenho e remuneração variável de mais de 400 dos nossos principais gestores a indicadores-chave individuais, claramente definidos, monitorados periodicamente e focados na (i) qualidade dos serviços prestados, (ii) satisfação dos alunos e (iii) nossa rentabilidade. Em uma iniciativa inovadora no segmento de educação no Brasil, nós implementamos um programa de remuneração variável para nossos mais de 8.000 professores, a partir do qual premiamos os 20% de melhor desempenho. A partir da implantação de um orçamento base zero, instauramos uma política de austeridade no planejamento orçamentário e gestão de custos matricial, proporcionando um alto nível de controle e disciplina de custos e explorando as melhores práticas e ganhos com a nossa escala de operação.
- **Qualidade de Ensino.** Ao longo de 2009, nossa nova Diretoria de Ensino liderou a renovação do nosso modelo acadêmico, buscando o aumento da qualidade dos cursos oferecidos e a redução de seus custos diretos, tanto para nós quanto para o nosso público-alvo. Neste contexto, podemos destacar:
 - (i) Nossos esforços para adequar os currículos dos nossos 41 principais cursos, compreendendo cerca de 90% de nossa base de alunos, às demandas do mercado de trabalho e integrados nacionalmente;

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

- (ii) Aumentamos nossa eficiência por meio da formulação de disciplinas compartilhadas entre diferentes cursos, oferta de materiais didáticos on-line em cursos presenciais e introdução de atividades de auto-aprendizagem;
 - (iii) Estruturamos uma plataforma digital, o "Portal do Aluno", na qual alunos e professores desempenham atividades acadêmicas como, por exemplo, estudos de caso e pesquisas, além de acessarem todos os livros disponibilizados em nossa biblioteca virtual; e
 - (iv) Passamos a oferecer material didático completo aos alunos matriculados a partir de 2010, formado por capítulos dos melhores livros de cada área de conhecimento, licenciados das principais editoras atuantes no país mediante pagamento dos direitos autorais devidos. Além do forte diferencial de qualidade representado por este material, a entrega do mesmo na residência do aluno no início de cada semestre e a inclusão do seu custo integral na mensalidade, em valores mais baixos do que se o aluno tivesse que adquirir indiretamente tal material, representam um diferencial de custo importante e tangível para nosso público-alvo.
- **Centralização das Atividades de *Back-Office*.** Criamos nossa Central de Serviços Compartilhados ("CSC") que executa os serviços administrativos, financeiros, contábeis e de tecnologia da informação, do nosso escritório corporativo e de todas as nossas Unidades. Esse novo desenho contribuiu para aumentar os níveis de qualidade e eficiência de nossos processos internos, viabilizando um modelo de negócio escalável, apto a suportar crescimento futuro a um custo incremental reduzido, possibilitando a expansão de nosso negócio com maiores níveis de rentabilidade.

Acreditamos que o setor de ensino no Brasil apresenta uma grande perspectiva de crescimento, em decorrência de: (i) crescimento econômico brasileiro; (ii) alta demanda por mão-de-obra qualificada; (iii) incentivos fiscais e regulatórios promovidos pelo governo brasileiro; (iv) aumento do poder aquisitivo da população brasileira e da crescente disponibilidade de crédito educacional, tanto por parte do Governo Federal (FIES e PROUNI) como por instituições privadas; e (v) potencial de crescimento do segmento de jovens de classes média e média-baixa. Com base em dados do Censo da Educação Superior 2011, do MEC, em 2011 apenas 14,6% dos jovens brasileiros de 18 a 24 anos estavam matriculados em cursos superiores.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

A tabela a seguir demonstra os nossos principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Variação		Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Variação
	2009	2010	2011	09 x 10	10 x 11	2011	2012	11 x 12
(R\$ milhões)								
Receita Líquida ⁽¹⁾	1.008,8	1.016,2	1.148,4	0,7%	13,0%	854,0	1.021,6	19,6%
Lucro Bruto	312,4	323,9	382,9	3,7%	18,2%	282,7	383,9	35,8%
EBITDA ⁽²⁾	93,5	92,2	123,0	-1,4%	33,4%	100,5	161,1	60,3%
EBITDA Ajustado ⁽³⁾	103,9	106,1	140,6	2,1%	32,4%	113,7	167,7	47,5%
Lucro Líquido ⁽⁴⁾	63,4	80,7	70,2	27,3%	-13,0%	67,8	94,8	39,8%
Número de Alunos (mil) ⁽⁵⁾	205,7	210,1	240,0	2,1%	14,2%	247,8	284,4	14,8%
Novas Matrículas (mil) ⁽⁶⁾	93,8	116,6	146,0	24,3%	25,2%	141,5	177,5	25,4%
Mensalidade média Presencial (R\$) ⁽⁷⁾	400,6	421,0	440,1	5,1%	4,5%	436,5	474,5	8,7%
Mensalidade média EAD (R\$) ⁽⁷⁾	168,0	167,8	172,9	-0,1%	3,0%	170,6	184,1	7,9%
(R\$ milhões)								
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	4,7	1,8	6,5	-61,7%	261,1%	3,2	17,8	456,3%
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	0,8	7,8	247,8	875,0%	3076,9%	55,7	269,9	384,6%
Compromissos a pagar (Aquisições)	1,3	1,5	5,4	15,4%	260,0%	7,3	24,3	232,9%
Parcelamento de tributos de curto prazo	0,5	0,3	0,2	-40,0%	-33,3%	0,3	1,0	233,3%
Parcelamento de tributos de longo prazo	1,7	1,5	4,4	-11,8%	193,3%	4,7	8,7	85,1%

⁽¹⁾ Em função da nossa aderência ao PROUNI, temos benefícios fiscais que afetam nossa receita líquida. Para maiores informações veja o Item 10.2 deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ O EBITDA é o lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o BR GAAP, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA não tem uma definição padronizada e pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

⁽³⁾ O EBITDA Ajustado é resultante da soma do EBITDA com o resultado financeiro de receitas com multas e juros sobre mensalidades e o resultado das atividades não continuadas.

⁽⁴⁾ Em função da nossa aderência ao PROUNI, temos benefícios fiscais que afetam nosso lucro líquido. Para maiores informações veja o Item 10.2 deste Formulário de Referência.

⁽⁵⁾ Total de alunos matriculados ao final de cada período indicado.

⁽⁶⁾ Número de alunos entrantes em cada período indicado (graduação e EAD), excluindo transferências de alunos provenientes de outras instituições e alunos que retornaram após trancamento de matrícula.

⁽⁷⁾ Calculada com base na receita líquida do exercício ou período dividido pela base final de alunos do exercício ou período.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a) produtos e serviços comercializados

Nossa receita é decorrente da prestação de serviços educacionais de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade de ensino à distância. Além disso, auferimos receita por meio da prestação de serviços em centrais de impressão e cópias e com emolumentos cobrados de alunos para a obtenção de determinadas certificações e documentos. Informamos que a nossa renda provém da mesma fonte, desde nossa criação em 2007.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

	Período de Nove Meses findo em 30 de setembro de 2012		Exercício Social encerrado em					
			2011		2010		2009	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Serviços Educacionais	1.021,6	100,0	1.148,4	100,0	1.016,2	100,0	1.008,8	100,0

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Conforme disposto nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, em função da concentração de nossas atividades na atividade de ensino superior estamos organizados em uma única unidade de negócio e os cursos que oferecemos, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela administração como segmentos independentes, sendo os nossos resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Assim, o lucro líquido da Companhia representa o lucro ou prejuízo resultante do seu único segmento.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a) características do processo de produção

O processo de produção é dado pela elaboração dos conteúdos programáticos de disciplinas dos cursos de graduação tradicional, tecnológica, pós-graduação, mestrado, doutorado e ensino à distância e extensão, bem como a prestação do serviço de ensino nas modalidades citadas anteriormente. Nosso sistema operacional não envolve a produção de nenhum bem, ele é caracterizado apenas pela prestação de serviço educacional.

b) características do processo de distribuição

Comercialização e Vendas – Nossas atividades de vendas têm como objetivo atrair alunos em potencial, aumentar a permanência dos atuais alunos e consolidar a percepção do valor das nossas marcas "Universidade Estácio de Sá" e "Estácio" bastante difundidas no Estado do Rio de Janeiro, e aumentar a abrangência da marca no Brasil em uma estratégia de *co-branding* com as demais marcas utilizadas e desenvolvidas para as faculdades dos demais Estados onde estão instaladas nossas unidades. Estruturamos e direcionamos as campanhas de *marketing* de acordo com o público-alvo em questão, que inclui (i) público externo: empresas locais e seus funcionários, escolas de ensino médio, comunidades locais e agências governamentais, e (ii) público interno: ex-alunos e corpos discente e docente e funcionários. Acreditamos que uma de nossas principais ferramentas de *marketing* para atrair novos alunos é a recomendação de alunos formados. Entendemos que as atividades de *marketing* são tão importantes que possuímos, desde 1992, uma diretoria de mercado focada no aperfeiçoamento e inovação dos processos de captação, admissão e retenção de alunos. Acreditamos nos esforços de nossa diretoria de mercado aliada a um *mix* diferenciado na oferta de cursos de graduação tradicional, tecnológica, pós-graduação, mestrado, doutorado e ensino à distância e extensão. Em termos concretos, esta Diretoria trabalha com os seguintes fundamentos:

Captação – A captação de novos alunos decorre de programas estratégicos com foco em jovens adultos trabalhadores, além de processos sistemáticos de sensibilização de estudantes e professores do ensino médio, tais como feiras de profissões e encontros de alunos.

Direcionamos e segmentamos nossos esforços de *marketing* em cada localidade de acordo com os resultados de pesquisas de demanda local, buscando identificar as aspirações dos alunos em potencial.

Nossos anúncios são vinculados em vários veículos de comunicação. Também implementamos campanhas de *marketing* relacionadas aos nossos processos de seleção/ingresso e nos esforçamos para construir um relacionamento com escolas de ensino médio e empresas nos locais em que operamos e de potencial crescimento.

Vestibular – Dispomos de diversos processos seletivos que permitem a entrada de alunos. Os vestibulares de ensino presencial e à distância ocorrem periodicamente, porém as entradas ocorrem duas vezes ao ano (semestre 1 e 2) e quatro vezes ao ano (módulo 1, 2, 3 e 4) respectivamente. O ingresso desses alunos é facilitado por uma ampla oferta de convênios com empresas (bolsas corporativas, preços especiais, etc) e o processo de admissão se dá por meio das seguintes formas: vestibular tradicional, vestibular agendado manuscrito, vestibular cursos a distância, transferência para Estácio, segunda graduação, reabertura, Enem, Prouni.

Retenção – Para manter os alunos, contamos com diversas iniciativas. Dentre elas, merecem destaque:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

- Programa de Treinamento Profissional – atividades extra-classe voltadas para o exercício da profissão; e
- Setor de Programas e Estágios – estágios e empregos para alunos, por meio de convênios com empresas públicas e privadas. Até 30 de setembro de 2012, a Estácio implantou em 17 estados o projeto Espaço Estágio Emprego - E3. O E3 é um ambiente exclusivo para orientação de carreira para alunos e egressos e tem por objetivo a integração crescente entre o universo acadêmico e os grandes empregadores estreitando o relacionamento da instituição com o mercado de trabalho. No âmbito do E3, as empresas podem fazer contato direto com os alunos para recrutar, realizar processo seletivo ou construir banco de currículos. Uma equipe de profissionais e estagiários dos últimos períodos dos cursos de Gestão de Recursos Humanos e Psicologia dão orientação personalizada aos jovens universitários em busca de sua primeira experiência profissional ou auxiliam na recolocação no mercado: ajudam a construir e avaliar currículos, orientam como potencializar qualidades numa entrevista e processo seletivo e ajudam a planejar e gerenciar a carreira profissional. Todo mês, a equipe organiza uma agenda com eventos focados em empregabilidade e empreendedorismo: oficinas, palestras, feiras de estágios, cursos, entre outros. Os egressos continuam com acesso a todos os serviços e podem participar dos eventos programados. No decorrer de 2011, com a implantação de E3, foram oferecidas 117.569 ofertas de estágios, 67.340 ofertas de emprego e organizados mais de 100 eventos, entre feiras, oficinas e palestras. Em 2012 inauguramos em agosto mais uma unidade do E3 no RJ, no Campus Centro. www.estacio.br/e3.
- Portal de Vagas Estácio - Por meio de parcerias e convênios com empresas públicas e privadas, mais de 30 mil empresas de todo Brasil publicam diariamente as suas oportunidades de estágios, empregos e programas de Trainee. Quando a empresa divulga a vaga, o sistema dispara automaticamente um e-mail para os candidatos dentro do perfil. Os interessados se inscrevem e participam do processo seletivo. Mesmo depois de formados os alunos continuam recebendo as oportunidades para se colocar ou recolocar no mercado de trabalho. No ano de 2012 já foram oferecidas aos nossos alunos 246.510 vagas de estágios e empregos em todo Brasil. www.vagasestacio.com.br.
- Estácio Acredita - Para os estudantes do último período, a Estácio buscou no mercado os melhores consultores e consultorias que pudessem trazer para os alunos que estão prestes a se formar informações sobre as tendências do mercado de trabalho e sobre as competências mais requisitadas pelas empresas na hora de contratar. A partir desta iniciativa, a Companhia criou o Estácio Acredita - um curso *online*, construído com Consultores da Thomas Case Associados, Michael Page e várias consultorias de Recursos Humanos. Em 2012, 7.257 formandos já realizaram o curso. No momento estamos desenvolvendo para 2013, o Estácio Acredita II, que abordará Gestão de Carreira, Educação Financeira, Novos Negócios e Empreendedorismo e Concurso Público. Temos o SEBRAE, a Associação Brasileira de Franchising e a Academia do Concurso entre os parceiros no projeto. www.estacio.br/estacioacredita

Ademais, divulgamos os índices de satisfação auferidos por meio de nossa pesquisa de avaliação de qualidade a todos os nossos alunos, bem como as melhorias implementadas como resultado dessa pesquisa. Publicamos os resultados dos trabalhos acadêmicos de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

nossos alunos dentro e fora de nossas unidades. As taxas de retenção dos nossos programas durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2011 foram de 90,6% e 90,7%, respectivamente, e nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2012 foram de 88,8% e 87,3%, respectivamente. Esse aumento de 0,1% entre os exercícios sociais e essa diminuição de 1,5% entre os períodos de nove meses são reflexo do crescimento da nossa captação.

Os alunos ingressam em nossas universidades, que são mantidas por nossas sociedades controladas, e gozam os privilégios que lhes oferecemos. Temos atualmente 75 *campi* localizados em 20 Estados brasileiros, em 39 cidades distintas. Nossa unidade administrativa central está localizada na cidade do Rio de Janeiro, no estado do mesmo nome. Toda a rede de ensino tem infra-estrutura adequada para a prestação de serviços de educação de qualidade aos alunos. Temos, aproximadamente, 3.583 salas de aula de ensino presencial e aproximadamente 143 salas de aula de ensino a distância, 1.280 laboratórios de ensino¹, 76 bibliotecas, 75 auditórios e 54 núcleos prestadores de assistência jurídica gratuita, dos quais 42 estão localizados em nossas unidades e 12 em juizados especiais cíveis conveniados. Além disso, visando à melhora da percepção do valor de nossa marca, tanto no âmbito regional, quanto nacional, mantemos um departamento de relações institucionais ativo e implementamos campanhas para divulgar nossa marca, suas vantagens competitivas e nossos objetivos educacionais, destacando a preocupação com a empregabilidade de nossos alunos. Procuramos melhorar a percepção do valor de nossa marca em todas as regiões em que atuamos por meio dos agentes que influenciam o processo de escolha dos alunos em potencial e através de nossos clientes internos e externos.

Os esforços de vendas são coordenados por uma equipe comercial presente em todas as unidades da Estácio. Tal equipe de comercialização também é responsável por coletar informações a respeito das necessidades e preferências de clientes potenciais, a fim de direcionar o foco às atividades de aquisição de novas instituições e elaboração de novos cursos.

A presença de colaboradores, funcionários e membros da equipe comercial nas unidades possibilita o acesso a uma base de dados especializada e extensa de potenciais clientes e flexibilidade para acomodar as necessidades dos alunos. Os profissionais da equipe comercial frequentam sessões periódicas de treinamento, onde são atualizados em técnicas de atendimento ao cliente e comercialização, novos produtos e campanhas. Acreditamos que a Companhia promove uma abordagem de vendas transparente, com o objetivo de desenvolver uma relação de confiança entre as pessoas envolvidas. Nas unidades, os colaboradores, funcionários e membros da equipe comercial provêem informações sobre os cursos, respondem a perguntas e estimulam os potenciais alunos a conhecer os cursos que oferecemos, bem como a se cadastrar para receber uma visita ou informações adicionais sobre novos cursos e ofertas.

O planejamento da campanha de marketing é iniciado geralmente 60 dias antes do início do período letivo para a modalidade presencial e para a modalidade à distância. As ações de publicidade e marketing possuem leis que são seguidas com vigor. As campanhas da Companhia são alavancadas com base na reputação de ensino de qualidade, preços acessíveis, diversidade de cursos e colocação profissional dos alunos. Divulgam-se os cursos, dentre outros, por meio de mídias *online*, impressas, ações promocionais e feiras.

¹ Não estão incluídos os laboratórios de informática

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

c) características dos mercados de atuação:

(i) Visão Geral do Setor de Ensino Superior no Brasil

O Brasil representava o quinto maior mercado de ensino superior do mundo e o maior mercado de ensino superior da América Latina, com aproximadamente 6,7 milhões de matrículas, segundo dados do MEC/INEP 2011.

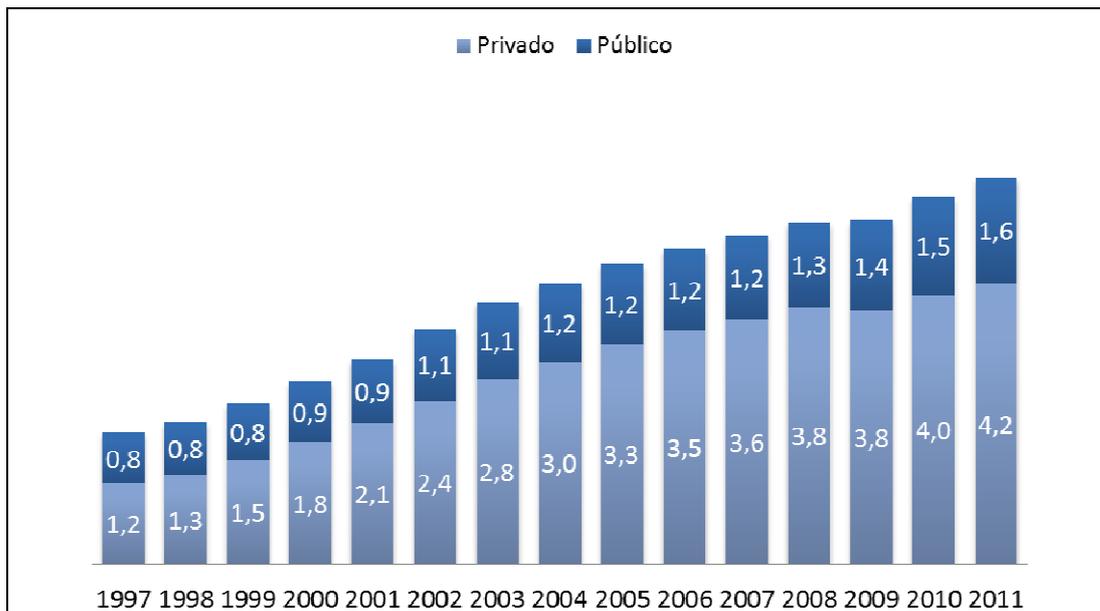
Apesar do crescimento nos últimos anos, de acordo com o IBGE, apenas 14,6% da população brasileira entre 18 e 24 anos estava matriculada em instituições de ensino superior em 2011, uma porcentagem ainda bem abaixo da meta de 33% estipulada pelo Governo Federal para até 2020, o que indica potencial de continuidade de crescimento do setor de ensino superior no Brasil.

O setor de ensino no Brasil é altamente relevante para a economia do país, devido, principalmente, ao tamanho de nossa população. De acordo com dados do Censo da Educação do MEC/INEP, em 2011, o Brasil apresentou um total de 50,9 milhões de matrículas na Educação Básica, incluindo todas as categorias de ensino dentre educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos e educação profissional. Deste total, 28,6 milhões de matrículas correspondem ao ensino fundamental, 8,4 milhões ao ensino médio e 6,9 milhões ao ensino infantil, os três maiores setores de ensino do mercado brasileiro. O ensino superior, por sua vez, apresentou um total de 6,7 milhões de matrículas em 2011.

De acordo com dados do MEC/INEP, o setor privado presencial tem apresentado um crescimento anual composto de 9,33% de 1997 a 2011, enquanto o setor público cresce a taxas de 5,92% ao ano no mesmo período. Com isso, o setor privado elevou sua participação de mercado de 61,0% para 72,2% de 1997 a 2011, enquanto que o setor público teve sua participação reduzida de 39,0% para 27,8%. Os gráficos abaixo ilustram, respectivamente, (i) o crescimento do número de matrículas para cursos presenciais nos setores público e privado e (ii) a participação de cada setor (público e privado) no número total de matrículas para cursos presenciais de 1997 a 2011.

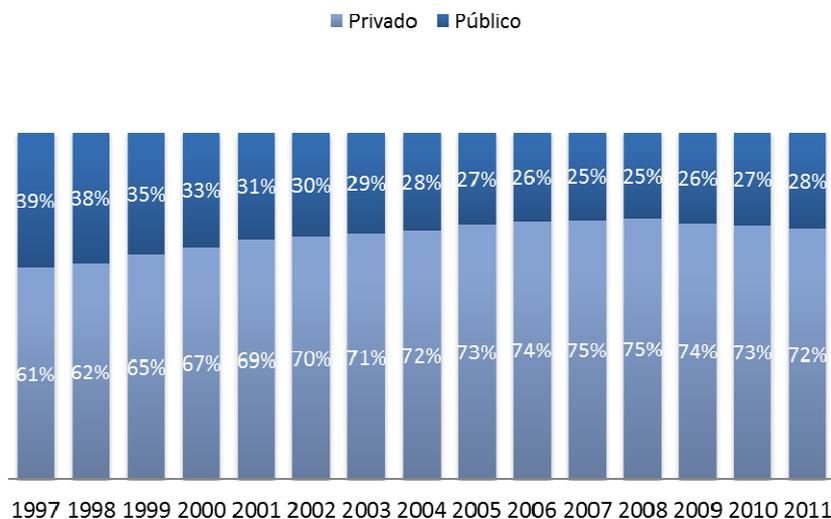
Evolução no número de matrículas presenciais no ensino superior (Milhões)

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: MEC/INEP 2011

Participação no total de matrículas presenciais (%)



Fonte: MEC/INEP 2011

Um dos fatores para esse crescimento foi a mudança na regulamentação do setor na década de 1990. Anteriormente a 1996, o setor de educação superior no Brasil enfrentava restrições regulatórias que dificultavam a expansão da oferta de ensino superior por instituições privadas, apesar da insuficiência dos investimentos públicos nos diversos níveis do setor. A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em dezembro de 1996, diversas medidas foram lançadas para incentivar o investimento privado no setor de educação superior brasileiro. Dentre as principais iniciativas adotadas incluem-se a flexibilização das restrições regulatórias para a abertura de cursos e instituições e a

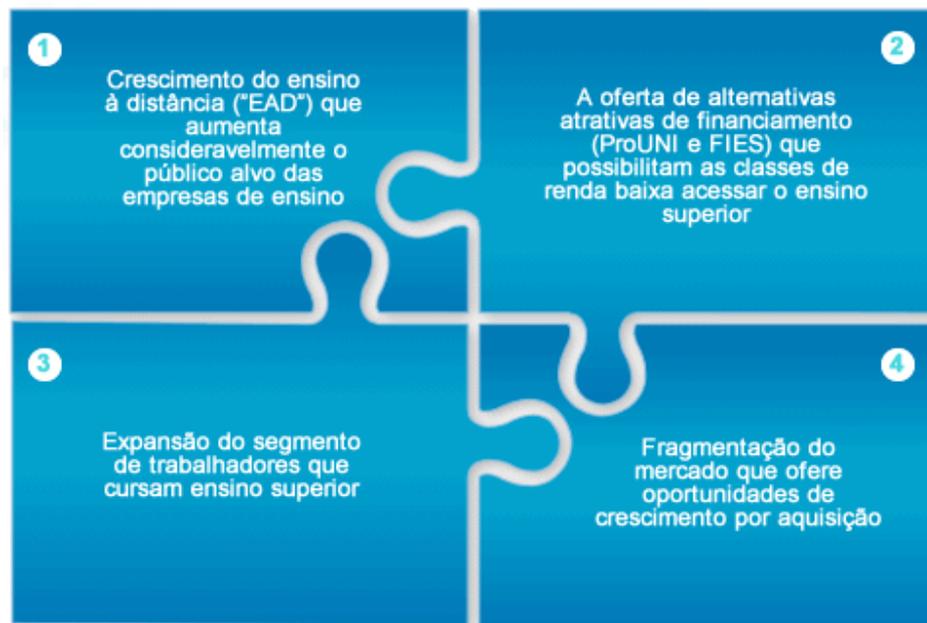
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

regulamentação da lei que permitiu que instituições de ensino superior fossem constituídas como empresas com fins lucrativos.

Atualmente, ao contrário do segmento de ensino básico, o ensino superior brasileiro é dominado por instituições privadas, capazes de suprir à demanda por cursos superiores não atendida pelas instituições públicas. Enquanto as instituições de ensino superior públicas são direcionadas para servir como centros de excelência e pesquisa, com padrões de admissão extremamente competitivos e capacidade de expansão limitada, as instituições de ensino superior privadas voltam sua atenção para as exigências profissionais impostas pelo mercado de trabalho e desenvolvem programas flexíveis para atender às necessidades dos trabalhadores.

(ii) Alavancas de crescimento no setor

O setor de ensino no Brasil possui 4 alavancas de crescimento:



(iii) Ensino à distância

O ensino à distância surge como opção para aumentar a penetração do ensino superior no Brasil em virtude de sua mensalidade mais baixa, o que aumenta substancialmente o número de pessoas com poder aquisitivo para frequentar esses programas.

Segundo o levantamento realizado pela Associação Brasileira de Educação a Distância - ABED, no ano de 2008 havia aproximadamente 2,6 milhões de alunos matriculados em algum curso de Educação à Distância no país. Conforme dados divulgados pela MEC/INEP para 2011, a Educação à Distância foi a modalidade que mais cresceu do mercado de ensino superior, com uma taxa composta de crescimento anual de 42,11% no período de 2002 a 2011, quando havia aproximadamente 993 mil alunos matriculados em cursos de ensino superior à distância no país.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

matriculados no fim do ano letivo anterior (8,5% da receita total); ou (ii) uma bolsa integral para cada 22 alunos que pagam a mensalidade regular em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, desde que também ofereçam bolsas de 50% ou 25% em um valor total equivalente a 8,5% de sua receita anual.

As empresas que aderem ao programa ficam isentas, durante toda a vigência de sua adesão ao PROUNI, de: (i) COFINS e PIS sobre a receita de cursos de graduação e sequenciais de formação específica; e (ii) IRPJ e CSLL sobre a receita líquida proporcional à receita dos cursos de graduação e sequenciais de formação específica.

Programa de Financiamento Estudantil ("FIES")

O FIES foi criado em 1999 e oferece financiamento de até 100% das mensalidades junto às instituições de ensino superior privada que participam do programa e que receberam uma boa classificação do MEC.

Até o momento, mais de 500 mil alunos foram beneficiados pelo programa, e cada vez mais instituições de ensino superior são cobertas pelo programa no Brasil. Desde 2005, o FIES também oferece financiamento a alunos que recebem bolsas de estudo parciais do PROUNI no valor de 50% de seus custos de educação superior. Assim, esses alunos conseguem financiar os outros 50% de seus custos de educação superior com um empréstimo do FIES.

Atualmente, os empréstimos do FIES são concedidos na seguinte ordem de prioridade:

1. Alunos que recebem bolsa de estudo de 50% do PROUNI;
2. Alunos que recebem bolsas complementares e estão matriculados em cursos considerados prioritários pelo FIES (licenciatura em química, física, matemática e biologia, bem como cursos de engenharia, geologia e outros cursos incluídos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos);
3. Alunos que recebem bolsas complementares e estão matriculados em outros cursos;
4. Alunos matriculados em instituições de educação superior que aderiram ao PROUNI;
5. Outros alunos inscritos em instituições de educação superior que não aderiram ao PROUNI.

Mudanças recentes

As normas do FIES mudaram recentemente para oferecer mais vantagens e tornar o programa ainda mais interessante para os alunos, principalmente aqueles que pretendem se tornar professores e doutores. As principais mudanças foram as seguintes:

1. Redução das taxas de juros de 6,5% para 3,4% ao ano, capitalizada mensalmente à taxa de 0,27901%;
2. Redução de 1% ao mês no valor da dívida para professores e doutores que optarem por trabalhar no setor público após a graduação (professores que têm de trabalhar em educação pública básica e doutores em áreas determinadas pelo Ministério da Saúde);
3. Aumento dos prazos. Atualmente, os alunos têm um prazo equivalente a três vezes a duração do curso para quitar o financiamento acrescido de um ano. Antes, o prazo era equivalente a duas vezes a duração do curso.
4. Possibilidade de alunos solicitarem o FIES sem necessidade de fiador nos casos de: alunos de curso de licenciatura, ou estudante que possua renda familiar mensal bruta per capita de até um salário mínimo e meio ou alunos bolsistas parciais do

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

- PROUNI. Para tal, foi criado o Fundo Garantidor que permite ao estudante a dispensa de apresentação de fiador ou formação de fiança solidária.
5. Necessidade de, a partir de 2011, o aluno calouro (ingressante no 1º período - vestibular) ter feito o ENEM.
 6. Percentuais de financiamento variados de 50% a 100%.

A Companhia acredita que essas mudanças elevarão o número de matrículas nas escolas de graduação em virtude das melhores condições para os alunos que não podem arcar com seus custos de educação. Taxas de juros mais baixas, somadas a prazos de financiamento mais longos, devem impulsionar ainda mais as matrículas, favorecendo o setor como um todo. Além disso, como já mencionado, o governo criou um fundo para garantir os empréstimos estudantis, o que isenta o aluno da necessidade de um fiador para seu empréstimo e torna o programa ainda mais interessante.

(v) Expansão do segmento formado por trabalhadores que estudam

A perspectiva de ascensão profissional e o aumento salarial significativo para os trabalhadores com diploma superior são dois fatores centrais associados à expansão do setor de ensino superior brasileiro. De acordo com a Consultoria Hoper, o Brasil é um dos países onde o fato de possuir um diploma superior exerce uma das maiores diferenças salariais no mundo, aumentando em média 171% a renda daqueles que o detém.

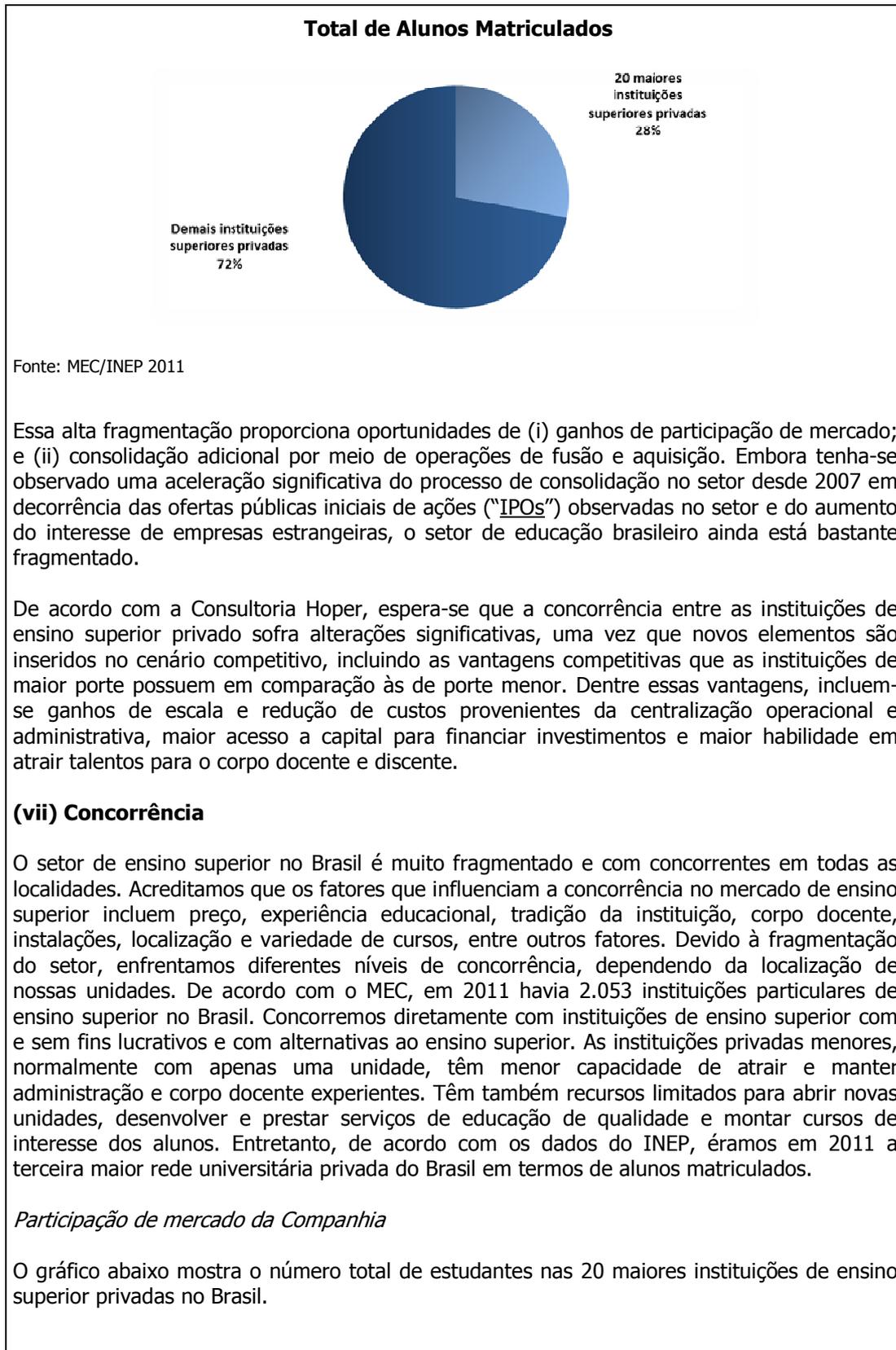
Ainda segundo a Consultoria Hoper, o aumento no número de alunos que trabalham durante o dia e estudam à noite deverá continuar impulsionando o crescimento do setor. Em 2011, o número de alunos matriculados no Ensino Superior noturno atingiu 3,64 milhões, representando quase 54% dos alunos matriculados. Adicionalmente, o crescimento anual composto do número de alunos matriculados em cursos noturnos foi de 9,5%, significativamente maior que o de cursos diurnos, que foi de 3,8%, ambos para o período de 2002 a 2010.

Esperamos que o número de matrículas em instituições de ensino superior no Brasil continue a crescer em consequência de determinados fatores, tais como: (i) a perspectiva de ascensão profissional; (ii) o aumento significativo na renda individual daqueles que detém um diploma de ensino superior; (iii) a demanda substancial por trabalhadores qualificados não atendida e em expansão; e (iv) a crescente disponibilidade de alternativas educacionais para a população de classes média e baixa, em função do apoio contínuo do Governo Federal ao ensino superior privado e, especificamente, do investimento privado no ensino superior.

(vi) Consolidação do setor

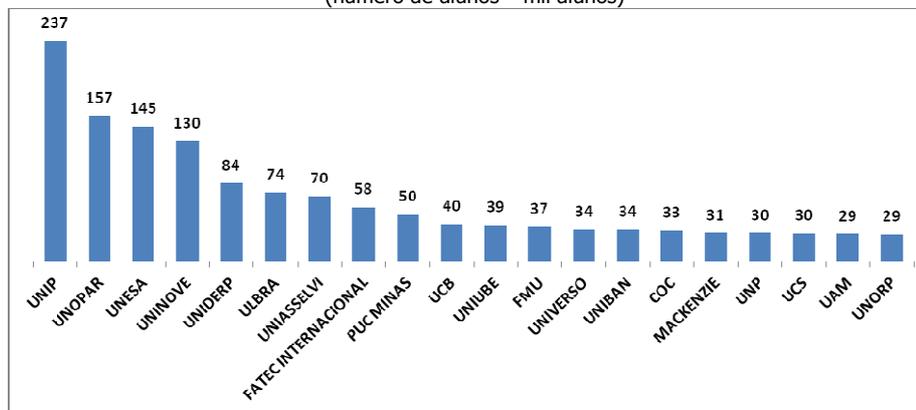
Em 2011, as 20 maiores instituições privadas de ensino superior no Brasil (responsáveis por 27,8% do total de matriculados privados) apresentavam aproximadamente 1,38 milhões de alunos matriculados, ao passo que nas outras 2.033 instituições privadas (responsáveis por 72,2% do total de alunos matriculados privados) apresentavam aproximadamente 3,58 milhões de alunos matriculados, de acordo com dados do MEC/INEP.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Número Total de Estudantes nas Top 20 IES Privadas do Brasil (Presencial e EAD)
(número de alunos – mil alunos)



Fonte: MEC/INEP 2011

A Estácio pode ser identificada no gráfico acima como UNESA.

Já a tabela abaixo mostra a participação de mercado da Companhia segmentada por local de atuação com base no número de estudantes ingressantes em instituições de ensino superior privadas em cada local mencionado para o ano de 2010.

UF	MUNICÍPIO	Número de alunos ingressantes da Companhia	Número total de alunos ingressantes em instituições de ensino superior privadas na localidade	Market share da Companhia na localidade
		2010	2010	2010
RJ	RIO DE JANEIRO	23.757	71.728	33,1%
CE	FORTALEZA	4.490	20.163	22,3%
MG	BELO HORIZONTE	3.855	43.423	8,9%
RJ	NITEROI	3.762	8.607	43,7%
BA	SALVADOR	3.336	38.438	8,7%
SP	SAO PAULO	3.330	208.282	1,6%
RJ	NOVA IGUACU	2.926	4.337	67,5%
RN	NATAL	2.166	14.488	15,0%
SC	SAO JOSE	2.039	7.591	26,9%
PE	RECIFE	1.944	19.994	9,7%
GO	GOIANIA	1.723	22.784	7,6%
PA	BELEM	1.534	12.046	12,7%
SE	ARACAJU	1.482	10.810	13,7%
RJ	CABO FRIO	1.372	2.722	50,4%
ES	VITORIA	1.277	9.202	13,9%
RJ	NOVA FRIBURGO	1.252	1.845	67,9%
MG	JUIZ DE FORA	1.185	5.028	23,6%
RJ	SAO GONCALO	1.181	2.941	40,2%
MA	SAO LUIS	1.168	9.616	12,1%
AP	MACAPA	1.147	4.535	25,3%

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

RJ	PETROPOLIS	1.038	2.452	42,3%
RJ	MACAE	1.018	1.881	54,1%
AL	MACEIO	973	15.820	6,2%
ES	VILA VELHA	957	4.010	23,9%
RR	BOA VISTA	920	1.646	55,9%
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	917	2.958	31,0%
PR	CURITIBA	814	28.082	2,9%
SP	OURINHOS	801	1.255	63,8%
RJ	SAO JOAO DE MERITI	795	1.036	76,7%
RJ	RESENDE	669	1.346	49,7%
RJ	DUQUE DE CAXIAS	642	6.026	10,7%
MS	CAMPO GRANDE	540	13.675	3,9%
SP	COTIA	490	749	65,4%
SP	SANTO ANDRE	330	14.306	2,3%
RJ	QUEIMADOS	320	320	100,0%
CE	JUAZEIRO DO NORTE	317	3.097	10,2%
RS	PORTO ALEGRE	119	11.903	1,0%
PB	JOAO PESSOA	115	6.522	1,8%
SP	IBIUNA	64	116	55,2%

Fonte: MEC/INEP 2010

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

d) Eventual sazonalidade

Para o ensino presencial o número de alunos matriculados tem comportamento sazonal no primeiro e terceiro trimestre do ano. Esse período é mais aquecido devido ao início do ano letivo e o segundo trimestre de cada ano geralmente apresenta queda do número de matrículas, fruto da evasão transitória de alunos nesse período. Esse fenômeno tende a se repetir no início do segundo semestre de cada ano, aquecido pelas novas matrículas que abrem o período, seguido de menor atividade no quarto trimestre de cada ano. Tal padrão se repete nos cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado.

Para o ensino à distância o número de alunos matriculados tem comportamento sazonal no início do primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestre do ano. Os inícios de trimestre são mais aquecidos devido ao início dos cursos, quando aceitamos matrículas. Tal padrão se repete nos cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado.

A tabela abaixo apresenta o impacto, em percentual, da sazonalidade sobre as contas de resultado:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2011				
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total Ano
% sobre a Receita Anual					
Total da Receita de Mensalidades	24,5%	24,8%	25,3%	25,3%	100%

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

e) principais insumos e matérias primas

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Mantemos relacionamento de longo prazo com nossos prestadores de serviço, tais como publicidade, editoras, limpeza, vigilância, *telemarketing*, serviços de cobrança, segurança, reformas e obras. Periodicamente, nossos fornecedores são avaliados e, conforme o caso, trabalhamos em conjunto na tentativa de resolver eventuais problemas ou substituímos o fornecedor.

A editoração e reprodução gráfica dos materiais didáticos que utilizamos são realizados pela Digital Page Gráfica e Editora Ltda., por meio do contrato de produção gráfica celebrado em 27 de novembro de 2009, para a produção de livros, apostilas e materiais pedagógicos pelo prazo de 60 meses. O material didático é adquirido diretamente da Associação Brasileira de Direitos reprográficos – para maiores informações sobre o contrato consultar a seção 7.5 (c) deste Formulário de Referência.

Por fim, celebramos em 4 de junho de 2008 contrato de consultoria com a Marone Consultoria e Participações Ltda., com vigência por 48 meses, em relação (i) às atividades acadêmicas e de ensino superior por nós desenvolvidas; e (ii) ao planejamento estratégico e desenvolvimento de novos negócios para nós, incluindo a criação de regras de não competição dos nossos acionistas com as nossas atividades. O contrato prevê que a consultoria nos será prestada com exclusividade, ficando os prestadores de serviços impedidos de trabalhar para nossos concorrentes. Inicialmente o valor do contrato foi de R\$14,0 milhões, a ser pago em parcelas, mas por meio do aditivo assinado em 15 de janeiro de 2010 conseguimos um desconto de 30% no saldo devedor e pagamos antecipadamente, quitando o contrato. Para outras informações sobre este contrato, favor consultar a seção 16.2 deste Formulário de Referência.

No tocante aos demais fornecedores, não há qualquer acordo de exclusividade, mas sim um trabalho conjunto que possibilita que programem sua produção a fim de atender a nossa demanda ou que nos notifiquem com antecedência caso prevejam atrasos. Possíveis atrasos de entregas dos fornecedores não costumam afetar a nossa operação.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

Não há dependência ou vulnerabilidade em relação a qualquer fornecedor uma vez que a Companhia atua com uma vasta lista de fornecedores. Em geral, os fornecedores são selecionados com base em propostas gerais, com o objetivo de identificar aquele que ofereça os melhores termos e condições para cada negócio.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

A nossa atividade não depende de insumos ou matérias primas, portanto, o item não se aplica. O custo de nosso serviço depende do preço do salário de nossos professores e o custo de locação de nossos imóveis.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total***a) montante total de receitas provenientes do cliente***

Não há clientes relevantes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não há clientes relevantes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

O setor de educação superior no Brasil está sujeito a extensa regulamentação governamental (vide abaixo os órgãos regulatórios, consultivos, comissões e institutos) que tem por objetivo assegurar a qualidade dos projetos pedagógicos, da infraestrutura das instituições de ensino e do corpo docente, inclusive mediante controle para a abertura de novas unidades e novos cursos. Ao longo de nossa história, acreditamos ter adquirido conhecimento e experiência necessários sobre a legislação e o processo regulatório brasileiro, que nos permite reduzir significativamente o prazo médio para obtenção de autorizações para novas unidades e cursos que considerarmos abrir. Acreditamos ainda que fomos os pioneiros nos cursos de graduação tecnológica, que serviu de modelo para a criação de regulamentação específica por parte do MEC para acomodar tal tipo de oferta. A responsabilidade do Governo Federal de regulamentar, monitorar e avaliar instituições de ensino superior e cursos de graduação é exercida pelo MEC, pelo CNE, pelo INEP e pela CONAES.

➤ - **MEC – Ministério da Educação**

O MEC é a autoridade máxima do ensino superior no sistema de educação brasileiro e tem poderes, entre outros, para:

- confirmar as decisões do CNE a respeito do credenciamento e reconhecimentos de instituições de ensino superior;
- confirmar os sistemas e critérios de avaliação adotados pelo INEP;
- confirmar pareceres e propostas de regulamentação do CNE;
- expedir normas e instruções para o cumprimento de leis, decretos e regulamentos que prevêm questões educacionais; e
- regulamentar e monitorar o sistema de ensino superior por meio de suas secretarias.

➤ **CNE – Conselho Nacional de Educação**

O CNE é um órgão assessor consultivo e deliberativo do MEC e compõe-se da Câmara de Educação Básica (CEB) e da Câmara de Educação Superior (CES), cada qual composta de doze membros nomeados pelo Presidente da República. O CNE é obrigado, entre outras responsabilidades, a:

- expedir regulamentos para implementar as diretrizes do MEC, bem como oferecer aconselhamento e prestar suporte ao MEC em suas atividades e decisões;
- decidir a respeito dos pedidos de credenciamento e reconhecimentos de instituições de ensino superior e aquelas que oferecem ensino à distância, com base no parecer da Secretaria competente;
- recomendar medidas à Secretaria de Regulação e Supervisão (SERES) e à Secretaria de Educação à Distância (SEED), inclusive a assinatura de termos de compromisso por universidades, centros universitários e faculdades que não cumprirem os padrões de qualidade para credenciamento e reconhecimentos;
- aprovar os instrumentos de avaliação para credenciamento de instituições elaborados pelo INEP; e
- impor penalidades, tais como suspensão temporária de abertura de novos processos seletivos de cursos de graduação, suspensão temporária de credenciamento de instituições de ensino superior, cassação da autorização de funcionamento de instituições de ensino superior e/ou do reconhecimento do curso por elas oferecido.

➤ **INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**

O INEP é um órgão federal ligado ao MEC, cujo presidente é indicado pelo Ministro da

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Educação e nomeado pelo Presidente da República. O INEP tem como responsabilidades, entre outras:

- realizar visitas a instituições de ensino superior para avaliações *in loco* no processo de credenciamento e reconhecimento de instituições de educação superior e nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação e sequenciais;
- realizar as diligências necessárias à verificação das condições de ensino de instituições e cursos, como subsídio para elaboração de parecer das secretarias competentes;
- conduzir pesquisa e análise de dados relacionados à educação no Brasil; e
- implementar o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

➤ CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

A CONAES é uma comissão sob supervisão do MEC composta de 13 membros, sendo um representante do INEP, um representante da Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, ou CAPES, três representantes do MEC, um representante do corpo discente das instituições de ensino superior e um representante do corpo docente de instituições de ensino superior, um representante do corpo técnico administrativo das instituições de ensino superior, e cinco membros indicados pelo Ministro da Educação escolhidos entre cidadãos com notório saber científico, filosófico e artístico, e reconhecida competência em avaliação ou gestão de educação superior. Entre outras atividades, a CONAES tem como atribuições principais:

- coordenar e monitorar o SINAES;
- estabelecer as diretrizes a serem seguidas pelo INEP na elaboração de instrumentos de avaliação de cursos de graduação e instituições de ensino;
- aprovar os instrumentos de avaliação e submetê-los à homologação pelo Ministro da Educação; e
- submeter a lista dos cursos a serem avaliados pelo Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes, ou exame ENADE, à aprovação do Ministro da Educação.

➤ ORGANIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Federal nº 9.394/96, a educação superior pode ser oferecida por instituições de ensino superior públicas ou privadas. Uma instituição de ensino superior privada deve ser controlada, administrada e mantida por uma pessoa física ou jurídica, denominada entidade mantenedora, responsável pela obtenção de recursos para atender às necessidades de suas entidades mantidas. A entidade mantenedora, como pessoa jurídica, é legalmente responsável por todas as suas entidades mantidas.

As instituições de ensino superior privadas podem ser:

- instituições de ensino superior privadas com fins lucrativos criadas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas privadas;
- comunitárias, instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;
- confessionais, instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideológica específicas e que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; e
- instituições privadas sem fins lucrativos, podendo ser beneficentes e não beneficentes.

Historicamente, instituições privadas sem fins lucrativos desfrutaram de benefícios fiscais, porém a instituição do PROUNI, em 2004 nivelou o tratamento fiscal entre instituições de

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

ensino com e sem fins lucrativos. Veja "Programas de Incentivo - Programa Universidade para Todos – PROUNI”.

De acordo com suas prerrogativas organizacionais e acadêmicas, as instituições de ensino superior podem ser:

- **Faculdades:** As faculdades são instituições de ensino públicas ou privadas que oferecem cursos superiores em uma ou mais áreas de conhecimento; são mantidas por uma única entidade mantenedora e têm administração e direção específicas. As faculdades podem oferecer cursos em diversos níveis, a saber: cursos de graduação tradicional, graduação tecnológica, pós-graduação *lato sensu* (especialização) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado). As faculdades não podem estabelecer novas unidades ou criar cursos e novas vagas sem autorização prévia do MEC e devem ter o corpo docente composto;
- **Centros Universitários:** Os centros universitários são instituições de ensino públicas ou privadas que oferecem vários cursos de ensino superior, programas de extensão universitária e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* e devem oferecer oportunidades de ensino e qualificação para seus professores e condições de trabalho para a comunidade acadêmica. Pelo menos 1/3 do corpo docente de um centro universitário deve ser composto por mestres e doutores. Além disso, pelo menos 1/5 de seu corpo docente deve ser composto de professores que trabalham em período integral. Os centros universitários têm autonomia para criar, organizar e extinguir cursos e programas de ensino superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos seus cursos existentes no município onde se localiza sua sede, sem autorização prévia do MEC. Os centros universitários não podem criar unidades fora do município onde se localiza sua sede; e
- **Universidades:** As universidades são instituições de educação superior, públicas ou privadas, que oferecem vários cursos superiores, atividades de extensão e desenvolvimento de pesquisa institucional. Da mesma forma que os centros universitários, pelo menos 1/3 do corpo docente de uma universidade deve ser composto por mestres e doutores. Além disso, como requisito adicional àqueles exigidos dos centros universitários, pelo menos 1/3 de seu corpo docente deve ser composto de professores que trabalham em regime de tempo integral. Assim como os centros universitários, as universidades têm autonomia para criar, organizar e extinguir cursos e programas de ensino superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos seus cursos existentes no município onde se localiza sua sede, sem autorização prévia do MEC. Adicionalmente, somente as universidades possuem a prerrogativa de, mediante autorização prévia do MEC, solicitar o credenciamento de novas unidades e cursos fora do município onde se localiza sua sede, desde que dentro do mesmo estado.

A legislação prevê autonomia didática, científica e administrativa a universidades, centros universitários e faculdades em diferentes graus de forma que outras pessoas e instituições externas não interfiram em sua administração e nem em suas atividades científicas, culturais, didáticas e curriculares, desde que sejam seguidas as diretrizes curriculares educacionais brasileiras.

A LDB estabelece que os seguintes poderes, sem prejuízo de outros, sejam garantidos às universidades e centros universitários no exercício de sua autonomia:

- criar, organizar e extinguir cursos de ensino superior em suas dependências, sujeito à regulamentação aplicável;
- estabelecer as grades curriculares para seus cursos e programas, sujeito às diretrizes gerais aplicáveis;
- estabelecer planos, cursos e projetos relativos à pesquisa científica, produção

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- artística e atividades extracurriculares;
- estabelecer o número de vagas disponíveis;
- elaborar e alterar seu estatuto social de acordo com as normas gerais aplicáveis; e
- conceder graus, diplomas e outros títulos.

Embora as faculdades tenham autonomia administrativa, não gozam de autonomia acadêmica e, portanto, dependem de autorização do MEC para criar novos programas e cursos superiores de graduação.

➤ ENSINO A DISTÂNCIA

O ensino à distância no Brasil é regulamentado pelo artigo 80 da LDB, pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, conforme alterado pela Portaria MEC nº 4.059, de 10 de novembro de 2004, e pela Portaria Normativa do MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e republicada em 29 de dezembro de 2010 ("Portaria Normativa nº 40"). É definido como a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou momentos distintos.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, o ensino à distância goza de tratamento diferenciado, que inclui (i) custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens, (ii) concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas, e (iii) reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

A educação à distância pode ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais: (i) educação básica, desde que como forma de complementar a aprendizagem ou em situações emergenciais, (ii) educação de jovens e adultos, respeitadas as especificidades legais pertinentes, (iii) educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes, (iv) educação profissional, abrangendo técnicos, de nível médio e tecnológicos, de nível superior, e (v) educação superior, abrangendo cursos sequenciais, de graduação, de especialização, de mestrado, e (vi) de doutorado.

Os cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e superiores de tecnologia) poderão ser oferecidos à distância por instituições de Ensino Superior regularmente credenciadas junto ao MEC, de acordo com a Portaria Normativa (MEC) nº 40, de 12 de dezembro de 2007, devendo a autorização de funcionamento dos referidos cursos ser requerida perante a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. O pedido seguirá, inicialmente, procedimento específico para credenciamento, autorização e reconhecimento de ensino à distância, transitando perante os órgãos próprios do MEC, seguindo, posteriormente, o mesmo trâmite de aprovação dos cursos presenciais.

Apesar de ser caracterizado pela ausência de contato direto entre alunos e professores, a regulamentação exige que as seguintes atividades sejam desenvolvidas em momentos presenciais (i) avaliação de estudantes, (ii) estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente, (iii) defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente, e (iv) atividades relacionadas a laboratórios de ensino, conforme o caso. De acordo com o disposto no Decreto nº 5.622 e na Portaria Normativa nº 40, os momentos presenciais devem ser realizados na sede da instituição de Ensino Superior ou em pólos de apoio presencial, devidamente credenciados para esta finalidade.

Os cursos e programas à distância devem ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial. A avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados deve ser realizada mediante cumprimento das atividades programadas, de exames presenciais, que devem ser elaborados pela própria instituição de ensino credenciada, segundo

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

procedimentos e critérios definidos no projeto pedagógico do curso ou programa.

A avaliação dos cursos de educação à distância é realizada da mesma forma que a avaliação dos cursos presenciais. Sendo identificada qualquer irregularidade ou descumprimento de condições originalmente estabelecidas, o órgão competente poderá, em sindicância ou processo administrativo, em que sejam assegurados a ampla defesa e o contraditório, aplicar penalidades de: (i) suspensão do reconhecimento de cursos superiores ou da renovação de autorização de cursos da educação básica ou profissional; (ii) intervenção; (iii) desativação de cursos; ou (iv) descredenciamento da instituição para educação a distância.

Os diplomas e certificados de cursos e programas à distância, expedidos por instituições credenciadas e registrados na forma da lei, terão validade nacional.

Os convênios e os acordos de cooperação celebrados para fins de oferta de cursos ou programas à distância entre instituições de ensino brasileiras, devidamente credenciadas, e suas similares estrangeiras, devem ser previamente submetidos a análise e homologação pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino, para que os diplomas e os certificados emitidos tenham validade nacional.

Somente instituições de ensino, públicas ou privadas, credenciadas podem oferecer cursos e programas na modalidade à distância, sendo que compete ao MEC promover os atos de credenciamento das instituições de Ensino Superior, e às autoridades dos sistemas de ensino estadual e do Distrito Federal promover os atos de credenciamento de instituições para oferta de cursos a distância no nível básico e, no âmbito da respectiva unidade da Federação, nas modalidades de educação de jovens e adultos, educação especial e educação profissional. Para atuar fora da unidade da Federação em que estiver sediada, a instituição deverá solicitar credenciamento no Ministério da Educação.

O credenciamento de instituição para a oferta dos cursos ou programas à distância possui prazo de validade condicionado ao ciclo avaliativo, podendo ser renovado mediante novo processo de filiação. A instituição credenciada deverá iniciar o curso autorizado no prazo de até doze meses, a partir da data da publicação do respectivo ato, ficando vedada, nesse período, a transferência dos cursos e da instituição para outra mantenedora, sendo que caso a implementação de cursos autorizados não ocorra nesse prazo, os atos de credenciamento e autorização de cursos serão automaticamente tornados sem efeitos.

O ato de credenciamento de instituições para oferta de cursos ou programas a distância define a abrangência de sua atuação no território nacional, sendo que a solicitação de ampliação da área de abrangência deve ser feita ao órgão responsável do Ministério da Educação.

Aplica-se aos cursos ou programas à distância de Ensino Superior as regras de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

No caso do Ensino Superior, as universidades e os centros universitários credenciados para oferta de educação superior à distância poderão criar, organizar e extinguir cursos ou programas de educação superior nessa modalidade, mediante comunicação ao MEC, sendo que os cursos ou programas criados somente poderão ser ofertados nos limites da abrangência definida no ato de credenciamento da instituição.

As faculdades, por sua vez, deverão solicitar ao MEC autorização para abertura de cursos e programas de educação superior à distância.

Os cursos superiores à distância devem ser reconhecidos pelo MEC. Entendemos cumprir a regulamentação relativa a nossos cursos superiores à distância em seus aspectos relevantes.

Os cursos e os programas de mestrado e doutorado à distância estarão sujeitos às exigências

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

de autorização, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento previstas na legislação específica em vigor. Os cursos de pós-graduação a distância foram disciplinadas pela Resolução da Câmara de Ensino Superior (Conselho Nacional de Educação) nº 1, de 3 de abril de 2001 (*stricto sensu*), e pela Resolução CES/CNE nº 1, de 8 de junho de 2007 (*lato sensu*). As instituições que oferecem cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e *lato sensu* (especialização) deverão ser obrigatoriamente credenciadas pela União (MEC) e obedecer às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos em questão. Todos esses cursos deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial de monografia ou trabalho de conclusão de curso.

➤ CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E AUTORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DE CURSO

O primeiro credenciamento de uma instituição de ensino superior é necessariamente como uma faculdade. O credenciamento como universidade ou centro universitário somente é concedido após a instituição ter operado como faculdade e ter atendido a padrões de qualidade satisfatórios, dentre eles avaliação positiva pelo SINAES, bem como atender às exigências legais aplicáveis a cada tipo de instituição de ensino superior, tais como titulação mínima e regime de trabalho do corpo docente.

A Portaria MEC nº 2.261, de 29 de junho de 2005, suspendeu o recebimento de solicitações de credenciamento de Universidades do Sistema Federal de Ensino. No entanto, referida suspensão não foi aplicada às solicitações de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, credenciamento e credenciamento de faculdades integradas, faculdades, institutos e escolas superiores, bem como credenciamento de centros universitários e universidades.

A LDB estabelece que o ensino superior deve englobar os seguintes cursos:

- **Cursos de graduação**, incluindo graduação tradicional e tecnológica, que oferecem treinamento específico e concessão de diplomas aos alunos, abertos aos candidatos que concluíram o ensino médio ou equivalente e que tenham sido aprovados no processo seletivo ou vestibular;
- **Cursos de pós-graduação**, incluindo mestrado e doutorado, cursos de especialização, cursos de aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos que possuam diploma de um curso de graduação e que atendam às exigências previstas pelas instituições de ensino; e
- **Cursos de extensão**: entende-se por extensão toda atividade acadêmica, técnica ou cultural que não está incluída como parte integrante e obrigatória do currículo de graduação e pós graduação, cujos alunos recebem certificados. Tais cursos são abertos a candidatos que atendam às exigências estabelecidas, em cada caso, pelas instituições de ensino. Nossos cursos possuem ainda caráter social, no sentido de promover a interação do aluno com o meio social em que atua, beneficiando a comunidade.

Mesmo depois do credenciamento, por serem instituições de ensino superior, as faculdades dependem da autorização do MEC para oferecer cursos superiores de graduação. O pedido de autorização enviado pelas faculdades deve incluir documentos relativos ao projeto pedagógico do curso, informar número de vagas, lista de professores, períodos, cursos e outros detalhes acadêmicos apropriados.

Dentro de sua autonomia, as universidades e os centros universitários não dependem de autorização do MEC para criar cursos na cidade em que se localiza sua sede. Eles somente devem informar o MEC a respeito dos cursos que oferecem para fins de registro, avaliação e reconhecimento posterior. Contudo, a criação de cursos de graduação em direito, medicina, odontologia e psicologia, sejam por faculdades, universidades ou centros universitários, está

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

sujeita à opinião das corporações de classe das profissões referidas.

Adicionalmente, e dentro de sua autonomia, as universidades também podem requerer o credenciamento de unidades e a autorização e reconhecimento de cursos fora do município onde se localiza sua sede. As unidades e os cursos não localizados na cidade da sede da universidade não desfrutam de prerrogativas de autonomia e devem ser controlados e supervisionados pela universidade.

Uma vez obtida a autorização para um determinado curso, se necessário, as instituições de ensino superior, inclusive os centros universitários e universidades, também devem requerer seu reconhecimento como condição para validação nacional do diploma. O pedido de reconhecimento deve ser feito no mínimo um ano depois do início do curso e no máximo até metade do tempo exigido para sua conclusão, e deve incluir documentos relativos ao projeto pedagógico, número de alunos, lista de professores, períodos e outros detalhes acadêmicos aplicáveis.

A autorização e o reconhecimento dos cursos e o credenciamento das instituições de ensino superior permanecem válidos por tempo indeterminado, mas devem ser renovados periodicamente, de acordo com as determinações do MEC, após processo de avaliação regular.

De acordo com a Resolução CES/CNE nº 1, de 8 de junho de 2007, as instituições de ensino superior já credenciadas perante o MEC não necessitam de credenciamento específico para oferecer cursos de pós-graduação, mas são periodicamente avaliadas pela CAPES, conforme o subitem "Avaliação de Cursos de Pós-graduação" abaixo.

Nossas instituições de ensino superior são credenciadas junto ao MEC e envidamos nossos melhores esforços para mantermos todos os credenciamentos e recredenciamento das Instituições de Ensino Superior e o conhecimento e reconhecimento dos nossos cursos, bem como tomamos as medidas necessárias para que estes permaneçam válidos.

➤ SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR - SINAES

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o SINAES, que tem por objetivo avaliar as instituições de ensino superior, os cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica e o desempenho acadêmico dos alunos. Os esforços de monitoramento e coordenação do SINAES são realizados pela CONAES. Os resultados da avaliação de instituições de ensino superior e seus cursos são colocados à disposição do público pelo MEC. O principal objetivo desse sistema de avaliação é melhorar a qualidade do ensino superior no Brasil. Os resultados dessas avaliações são representados em uma escala de 5 níveis e serão considerados nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e de credenciamento e recredenciamento de instituições:

- os níveis 4 e 5 expressam condições acima das satisfatórias;
- o nível 3 expressa condições satisfatórias; e
- os níveis 1 e 2 expressam condições insatisfatórias.

Em caso de resultado insatisfatório, será celebrado um termo de compromisso entre a instituição de ensino superior e o MEC, contendo, entre outras disposições: (i) o diagnóstico das condições insatisfatórias; (ii) as providências a serem tomadas para corrigir as condições insatisfatórias; e (iii) os prazos e metas para recuperação.

O não cumprimento, total ou parcial, das condições previstas no termo de compromisso pode resultar em uma ou mais penalidades aplicadas pelo MEC, a saber: (i) suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação; (ii) cassação do credenciamento ou recredenciamento da instituição e da autorização de funcionamento de seus cursos; e (iii) advertência, suspensão ou cassação do mandato dos coordenadores acadêmicos, no caso de

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

instituições de ensino superior públicas.

➤ **AVALIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

As avaliações externas de instituições de ensino superior são realizadas pelo INEP em duas situações, quando uma instituição solicita seu primeiro credenciamento e ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES. De acordo com a Portaria nº 300 do MEC, de 30 de janeiro de 2006, as instituições de ensino superior são avaliadas com base nos seguintes critérios, entre outros: (i) plano de desenvolvimento institucional; (ii) responsabilidade sócio-institucional; (iii) infraestrutura; (iv) acompanhamento pedagógico do aluno e sua situação financeira.

Avaliação de Cursos de Graduação Tradicional e Graduação Tecnológica

A avaliação de cursos de graduação é feita no momento do primeiro credenciamento pelo MEC e deve ser atualizada periodicamente, ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES.

De acordo com a Portaria nº 563 do MEC, de 21 de fevereiro de 2006, essa avaliação consiste na análise da metodologia acadêmica, do corpo docente, dos corpos discente e técnico-administrativo e da infraestrutura da instituição.

Avaliação de Cursos de Pós-Graduação

A avaliação de cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado é feita pela CAPES desde 1976 e aprovada pelo CNE. Os cursos são avaliados de acordo com os padrões exigidos estabelecidos para cada curso específico. A CAPES, então, atualiza sua avaliação dos cursos de pós-graduação a cada três anos, que é o período de validade de uma autorização.

Avaliação do Desempenho Acadêmico do Aluno

A avaliação do desempenho acadêmico do aluno é conduzida pelo INEP, que exige que o aluno se submeta ao ENADE, com o objetivo de verificar o conhecimento e a habilidade técnica do corpo discente. Cada prova do ENADE é desenvolvida de acordo com o teor e o currículo específicos de cada programa educacional. Os alunos matriculados em cursos superiores de graduação de bacharelado fazem o ENADE a cada três anos, sendo permitida a avaliação de apenas parte dos alunos por amostragem. Neste sistema, os alunos são avaliados ao final do primeiro e do último ano de cada curso. O primeiro ENADE ocorreu em 2004. Antes do ENADE, havia um exame semelhante chamado Exame Nacional de Cursos, ou Provão, o qual foi aplicado a alunos matriculados apenas na última série de cada curso superior e foi realizado no período de 1996 a 2003.

A nota geral de cada turma de alunos é calculada com base na média aritmética ponderada de todos os alunos de um determinado curso sorteados para o exame. O INEP avalia o desvio padrão da evolução do aluno em cada curso a fim de compará-lo com os padrões nacionais.

O conceito final de um curso é apresentado pelo MEC após a avaliação do: (i) conceito do ENADE, (ii) conceito da organização didático-pedagógica, (iii) conceito do corpo docente, e (iv) conceito da infraestrutura.

Qualidade dos Serviços Educacionais de Ensino Superior

A qualidade dos serviços educacionais de ensino superior é medida por indicadores determinados pelo MEC. Para tanto, o MEC avalia regularmente as instituições e os cursos de ensino superior em nível de graduação, tanto na modalidade presencial, quanto na modalidade à distância. Deste modo, a avaliação passa a ser o referencial básico da regulação e da supervisão do ensino superior em nível de graduação.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Com relação ao ensino superior de pós-graduação *stricto sensu*¹, a avaliação do MEC dos respectivos programas compreende um processo de acompanhamento anual e avaliação trienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Os resultados desse processo, expressos pela atribuição de uma nota na escala de "1" a "7", onde a nota mínima satisfatória é "3", fundamentam a decisão do CNE/MEC quanto aos cursos aos quais serão conferidos a renovação do "reconhecimento" pelo MEC, a vigorar no triênio subsequente.

Somente a Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, possui programas de pós-graduação *stricto sensu*. Esses obtiveram as seguintes notas no triênio 2009-2011:

Curso	Tipo	Nota
Direito	Mestrado	5
Direito	Doutorado	5
Educação	Mestrado	4
Administração e Desenvolvimento Empresarial	Mestrado	4
Odontologia	Mestrado	4
Odontologia	Doutorado	4
Saúde da Família	Mestrado	3

A avaliação do MEC é composta principalmente pelos seguintes indicadores: (a) Conceito Preliminar de Curso (CPC), que se traduz em um indicador de avaliação dos cursos de graduação e considera, entre outros critérios, a nota do ENADE, titulação (Mestres e Doutores) e carga horária do corpo docente designado para cada curso; e (b) Índice Geral de Cursos (IGC), que se traduz em um indicador de avaliação de cada instituição de ensino e considera a média ponderada dos CPCs dos cursos de graduação oferecidos combinado com as notas de avaliação dos cursos de pós-graduação.

Neste sentido, a partir dos referenciais de qualidade e das diretrizes produzidos pelo MEC, as IES mantidas por nós constroem suas práticas de ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os critérios estabelecidos. Desta forma, no último ciclo de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES 2011), alcançamos IGC satisfatório em 84% de nossas IES e obtivemos avaliação positiva² em 73% dos cursos avaliados no ciclo de 2011³.

A tabela abaixo ilustra os percentuais de avaliação que obtivemos no ciclo de 2011 para os cursos de graduação, tanto na modalidade presencial, quanto na modalidade à distância:

IGC	% IES	Nº IES
1	0%	0
2	16%	6
3	84%	32
4	0%	0
5	0%	0

¹ Os cursos de pós-graduação *lato sensu* não estão sujeitos à avaliação do MEC e, portanto, apresentamos apenas informações a respeito da avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

² Observado que as notas das avaliações do MEC podem variar de 1 a 5, é considerada satisfatória ou positiva toda avaliação que resulte em avaliação igual ou maior do que 3.

³ No ciclo de 2011, foram avaliados 35% dos cursos da Companhia, sendo estes cursos responsáveis por 23% da base de alunos total das instituições mantidas pela Companhia. De acordo com a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, o ciclo de avaliação é trienal e leva em consideração cursos de uma determinada área de conhecimento e não a totalidade daqueles que são oferecidos pelas IES. No ciclo de avaliação com a divulgação mais recente dos resultados, no caso, o de 2011, foram avaliados os cursos de ciências exatas, licenciaturas e áreas afins. No ciclo de 2012, foram avaliados os cursos de ciências sociais aplicadas, ciências humanas e áreas afins e, assim, seus resultados serão divulgados no final de 2013. Neste ciclo, o de 2013, serão objeto da avaliação os cursos de saúde, ciências agrárias e áreas afins, completando, assim, a avaliação trienal de todos os cursos oferecidos pelas IES.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

CPC	Número de Cursos	% com Nota
1 ⁽¹⁾	1	1,1%
2 ⁽¹⁾	25	26,3%
3	61	64,2%
4	7	7,4%
5	1	1,1%
1 ⁽¹⁾	1	1,1%

(1) Em 19 de dezembro de 2012 e 8 de janeiro de 2013, o MEC emitiu portarias nas quais 1 de nossos cursos foi avaliado com nota "1" e 25 cursos foram avaliados com nota "2", em uma escala de 1 a 5, sendo que as notas "1" e "2" são consideradas avaliações insatisfatórias. Como consequência dessa avaliação insatisfatória, o MEC determinou, no que diz respeito a esses 26 cursos considerados insatisfatórios, a suspensão temporária (i) de nossas prerrogativas de autonomia quanto ao aumento do número de vagas, criação, expansão, modificação e extinção de tais cursos que foram classificados com tendência positiva de conceito nos anos de 2008 e 2011 ou (ii) de ingresso de novos alunos em tais cursos que foram classificados com tendência negativa de conceito nos anos de 2008 e 2011. Estamos adotando as medidas necessárias para a suspensão pelo MEC das sanções aplicadas, não obstante as mesmas não produzirem efeitos financeiros significativas na nossa receita.

Como resultado, acreditamos que os serviços educacionais de graduação e pós-graduação (incluindo mestrado e doutorado) que prestamos, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade de ensino à distância, bem como o nosso corpo docente e instalações são historicamente avaliados de forma positiva pelo MEC.

➤ TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE DE ENTIDADES MANTENEDORAS

De acordo com o Decreto n.º 5.773, de 09 de maio de 2006 ou Regulamento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a alteração da manutenção, seja por meio de fusão, cisão ou aquisição de qualquer instituição de educação superior deverá ser submetida ao MEC. A transferência de manutenção para uma nova mantenedora deve ser submetida à aprovação pelo MEC. A nova mantenedora deve atender às exigências necessárias para credenciamento de uma instituição de ensino superior e oferecer toda a documentação apropriada, comprovando capacidade econômico-financeira e acadêmica para tal. A mudança de entidade mantenedora não será permitida se a nova entidade mantenedora tiver recebido penalidades de qualquer autoridade do sistema de educação federal nos últimos cinco anos, seja diretamente ou por meio de qualquer de suas entidades mantidas.

A LDB estabelece também que quaisquer alterações estatutárias na entidade mantenedora, devidamente averbadas pelos órgãos competentes, deverão ser comunicadas ao MEC.

Com relação à transferência de cursos ou programas oferecidos por instituição de educação superior, nos termos do Regulamento da LDB, tal transferência é vedada se realizada entre Mantenedoras, não existindo qualquer restrição legal ou regulamentar quanto à transferência de cursos ou programas entre instituições de educação superior vinculadas a uma mesma entidade mantenedora.

➤ PROGRAMAS DE INCENTIVO

Programa Universidade para Todos – PROUNI

O PROUNI é um programa de benefícios fiscais criado pela Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, posteriormente transformada na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a isenção de determinados impostos federais a instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

As instituições de ensino superior privadas podem aderir ao PROUNI por meio da assinatura de um termo de adesão válido por dez anos e renovável pelo mesmo período. Esse termo de adesão deve prever o número de bolsas de estudo a serem oferecidas em cada curso, unidade e turma, e um percentual de bolsas de estudo para cursos de ensino superior a

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

serem concedidas a indígenas e afro-brasileiros. Para aderir ao PROUNI, uma instituição de ensino deve:

- estar em dia com suas obrigações fiscais; e
- cumprir os seguintes requisitos: (i) oferecer no mínimo uma bolsa de estudo integral para cada 10,7 alunos regularmente pagantes devidamente matriculados no final do ano letivo anterior, excluindo bolsas de estudo integrais concedidas pelo PROUNI ou pela instituição; ou (ii) oferecer uma bolsa de estudo integral para cada 22 alunos regularmente pagantes em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica, desde que ela também ofereça 50% ou 25% de bolsas de estudo no valor total equivalente a 8,5% da receita anual de alunos pagantes regulares matriculados em um determinado ano letivo em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

A relação entre o número de bolsas de estudo e os alunos regularmente pagantes deve ser observada anualmente. Se essa relação não for observada durante um determinado ano letivo devido à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de estudo de maneira proporcional para o ano letivo seguinte.

Segundo a Instrução Normativa SRF nº 456, de 5 de outubro de 2004, uma instituição de ensino superior privada que aderiu ao PROUNI fica isenta, total ou parcialmente, dos seguintes impostos, durante o período em que o termo de adesão estiver em vigor:

- IRPJ, e CSLL, com relação à parcela do lucro líquido proporcional às receitas provenientes de cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica; e
- Cofins e PIS, referentes às receitas provenientes dos cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Se uma instituição de ensino superior solicitar sua exclusão do PROUNI, as isenções fiscais serão suspensas a partir da data da solicitação e deixarão de ser aplicáveis por todo o período da base de cálculo.

Quanto ao PROUNI, somos uma instituição credenciada e portanto nos valem os benefícios.

Programa de Financiamento Estudantil - FIES

O Programa de Financiamento Estudantil, ou FIES, criado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 é um programa do MEC para financiar alunos que não podem arcar com o custo total de sua educação. Para receber os benefícios do FIES, os alunos devem estar regularmente matriculados em uma instituição de ensino superior privada registrada no FIES que tenha avaliação positiva do MEC. Segundo o FIES, até o momento a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil são os agentes financeiros do Programa, cabendo ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a função de agente operador do Programa.

Durante o curso de graduação, o aluno deve pagar à instituição de ensino a parcela da mensalidade não coberta pelo FIES, devendo também pagar, trimestralmente, juros de 3,4% ao ano, incidente sobre o financiamento, que não poderá exceder o montante de R\$50,00 a cada três meses. O pagamento do principal deverá ser feito após um ano e meio da conclusão do curso. Além disso, passou a ser permitido ao estudante solicitar o financiamento em qualquer período do ano.

➤ REFORMA UNIVERSITÁRIA

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

O Congresso Nacional está debatendo atualmente o Projeto de Lei nº 7.200/2006 (também conhecido como Reforma Universitária) que poderá introduzir mudanças no atual regime regulatório, dentre as quais podem se destacar, no que se refere às instituições privadas:

- exigência de que pelo menos 70% do capital com direito de voto das sociedades com fins lucrativos que mantêm as instituições de ensino sejam detidos direta ou indiretamente por brasileiros natos ou naturalizados;
- proibição de franquia no setor de ensino superior;
- entidades mantenedoras de instituições de ensino superior não poderão mais fazer doações a partidos políticos e candidatos;
- somente as instituições de ensino superior credenciadas há no mínimo cinco anos e com desempenho satisfatório na avaliação e supervisão do MEC poderão se tornar universidades e centros universitários;
- universidades e centros universitários serão obrigados a ter um comitê interno para fins acadêmicos e comunitários composto por representantes da comunidade, da comunidade acadêmica e por representantes da mantenedora limitado a 20% do colegiado; e
- os cursos de graduação com avaliações positivas do MEC poderão aumentar suas vagas em até 50% sem necessidade de aprovação prévia do MEC.

Se essa reforma for aprovada, as instituições de ensino superior terão dois anos para se adaptar às novas regras a contar do ano seguinte à publicação da legislação relevante. A reforma ainda está em estágio inicial de debate no Congresso Nacional e não é possível prever se será alterada ou aprovada, nem quais efeitos terá sobre as instituições de ensino superior privadas e suas entidades mantenedoras.

➤ **AUTARQUIA FEDERAL – INSAES**

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei nº 4.372/12, do Poder Executivo, que cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (INSAES), uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo território nacional. O INSAES terá por finalidade supervisionar e avaliar instituições de educação superior e cursos de educação superior no sistema federal de ensino, e certificar entidades beneficentes que atuem na área de educação superior e básica.

Se aprovado pelo Congresso Nacional, o futuro INSAES vai substituir o INEP nos processos de avaliação *in loco* das IES, públicas e privadas, e de seus cursos de graduação. O exame de avaliação de desempenho de estudantes da educação superior, o ENADE, continuará sob a responsabilidade do INEP e a pós-graduação (mestrado e doutorado) continua sendo avaliada pela CAPES. A proposta é assinada por três ministros: a do Planejamento, Miriam Belchior; o da Educação, Aloizio Mercadante; e o da Fazenda, Guido Mantega.

Conforme os argumentos do governo, a criação do INSAES deve-se à necessidade de reestruturar o MEC para que sejam cumpridas metas de ampliação do acesso ao ensino superior e da qualidade das faculdades, previstas no novo Plano Nacional de Educação (PNE), em análise no Senado.

Entre outras atribuições, o INSAES poderá autorizar e renovar o reconhecimento de cursos de graduação e sequenciais. Poderá, também, decretar intervenção em instituições de educação superior.

Como sanção aos infratores da lei, o INSAES poderá desativar cursos, reduzir o número de vagas, suspender a autonomia ou descredenciar instituições. Depois de avaliadas, as faculdades poderão receber advertência ou multas de R\$ 5 mil a R\$ 500 mil.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

O projeto, que tramita em caráter conclusivo e em regime de prioridade, será analisado pelas comissões de Educação e Cultura; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Histórico de Relacionamento com Órgãos Governamentais

A nossa Administração entende ter bom relacionamento com o MEC, bem como com os órgãos integrantes dele ou ligados a ele, como é o caso do CNE, do INEP e do CONAES. Isso se reflete no curso normal de obtenção das autorizações necessárias para a condução de nossas atividades, principalmente por nunca termos autorização negada.

O conceito de bom relacionamento com o MEC e demais órgãos dele integrantes ou a ele relacionados ou ligados também pode ser observado pelo recebimento de pontuações satisfatórias dos nossos cursos nos últimos dois ciclos de avaliação e pela inexistência de disputas ou desentendimentos com o MEC e tais órgãos que pudessem prejudicar o desenvolvimento de nossas atividades.

b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

Nossas atividades não estão sujeitas ao licenciamento ambiental. Deste modo, não há custos relevantes incorridos por nós para o cumprimento da regulação ambiental.

No entanto, algumas autorizações emitidas por órgãos ambientais podem ser necessárias, como autorização para supressão de vegetação. Buscamos, durante o desenvolvimento das nossas atividades, cumprir todos os requisitos e determinações impostos pela legislação e normas ambientais vigentes.

Antes da aquisição e/ou locação de qualquer imóvel, avaliamos todos os aspectos ambientais relevantes, com ênfase para a eventual existência de mananciais, árvores, vegetação e a eventual ocorrência de áreas de preservação permanente e solicitamos aos órgãos ambientais todas as licenças e autorizações necessárias. Todos os custos relativos ao cumprimento da regulamentação ambiental à qual estamos sujeitos são considerados nos estudos de viabilidade de nossos empreendimentos.

Práticas Ambientais e Projetos Sociais Desenvolvidos

Não aderimos a códigos ou padrões internacionais relativos à proteção ambiental.

Adotamos, no entanto, algumas práticas para aumentar ainda mais o nosso comprometimento com a proteção ambiental e desenvolvimento social das comunidades onde estamos inseridos, assim destacamos abaixo alguns dos projetos que desenvolvemos com abrangência local e nacional por iniciativa dos nossos *campi*:

- Escola Ambiental Aprendizizes da Natureza: promoção da consciência ecológica através de atividades didáticas como oficina de educação ambiental, reciclagem de lixo e ética e cidadania ambiental para alunos de escolas públicas da região metropolitana de Fortaleza e sociedade em geral;
- Comitê de Sustentabilidade: criação do Comitê de Sustentabilidade em maio de 2012 como conselho consultivo e deliberativo responsável por assessorar a Diretoria Executiva na definição estratégica e implementação sistemática de sustentabilidade

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

da Estácio.

- PGSA - Programa de Gestão Socioambiental: controle sistemático dos impactos ambientais e sociais promovidos pela empresa, que considera os temas de maior relevância no segmento de educação e a cultura de investimentos responsáveis da *International Finance Corporation* – IFC, órgão do Banco Mundial para a promoção de projetos sustentáveis em países emergentes voltados para o crescimento econômico saudável, contribuindo para melhorar a vida das pessoas.

O projeto foi desenvolvido em 2011 e desde então levantamos mensalmente junto aos campi os indicadores socioambientais materializados como prioritários, para que ao final do semestre tenhamos uma base de dados espessa para avaliação e elaboração de um relatório interno abrangendo de forma consistente os gaps e oportunidades quanto as questões socioambientais da Estácio.

- Projetos de Eficiência Energética:
 - Mercado Livre: Grande parte da energia elétrica utilizada nas unidades provém do Sistema Interligado Nacional, que por sua vez é considerado uma matriz limpa com a predominância de hidrelétricas.

Ainda assim, desde março de 2011 realizamos a compra de energia no Mercado Livre (ML), provinda de fontes incentivadas de baixo impacto ambiental, como por exemplo, eólica, solar, geotérmica, entre outras. Atualmente temos nove unidades no Rio de Janeiro e uma na Bahia associadas à CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, o que viabiliza tal comercialização. Estas unidades representam 14% dos nossos campi e até 2014 estimamos que 50% dos nossos campi estejam associados para compra nesta modalidade de energia.

A empresa estuda, ainda, implantar placas fotovoltaicas para a produção de energia elétrica em unidades com alta incidência solar.

- Ar-condicionado: Substituição de aparelhos de ares-condicionados obsoletos, por aparelhos com certificado Procel, melhorando a eficiência energética e diminuindo o ruído gerado nos ambientes acadêmicos e administrativos de toda a Estácio.
- Reciclagem e Coleta Seletiva:
 - Instalação de uma máquina de reciclagem de garrafas PET na regional SP/Sul – Unidade Jabaquara.
 - Com o gerenciamento de coleta seletiva proposto em trabalho final de curso de Biologia, a unidade Vargem Pequena - RJ implantou o projeto PRESERVA, que é viabilizado com parceria de ONG local e mobilização dos colaboradores e alunos da unidade.
 - Separação de óleo de cozinha para correto descarte realizado pela unidade Centro – RJ. O material é trocado por produtos de limpeza e serve como matéria prima para a produção de sabonetes artesanais.
- Projetos de Eficiência Hídrica:
 - Reuso de Água: Utilização de cisternas para captação de águas pluviais realizada pela unidade Menezes Cortes – Centro RJ.
 - Reuso de Água: Coleta de água através de sistema implantado em bandejas

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

de gotejamento de ares-condicionados na unidade Niterói – RJ.

- Contratação de projeto piloto de redução de consumo através da substituição de equipamentos convencionais por equipamentos economizadores (torneiras, descargas e chuveiros).
- DIA E: Evento de integração das equipes administrativas e acadêmicas, no qual todos os núcleos mobilizaram professores e alunos para a prestação de serviços gratuitos à comunidade, como alongamento, avaliação corporal (IMC), avaliação postural e respiratória, aferição de pressão, consultoria de moda, teste de glicose, distribuição de filtro solar produzido pelos alunos de Farmácia, dicas de economia doméstica e planejamento financeiro pessoal, orientação jurídica, orientação vocacional, orientação para elaboração de currículo, entre outros.
- Trote Solidário: Evento com proposta de integrar os novos alunos com o espírito de responsabilidade social da Estácio.
 - Doação de sangue, em parceria com o HEMORIO, realizada nas Unidades da Estácio - RJ.
 - Evento de integração com a comunidade através dos Orfanatos Lar Lisa e Casa Hai, realizada pela Estácio Curitiba, com doação de brinquedos, presentes, guloseimas e muitas brincadeiras.
- FAÇA UMA CRIANÇA SORRIR: Colaboradores e alunos doaram mais de 15 mil brinquedos na campanha "Faça uma Criança Sorrir", que aconteceu durante o mês de outubro, em todas as unidades da Estácio. Destaque para o campus de Boa vista que, sozinho, arrecadou 9,6 mil itens, entre jogos, bonecas e bolas.
- Trote Ambiental: Atividade que envolve todos os alunos do 1º semestre dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito e Pedagogia da Estácio Amapá envolvendo ações que visam desenvolver a promoção do meio ambiente, em todas as suas classificações, isto é, seja em sua vertente natural, artificial, cultural ou voltado à saúde e bem-estar da comunidade envolvida.
No Trote Ambiental 2012.2, os alunos tiveram o desafio de criar uma proposta de Política Pública Sustentável para as áreas de ressaca da Cidade de Macapá, nos bairros Pedrinhas, Congós, São Lazaro e Nova Esperança.
- Projeto Rondon: A Estácio Ourinhos - SP é uma das 20 faculdades brasileiras selecionadas para participar da Operação Canudos, que faz parte do Projeto Rondon. O projeto é coordenado pelo Ministério da Defesa e tem como objetivo a integração social. Serão ações que contribuirão para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliação do bem-estar da população local.
- Estácio Atual Cidadania 2012: A sexta edição do Estácio Atual Cidadania aconteceu no dia 29/09/12, no campus da Faculdade Estácio Atual - Roraima. O evento faz parte da programação da ABMES (Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior).

Entre os serviços prestados durante o Estácio Atual Cidadania 2012 a novidade foi o brechó beneficente. Durante a Gincana de Boas Vindas da instituição, realizada no início deste semestre, os acadêmicos conseguiram arrecadar 5000 peças de roupas.

- Compartilhe Palavras. Doe Livros: Campanha nacional realizada anualmente para arrecadação de livros infantojuvenis, que são doados para escolas públicas locais. As doações são realizadas por colaboradores administrativos, docentes e alunos. A cada livro arrecadado, a Estácio doa mais um, dobrando o volume de livros.
Idealizada pela área de Relacionamento com o Docente, a iniciativa tem o objetivo de estimular a capacidade leitora do aluno desde a infância.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- Resgate, tratamento e devolução de pinguins à natureza: Todos os anos recebemos os pinguins da espécie Magalhães, naturais da Patagônia, que são encontrados debilitados na orla do Estado do Rio de Janeiro.

A Unidade Vargem Pequena - RJ, sede da única clínica carioca para recuperação de animais silvestres é o único local da cidade disponível como destino final de fauna debilitada, assim acabamos nos tornando referência com grande divulgação espontânea realizada na mídia nacional e internacional (TV Al Jazeera, Alemanha, China, Associated Press, Reuters, Folha de S.Paulo, O Globo, Extra, Veja, Record, TV Globo, Bandeirantes, entre outras).

O trabalho envolve registro individual dos animais para controle do IBAMA, aferição dos parâmetros vitais e do peso, manutenção do peso, preparo da alimentação, limpeza diária das caixas individuais e do ambiente, limpeza dos pinguins, alimentação (via sonda). Esse trabalho envolve os alunos, de diferentes períodos, dos dois cursos de Medicina Veterinária e Ciências Biológicas, que entram em contato com o que fará parte das suas vidas profissionais e aprendem a trabalhar em conjunto com os órgãos competentes, tais como a Patrulha Ambiental, Bombeiros, Polícia Florestal, INEA e IBAMA. Uma vez recuperados, os pinguins são encaminhados ao CRAM (Centro de Recuperação de Animais Marinhos), no Rio Grande do Sul, onde são finalmente soltos.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional por um prazo determinado de 10 anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços. O prazo de vigência e os requisitos para a prorrogação dos registros de marca no exterior são determinados de acordo com as normas do país em que as marcas encontram-se registradas.

Somos titulares de várias marcas registradas e pedidos de registro de marcas depositados no INPI.

Nossas principais marcas, incluindo as de nossas controladas, registradas ou em processo de registro estão enumeradas nos quadros do item 9.1 (b) deste Formulário de Referência.

Nossa atividade, contudo, não depende das nossas marcas. Em caso de perda de alguma marca, nossa atividade não sofrerá prejuízos.

Patentes

Não somos titulares de patentes.

Concessões

Não há.

Franquias

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Não há.

Contratos de Royalties

Nossa atividade não depende dos contratos de *royalties* mencionados abaixo. Em caso de rescisão de algum destes contratos, nossa atividade não sofrerá prejuízos relevantes.

Possuímos os seguintes contratos:

- Em 19 de dezembro de 2005, nossa controlada SESES celebrou um contrato para upgrade no curso de Hotelaria com a Lausanne Hospitality Consulting ("LHC"), e as atividades estão sendo prestadas no Rio de Janeiro. As mesmas instituições firmaram um acordo para a Certificação Acadêmica conjunta do curso de Hotelaria, em 7 de junho de 2006.
- Em 01 de dezembro de 2005, nossa controlada SESES celebrou um contrato de parceria com a ADF Le Centre de Formation d'Alain Ducasse (França), em caráter de exclusividade, para a criação da 'Academie Alain Ducasse' no campus da Universidade Estácio de Sá (RJ), para o curso de gastronomia. Em 11 de fevereiro de 2008 foi celebrado um contrato entre as partes para a criação de um programa de treinamento de alta qualidade na arte culinária, a ser implementado pela SESES nos campus da Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Belo Horizonte. Como remuneração, pagamos royalties no valor de 150 mil euros anuais, pagos trimestralmente.
- Em 5 de maio de 2009, nossa controlada SESES firmou contrato com a Associação Brasileira de Direitos Reprográficos para a compra e venda de conteúdo de livros que vier a selecionar no portal www.pastadoprofessor.com.br e/ou outros meios de acesso que venham a ser convencionados pelas partes. O presente contrato possui vigência por prazo indeterminado. Em 30 de julho de 2011 foi celebrado o 1º aditivo ao contrato ora mencionado, para permitir a compra e venda de conteúdo de livros em formato eletrônico pela SESES.
- Em 17 de novembro de 2009 firmamos contrato com a Pearson Education do Brasil Ltda., para acesso à Biblioteca Virtual Universitária. Por meio deste contrato, renovado em 30 de março de 2012, alunos e professores de nossas instituições de ensino têm acesso ao conteúdo da Biblioteca Virtual Universitária. Este contrato possui vigência de 12 meses, sendo prorrogado automaticamente por iguais períodos.
- Em 31 de maio de 2010 firmamos contrato de licenciamento de uso de marca com Cstore Comércio de Materiais Logomarcados Ltda., através do qual a Cstore, por utilizar nossa marca nos produtos a serem comercializados, nos remunera mensalmente com o equivalente a 12% do valor da receita obtida com a venda dos produtos. O contrato vigorou até 30 de maio de 2011.
- Em 2010, nossa controlada IREP celebrou um contrato com a LHC, uma divisão da *Ecole hôtelière de Lausanne*, para a criação de um curso de Hotelaria no campus da Universidade Estácio de Sá de São Paulo.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

Não temos nenhuma atuação em países estrangeiros.

Conforme divulgado em Fato Relevante em 08/09/2011, a Companhia realizou o desinvestimento de sua única operação no exterior, tendo em vista o seu não alinhamento com a estratégia de crescimento da Companhia nesse momento, focada no Brasil, bem como em face da ausência de qualquer sinergia operacional.

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

A quase totalidade das nossas receitas relevantes são provenientes do Brasil. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, elas totalizaram R\$1.148,4 milhões. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, elas totalizaram R\$1.021,6 milhões.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, elas totalizaram R\$ 4,0 milhões, representando 0,3% da receita líquida. Considerando que o desinvestimento ocorreu em 08 de setembro de 2011, não há receita proveniente dos clientes atribuídos a país estrangeiro no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, elas totalizaram R\$ 4,3 milhões, representando 0,4% da receita líquida. Considerando que o desinvestimento ocorreu em 08 de setembro de 2011, não há receita proveniente de país estrangeiro no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não aplicável, pois não temos operação em países estrangeiros.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

A Companhia elabora e publica um relatório de sustentabilidade, que está disponível no site www.estacioparticipacoes.com.br/ri, Guia: A Companhia > Sustentabilidade ou através do link http://www.estacioparticipacoes.com/estacio2010/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=30097

7.9 - Outras informações relevantes

Seguem abaixo algumas informações adicionais que julgamos relevantes:

NOSSOS PONTOS FORTES

Acreditamos que nossos pontos fortes são:

Forte posicionamento para explorar o potencial crescimento do setor. Acreditamos que o conjunto dos seguintes fatores nos coloca em posição privilegiada para explorar a demanda não atendida do setor de ensino superior privado no Brasil: (i) presença nacional, com unidades distribuídas nos maiores centros urbanos do país estrategicamente localizadas; (ii) amplo *portfólio* de 87 cursos de graduação presencial e 24 cursos de EAD, bem como cursos de pós-graduação *lato sensu*, cursos de mestrado e de doutorado além de diversos cursos de extensão; (iii) comprovada capacidade empresarial e financeira de inovação e melhoria de nossos cursos, objetivando a constante diferenciação em relação à concorrência, como, por exemplo, o lançamento de novos cursos, as diferentes formas de distribuição de conteúdo (EAD e disciplinas *on-line*), a renovação e atualização de nossos currículos, a utilização de disciplinas padronizadas e compartilhadas e a disponibilização e distribuição de material didático; (iv) nossa marca "Estácio", que é amplamente reconhecida no setor educacional brasileiro, desfrutando de uma sólida reputação junto a professores e alunos, fortemente associado a um ensino de qualidade, que ajuda o aluno na sua ascensão profissional, de forma acessível, configurando a melhor proposição de valor em comparação aos nossos concorrentes; (v) o alinhamento dos nossos currículos e programas com as demandas do mercado de trabalho através da consulta constante da nossa área de ensino a empresas "referência" no mercado, bem como do cuidado com o encaminhamento profissional do nosso aluno, através do "Espaço Estágio Emprego", que gera mais de 230 mil oportunidades de estágio e emprego registradas em nosso sistema.

Qualidade diferenciada de ensino. Nosso modelo de ensino é coordenado por uma equipe acadêmica central altamente capacitada, que atua em conjunto com milhares de professores conteudistas do Brasil todo, que assim constroem nossos currículos de modo coletivo, em linha com uma tendência global já em curso em países desenvolvidos. Por isso, os currículos dos nossos cursos são nacionalmente integrados, atualizados às demandas do mercado de trabalho e seguem os pré-requisitos regulatórios estabelecidos pelo MEC. Nossa metodologia de ensino utiliza conteúdos diferenciados, distribuídos em materiais impressos e ferramentas *on-line* produzidos pela nossa equipe de especialistas e também em parceria com as melhores editoras atuantes no Brasil. Nossos currículos e conteúdos dos cursos presenciais e EAD são rigorosamente iguais, o que nos confere economias de escala e sinergias, ao mesmo tempo em que assegura o cumprimento dos padrões estabelecidos pela legislação aplicável. Fazemos uso intensivo de tecnologia e monitoramos a qualidade do ensino através da aplicação de provas nacionais para cada disciplina. Contamos ainda com um corpo docente altamente qualificado a partir dos nossos programas de capacitação e treinamento, de programas acadêmicos padronizados, e de ferramentas e metodologias de ensino pré-definidas. Cuidamos com atenção do nosso corpo docente oferecendo benefícios como plano de saúde e seguro de vida, patrocínios para produção científica e programas de formação *stricto sensu*, e programas de remuneração variável para aqueles que se destacam nas suas áreas. Tudo isso se traduz em uma vantagem para atrair alunos de diversas classes sociais que valorizam nosso diferencial de qualidade de ensino e inovação e estão dispostos a pagar um prêmio por isso.

Gestão operacional profissional e integrada e Cultura de Gestão plenamente implementada. Nosso modelo de gestão é orientado para resultados e focado na busca de qualidade do ensino oferecido aos nossos alunos, em sincronia com a busca de maior rentabilidade e resultados positivos para a empresa. Possuímos um sistema de gestão e avaliação de desempenho baseado em indicadores operacionais e financeiros atribuídos a todos os gestores de nossas Unidades, abrangendo desde a qualidade do ensino e do atendimento aos alunos à rentabilidade de nossas operações, garantindo assim um balanço entre qualidade e resultado que procura garantir a longevidade da nossa Instituição. A mesma sistemática de definição de metas e acompanhamento periódico com a aferição de desempenho e remuneração variável é aplicada aos gestores das atividades de apoio (*back-office*) e das áreas

7.9 - Outras informações relevantes

corporativas. Atualmente, são mais de 400 gestores que possuem metas específicas e remuneração variável dependente de seu desempenho individual, bem como de nosso desempenho como empresa, o que gera forte disciplina e previsibilidade orçamentária e alinhamento entre os interesses dos colaboradores, da Companhia e de seus acionistas. Além do programa executivo de remuneração variável, temos outros programas como o "PIQ Remuneração" dos Docentes (programa de remuneração variável específico para os docentes da Estácio), a "Copa Estácio" (programa de remuneração variável, que premia o resultado das atividades de captação e retenção de alunos), e programas de participação nos lucros para áreas de *back-office*, de modo que todos os colaboradores da Estácio são elegíveis pelo menos a uma compensação baseada em meritocracia. A partir de 2013 lançaremos o "Programa de Excelência Estácio", que visa reunir em um só processo vários desses programas e também fomentar o reconhecimento e a premiação de boas práticas nas diversas áreas da Empresa. Além disso, como companhia participante do Novo Mercado, adotamos melhores práticas de governança corporativa, observando regras mais rígidas às previstas na Lei das Sociedades por Ações. Dentre essas obrigações, incluem-se (i) o detalhamento e inclusão de informações adicionais nas informações trimestrais; (ii) a disponibilização de demonstrações financeiras anuais no idioma inglês e com base em princípios de contabilidade internacionalmente aceitos ou com base na legislação societária brasileira, acompanhadas do parecer dos auditores independentes; (iii) o dever de em qualquer distribuição pública de ações a favorecer a dispersão acionária; e (iv) a vedação do estabelecimento de quoruns qualificados para deliberação de assembleia geral de acionista ou grupo de acionistas, bem como a inclusão de medidas que dificultem ou impossibilitem a aprovação de alterações estatutárias pelos acionistas. Ao combinar o nosso sistema de gestão e avaliação de desempenho com o exercício de melhores práticas de governança corporativa pelos nossos administradores e demais colaboradores, buscamos promover o alinhamento dos interesses dos nossos acionistas aos dos nossos administradores e demais colaboradores. Além disso, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e nosso Estatuto Social, os membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria são eleitos e destituíveis a qualquer tempo, respectivamente, em Assembleia Geral de acionistas e Reunião do Conselho de Administração. Da mesma forma, o nosso Conselho Fiscal, quando e se instalado, também terá seus membros eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral de acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e nosso Estatuto Social. Para informações adicionais, ver seções 12.1 e 12.12 deste Formulário de Referência.

Modelo de negócio escalável com capacidade para crescer com rentabilidade. Com a conclusão de nossa reestruturação acadêmica e organizacional, iniciada em 2009, temos condições de expandir nossas operações de forma orgânica e via aquisições, gerando importantes ganhos de eficiência a partir de nosso modelo de negócio escalável, capaz de absorver um número maior de unidades e alunos a um custo incremental reduzido. Nossos sistemas e processos são totalmente integrados e padronizados para toda a Empresa. Ou seja, operamos uma empresa igual de norte a sul do País. Nossa CSC, atualmente com aproximadamente 300 colaboradores, centraliza diversos processos com característica transacional (ou seja, processos que apresentam uma rotina, que podem ser medidos com um indicador e com certa frequência) de modo extremamente eficiente, gerando economias de escala e liberando as nossas Unidades para focar na qualidade da prestação de serviços e na gestão dos seus próprios resultados.

Solidez e disciplina financeira. Possuímos um balanço patrimonial sólido, com reservas de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de R\$183,8 milhões em 30 de setembro de 2012 e uma capacidade de geração e captação de recursos adicionais que nos possibilita investir em nosso crescimento e na melhoria contínua de nossos serviços. Adicionalmente, mantemos uma administração financeira diferenciada, focada na rentabilidade e qualidade de nossos indicadores financeiros, tais como (i) geração de fluxo de caixa operacional; (ii) controle de capital de giro e da nossa carteira de capex atrelado à geração de caixa de recebíveis e inadimplência. Fazemos uso de ferramentas tradicionais e de eficácia reconhecida como orçamento base-zero e orçamento matricial, bem como de práticas consagradas como "benchmarkings internos". Historicamente, distribuímos dividendos aos nossos acionistas anualmente, nos termos do nosso Estatuto Social, sendo certo que podemos distribuir dividendos em períodos menores, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o nosso Estatuto Social. Desde a obtenção do nosso registro de companhia aberta junto à CVM, em 27 de julho de 2007,

7.9 - Outras informações relevantes

até o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, distribuimos dividendos aos nossos acionistas em percentuais superiores ao dividendo mínimo obrigatório de 25% do nosso lucro líquido ajustado, conforme previsto no nosso Estatuto Social, a saber: (i) 53% com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007; (ii) 57% com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008; (iii) 50% com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 e (iv) 50% com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, distribuimos 25% do nosso lucro líquido ajustado a título de dividendos aos nossos acionistas. Para informações adicionais sobre a nossa política de destinação dos resultados e a distribuição de dividendos, ver seções 3.4 e 3.5 deste Formulário de Referência.

NOSSA ESTRATÉGIA

Nossa estratégia orienta-se pelos seguintes princípios:

Qualidade e diferenciação do produto. Com investimento contínuo na inovação do modelo de ensino, daremos continuidade no desenvolvimento e oferta de ensino universitário de qualidade, com cursos constantemente atualizados em linha com as necessidades e perfis de nossos alunos, ministrados por um corpo docente altamente capacitado, contando com as mais modernas metodologias e ferramentas pedagógicas e com instalações bem mantidas e convenientemente localizadas. Com a criação e implementação da nova Diretoria de Inovação pretendemos organizar e acelerar as iniciativas de desenvolvimento e adoção de novas tecnologias, visando garantir a manutenção da vantagem competitiva que obtivemos ao inovar com a nossa primeira versão do modelo de ensino. Um exemplo recente da nossa capacidade de inovação foi o lançamento da rede social "Didatic@", uma plataforma de ensino digital que chega ao *tablet* dos alunos da Companhia e que possibilita o compartilhamento de conteúdos acadêmicos entre alunos e docentes de vários locais do país além de outras funcionalidades.

Qualidade e diferenciação do nível de serviços no nicho de mercado em que atuamos. Sabemos que além de obter uma educação de primeira linha e um encaminhamento ao mercado de trabalho, nosso aluno característico também valoriza bastante um atendimento de alto padrão. Por isso, também temos investido e inovado de modo relevante para melhorar a "experiência" do aluno junto à Companhia. Exemplos de esforços nessa direção incluem: (i) a implementação do atendimento agendado para os nossos alunos; (ii) a adoção de sistema de "chat" para atendimento virtual; e (iii) o aperfeiçoamento e a ampliação do nosso atendimento via *call-center*, que atendia 4 mil chamados por dia e passou a atender mais de 8 mil.

Crescimento. Após a organização e consolidação de nossa estrutura operacional e o estabelecimento dos novos fundamentos sobre os quais operamos, notoriamente o nosso modelo de ensino e o nosso nível de serviço diferenciado, demos reinício ao nosso processo de crescimento. Atualmente, temos os seguintes objetivos para seguir no sentido da ampliação de nossa operação:

- **Aumento da base de alunos matriculados.** Nossa captação de novos alunos é alavancada por meio de programas de *marketing* e por nossa força de vendas estruturada, que trabalha em coordenação com nossas unidades e nosso *call-center* no contato direto com nosso público-alvo através de pontos de venda e iniciativas de *trade-marketing* específicas e em programas com empresas, órgãos públicos e escolas, feiras universitárias e outros eventos importantes para o *sourcing* de alunos em potencial. Nas últimas 5 rodadas de captação, apresentamos crescimento superior a 20% no número de ingressantes, muito acima do crescimento de demanda verificado no período. Também buscamos níveis crescentes de retenção de nossos alunos ao longo de seus cursos, a partir da melhoria de nossos serviços de atendimento, apoio acadêmico e programas de fidelização. Destacamos que programas como o FIES podem ajudar muito na retenção dos

7.9 - Outras informações relevantes

alunos, visto que geram uma oportunidade de financiamento a baixo custo para o aluno, além de diminuir a ineficiência.

- **Inovação na oferta de cursos.** Reavaliamos regularmente o conjunto de cursos que oferecemos em nossas unidades (*campi*), com base nas necessidades do mercado de trabalho e tendências de desenvolvimento econômico específicas de cada região. Como exemplos, podemos citar os cursos na área de petróleo & gás que lançamos com sucesso nos últimos anos, o que acreditamos tenha sido reflexo da elevada demanda a partir do desenvolvimento da indústria petrolífera nacional, e os de turismo e hotelaria que estamos expandindo para outras cidades para atender às oportunidades geradas pela realização no Brasil da Copa do Mundo em 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016. Adicionalmente, estamos desenvolvendo uma nova estratégia para educação continuada, incluindo a ampliação da oferta de nossos cursos de pós-graduação e o lançamento de cursos livres de curta duração, incluindo cursos preparatórios para concursos e de especialização, que acreditamos ter grande potencial de mercado, e que podem ser distribuídos através de nossa infraestrutura existente e plataforma *on-line* e à distância disponíveis.
- **Expansão da nossa atuação no ensino a distância.** Acreditamos que o segmento de EAD apresenta forte tendência de crescimento, dada a sua atratividade de preço e maior conveniência de locomoção, podendo atrair alunos com menor poder aquisitivo e também com maior dificuldade de locomoção até um campus tradicional. Lançamos nossos cursos de EAD em julho de 2009 e atingimos a marca de 53,3 mil alunos em 30 de setembro de 2012. Creditamos esse sucesso à qualidade de nossos programas e à infraestrutura tecnológica e de apoio, além da qualificação de nossos professores tutores envolvidos nas atividades de suporte aos alunos e na coordenação dos cursos. Pretendemos continuar alavancando nosso crescimento em EAD a partir do lançamento de novos cursos nessa plataforma, para o que temos livre autonomia regulatória a partir de nossa subsidiária Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda., e também através da abertura e credenciamento junto ao MEC de aproximadamente 60 novos pólos além dos atuais 52 em operação. Para garantir o crescimento sustentável e com qualidade dessa operação tão relevante, recentemente criamos uma Diretoria Executiva de Operações EAD.
- **Abertura de novas unidades.** A partir de nossos estudos e inteligência de mercado, identificamos oportunidades de abertura de novas unidades em localidades com demanda ainda não atendida pelas instituições de ensino locais. Também estamos em processo para credenciar algumas de nossas Faculdades como Centros Universitários, a fim de ampliar nossa autonomia para o lançamento de novos cursos e a abertura de novas unidades, acelerando assim nosso crescimento orgânico nas praças onde já operamos.
- **Aquisições e consolidação do setor.** O setor de ensino superior no Brasil é altamente fragmentado, com aproximadamente 1.600 empresas mantenedoras representando, em 2010, cerca de 75% do total de alunos na graduação presencial no país, de acordo com relatório da Consultoria Hoper de 2012. Ao mesmo tempo, graças à estrutura montada na Companhia com características de economia de escala como o modelo de ensino nacional e a CSC, temos grande capacidade de integração de ativos adquiridos pelo país todo. Por isso, mantemos um time de profissionais que trabalha na abordagem, estudo e negociação dessas possíveis aquisições, bem como no monitoramento da integração de tais ativos.
- **Novos negócios:** A fim de explorar também novas oportunidades de negócio em outras áreas no setor de educação e garantir novas fontes de receita, recentemente criamos uma diretoria para cuidar de programas com características de menor regulação. Além da absorção dos cursos de pós-graduação *lato sensu* e da "Academia do Concurso", essa nova Diretora será responsável pela entrada no segmento de "Educação Corporativa", visando operar diretamente com empregadores na formação e capacitação da sua mão de obra.

7.9 - Outras informações relevantes

Ganhos de eficiência e rentabilidade. Nosso modelo baseado em centralização, padronização e escala possibilita o crescimento orgânico da base de alunos e um ganho de eficiência e, portanto, de margem operacional, como tem sido verificado nos últimos 2 anos. Da mesma forma, à medida que absorvemos novas operações e unidades via aquisições, e passamos a introduzir em tais empresas nosso modelo acadêmico mais eficiente e de melhor qualidade, assim como nossas melhores práticas de gestão e escala de operações, melhoramos o nível de rentabilidade dessas operações, trazendo-as para o nosso patamar regular e gerando mais escala para as operações centralizadas como a CSC.

Perpetuação da cultura organizacional e do nosso modelo de gestão. Paralelamente ao programa de crescimento da Companhia, trabalhamos para preservar e intensificar a cultura corporativa que desenvolvemos e implementamos ao longo dos últimos anos. Acreditamos que a gestão profissionalizada e focada em qualidade e eficiência, com o alinhamento de centenas de executivos em torno de um único sistema meritocrático, seja o principal diferencial competitivo de longo prazo em nosso setor. Desse modo, investimos permanentemente na atração, retenção, treinamento e promoção dos melhores talentos humanos. Adotamos um modelo organizacional transparente e de forte comunicação no qual os valores e ideias são disseminados ativamente através de toda a Companhia, contribuindo para o fortalecimento de nossa cultura e desenvolvimento de nossos colaboradores. Por isso, buscamos formar sempre profissionais de alta qualificação, prontos para assumir cargos de liderança, garantindo assim o crescimento com rentabilidade de nossas atividades de forma auto-sustentável no longo prazo. Nesse contexto, já a partir de 2013 pretendemos operar a nossa própria "Universidade Corporativa", que terá como missões principais garantir o abastecimento de talentos para o nosso crescimento, ao mesmo tempo em que dissemina os princípios e valores em que tanto acreditamos na Companhia.

PROGRAMAS ACADÊMICOS

Em 30 de setembro de 2012, tínhamos 284,4 mil alunos matriculados em aproximadamente 389¹ cursos de diferentes áreas de conhecimento nas modalidades presencial e a distância. Embora a maioria seja de cursos de graduação tradicional e especialização, também oferecemos cursos de graduação tecnológica, mestrado, doutorado e extensão.

A duração dos nossos cursos de graduação tradicional varia de quatro a seis anos e de graduação tecnológica dura em torno de dois anos. Os cursos de mestrado e doutorado variam de um a dois anos e meio.

Determinamos os cursos que ofereceremos em cada uma de nossas unidades com base nas diretrizes do Ministério da Educação e de acordo com a demanda local. Para entendermos essa demanda, realizamos pesquisas periódicas para identificar oportunidades para criação de novos cursos.

A tabela a seguir apresenta nossas principais ofertas de cursos por modalidade e o número de alunos matriculados em 30 de setembro de 2012:

Modalidades	Número de Cursos ⁽¹⁾		Alunos Matriculados (mil) ⁽²⁾
	Presencial	À Distância	
Graduação Tradicional	96	10	185,9
Graduação Tecnológica	54	16	84,1
Especialização	181	17	14,1
Mestrado	10	-	0,2
Doutorado	5	-	0,1

¹ O novo modelo acadêmico foi implantado em 78 cursos de graduação tradicional e tecnológica.

7.9 - Outras informações relevantes

Total ⁽²⁾ **346** **43** **284,4**

⁽¹⁾ Em relação à graduação tradicional e à graduação tecnológica, foram considerados inclusive cursos do currículo antigo que ainda estão sendo terminados. O novo modelo de ensino da Estácio prevê apenas 78 cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. Os 150 cursos presenciais somados acima incluem cursos que já foram terminados.

⁽²⁾ Incluem a base de alunos das modalidades presencial e a distância.

Em 30 de setembro de 2012, nossos cursos de (i) graduação tradicional eram frequentados em conjunto por aproximadamente 65,4% do total de nossos alunos; (ii) graduação tecnológica eram frequentados por 29,6% do total de nossos alunos; (iii) especialização, tais como gestão de pessoas, administração estratégica, medicina do trabalho, gestão empresarial, direito e processo do trabalho e direito previdenciário, eram frequentados aproximadamente por 5,0% do total de nossos alunos; e (iv) mestrado e doutorado, nas áreas de direito, educação, odontologia, administração, saúde da família e desenvolvimento empresarial, eram frequentados aproximadamente por 0,1% do total de nossos alunos.

As tabelas abaixo apresentam as matrículas nos nossos maiores cursos de graduação tradicional e tecnológica, respectivamente, em 30 de setembro de 2012.

Graduação Tradicional	Alunos (mil)	% do Total de Alunos
Administração	33,6	18,1
Direito	28,1	15,1
Ciências Contábeis	10,8	5,8
Enfermagem	9,2	4,9
Pedagogia	8,5	4,6
Outros	95,7	51,5
Total	185,9	100,0%

Graduação Tecnológica	Alunos (mil)	% do Total de Alunos
Gestão Recursos Humanos	15,3	18,2
Logística	6,4	7,6
Marketing	5,8	6,8
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	5,5	6,5
Redes de Computadores	4,7	5,6
Gestão Ambiental	4,4	5,2
Outros	42,0	49,9
Total	84,1	100,0%

Nossos cursos e seus currículos são desenvolvidos por equipes de profissionais altamente qualificadas, com amplo conhecimento técnico e experiência. Neste processo levamos em consideração os processos internos de avaliação, as diretrizes curriculares do MEC e às exigências do mercado de trabalho. Elaboramos um programa de alta qualidade que atendem as exigências do MEC e refletem nosso compromisso com a boa prestação de serviços educacionais e controle de qualidade de forma eficiente.

Além disso, desenvolvemos nossos programas acadêmicos, firmando contratos com parceiros internacionais como: *École Hôtelière de Lausanne*, na área de Hotelaria, e com a *Alain Ducasse Formation*, na área de gastronomia. Esses contratos estabelecidos concedem dupla titulação (grau válido nos dois países) para ambos os cursos. Para maiores informações, vide abaixo *Parcerias com Instituições Estrangeiras* deste Formulário de Referência.

A avaliação historicamente positiva do MEC sobre nossos cursos, corpo docente e instalações confirma nosso compromisso com a qualidade da educação.

Parcerias com Instituições Estrangeiras

Em 01 de dezembro de 2005, nossa controlada SESES celebrou um contrato de parceria com a ADF Le Centre de Formation d'Alain Ducasse (França), em caráter de exclusividade, para a criação da "Académie Alain Ducasse" no campus da Universidade Estácio de Sá (RJ), para o curso de gastronomia. Em 11 de fevereiro de 2008 foi celebrado um contrato entre as partes para a criação de um programa de

7.9 - Outras informações relevantes

treinamento de alta qualidade na arte culinária, a ser implementado pela SESES nos campus da Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Belo Horizonte. Como remuneração, pagamos royalties no valor de 150 mil euros anuais, equivalentes a aproximadamente R\$365,0 mil, em 31 de dezembro de 2011, pagos trimestralmente. Tal contrato possui vigência até 31 de dezembro de 2015.

Em 19 de dezembro de 2005, celebramos contrato de colaboração com a *Lausanne Hospitality Consulting* (Suíça), em caráter de exclusividade, para a prestação dos serviços de consultoria para recrutamento e preparação do corpo docente para o curso de administração hoteleira, para renovação da infraestrutura e equipamentos, e para elaboração de *curriculum*. O pagamento pelo serviço de consultoria é efetuado antecipadamente a cada seis meses no valor de 65,3 mil francos suíços, equivalentes a R\$158,8 mil, em 31 de dezembro de 2011. O contrato foi firmado por prazo indeterminado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer das partes, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de dois meses.

Em 07 de junho de 2006 celebramos contrato de certificação com a *École Hôtelière de Lausanne* (Suíça) para a certificação acadêmica do programa de estudo no curso de graduação de hotelaria, lecionado no *campus* da Universidade Estácio de Sá no Rio de Janeiro. Tal contrato possui prazo de vigência de três anos, renováveis por prazos sucessivos, com próxima renovação prevista para 6 de junho de 2012. Arcamos com todos os custos necessários para a prestação do serviço por parte da instituição estrangeira, além de um pagamento de uma taxa anual de 400 francos suíços por aluno registrado, equivalentes a aproximadamente 713 reais em 31 de dezembro de 2010.

Em 2010, nossa subsidiária IREP celebrou contrato com a Lausanne Hospitality Consulting S.A., uma divisão da *Ecole Hôtelière de Lausanne*, para a criação de um curso de Hotelaria no campus da Universidade Estácio de Sá de São Paulo, que contará com a mesma certificação do curso de Hotelaria lecionado no campus da Universidade Estácio de Sá no Rio de Janeiro. Arcamos com todos os custos necessários para a prestação do serviço por parte da instituição estrangeira.

FORMAS DE INGRESSO

Oferecemos oito diferentes formas de ingresso, entre elas: (i) vestibular tradicional²; (ii) PROUNI, em que o ENEM substitui o vestibular tradicional; (iii) ENEM; (iv) reabertura ou transferência interna; (v) segunda graduação; (vi) transferência para Estácio; (vii) vestibular cursos a distância; e (viii) vestibular agendado manuscrito.

O vestibular tradicional consiste em uma prova de redação e 30 questões de múltipla escolha de conhecimentos gerais, disponível em todas as nossas unidades.

Oferecemos também a oportunidade de ingresso por meio do PROUNI, que depende de uma avaliação da documentação sócio-econômica dos candidatos pré-selecionados pelo MEC com base na nota do ENEM e do resultado da prova de redação. Atualmente, o número de bolsas do PROUNI oferecidas pela Companhia totaliza 12.753 bolsas.

Assim como outras instituições de ensino, aceitamos o resultado do ENEM, caso o candidato tenha realizado o exame e opte por utilizá-lo.

² O curso de medicina possui vestibular próprio que consiste em provas de redação, questões objetivas de (Língua Portuguesa, Espanhol ou Inglês, Matemática, Física, Biologia, Química e Cultura Geral (Geografia e História) e questões discursivas de Biologia e de Química.

7.9 - Outras informações relevantes

Reabertura ou transferência interna é um procedimento para os alunos que desejam realizar a reabertura da matrícula para retornar aos estudos e concluir a graduação.

O vestibular para segunda graduação é uma forma de ingresso nos nossos cursos de graduação para portadores de diploma de ensino superior. O mesmo é realizado por meio de uma análise de documentação apresentada pelo candidato, que poderá efetuar a matrícula sem vestibular.

No caso de transferência externa, alunos matriculados em outra instituição de ensino poderão ingressar no curso após uma análise da documentação necessária, a ser apresentada na unidade em que o aluno deseja ingressar.

Vestibular cursos a distância é uma forma de ingresso para os alunos que desejam cursar o ensino a distância. Trata-se de uma prova de redação.

No vestibular agendado manuscrito, o candidato comparece à unidade escolhida para fazer uma prova de redação.

A tabela a seguir apresenta a evolução do número de alunos de graduação matriculados e ingressos nos últimos três anos:

	2009	2010	2011	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2012
Número total de alunos ⁽¹⁾	205,7	210,0	240,0	247,8	284,4
Número de alunos ingressantes⁽²⁾	93,8	116,6	146,0	141,5	177,5

⁽¹⁾ Tal número engloba os alunos das modalidades presencial e à distância de todos os tipos de cursos.

⁽²⁾ Tal número engloba os alunos que ingressaram no ano ou no período indicado, conforme o caso, por meio de matrículas com e sem vestibular, transferências de outras instituições de ensino e reaberturas de matrículas.

SERVIÇOS PRESTADOS AO ALUNO

Entre os serviços prestados aos nossos alunos oferecemos:

Serviços de Colocação Profissional: Com foco no futuro profissional de nossos estudantes, desenvolvemos e contamos com uma diretoria responsável pela viabilidade de ofertas de estágios, trainees e empregos – a Central de Estágios e Empregos. Criado em 2010, o Espaço Estágio Emprego – E3, ampliou seu raio de ação e já conta com 21 unidades em 17 estados. Com crescimento de 125% em comparação ao exercício anterior, em 2011 mais de 184 mil oportunidades de estágio e emprego disponibilizadas aos nossos alunos foram oriundas de parcerias com cerca de 40 mil empresas. O E3 é um ambiente exclusivo para orientação de carreira para alunos e egressos e visa a integração crescente entre o universo acadêmico e os grandes empregadores, estreitando o relacionamento da instituição com o mercado de trabalho, em prol de nossos alunos. A orientação é feita por professores e alunos dos últimos períodos de RH e Psicologia, que são remunerados para prestar consultoria a jovens universitários em busca de sua primeira experiência profissional ou auxílio na recolocação no mercado. No final de 2011 também inauguramos o novo Portal de Vagas (www.vagasestacio.com), que trouxe funcionalidades inéditas, como o envio de e-mail com detalhamento das oportunidades e banco de currículos para consulta por empresas cadastradas.

A implantação do E3 não só aumentou o número de vagas oferecidas pela Estácio, como fortaleceu a proximidade entre as empresas e a instituição, permitindo que os alunos interagissem e conquistassem melhores chances profissionais.

7.9 - Outras informações relevantes

Programa de desenvolvimento profissional: O aluno conta um conjunto de três cursos de extensão, na modalidade on-line, voltados à empregabilidade e à formação profissional do aluno.

Gabaritando: O aluno conta com aulas de reforço acadêmico, gratuitas e *on-line* para melhoras o seu desempenho.

Serviços de Biblioteca: Nosso grupo dispõe de uma vasta rede de bibliotecas com rede sem fio gratuita e salas de estudos individuais e em grupo, onde é possível realizar consultas, empréstimos de livros e acesso ao acervo de qualquer uma das bibliotecas de nossa rede de ensino. Por meio de terminais de computadores os usuários têm acesso aos títulos de todo o acervo existente em nossa rede, com a indicação da biblioteca onde se encontra a obra procurada. Implantamos, também, o sistema de empréstimo domiciliar automatizado, contando com software que possibilita aos usuários, de maneira fácil e ágil, a disponibilidade das obras. O empréstimo domiciliar é permitido aos nossos alunos, professores e funcionários. Em 2010 foi implantada também a biblioteca virtual Estácio. Através dela, o aluno pode acessar um acervo de livros de mercado, de várias editoras conhecidas e conceituadas 24 horas por dia. Existe ainda a possibilidade do aluno realizar anotações pessoais, buscas inteligentes, impressões e realizar compras.

Carteira de Benefícios: Oferecemos uma carteira de benefícios e um pacote de vantagens exclusivo aos nossos alunos dentre os quais destacamos: carteira de estudante que oferece aos alunos benefícios concedidos a todos os estudantes (descontos em cinemas, teatros e shows) curso de idiomas, seguro saúde, seguro odontológico além de uma ampla rede de clínicas conveniadas no segmento de fisioterapia.

Serviços Virtuais: Desenvolvemos o "Portal do Aluno" por meio do qual os alunos podem consultar a biblioteca e a secretaria, entre outros serviços educacionais *on-line*. É o espaço virtual destinado à aprendizagem dos nossos alunos, consulta de suas notas e acompanhamento de requerimentos.

Serviços de Informação: Preocupados com a prática profissional, formação cultural e nível de informação de nossos alunos, criamos em algumas unidades a "TV Estácio", "Jornal Mural e impresso" e "Peças Publicitárias". Estes canais permitem que nossos alunos ponham em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula e forneçam serviço de informação à comunidade acadêmica.

CONTROLE DE QUALIDADE

A qualidade tem sido a marca da trajetória acadêmica da Estácio, iniciada, no Rio de Janeiro, em 1970, com o curso de Direito e consolidada com a sua transformação em universidade, em 1988. Em 1990, foi criado o Programa Qualidade e Participação, como mecanismo de planejamento e acompanhamento das atividades da universidade e da sua expansão. Esse Programa define o paradigma educacional que tem sua inspiração em uma visão da "Universidade Útil", com compromissos firmados com a destinação social.

Nesta ocasião, outros programas estratégicos foram desenvolvidos como, por exemplo: (i) a UNESA: rumo ao futuro – que se traduzia em um novo desafio voltado à pesquisa e à produção de conhecimento com qualidade formal e política; (ii) qualidade, localização e preço – voltado a minimizar o efeito perverso decorrente da oferta de bens e serviços reduzida a locais determinados, formando concentrações econômicas, demográficas e culturais geradoras, muitas vezes, de acentuados desequilíbrios regionais; e (iii) qualidade e inclusão social – externando as novas expectativas e mudanças do cenário sócio-político-educacional.

Desde essa época e de forma pioneira, o ensino da Estácio é acompanhado de ações sistemáticas de avaliação interna, que foram iniciadas ainda na década de 90 no contexto do PAIUB - Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras, sob a iniciativa do MEC. Essas ações possibilitaram a busca efetiva da qualidade para os *stakeholders*, o que deu início para a criação de Modelo de Ensino próprio.

7.9 - Outras informações relevantes

A Universidade Estácio de Sá expandiu-se pelo Estado do Rio de Janeiro e, posteriormente, surgiram outras Instituições de Ensino Superior – IES, ligadas ao Grupo Estácio, em todas as regiões do Brasil. A lógica da qualidade foi comum a todas as IES.

Para ampliar o processo de avaliação e como ferramenta de controle da implantação do seu Modelo de Ensino, a Estácio, desde 2010, tem o SINAES como um dos projetos estratégicos da Diretoria de Ensino, definido como metodologia de avaliação integrada e, análogo ao criado pelo MEC em 2004. Constituem os três eixos de avaliação do SINAES da Estácio: a autoavaliação institucionalizada pela Comissão Própria de Avaliação - CPA, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE e a Avaliação in loco dos cursos e das IES.

A Companhia implantou a CPA em todas as suas IES, ampliando o escopo de sua avaliação. Esta Comissão é integrada por membros representantes de diferentes setores da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada. Em 2012, a CPA realizou uma avaliação institucional online de todos os cursos de bacharelado, de licenciatura e de graduação tecnológica. Atualmente, esta avaliação interna ocorre como ação continuada, abrangendo também os cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* e dos cursos na modalidade à distância. Tal avaliação contempla aspectos relativos às práticas docentes de disciplinas, à coordenação dos cursos, além daqueles relativos às unidades e ao campus virtual. Os dados, coletados e consolidados, são transformados em informações que têm permitido a implantação de planos de ação para melhoria da qualidade dos processos envolvidos. Tanto os resultados quanto as ações de melhoria são amplamente divulgados por diversos meios de comunicação interna.

O projeto ENADE é gerenciado coletivamente por comitê específico. Utiliza metodologia integrada ao modelo de gestão dos processos do negócio. Sendo assim, prioriza o levantamento de dados sobre o processo ensino-aprendizagem por provas simuladas para consubstanciar a análise, através de ferramenta Fato/Causa/Ação – FCA, geradora de Planos de Ação para melhoria de qualidade dos cursos.

No que se refere à avaliação externa, os resultados de todas as avaliações *in loco*, realizadas pelo MEC, nos eventos regulatórios para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, foram consolidados para identificar as potencialidades e oportunidades de melhoria e, em função do movimento de expansão do Grupo Estácio, a mesma metodologia de análise será utilizada para os eventos de credenciamento e credenciamento de IES. O uso das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos – DCN e dos instrumentos de avaliação do INEP, no diagnóstico dos cursos e das IES tem sido uma prática com resultados significativos no que se refere aos mecanismos de controle de qualidade dos cursos.

A implantação institucionalizada do Núcleo Docente Estruturante - NDE, composto por professores altamente qualificados e experientes liderados pelo coordenador de curso, se configura como essencial na construção, desenvolvimento e supervisão pedagógica das disciplinas dos cursos. Essa é premissa do MEC, que o instituiu em 2010, e assumido pelo Grupo Estácio como base para o cumprimento de sua missão: "Promover a formação e ascensão profissional dos nossos alunos através de uma educação de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atuamos".

PERFIL DO ALUNO E SEGMENTO DE POTENCIAL CRESCIMENTO

O perfil de nossos alunos é bastante diversificado, tendo em vista a pluralidade das áreas de conhecimento, os tipos de cursos e modalidades oferecidas. Acreditamos que o segmento com maior potencial de crescimento na área do ensino superior é o de jovens trabalhadores de renda média e média baixa, que atualmente já compõe a maioria da nossa base de alunos. Pretendemos continuar a investir em estratégias para aumentar a nossa penetração nesse segmento.

7.9 - Outras informações relevantes

EVASÃO E RETENÇÃO

Além da captação de novos alunos, procuramos continuamente evitar a evasão de alunos matriculados. Acreditamos que os principais motivos de evasão sejam (i) dificuldades financeiras, decorrentes do desemprego e outros motivos pessoais que impossibilitam o pagamento das mensalidades (ii) dificuldades em conciliar trabalho e estudo, e (iii) acadêmicos, que incluem perda de interesse em um curso específico ou reprovação continuada. Desenvolvemos constantemente ações e iniciativas para determinar os níveis de satisfação, aumentar a retenção e estimular a reabertura de matrícula.

Implementamos também políticas de parcelamento da dívida de alunos para facilitar a cobrança de valores em atraso e reduzir a evasão. Para maiores informações vide abaixo "Mensalidades e Taxas".

MENSALIDADES E TAXAS

De acordo com pesquisas internas realizadas periodicamente, um dos fatores mais considerados pela maioria de nossos alunos ao escolher a instituição de ensino superior é a acessibilidade do preço das mensalidades. Desenvolvemos um modelo de negócio para gerir várias unidades com eficiência, aumentar nossos ganhos de escala, manter estrito controle sobre nossos custos e ao mesmo tempo preservar e aumentar a qualidade dos cursos e dos serviços de apoio aos alunos, mantendo as mensalidades a preços acessíveis.

A fim de determinar o preço dos cursos, analisamos a estrutura de custo de cada uma de nossas unidades, bem como os preços dos concorrentes locais. Tentamos oferecer o melhor custo-benefício aos jovens trabalhadores de renda média e média-baixa, em termos de qualidade de educação e preço. Além disso, procuramos desenvolver cursos de ponta para formações que têm carência de ofertas no ensino superior. Nesse particular, podemos destacar o curso de medicina, que foge do valor normalmente oferecido aos nossos alunos, devido à sua especificidade e ao grande custo de manutenção das instalações constantemente renovadas.

Os preços das mensalidades e os descontos variam de acordo com o curso, turno, unidade ou com o semestre acadêmico. Atualmente, a nossa mensalidade bruta para os ingressantes varia entre R\$215,00 e R\$1.718,00 para os cursos de graduação tecnológica e entre R\$229,00 e R\$1629,00 para a graduação tradicional. No curso de medicina a mensalidade gira em torno de R\$3.859,00.

A tabela abaixo contém os valores mínimo e máximo das mensalidades para cada tipo de curso oferecido:

	Mínimo	Máximo
Graduação tecnológica Presencial	R\$ 215,00	R\$ 1.718,00
Graduação tradicional Presencial*	R\$ 229,00	R\$ 1.629,00
Graduação tecnológica Ensino a distância	R\$ 293,00	R\$ 293,00
Graduação tradicional Ensino a distância	R\$ 293,00	R\$ 293,00
Graduação tecnológica semipresencial	R\$ 308,00	R\$ 759,00
Graduação tradicional semipresencial	R\$ 328,00	R\$ 839,00
* No curso de medicina a mensalidade gira em torno de R\$3.859,00.		

Cobrança das Mensalidades

7.9 - Outras informações relevantes

Oferecemos diferentes tipos de ofertas na captação das diferentes formas de ingresso e na renovação dos alunos. Os estudantes que permanecem com os pagamentos em atraso estão sujeitos a multa de mora de 2% e juros de 1% ao mês mais variação da taxa de juros de mora.

Em nossos cursos de graduação tradicional e tecnológica, os alunos assinam um contrato válido por um semestre letivo. Esse contrato é renovado automaticamente no ato da matrícula realizado a cada novo semestre, até a conclusão do curso. Cobramos seis mensalidades por semestre para os cursos de graduação tradicional e de graduação tecnológica, sendo que o pagamento da primeira mensalidade é considerado como confirmação da matrícula. Ao final de cada semestre, os alunos que não estiverem com sua situação financeira regularizada, deverão negociar seus débitos para se matricularem no próximo semestre. Os alunos de graduação da modalidade presencial podem financiar a mensalidade através do FIES e do Crédito Universitário. No mestrado e no doutorado, os alunos assinam um novo contrato a cada semestre letivo. A dinâmica de cobrança das mensalidades dos cursos de pós-graduação *lato-sensu* é similar ao da graduação.

Temos um processo de cobrança que compreende etapas de negociação internas e externas com o objetivo de determinar termos e condições que permitam a manutenção do aluno e o recebimento destes créditos. Nosso sistema de cobrança é centralizado e atualizado mensalmente através de uma lista de alunos com mensalidades em atraso. As principais etapas do nosso processo de cobrança são:

- *Cobrança Interna:* Quando da inadimplência de uma mensalidade ou de uma parcela de um acordo referente a débitos anteriores, o aluno é convidado a negociar sua dívida com maior comodidade, através do simulador ou na própria unidade de ensino. Nossos administradores acadêmicos desenvolvem importante papel no processo de cobrança incentivando o aluno inadimplente a regularizar sua situação financeira por meio de contatos individuais. Nossa política de renegociação é desenvolvida de acordo com determinados critérios de crédito que incluem o histórico financeiro e acadêmico do aluno.
- *Cobrança Externa:* Após o período permitido para a renovação acadêmica, os alunos que não renovam e possuem débitos com a Instituição, são encaminhados para a Assessoria financeira. A recuperação do débito e retorno do aluno é importante para a organização e as assessorias financeiras garantem maior flexibilidade para negociação do aluno. Contamos, ainda, com serviços de recuperação extrajudicial de créditos, prestados por empresas de cobrança por nós contratadas.
- *Cobrança Judicial:* Caso a cobrança externa não tenha obtido resultados para a execução do débito, a cobrança judicial pode ser um instrumento cogitado. Atualmente a Instituição realiza o protesto de cheques devolvidos, promissórias vencidas e débitos de alunos formados com posse de diploma.

Toda mensalidade vencida há mais de 180 dias é lançada em nossa provisão para devedores duvidosos, que correspondeu a 4,3% de nossas receitas líquidas em 2009, 4,1% em 2010, 4,7% em 2011 e 5,9% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, conforme tabela abaixo:

Em R\$ milhões	2009	2010	2011	30 de setembro de 2012
Receita Operacional Líquida (ROL)	1.008,8	1.016,2	1.148,4	1.021,6
Provisão para Deveres duvidosos (PDD)	(43,8)	(41,6)	(54,4)	(60,2)
PDD/ROL %	4,3%	4,1%	4,7%	5,9%

7.9 - Outras informações relevantes

A PDD nos últimos três anos girou em torno de 4,1% a 5,9% de nossa receita líquida. Para mais informações sobre a contabilização de tais perdas, vide Seção 10 deste Formulário de Referência.

INSTALAÇÕES

Em 30 de setembro de 2012, tínhamos 75 *campi* localizados em 20 estados brasileiros, em 39 cidades distintas. Nossa unidade administrativa central está localizada na cidade do Rio de Janeiro, no estado do mesmo nome. Toda a rede de ensino tem infra-estrutura adequada para a prestação de serviços de educação de qualidade aos alunos. Em 30 de setembro de 2012, contávamos com aproximadamente 3.538 salas de aula de ensino presencial e aproximadamente 143 salas de aula de ensino a distância, 1.280 laboratórios de ensino³, 76 bibliotecas, 75 auditórios e 54 núcleos prestadores de assistência jurídica gratuita, dos quais 42 estão localizados em nossas unidades e 12 em juizados especiais cíveis conveniados.

Ao abrir ou adquirir novas unidades, construímos ou reformamos as instalações existentes a fim de adequá-las aos nossos padrões de qualidade, às características da nossa marca e às exigências do MEC. Adotamos um projeto padrão para nossas unidades, o que resulta em otimização de espaço e permite a construção e a manutenção com custo eficiente.

O ciclo de amadurecimento de uma unidade está diretamente relacionado aos cursos oferecidos e leva em média quatro anos.

A maioria das nossas unidades está instalada em imóveis locados de terceiros, para os quais temos contratos de locação de longo prazo, com aluguéis fixados por um dos seguintes parâmetros: (i) valor fixo mensal; (ii) valor atrelado a percentual de valores recebidos a título de mensalidade de alunos matriculados; (iii) valor atrelado a percentual de receita; (iv) valor atrelado a metro quadrado; ou (v) valor atrelado ao número de alunos matriculados ou autorizações para uso e ocupação. Gastamos aproximadamente R\$87,3 milhões com a locação de imóveis no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012. Acreditamos que as atuais instalações são adequadas às nossas necessidades e que poderemos renovar nossos contratos de locação e obter espaço adicional, caso preciso, em termos comercialmente razoáveis para atender futuras necessidades.

Corpo Docente e Serviços de Apoio Acadêmico / Administrativo

Número de empregados	2009	2010	2011	30 de setembro de 2012
Por grupos:				
Administrativo	4.057	3.697	3.952	4.315
Corpo Docente	7.649	7.072	9.596	7.400
Por região geográfica:				
Norte	311	290	312	838
Nordeste	2.250	2.085	2.249	2.584
Sul	394	341	437	361

³ Não estão incluídos os laboratórios de informática

7.9 - Outras informações relevantes

Sudeste	8.497	7.777	10.260	7.654
Centro-Oeste	254	276	290	278
Total de Empregados	11.706	10.769	13.548	11.715

1. Nota: Os professores que dão aula em mais de uma cidade ou IES do mesmo grupo econômico são considerados apenas uma única vez, não sendo contados em duplicidade.

Corpo Docente

Os integrantes do nosso corpo docente têm credenciais acadêmicas e experiência profissional e oferecem aos alunos uma formação voltada às exigências do mercado de trabalho que complementa a visão acadêmica. A promoção para níveis superiores de carreira é medida por acréscimo de titulação, tempo de serviço na instituição e produção acadêmica.

O método utilizado para seleção de docentes inicia-se mediante necessidade de preenchimento de vaga por motivo de substituição ou de aumento de quadro, tendo como condição necessária a previsão orçamentária de novos colaboradores. O aumento de quadro, sem previsão no orçamento, é realizado somente com autorização da Diretoria de Administração de Pessoal. Os casos de substituição de colaboradores devem ser justificados pelo responsável da área e confirmados pela área de remuneração e benefícios/Diretoria de Administração de Pessoal. O processo de seleção é definido pela Diretoria de Desenvolvimento em conjunto com a área requisitante, a qual tem a responsabilidade final pela escolha do candidato. Ainda, para o cumprimento da política de admissão, constam categorias de portadores de deficiência, pessoas acima de 50 anos, alunos, ex-alunos e parentes que deverão ser priorizados.

Acreditamos que oferecemos uma política de remuneração competitiva que busca atrair e reter talentos, e reconhecer os esforços e as realizações dos profissionais do corpo docente.

Serviços de Apoio Acadêmico / Administrativo

Em 30 de setembro de 2012, tínhamos um total de 4.451 integrantes de nossa equipe de apoio acadêmico/administrativo, distribuídos conforme tabela acima.

Nossa equipe de apoio acadêmico/administrativo desempenha um papel importante em nosso crescimento. Buscamos contratar profissionais qualificados que atendam nossos padrões éticos.

Além disso, desenvolvemos e mantemos programas de relacionamento com empresas parceiras que são contratadas para desempenhar determinadas funções que não fazem parte de nossas principais atividades. Adotamos um rígido regime de controle de gestão administrativa, que serve de apoio à nossa atividade principal que é o ensino. Damos especial atenção à área de recursos humanos, capacitando e selecionando empregados e colaboradores, a fim de servir com eficiência e diligência aos nossos alunos.

Ao longo de 2009, implantamos uma Central de Serviços Compartilhados ("CSC"), centralizando atividades administrativas como: folha de pagamentos, contabilidade, tecnologia da informação, gente e gestão, contas a pagar, cobrança, gestão acadêmica e suprimentos. O CSC conta com cerca de 300 colaboradores que realizam processos referentes a todas as Unidades. Importantes indicadores operacionais já foram atingidos nos primeiros meses de atuação, tais como a eliminação dos atrasos na emissão de diplomas.

TECNOLOGIA

Experimentamos um importante processo de mudança, crescimento e profissionalização com reflexos positivos na gestão de nossos negócios, que demanda uma otimização de seus processos, implantação de

7.9 - Outras informações relevantes

melhores práticas de gestão, sistemas de informação confiáveis, serviços, ferramentas e tecnologias que permitem melhorar o atendimento aos nossos clientes, alunos, colaboradores, fornecedores, de forma a controlar, reduzir e evitar custos, além de melhorar a qualidade das informações gerenciais.

Nesse sentido, ao longo dos últimos oito anos, fizemos investimentos expressivos com o objetivo de disponibilizar a mais adequada infra-estrutura de tecnologia e informática, sistemas de informação integrados, evolução da plataforma legada e serviços WEB, para nossas unidades de negócio, nossos professores, nossos pesquisadores e nossa área administrativa.

Hoje, temos em nossa operação um parque com mais de 17.000 microcomputadores, além de estações *macintosh* disponibilizadas em nossas unidades para ensino especializado. Todos os nossos *campi* estão interligados através de uma rede, capaz de compartilhar base de dados e convergir serviços de voz, dados e imagem em um mesmo meio de comunicação.

Possuímos uma Diretoria de Tecnologia da Informação que atende as áreas administrativas e unidades de negócio de todo o Brasil, sendo responsável pela padronização de arquitetura dos sistemas de informação e ambientes de processamento de todas as unidades, ficando garantido, desta forma, a integração dos sistemas, segurança do dado, interoperabilidade e controle de custos.

Além disso, utilizamos sistemas para automatizar e controlar os processos acadêmicos, interagir com os nossos alunos, organizar nosso banco de dados, entre outros. Dentre tais sistemas, destacamos o seguinte de titularidade da Companhia: Sistema de Informações Acadêmicas – SIA, que funciona 24 horas por dia com milhares de funcionalidades separadas por módulos (cursos, alunos, professores, etc.), dentre as quais destacamos a consulta dos alunos aos seus resultados e a solicitação de serviços de forma on-line via internet, do qual faz parte o Sistema das Bibliotecas – SIB, que possibilita a verificação de existência de qualquer livro ou documentos via internet. Temos hoje um portal único na internet que consolida todas as unidades. Este portal é o caminho de relacionamento direto com nossos candidatos, alunos, professores e o público em geral.

Em linha com nosso modelo de governança temos ainda todo o BackOffice de nossa operação (Contabilidade, Contas a Pagar, Suprimentos, patrimônio, etc.) implementado e operado no ambiente SAP.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a) Controladores diretos e indiretos

Somos uma Companhia de controle difuso

b) Controladas e coligadas

Denominação Social	Participação	Atividades
Controladas Diretas		
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA ("SESES")	100,0%	Promoção do ensino superior, presencial ou distância, de pesquisa e de extensão universitária; organização e manutenção de estabelecimentos de ensino isolados independentes e sistema de federação de faculdade ou sob a forma de centros universitários, ou de universidades; prestação de serviços culturais na área de ensino, abrangendo os diversos campos do conhecimento humano, diretamente ou através de convênios com instituições nacionais, internacionais, públicas ou privadas; prestação de serviços educacionais em seus diferentes níveis; desenvolvimento e difusão das artes e das ciências afins; participação em iniciativas de caráter cultural e artístico, em congressos, cursos, conferências, seminários, cursos de extensão universitária, especialização, bem como publicações culturais, científicas e literárias; fornecimento de material didático; intermediação de negócios e de bens móveis ou imóveis, relacionados à área educacional; e participação em outras sociedades.
Irep Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental LTDA ("IREP")	100,0%	Promoção do ensino superior, presencial ou distância, de pesquisa e de extensão universitária; organização e manutenção de estabelecimentos de ensino isolados independentes e sistema de federação de faculdade ou sob a forma de centros universitários, ou de universidades; prestação de serviços culturais na área de ensino, abrangendo os diversos campos do conhecimento humano, diretamente ou através de convênios com instituições nacionais, internacionais, públicas ou privadas; prestação de serviços educacionais em seus diferentes níveis; desenvolvimento e difusão das artes e das ciências afins; participação em iniciativas de caráter cultural e artístico, em congressos, cursos, conferências, seminários, cursos de extensão universitária, especialização, bem como publicações culturais, científicas e literárias; fornecimento de material didático; intermediação de negócios e de bens móveis ou imóveis, relacionados à área educacional; e participação em outras sociedades.
Nova Academia do Concurso – Cursos Preparatórios Ltda.	100,0%	Prestação de serviços de cursos livres preparatórios para concursos, incluindo as atividades de transmissão e retransmissão de aulas (gravadas ou ao vivo) via satélite, <i>web</i> ou presencialmente; edição em estúdio das aulas ministradas e oferta de serviços de suporte aos cursos livres via <i>web</i> ; concessão de franquias; cessão temporária, gratuita ou onerosa, a seus franqueados de direitos de utilização de marcas, sistemas, interesses ou bens, móveis ou imóveis, tangíveis ou intangíveis, de que seja ou venha a ser titular ou licenciada, relacionados ao desenvolvimento, implantação, operação ou administração das franquias que vier a conceder; desenvolvimento de quaisquer atividades necessárias com o fim de assegurar, tanto quanto possível, a manutenção e o aperfeiçoamento contínuo dos padrões de atuação de sua rede de franquias; intermediação de negócios e de bens móveis ou imóveis relacionados à área; comercialização de cursos gravados, apostilas, livros, material didático em geral por meio impresso ou eletrônico (<i>e-commerce</i>); e participação em outras sociedades.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Estácio Editora e Distribuidora Ltda.	100,0%	Comercialização, em varejo ou atacado, de publicações, tais como livros, apostilas, revistas, jornais, cartilhas e periódicos; artigos de papelaria em geral, bem como comercialização de conteúdo editorial digital e artigos de informática, tais como CD's e DVD's, podendo ainda realizar as operações via internet.
Controladas Indiretas		
Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL")	100,0%	Promoção do ensino superior, presencial ou à distância, a pesquisa e a extensão universitária; organização e manutenção de estabelecimentos de ensino isolados independentes e sistema de federação de Faculdades ou sob a forma de Centros Universitários, ou de Universidades; prestação de serviços culturais na área de ensino; prestação de serviços educacionais em seus diferentes níveis, especialmente a atividade de mantenedora da Faculdade Atual da Amazônia; desenvolvimento e difusão das artes e das ciências e afins; participação em iniciativas de caráter cultural e artístico; fornecimento de material didático; intermediação de negócios e de bens móveis ou imóveis, relacionados à área educacional e participação em outras sociedades.
Sociedade Natalense de Educação e Cultura Ltda.	100,0%	Promoção do ensino superior, presencial ou à distância, a pesquisa e a extensão universitária; organização e manutenção de estabelecimentos de ensino isolados independentes e sistema de federação de Faculdades ou sob a forma de Centros Universitários, ou de Universidades; prestação de serviços culturais na área de ensino; prestação de serviços educacionais em seus diferentes níveis, especialmente a atividade de mantenedora da Faculdade de Natal; desenvolvimento e difusão das artes e das ciências e afins; participação em iniciativas de caráter cultural e artístico; fornecimento de material didático; intermediação de negócios e de bens móveis ou imóveis, relacionados à área educacional e participação em outras sociedades.
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte Ltda.	100,0%	Promoção do ensino superior, presencial ou à distância, a pesquisa e a extensão universitária; organização e manutenção de estabelecimentos de ensino isolados independentes e sistema de federação de Faculdades ou sob a forma de Centros Universitários, ou de Universidades; prestação de serviços culturais na área de ensino; prestação de serviços educacionais em seus diferentes níveis, especialmente a atividade de mantenedora da Faculdade de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte; desenvolvimento e difusão das artes e das ciências afins; participação em iniciativas de caráter cultural e artístico; fornecimento de material didático; intermediação de negócios e de bens móveis ou imóveis, relacionados à área educacional e participação em outras sociedades.
Sociedade Educacional da Amazônia Ltda. ("ASSEAMA")	100,0%	Promoção do ensino superior, presencial ou à distância, a pesquisa e a extensão universitária; organização e manutenção de estabelecimentos de ensino isolados independentes e sistema de federação de Faculdades ou sob a forma de Centros Universitários, ou de Universidades; prestação de serviços culturais na área de ensino; prestação de serviços educacionais em seus diferentes níveis, especialmente a atividade de mantenedora da Faculdade SEAMA; desenvolvimento e difusão das artes e das ciências e afins; participação em iniciativas de caráter cultural e artístico; fornecimento de material didático; criação e manutenção de hospitais universitários, clínicas universitárias, núcleos universitários, entre outros; intermediação de negócios e de bens móveis ou imóveis, relacionados à área educacional e participação em outras sociedades.
iDEZ Empreendimentos Educacionais Ltda.	100,0%	Promoção do ensino superior, presencial ou à distância, a pesquisa e a extensão universitária; organização e manutenção de estabelecimentos de ensino isolados independentes e sistema de federação de Faculdades ou sob a forma de Centros Universitários, ou de Universidades; prestação de serviços

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Unisãoluis Educacional Ltda.	100,0%	<p>culturais na área de ensino; prestação de serviços educacionais em seus diferentes níveis, especialmente a atividade de mantenedora da Faculdade de Tecnologia IBRATEC de João Pessoa; desenvolvimento e difusão das artes e das ciências e afins; participação em iniciativas de caráter cultural e artístico; fornecimento de material didático; intermediação de negócios e de bens móveis ou imóveis, relacionados à área educacional e participação em outras sociedades.</p> <p>Promoção do ensino superior, presencial ou à distância, a pesquisa e a extensão universitária; organização e manutenção de estabelecimentos de ensino isolados independentes e sistema de federação de Faculdades ou sob a forma de Centros Universitários, ou de Universidades; prestação de serviços culturais na área de ensino; prestação de serviços educacionais em seus diferentes níveis, especialmente a atividade de mantenedora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; desenvolvimento e difusão das artes e das ciências afins; participação em iniciativas de caráter cultural e artístico; fornecimento de material didático; intermediação de negócios e de bens móveis ou imóveis, relacionados à área educacional e participação em outras sociedades.</p>
Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul Ltda – FARGS	100,0%	<p>Promoção do ensino superior, presencial ou à distância, a pesquisa e a extensão universitária; organização e manutenção de estabelecimentos de ensino isolados independentes e sistema de federação de Faculdades ou sob a forma de Centros Universitários, ou de Universidades; prestação de serviços culturais na área de ensino; prestação de serviços educacionais em seus diferentes níveis, especialmente nível superior; desenvolvimento e difusão das artes e das ciências afins; participação em iniciativas de caráter cultural e artístico; fornecimento de material didático; intermediação de negócios e de bens móveis ou imóveis, relacionados à área educacional e participação em outras sociedades.</p>
UNIUOL Gestão de Empreendimentos Educacionais e Part. Ltda.	100,0%	<p>Promoção do ensino superior, presencial ou à distância, a pesquisa e a extensão universitária; organização e manutenção de estabelecimentos de ensino isolados independentes e sistema de federação de Faculdades ou sob a forma de Centros Universitários, ou de Universidades; prestação de serviços culturais na área de ensino; prestação de serviços educacionais em seus diferentes níveis, especialmente a atividade de mantenedora da Faculdade de Tecnologia da UNIUOL; desenvolvimento e difusão das artes e das ciências e afins; participação em iniciativas de caráter cultural e artístico; fornecimento de material didático; intermediação de negócios e de bens móveis ou imóveis, relacionados à área educacional e participação em outras sociedades.</p>
Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico – IESST ("IESST")	100,0%	<p>Promoção do ensino superior, presencial ou à distância, a pesquisa e a extensão universitária; organização e manutenção de estabelecimentos de ensino isolados independentes e sistema de federação de Faculdades ou sob a forma de Centros Universitários, ou de Universidades; prestação de serviços culturais na área de ensino; prestação de serviços educacionais em seus diferentes níveis, especialmente a atividade de mantenedora da Faculdade de Tecnologia da UNIUOL; desenvolvimento e difusão das artes e das ciências e afins; participação em iniciativas de caráter cultural e artístico; fornecimento de material didático; intermediação de negócios e de bens móveis ou imóveis, relacionados à área educacional e participação em outras sociedades.</p>

c) participações da Companhia em sociedades do grupo

A Companhia não possui participações em outras sociedades do grupo econômico além das sociedades listadas no item 8.1(b) acima.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

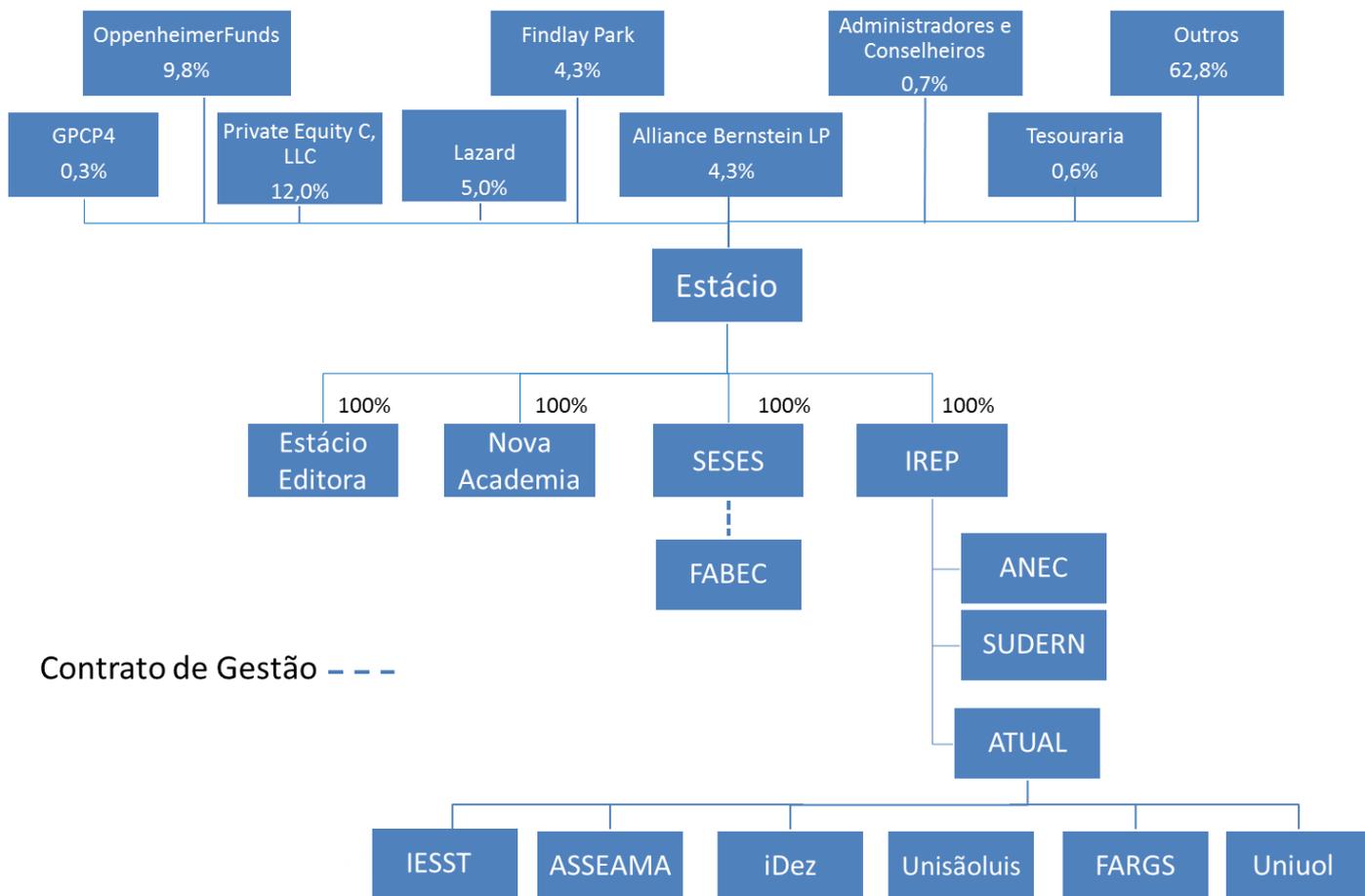
d) Participações de sociedades do grupo na Companhia

Nenhuma das sociedades do nosso grupo possui qualquer participação no nosso capital social.

e) Sociedades sob controle comum

Não há no nosso grupo qualquer sociedade sob controle comum.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico



¹ Fez parte das negociações da Nova Academia, a Faculdade da Academia Brasileira de Educação e Cultura – FABEC. Como não houve a aquisição da mantenedora da FABEC, Damásio Educacional, mas somente da sua manutenção, a SESES protocolou no MEC em 09/08/2011 Pedido de Transferência de Manutenção. Até a conclusão do processo pelo MEC a SESES administra a FABEC através de Contrato de Gestão.

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	03/01/2013
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Aquisição de participação relevante
Descrição da operação	Em 03 de janeiro de 2013, JGP Gestão de Recursos Ltda. e JGP Gestão Patrimonial Ltda. adquiriram, em bolsa de valores, ações ordinárias de emissão da Companhia, passando a deter 4.452.960 ações ordinárias. Após a aquisição, JGP Gestão de Recursos Ltda. e JGP Gestão Patrimonial Ltda. passaram a deter 5,4% do capital social da Companhia.
Data da operação	23/01/2011
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Alienação de participação relevante
Descrição da operação	Em 23 de janeiro de 2011, Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti e André Cleófas Uchôa Cavalcanti alienaram, cada um, 1.000.000 ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia em bolsa de valores, passando a deter, respectivamente, 3.127.727 e 3.128.715 ações ordinárias nominativas. Após a alienação Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti e André Cleófas Uchôa Cavalcanti passaram a deter, individualmente, 3,81% do capital social da Companhia.
Data da operação	15/07/2010
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Transferência de Ações
Descrição da operação	Em 15 de julho de 2010, a Uchoa Cavalcante Participações S.A. deliberou a sua dissolução e a liquidação de sua participação na Companhia, ocorrendo a transferência das ações para o Sr. João Uchoa Cavalcanti.
Data da operação	03/05/2010
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Transferência de Ações
Descrição da operação	Em 03 de maio de 2010, houve a transferência das ações de Jade Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A. para Monique Uchôa Cavalcanti, que passou a deter 5,22% do capital social da Companhia.
Data da operação	31/12/2009
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Transferência de Ações
Descrição da operação	As ações da Magnoliophyta foram transferidas para André Cleófas Uchoa Cavalcanti e Marcel Cleofás Uchoa Cavalcanti, que passaram a deter 4.424.321 e 4.442.521 ações, respectivamente, o que corresponde a 5,63% e 5,65% do total das ações da Companhia. Esses valores consideram as ações detidas individualmente por eles (André Cleófas Uchoa Cavalcanti e Marcel Cleofás Uchoa Cavalcanti detinham, respectivamente, 323.916 e 342.116 ações antes da extinção da Magnoliophyta).

8.4 - Outras informações relevantes

O item 8.3 contém as apenas operações que envolvem o grupo econômico em nível "acima" da Companhia, compreendendo operações que envolveram seus atuais ou antigos acionistas diretos e indiretos nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente. Para informações sobre operações de reestruturação ocorridas na Companhia, em suas controladas ou coligadas, ver item 6.5 deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Em R\$ mil	Consolidado			
	30/09/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Ativos não circulantes				
Realizável a longo prazo				
Despesas Antecipadas	714	664	2.166	2.195
Partes Relacionadas	-	-	3.153	2.676
Impostos Diferidos	13.474	13.365	15.337	2.368
Depósitos judiciais	80.402	63.564	38.081	20.703
Impostos e contribuições	8.992	-	-	-
Outros	8.270	1.530	-	-
	111.852	79.123	58.737	27.942
Investimentos				
Em Controladas	-	-	-	-
Outros	229	229	228	228
Imobilizado	279.805	263.801	210.958	192.020
Intangível	304.573	227.857	136.685	117.655
Total	696.459	571.010	406.608	337.845

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	RN	Natal	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	RN	Natal	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	AP	Macapá	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	RS	Porto Alegre	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	PB	João Pessoa	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	PB	João Pessoa	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	MA	Maranhão	Própria
RJ/ Dorival Caymmi / Campus	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
RJ/ Tom Jobim / Campus - Av. das Américas, nº 4.200 - bloco 11, Barra da Tijuca	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
RJ/ Vargem Pequena / Campus - Estr. Boca do Mato, Vargem Pequena	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
RJ/ Vargem Pequena / Campus - Lote Rural nº 712 e 713 - Serópedica	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Campus - Rua Venancio B. do Nascimento, 377 - Campo Grande-MS	Brasil	MS	Campo Grande	Própria
RJ/ Pres. Vargas / Campus - Av. Presidente Vargas, 642 - 13º ao 22º andar	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
RJ/ Rebouças / Campus - Rua do Bispo, 83 - Rio Comprido	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Campus - Av. Tenente Raimundo Rocha, s/n, Planalto - Juazeiro do Norte	Brasil	CE	Juazeiro do Norte	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	MG	Belo Horizonte	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	GO	Goiânia	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	MS	Campo Grande	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	SC	Florianópolis	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	PR	Curitiba	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	ES	Vitória	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	AL	Maceió	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	AP	Macapá	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	BA	Salvador	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	CE	Fortaleza	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	PA	Belém	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	PE	Recife	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	RN	Natal	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	SE	Aracaju	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
RJ/ Barra World / Campus - Av. Alfredo Baltazar da Silveira, 520 e 580	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
CE/Terrenos-Av. Castanholeiras 6E23QC,7E22QC,8E21QC,L9QC,L11 e 12QC,L14Q,15 e 16	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
RJ/146/Administrativo - Rua Bispo, 146 - Rio Comprido	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
RJ/ Apart. Penisula - Av. das Acácias, 150 - apt. 306 - BI 2 - Barra da Tijuca	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	RO	Boa Vista	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá", registro nº 826552692, mista, classe 41	Brasil	08/09/2019	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Universidade Estácio de Sá", pedido de registro nº 827541465, nominativa, classe 41	Brasil	30/10/2017	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá", registro nº 827541074, nominativa, classe 41	Brasil	30/10/2017	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Estácio Ensino Superior", pedido de registro nº 829608311, mista, classe 41	Brasil	03/11/2020	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Click Profissão", registro nº 829109374, mista, classe 41	Brasil	10/11/2019	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Estácio Ensino Superior", pedido de registro nº 830229183, mista, classe 41	Brasil	10 anos contados do registro	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Nesse caso, o registro ainda não foi concedido pelo INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Estácio", pedido de registro nº 830305564, mista, classe 41	Brasil	10 anos contados do registro	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Nesse caso, o registro ainda não foi concedido pelo INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Estácio", pedido de registro nº 830305572, mista, classe 41	Brasil	10 anos contados do registro	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Nesse caso, o registro ainda não foi concedido pelo INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Educação Corporativa", pedido de registro nº 840058268, mista, classe 41	Brasil	10 anos contados do registro	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Nesse caso, o registro ainda não foi concedido pelo INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Crescimento com Sustentabilidade", pedido de registro nº 840058250, mista, classe 41	Brasil	10 anos contados do registro	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Nesse caso, o registro ainda não foi concedido pelo INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"O Curso que Mais Aprova no Brasil", pedido de registro nº 840129602, mista, classe 41	Brasil	10 anos contados do registro	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Nesse caso, o pedido de registro ainda não foi publicado na Revista de Propriedade Intelectual

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Estácio", pedido de registro nº 840129670, figurativa, classe 41	Brasil	10 anos contados do registro	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Nesse caso, o pedido de registro ainda não foi publicado na Revista da Propriedade Intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Didática", pedido de registro nº 840256787, mista, classe 41	Brasil	10 anos contados do registro	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Nesse caso, o pedido de registro ainda não foi publicado na Revista da Propriedade Intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Atual Faculdade Atual da Amazônia", pedido de registro nº 824479106, mista, classe 41	Brasil	10 anos contados do registro	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Nesse caso, o pedido de registro ainda não concedido pelo INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Estácio Participações", pedido de registro nº 829311432, mista, classe 41	Brasil	10 anos contatos do registro	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Nesse caso, o registro ainda não concedido pelo INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Estácio Ensino Superior", pedido de registro nº 830229175, mista, classe 41	Brasil	10 anos contados do registro	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Nesse caso, o registro ainda não concedido pelo INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"F A A Atual Faculdade Atual da Amazônia", pedido de registro nº 902004697, mista, classe 41	Brasil	10 anos contados do pedido	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Nesse caso, o registro ainda não concedido pelo INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"FIB Faculdades Integradas da Bahia", registro nº 820425133, mista, classe 41	Brasil	13/12/2015	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Estácio Ensino Superior", pedido de registro nº 830229183, mista, classe 41	Brasil	10 anos do registro	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Nesse caso, o pedido de registro ainda não foi concedido.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Academia do Concurso Público", registro nº 822003457, mista, classe 41	Brasil	01/06/2014	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"FATERN Faculdade de Excelência Educacional do RN" pedido de registro nº 830925058, mista, classe 41	Brasil	10 anos contados do registro	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Nesse caso, o registro ainda não concedido pelo INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"FAL – Faculdade de Alagoas", pedido de registro nº 824675436, mista, classe 41	Brasil	10 anos contados do registro	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Nesse caso, o registro ainda não concedido pelo INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"FAMAP - Faculdade do Amapá", pedido de registro nº 824675304, mista, classe 41	Brasil	20/07/2020	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	“FAP - Faculdade do Pará”, pedido de registro nº 824675320, mista, classe 41	Brasil	10 anos contados do registro	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Nesse caso, o registro ainda não concedido pelo INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	“FASE – Faculdade de Sergipe”, registro nº 824675444, mista, classe 41	Brasil	13/10/2020	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"R Radial", registro nº 823251225, mista, classe 41	Brasil	22/11/2021	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Radial", registro nº 823251233, nominativa, classe 41	Brasil	15/01/2018	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	“Uniradial Centro Universitário”, registro nº 828986860, mista, classe 41	Brasil	06/10/2019	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"SEAMA", registro nº 828822158, nominativa, classe 41	Brasil	28/07/2019	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Colégio SEAMA", registro nº 828822166, mista, classe 41	Brasil	28/07/2019	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Para mais informações, favor ver o item 9.2 "Outras Informações Relevantes", deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá - SESES", registro nº 817546502, mista, classe 41	Brasil	12/12/2015	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
ESTÁCIO EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA	12.364.861/0001-38	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Comercialização, em varejo ou atacado, de publicações, tais como livros, apostilas, revistas, jornais, cartilhas e periódicos; artigos de papelaria em geral, bem como comercialização de conteúdo editorial digital e artigos de informática, tais como CD's e DVD's, podendo ainda realizar as operações via internet.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2012	-16.638,86		
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Estácio Editora e Distribuidora Ltda. é nossa controlada direta e comercializará futuramente livros e materiais didáticos de acordo com o nosso plano didático-pedagógico. A manutenção de tal participação é estratégica.								
IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MÉDIO E FUNDAMENTAL LTDA	02.608.755/0001-07	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Promoção do ensino superior, presencial ou distância, de pesquisa e de extensão universitária; organização e manutenção de estabelecimentos de ensino isolados independentes e sistema de federação de faculdade ou sob a forma de centros universitários, ou de universidades; prestação de serviços culturais na área de ensino, abrangendo os diversos campos do conhecimento humano, diretamente ou através de convênios com instituições nacionais, internacionais, públicas ou privadas; prestação de serviços educacionais em seus diferentes níveis; desenvolvimento e difusão das artes e das ciências afins; participação em iniciativas de caráter cultural e artístico, em congressos, cursos, conferências, seminários, cursos de extensão universitária, especialização, bem como publicações culturais, científicas e literárias; fornecimento de material didático; intermediação de negócios e de bens móveis ou imóveis, relacionados à área educacional; e participação em outras sociedades.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2011	4,523398	0,000000	13.000.000,00	Valor contábil	30/09/2012	390.513.749,20		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2010	415,870539	0,000000	28.459.326,40					
31/12/2009	43,418217	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. é nossa controlada direta e além de controladora de todas as nossas empresas controladas indiretas, desenvolve atividades em áreas relacionadas ao ensino superior.

NOVA ACADEMIA DO CONCURSO - CURSOS PREPARTAÓRIOS LTDA	13.055.236/0001-77	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de cursos livres preparatórios para concursos, incluindo as atividades de transmissão e retransmissão de aulas (gravadas ou ao vivo) via satélite, web ou presencialmente; edição em estúdio das aulas ministradas e oferta de serviços de suporte aos cursos livres via web; concessão de franquias; cessão temporária, gratuita ou onerosa, a seus franqueados de direitos de utilização de marcas, sistemas, interesses ou bens, móveis ou imóveis, tangíveis ou intangíveis, de que seja ou venha a ser titular ou licenciada, relacionados ao desenvolvimento, implantação, operação ou administração das franquias que vier a conceder; desenvolvimento de quaisquer atividades necessárias com o fim de assegurar, tanto quanto possível, a manutenção e o aperfeiçoamento contínuo dos padrões de atuação de sua rede de franquias; intermediação de negócios e de bens móveis ou imóveis relacionados à área; comercialização de cursos gravados, apostilas, livros, material didático em geral.	100,000000
---	--------------------	---	------------	--------	----	----------------	---	------------

				Valor mercado		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2012	13.757.646,65
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Nova Academia do Concurso – Cursos Preparatórios Ltda. é nossa controlada direta. O objetivo da aquisição foi a expansão das nossas atividades no segmento de cursos preparatórios para concursos públicos.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ	34.075.739/0001-84	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Promoção do ensino superior, presencial ou distância, de pesquisa e de extensão universitária; organização e manutenção de estabelecimentos de ensino isolados independentes e sistema de federação de faculdade ou sob a forma de centros universitários, ou de universidades; prestação de serviços culturais na área de ensino, abrangendo os diversos campos do conhecimento humano, diretamente ou através de convênios com instituições nacionais, internacionais, públicas ou privadas; prestação de serviços educacionais em seus diferentes níveis; desenvolvimento e difusão das artes e das ciências afins; participação em iniciativas de caráter cultural e artístico, em congressos, cursos, conferências, seminários, cursos de extensão universitária, especialização, bem como publicações culturais, científicas e literárias; fornecimento de material didático; intermediação de negócios e de bens móveis ou imóveis, relacionados à área educacional; e participação em outras sociedades.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2011	45,857998	0,000000	18.287.968,90	Valor contábil	30/09/2012	473.655.976,23		
31/12/2010	81,577497	0,000000	0,00					
31/12/2009	25,148503	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. é nossa controlada direta e desenvolve atividades em áreas relacionadas ao ensino superior.

9.2 - Outras informações relevantes

Com relação ao item 9.1 (b) – Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia informamos que não possuímos licenças e contratos de transferência de tecnologia relevantes.

Adicionalmente, segue memória de cálculo das valorizações e desvalorizações dos valores contábeis das participações da Companhia em suas controladas nos três últimos exercícios sociais e em 30 de setembro de 2012.

	exercício social	valor contábil (R\$)	valor contábil - variação %
Estácio Editora e Distribuidora Ltda	30/9/2012	(16.638,86)	64,109772%
	31/12/2011	(10.138,86)	Não aplicável, tendo em vista que a participação só foi adquirida em 2011.

	exercício social	valor contábil (R\$)	valor contábil - variação %
IREP - Sociedade De Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda	30/9/2012	390.513.749,20 ⁽¹⁾	29,995411%
	31/12/2011	300.405.797,01 ⁽¹⁾	4,523398%
	31/12/2010	287.405.311,79 ⁽¹⁾	415,870539%
	31/12/2009	55.712.681,83	43,418217%
	31/12/2008	38.846.307,63	-

⁽¹⁾ Inclui ágio de R\$62.441.601,12 que passou a ser contabilizada pelas regras contábeis a partir de 2010.

	exercício social	valor contábil (R\$)	valor contábil - variação %
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda	30/9/2012	13.757.646,65	1,767301%
	31/12/2011	13.518.730,06	Não aplicável, tendo em vista que a participação só foi adquirida em 2011.

	exercício social	valor contábil (R\$)	valor contábil - variação %
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda	30/9/2012	473.655.976,23	35,662267%
	31/12/2011	349.143.493,04	45,857998%
	31/12/2010	239.372.196,00	81,577497%
	31/12/2009	131.829.218,77	25,148503%
	31/12/2008	105.338.230,69	-

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Somos a terceira maior organização privada com fins lucrativos do setor de ensino superior no Brasil de acordo com dados da Consultoria Hoper referentes ao ano de 2011 e, na opinião de nossos Diretores, possuímos condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar nosso plano de negócios e cumprir nossas obrigações de curto, médio e longo prazo. Atualmente, nossos Diretores entendem que nosso capital de giro líquido, que em 30 de setembro de 2012 era de R\$364,52 milhões, é suficiente para o cumprimento de nossas obrigações financeiras e operacionais e os nossos recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de nossas atividades e de nossa estratégia de expansão. Temos tido amplo acesso a fontes de financiamento, o que atualmente nos garante os recursos necessários para as nossas necessidades.

Atualmente, na opinião de nossos Diretores, não possuímos deficiência de liquidez. Nossos Diretores entendem que o nosso capital de giro líquido, que em 30 de setembro de 2012 era de R\$364,52 milhões (Ativo Circulante – Passivo Circulante) reflete a nossa capacidade de gerenciar adequadamente as relações com os nossos fornecedores e clientes. Uma maneira de mensurar a nossa capacidade de liquidar os compromissos financeiros de curto prazo é o indicador liquidez corrente de 3,05, em 30 de setembro de 2012 (Ativo Circulante / Passivo Circulante).

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: i. hipóteses de resgate; ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Nossa estrutura de capital não contempla hipóteses de resgate ações ou quotas.

Em 30 de setembro de 2012, segundo nossos Diretores, aproximadamente 58% das nossas atividades eram financiadas por meio nosso capital próprio e aproximadamente 42% por meio de capital de terceiros, quando nosso patrimônio líquido totalizou R\$716,72 milhões, enquanto nosso endividamento, consistente da soma do passivo circulante e no passivo não circulante registrados em 30 de setembro de 2012, totalizou R\$522,48 milhões, dos quais R\$287,7 milhões são empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2011, segundo nossos Diretores, 58% das nossas atividades eram financiadas por meio nosso capital próprio e 42% por meio de capital de terceiros, quando nosso patrimônio líquido totalizou R\$618,93 milhões, enquanto nosso endividamento, consistente da soma do passivo circulante e no passivo não circulante registrados em 31 de dezembro de 2011, totalizou R\$449,78 milhões, dos quais R\$254,40 milhões são empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2010, segundo nossos Diretores, 73% das nossas atividades eram financiadas por meio nosso capital próprio e 27% por meio de capital de terceiros, quando nosso patrimônio líquido totalizou R\$585,9 milhões, enquanto nosso endividamento, consistente da soma do passivo circulante e no passivo não circulante registrados em 31 de dezembro de 2010, totalizou R\$218,64 milhões, dos quais R\$9,52 milhões são empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2009, segundo nossos Diretores, 66% das nossas atividades eram financiadas por meio nosso capital próprio e 34% por meio de capital de terceiros, quando nosso patrimônio líquido totalizou R\$453,4 milhões, enquanto nosso endividamento, consistente da soma do passivo circulante e no passivo não circulante registrados em 31 de dezembro de 2009, totalizou R\$234,89 milhões, dos quais R\$5,6 milhões são empréstimos e financiamentos.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Nossos Diretores entendem que nossa capacidade financeira é suficiente para honrar os nossos compromissos financeiros, uma vez que nosso endividamento (empréstimos e financiamentos), em 30 de setembro de 2012, era de R\$287,71 milhões. Esse montante corresponde à primeira emissão de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

debêntures, no valor de R\$200 milhões, e aos saldos sacados dos empréstimos (linhas de crédito) junto ao IFC no valor de R\$48,5 milhões e R\$ 20,3 milhões e à capitalização de leasing com equipamentos.

Além disso, integram nosso endividamento bruto os compromissos para pagamentos futuros referentes às aquisições realizadas, bem como o saldo a pagar de tributos parcelados. Portanto, para determinar o valor de nosso endividamento bruto, que totalizou R\$321,7 milhões em 30 de setembro 2012, somamos nosso endividamento de R\$287,7 milhões, com o saldo a pagar de tributos de R\$9,7 milhões e os compromissos para pagamentos futuros de R\$24,3 milhões. Adicionalmente, o nosso EBITDA Ajustado^[1] somou R\$140,6 milhões e R\$167,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, respectivamente.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

Em 2012, segundo nossos Diretores, nossa principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes foi a própria geração operacional de caixa, destacando-se ainda o saque de uma parte do empréstimo contratado junto ao IFC e a emissão de debêntures em 2011. Além disso, buscamos constantemente fontes de financiamento a custos atrativos para, quando apropriado, contratá-los.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Nossos Diretores entendem que nossa estrutura de capital é sólida e que nossa geração de caixa continuará sendo a principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não-circulantes, não havendo necessidade de financiamento relevante adicional para cobertura de deficiência de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes; ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii. grau de subordinação entre as dívidas; iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Segundo nossos Diretores, a maior parte do nosso endividamento é proveniente dos dois financiamentos junto ao *International Finance Corporation* ("IFC") e da emissão de debêntures, cujos recursos estão sendo utilizados para melhoria dos *campi* atuais, expansão orgânica e aquisições da Companhia. Essas operações possuem vencimentos em 2020, 2021 e 2017, respectivamente, e encontram-se abaixo descritas:

Em 15 de dezembro de 2010, foi contratado junto ao IFC uma linha de crédito no valor de US\$30 milhões a uma taxa de juros equivalente à Taxa CDI + 3,5% ao ano, e vencimento em novembro de 2020. Como garantia, foi constituída a cessão fiduciária dos direitos creditórios detidos pela Companhia.

Em 20 de outubro de 2011, foi contratado junto ao IFC uma segunda linha de crédito no valor de US\$70 milhões (dos quais já foram sacados em julho de 2012 US\$ 10 milhões (R\$ 20,3 milhões, convertido à

^[1] EBITDA Ajustado corresponde à soma do EBITDA com o resultado financeiro de receitas com multas e juros sobre mensalidades e o resultado das atividades não continuadas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

taxa de câmbio do dia)), a uma taxa de juros equivalente à Taxa CDI + 3,8% ao ano, e vencimento em setembro de 2021. Como garantia, foi constituída a cessão fiduciária dos direitos creditórios detidos pela Companhia.

Em 25 de novembro de 2011, foi efetuado a 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações da Companhia, no valor de R\$200 milhões, a uma taxa de juros equivalente à Taxa CDI + 1,6% ao ano, e vencimento em novembro de 2017.

Além disso, segundo nossos Diretores, possuímos financiamento para capital de giro, contratos de arrendamento mercantil, contratos com BNDES/FINAME, dentre outros, conforme detalhado na tabela abaixo. Os contratos de arrendamento mercantil e outros equipamentos registrados em nossa contabilidade referem-se à locação de computadores, *no-breaks*, bebedouros, aparelhos de ar condicionado, rádios transceptores e outros equipamentos.

Modalidade	Encargos Financeiros	Consolidado (em R\$ mil)			
		Em 31 de dezembro de			Em 30 de setembro de
R\$ mil		2011	2010	2009	2012
Em moeda nacional					
Capital de giro	1,70% ao mês e/ou CDI + 0,25% ao mês	252	108	208	228
Contratos de arrendamento mercantil de computadores e outros equipamentos	IGPM + 12,3% ao ano	39	682	4.772	4
Contratos de arrendamento mercantil de computadores e outros equipamentos	11,8% a 22,1% ao ano	-	124	590	-
Contratos de arrendamento mercantil Colortel	INPC + 0,32% a.a.	2.471	-	-	6.550
Contratos de arrendamento mercantil Assist	-	1.843	-	-	1.492
Contrato FINAME	80% do contrato 4,5% a.a.	-	8.608	-	-
Empréstimo IFC	CDI + 1,53% e CDI + 1,69	46.728 ⁽¹⁾	-	-	68.069
Emissão de Debêntures	CDI + 1,60%	201.472	-	-	205.219
Opção de Recompra de Ações Banco Itaú		1.592	-	-	6.042
Outros		-	-	-	104
		254.396	9.522	5.570	287.708
Passivo circulante		6.549	1.760	4.721	17.826
Passivo não circulante		247.847	7.762	849	269.882
Total:		254.396	9.522	5.570	287.708

(1) Soma do valor em aberto nos dois contratos firmados com o IFC

Quando apropriado, buscamos fontes de financiamento com taxas e prazos considerados favoráveis por nossos Diretores, sem comprometer nossa capacidade de pagamento.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 18 de fevereiro de 2008, foi efetuado contrato de parceria entre a SESES, afiliadas (incluindo as Mantenedoras) e o Unibanco (atualmente Itaú), substituindo acordos de parceria anteriores, com prazo de vigência até 17 de fevereiro de 2018, cujo objeto principal é o de conceder exclusividade/preferência ao Unibanco (atualmente Itaú) na oferta e no fornecimento de produtos e serviços financeiros aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de produtos e serviços financeiros. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco (atualmente Itaú), e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, o Unibanco pagou a SESES e as Mantenedoras uma receita fixa de R\$18,0 milhões, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Existe grau de subordinação entre a emissão de debêntures e os empréstimos contratados junto ao IFC, sendo as debêntures subordinadas aos empréstimos firmados com o IFC. Além disso, qualquer nova dívida a ser contratada no mercado de capitais deve necessariamente ser subordinada às debêntures, exceto mediante autorização dos debenturistas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Nossos Diretores comentam que as principais restrições impostas pelas linhas contratadas junto ao IFC e na emissão de debêntures são:

- *Covenants* Financeiros: Há limites financeiros estabelecidos nos contratos assinados com o IFC e na escritura de debêntures. Os principais indicadores são: Ativo Circulante / Passivo Circulante maior ou igual a 0,8 e/ou 1,0; Passivo Circulante + Passivo Exigível a Longo Prazo / Patrimônio Líquido menor ou igual 1,5 e Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 2,5; EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,25; e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,25.
- Anuência em caso de pré-pagamento de dívidas de longo prazo.
- Alteração do controle societário: na ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Companhia, incluindo a alienação, cessão ou transferência direta de ações do capital social da Companhia, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na aquisição originária do controle da Companhia, de forma direta ou indireta, por algum acionista ou grupo de acionistas vinculado por acordo de votos, sob controle comum, ou, ainda, representando mesmo centro de interesses, os credores da Companhia poderão solicitar o vencimento antecipado da dívida.
- Cessão de recebíveis dados em garantia aos empréstimos firmados com o IFC.
- Proibição de concessão de garantias pela Companhia ou suas controladas a quaisquer dívidas, sem que antes as ofereça aos debenturistas, excetuando-se operações de investimento amparadas em linhas de banco de fomento.
- Distribuição e pagamento de dividendos aos acionistas, apenas em hipóteses específicas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela abaixo apresenta nosso índice de endividamento em 30 de setembro de 2012, 31 de dezembro de 2011, e fim dos últimos três exercícios:

<i>Consolidado (em R\$ mil)</i>	Em 31 de dezembro de			Em 30 de setembro	
	2011	2010	2009	2012	2011
Passivo circulante	134.668	139.498	163.142	178.225	142.984
Passivo não circulante	315.116	79.140	71.742	344.254	123.405
Total do Passivo	449.783	218.638	234.884	522.479	266.389
Patrimônio líquido	618.935	585.897	453.444	716.723	634.082
Índice de endividamento ⁽¹⁾	0,72670534	0,37316699	0,51799999	0,72898234	0,42011768
Capital de Terceiros	42%	27%	34%	42%	30%
Capital Próprio	58%	73%	66%	58%	70%

⁽¹⁾ Índice de endividamento calculado conforme Ofício Circular/CVM/SEP/nº03/2012, ou seja, mediante a divisão do resultado da soma do Passivo circulante e do Passivo não circulante dividido pelo total do Patrimônio líquido.

Para informações adicionais a respeito do nosso nível de endividamento, ver Item 3.7 deste Formulário de Referência.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados.

Nossos Diretores comentam que não há restrições de limites de utilização dos financiamentos já contratados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO *(em R\$ milhões, exceto quando diversamente indicado)*

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

R\$ milhões	Exercício Social encerrado em							
	31 de dezembro de							
	2011	A.V 2011	2010	A.V 2010	2009	A.V. 2009	Varição 2010/ 2011	Varição 2009/ 2010
Receita Bruta	1.632,08	-	1.454,34	-	1.459,71	-	12,22%	-0,37%
Receitas de Mensalidades	1.608,66	-	1.435,75	-	1.443,49	-	12,04%	-0,54%
Outras	23,42	-	18,59	-	16,22	-	25,98%	14,61%
Deduções da Receita Bruta	-483,64	-	-438,18	-	-450,90	-	10,37%	-2,82%
Gratuidades - Bolsas de Estudos	-413,94	-	-381,26	-	-381,92	-	8,57%	-0,17%
Devoluções de Mensalidades e Taxas	-9,60	-	-5,12	-	-2,81	-	87,50%	82,21%
Descontos Concedidos	-10,21	-	-10,06	-	-23,06	-	1,49%	-56,37%
Impostos	-49,89	-	-41,74	-	-43,11	-	19,53%	-3,18%
Receita Líquida	1.148,44	100,00%	1.016,16	100,00%	1.008,81	100,00%	13,02%	0,73%
Custo dos Serviços Prestados	-765,54	-66,66%	-692,26	-68,13%	-696,40	-69,03%	10,59%	-0,59%
Lucro Bruto	382,90	33,34%	323,90	31,87%	312,41	30,97%	18,22%	3,68%
Despesas/Receitas Operacionais	-310,73	-27,06%	-274,78	-27,04%	-266,67	-26,43%	13,08%	3,04%
Comerciais	-113,83	-9,91%	-95,43	-9,39%	-73,85	-7,32%	19,28%	29,22%
Gerais e Administrativas	-196,90	-17,14%	-179,35	-17,65%	-192,82	-19,11%	9,79%	-6,99%
Outras Receitas Operacionais	12,09	1,05%	11,41	1,12%	7,96	0,79%	5,96%	43,34%
Outras Despesas Operacionais	-3,45	-0,30%	-1,03	-0,10%	-0,43	-0,04%	234,95%	139,53%
Resultado das Atividades não Continuadas	-3,45	-0,30%	-1,03	-0,10%	-0,43	-0,04%	234,95%	139,53%
Resultado Financeiro	-5,59	-0,49%	14,33	1,41%	15,03	1,49%	-139,01%	-4,66%
Receitas Financeiras	23,88	2,08%	30,54	3,01%	29,99	2,97%	-21,81%	1,83%
Despesas Financeiras	-29,47	-2,57%	-16,21	-1,60%	-14,96	-1,48%	81,80%	8,36%
Resultado Antes de Imposto de Renda e da Contribuição Social	75,22	6,55%	73,83	7,27%	68,30	6,77%	1,88%	8,10%
IR e Contribuição Social	-5,07	-0,44%	6,83	0,67%	-4,93	-0,49%	-174,23%	-238,54%
Lucro Líquido do Exercício	70,15	6,11%	80,66	7,94%	63,37	6,28%	-13,03%	27,28%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

R\$ milhões	Período de nove meses encerrado em				
	30 de setembro de				
	2012	A.V 2012	2011	A.V 2011	Variação 2011/ 2012
Receita Bruta	1.468,23	-	1.221,10	-	20,24%
Receitas de Mensalidades	1.449,89	-	1.201,71	-	20,65%
Outras	18,34	-	19,39	-	-5,38%
Deduções da Receita Bruta	(446,61)	-	(367,09)	-	21,66%
Gratuidades - Bolsas de Estudos	(389,46)	-	(314,24)	-	23,94%
Devoluções de Mensalidades e Taxas	(6,85)	-	(7,18)	-	-4,62%
Descontos Concedidos	(5,02)	-	(8,83)	-	-43,12%
Impostos	(45,28)	-	(36,84)	-	22,92%
Receita Líquida	1.021,62	100,00%	854,01	100,00%	19,63%
Custo dos Serviços Prestados	(637,74)	-62,42%	(571,26)	-66,89%	11,64%
Lucro Bruto	383,88	37,58%	282,75	33,11%	35,77%
Despesas/Receitas Operacionais	(273,78)	-26,80%	(217,04)	-25,41%	26,14%
Com Vendas	(119,72)	-11,72%	(82,75)	-9,69%	44,67%
Gerais e Administrativas	(154,06)	-15,08%	(134,29)	-15,72%	14,72%
Outras Receitas Operacionais	9,65	0,94%	7,40	0,87%	30,30%
Outras Despesas Operacionais	(0,12)	-0,01%	(2,24)	-0,26%	-94,81%
Resultado das Atividades não Continuadas	(0,12)	-0,01%	(2,24)	-0,26%	-94,81%
Resultado Financeiro	(21,74)	-2,13%	(2,76)	-0,32%	689,43%
Receitas Financeiras	18,79	1,84%	18,22	2,13%	3,10%
Despesas Financeiras	(40,53)	-3,97%	(20,98)	-2,46%	93,21%
Resultado Antes de Imposto de Renda e da Contribuição Social	97,89	9,58%	68,11	7,98%	43,73%
IR e Contribuição Social	(3,10)	-0,30%	(0,35)	-0,04%	-806,31%
Lucro Líquido do Período	94,79	9,28%	67,76	7,93%	39,88%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Resultados referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 comparados com os Resultados referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011

Receita Bruta

A receita bruta aumentou 20,24% ou R\$247,14 milhões, passando de R\$1.221,10 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 para R\$1.468,23 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, devido, principalmente, comentam nossos Diretores, ao aumento da receita de mensalidades, que totalizou R\$1.449,89 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e R\$1.201,71 milhões no mesmo período de 2011. Nosso Diretores esclarecem que esse aumento decorreu em função do aumento da base de alunos (aumento de 11,5% na base de alunos de ensino presencial e aumento de 31,3% na base de alunos de ensino a distância) associado ao aumento do ticket médio, que por sua vez está relacionado ao reajuste pela inflação de nossas mensalidades. Segundo nosso Diretores, o aumento da base de alunos é resultado dos esforços mais eficientes em marketing e publicidade, além da maior percepção de qualidade do produto pelos nossos alunos. A receita líquida das empresas adquiridas em 2012, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, foi R\$13,22 milhões.

Deduções da Receita Bruta

As deduções da receita bruta aumentaram 21,66% ou R\$79,52 milhões, passando de R\$367,09 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 para R\$446,61 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012. Esse aumento deve-se, principalmente, comentam nossos Diretores, ao crescimento de R\$75,22 milhões na linha de gratuidades e bolsas de estudo (bolsas integrais e parciais concedidas aos nossos alunos) e R\$8,44 milhões na linha de impostos, em razão do crescimento da base de alunos. Adicionalmente, comentam nossos Diretores, é importante ressaltar que estes aumentos foram parcialmente compensados pela redução de R\$4,14 milhões em descontos e devoluções.

Receita Líquida

Em função dos motivos explicados acima, nossos Diretores comentam que a receita líquida aumentou 19,63% ou R\$167,61 milhões, passando de R\$854,01 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 para R\$1.021,62 milhões no mesmo período de 2012.

Custo dos Serviços Prestados

O Custo dos Serviços Prestados aumentou 11,64% ou R\$66,48 milhões, passando de R\$571,26 milhões no período de nove meses findo 30 de setembro de 2011 para R\$637,74 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012. Comentam nossos Diretores, que esse aumento ocorreu em função dos seguintes itens: (i) aumento na linha de pessoal de R\$37,03 milhões devido principalmente aos acordos coletivos com os órgãos de classe; (ii) aumento de R\$9,63 milhões com aluguéis devido ao aumento do número de *campi*; (iii) aumento de despesas com material didático no valor de R\$3,29 milhões devido a maior penetração do novo modelo de ensino na base de alunos, iniciado em 2010, que fornece aos alunos todo o material didático do semestre; e (iv) aumento de R\$9,98 milhões com despesas de depreciação devido aos maiores investimentos realizados nos últimos períodos em modelo de ensino, manutenção, expansão, revitalização e aberturas de novas unidades.

Apesar do aumento no valor nominal, nossos Diretores comentam que houve ganho de 4,47 pontos percentuais na relação custo/receita líquida: em 30 de setembro de 2012 essa relação representou 62,42% da receita líquida frente a 66,89% do no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2011. Comentam nossos Diretores que esse ganho decorre principalmente de: (i) redução nos custos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de pessoal (ganho de 4,44 pontos percentuais nos custos com pessoal); (ii) ganho de 0,55 pontos percentuais na linha de aluguéis e (iii) de 0,10 pontos percentuais em serviços de terceiros, mostrando nossa capacidade de controlar os custos e nossa disciplina e rigor nos reajustes dos aluguéis de imóveis.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 35,77% ou R\$101,14 milhões, passando de R\$282,75 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 para R\$383,88 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012. Essa elevação é atribuída, principalmente, comentam nossos Diretores, ao crescimento da base de alunos. Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, a margem bruta de nossas atividades foi de 37,58%, representando um aumento de 4,47 pontos percentuais quando comparada ao mesmo período de 2011, em razão de dos ganhos de eficiência acima mencionados nas linhas de custos dos serviços prestados.

Despesas Operacionais

As comerciais com vendas aumentaram 44,67% ou R\$36,97 milhões, passando de R\$82,75 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 para R\$119,72 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, devido principalmente, comentam nossos Diretores, a: (i) aumento da provisão para devedores duvidosos de 94,51%, saindo de R\$30,93 milhões em 30 de setembro de 2011 para R\$60,15 milhões em 30 de setembro de 2012, refletindo o aumento da inadimplência no período; e (ii) aumento de R\$7,74 milhões com publicidade e propaganda.

As despesas gerais e administrativas aumentaram 14,72% ou R\$19,77 milhões, passando de R\$134,29 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 para R\$154,06 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012. Comentam nossos Diretores que os principais fatores desse aumento foram: (i) aumento de 33,56% ou R\$16,98 milhões em despesas com pessoal, saindo de R\$50,57 milhões em 30 de setembro de 2011 para R\$67,54 milhões em 30 de setembro de 2012, devido a acordos com órgãos de classe; e (ii) aumento de 9,87% ou R\$3,60 milhões em outras despesas gerais e administrativas, saindo de R\$36,51 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 para R\$40,11 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, em função de aumentos em convênios educacionais, manutenção de softwares e condenações cíveis.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro variou R\$18,99 milhões, passando de uma despesa de R\$2,76 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 para uma despesa de R\$21,74 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro 2012. Nossos Diretores comentam que referida variação ocorreu devido ao aumento de 93,21% ou R\$19,55 milhões nas despesas financeiras, que passaram de R\$20,98 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 para R\$40,53 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, em razão, principalmente, do pagamento do serviço das dívidas contraídas em 2011, em particular as linhas de crédito com o IFC e a emissão de debêntures. Comentam nossos Diretores que a linha das receitas financeiras manteve-se estável no período com uma variação de R\$0,56 milhão.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas operacionais são compostas por: (i) taxas por serviços prestados aos alunos, como impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, requerimentos de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, (ii) receitas com convênios (acordos firmados com empresas que direcionam estudantes a nossas unidades ou com terceiros que prestam seus serviços em nossas unidades); (iii) aluguéis de salas e auditórios; (iv) assim como reversões de provisões administrativas, e totalizaram R\$9,65 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, contra um montante de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

R\$7,40 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, representando um aumento de 30,30%, devido, principalmente, comentam nossos Diretores, ao aumento de R\$2,44 milhões nas receitas de aluguéis.

Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais totalizaram R\$0,12 milhão no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, contra um montante de R\$2,24 milhões, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, integralmente relacionado à venda da Sessa em setembro de 2011 e baixas de ativo imobilizado, comentam nossos Diretores.

Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Conforme descrito acima, o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social aumentou 43,73% ou R\$29,78 milhões, passando de R\$68,11 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 para R\$97,89 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012. Como uma porcentagem das receitas líquidas, comentam nossos Diretores que o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social foi de 9,58% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 contra 7,98% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011.

IR e Contribuição Social

A despesa com imposto de renda e a contribuição social no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 totalizou uma despesa de R\$3,10 milhões, comparada a uma despesa de R\$0,35 milhão do mesmo período em 2011. Comentam nossos Diretores que, em 2012 foi contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos passivo de R\$3,17 milhões relativos à amortização fiscal do ágio proveniente das empresas incorporadas pela IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP"), no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011.

Lucro Líquido do Período

O lucro líquido no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 foi R\$94,79 milhões, representando um aumento de 39,88% em comparação com o mesmo período de 2011 quando o lucro líquido foi de R\$67,76 milhões, em função dos fatores descritos acima, comentam nossos Diretores.

Resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 comparados com os Resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010

Receita Bruta

A receita bruta aumentou 12,22%, passando de R\$1.454,34 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$1.632,08 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, devido, principalmente, ao aumento da receita de mensalidades, que totalizou R\$1.608,66 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e R\$1.435,75 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Comentam nossos Diretores que esse aumento decorreu de uma alta de 3,92% na base de alunos de ensino presencial e principalmente pelo aumento de 50,02% na base de alunos de ensino à distância, que respondeu por R\$110,9 milhões da nossa Receita Bruta do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Ainda, nossos Diretores comentam que o aumento da base de alunos é resultado dos esforços mais eficientes em marketing e publicidade, além da maior percepção de qualidade do produto pelos nossos alunos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Deduções da Receita Bruta

As deduções da receita bruta aumentaram 10,37%, passando de R\$438,18 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, para R\$483,64 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento deve-se principalmente, comentam nossos Diretores, ao crescimento de R\$32,68 milhões ou 8,57%, na linha de gratuidades e bolsas de ensino, em razão do crescimento da base de alunos. Ainda, comentam nossos Diretores que a linha de gratuidades e bolsas de estudo refere-se a bolsas integrais e parciais concedidas aos nossos alunos.

Receita Líquida

Em função dos motivos explicados acima, comentam nossos Diretores que a receita líquida aumentou 13,02%, passando de R\$1.016,16 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$1.148,44 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Custo dos Serviços Prestados

O Custo dos Serviços Prestados aumentou 10,59% ou R\$73,28 milhões, passando de R\$692,26 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$765,54 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Comentam nossos Diretores que esse aumento ocorreu em função dos seguintes itens: (i) aumento de despesas com material didático no valor de R\$29,4 milhões, valor R\$12,8 milhões maior que o de 2010 devido a maior penetração do novo modelo de ensino na base de alunos, iniciado em 2010, que fornece aos alunos todo o material didático do semestre; (ii) aumento da linha de pessoal de R\$47,5 milhões, incluindo escalonamento do pagamento referente à perda da isenção da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), já que com relação à Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá – SESES, que se tornou uma sociedade empresária, passou a incidir tal tributo de acordo com um escalonamento progressivo (pagamento de 20% a 100% do valores referentes a contribuições previdenciárias devidas do 1º ao 5º ano); e (iii) aumento de R\$6,10 milhões com alugueis, devido ao aumento no número de campi.

Apesar do aumento no valor nominal, comentam nossos Diretores que houve ganho de 1,47 ponto percentual na relação custo/receita líquida: em 2011 essa relação representou 66,66% da receita líquida frente 68,13% em 2010.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 18,22% ou R\$59,0 milhões, passando de R\$323,90 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$382,90 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Essa elevação é atribuída, principalmente, comentam nossos Diretores, ao crescimento da base de alunos. Em 2011, a margem bruta de nossas atividades foi de 33,34%, representando um aumento de 1,47 pontos percentuais quando comparada a de 2010.

Despesas Operacionais

As despesas comerciais totalizaram R\$113,83 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 19,28% em relação aos R\$95,43 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Comentam nossos Diretores que as principais variações foram: (i) aumento da provisão para devedores duvidosos de 30,8%, saindo de R\$41,6 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$54,4 milhões em 31 de dezembro de 2011, refletindo o aumento da inadimplência no período; e (ii) aumento de R\$5,7 milhões com publicidade e propaganda.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$196,90 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, um aumento de R\$17,55 milhões ou 9,79% em comparação aos R\$179,35 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Os principais fatores desse aumento foram: (i) aumento de 4,3% nas despesas de pessoal e encargos sociais com escalonamento do INSS; (ii) aumento de 15,3% em serviços de terceiros; e (iii) aumento de 10,3% em material de consumo.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro variou R\$19,92 milhões, passando de uma receita de R\$14,33 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para uma despesa de R\$5,59 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Na linha das receitas financeiras, nossos Diretores comentam que a redução ocorreu nos rendimentos de aplicações financeiras, em função da redução do volume de caixa após a série de aquisições realizadas no início do ano. Já nas rubricas das despesas financeiras, nossos Diretores comentam que o principal fator para o aumento com relação ao ano anterior foi o início do serviço das dívidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") referentes a FINAME e do IFC, que em 2010 eram praticamente inexistentes.

Outras Receitas Operacionais

Nossos Diretores comentam que as outras receitas operacionais estão relacionadas a taxas por serviços prestados aos alunos, como impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, requerimentos de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, aluguéis de salas e auditórios, entre outras receitas e aumentaram 5,96%, passando de R\$11,41 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, contra um montante de R\$12,09 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 devido ao aumento na base de alunos.

Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais totalizaram R\$3,45 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, principalmente relacionadas à venda da Sessa e baixas de ativo imobilizado, contra um montante de R\$1,03 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, segundo nossos Diretores.

Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Nossos Diretores comentam que o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$75,22 milhões, um aumento de R\$1,39 milhões ou 1,88%, quando comparado aos R\$73,83 milhões registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Como uma porcentagem das receitas líquidas, o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social foi de 6,55% em 2011 contra 7,27% em 2010.

IR e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 totalizou uma despesa de R\$5,07 milhões, comparada a uma receita de R\$6,83 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Em 2010, comentam nossos Diretores, foi contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos ativo de R\$12,97 milhões decorrente, substancialmente, dos saldos de provisões para desmobilização de imóveis, provisão de contingências e mensalidades a cancelar. Em 2011, comentam nossos Diretores, foi contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos passivo de R\$1,8 milhões relativos à amortização fiscal do ágio proveniente das empresas incorporadas pela IREP no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi R\$70,15 milhões, o que representou uma queda de 13,03% em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 quando o lucro foi de R\$80,66 milhões, em razão dos motivos explicados acima, comentam nossos Diretores.

Resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 comparados com os Resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009

Receita Bruta

A receita bruta diminuiu 0,37%, passando de R\$1.459,71 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$1.454,34 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, devido, principalmente, comentam nossos Diretores, à redução da receita de mensalidades, que totalizou R\$1.435,75 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e R\$1.443,49 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Essas reduções decorreram, principalmente, comentam nossos Diretores, de uma queda de 6,26% na base de alunos de ensino presencial, parcialmente compensada pelo aumento de 173,38% na base de alunos de ensino à distância, lançado comercialmente no segundo semestre de 2009, que respondeu por R\$63,5 milhões da Receita Bruta do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Deduções da Receita Bruta

As deduções da receita bruta diminuíram 2,82%, passando de R\$450,90 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R\$438,18 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Essa diminuição deve-se, principalmente, comentam nossos Diretores, à redução de R\$13,00 milhões ou 56,37% em descontos concedidos, em razão da política mais restritiva na concessão de descontos que adotamos a partir de dezembro de 2008.

Receita Líquida

Em função dos motivos explicados acima, comentam nossos Diretores, a receita líquida aumentou 0,73%, passando de R\$1.008,81 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$1.016,16 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Custo dos Serviços Prestados

O Custo dos Serviços Prestados totalizou R\$692,26 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, apresentando uma queda de R\$4,14 milhões ou 0,59% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 devido, comentam nossos Diretores, à redução de R\$5,5 milhões em custo de pessoal e encargos, em função do melhor gestão no custo docente explicado anteriormente, e à redução em aluguéis devido em função da nossa política mais rígida nas negociações de contrato de aluguéis. Essa queda ocorreu apesar (i) do aumento de R\$15,5 milhões em despesas com material didático, passando de R\$1,04 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$16,54 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010; (ii) do aumento do escalonamento do pagamento de valores devidos ao INSS de R\$8,55 milhões. Ainda, nossos Diretores comentam que o INSS da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá – SESES passou a incidir de acordo com um escalonamento progressivo (pagamento de 20% a 100% do tributo devido do 1º ao 5º ano).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro Bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$323,90 milhões, representando um aumento de 3,68% em comparação com R\$312,41 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Essa elevação é atribuída, principalmente, comentam nossos Diretores, à redução no valor das deduções. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, nossos Diretores comentam que a margem bruta de nossas atividades foi de 31,87%, representando um aumento de 0,90 pontos percentuais quando comparada ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Despesas Operacionais

As despesas comerciais totalizaram R\$95,43 milhões, um aumento de 29,22% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Nossos diretores esclarecem que as principais variações foram: (i) queda da provisão para devedores duvidosos de 5,02%, saindo de R\$43,8 milhões ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$41,6 milhões ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, em linha com a política de provisionamento de 100% das contas a receber vencidas há mais de 180 dias, demonstrando melhora da inadimplência; e (ii) aumento de 12,53% nas despesas com publicidade e propaganda.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$179,35 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, uma queda de R\$13,47 milhões ou 6,99% em comparação aos R\$192,82 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro 2009. Nossos Diretores comentam que as principais fatores dessa queda foram: (i) queda em serviços de terceiros; e (ii) queda em material de consumo.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro diminuiu de R\$15,03 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$14,33 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, uma variação de R\$0,70 milhões, permanecendo praticamente estável no período analisado, comentam nossos Diretores.

Outras Receitas Operacionais

Nossos Diretores comentam que as outras receitas operacionais estão relacionadas a taxas por serviços prestados aos alunos, como impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, requerimentos de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, aluguéis de salas e auditórios, entre outras receitas e aumentaram 43,34%, passando de R\$7,96 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para um montante de R\$11,41 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Outras Despesas Operacionais

Nossos Diretores comentam que as outras despesas operacionais totalizaram R\$1,03 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, principalmente relacionadas a baixa do ativo imobilizado, contra um montante de R\$430 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social aumentou 8,10% ou R\$5,53 milhões, passando de R\$68,30 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$73,83 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 devido principalmente a redução nas deduções. Como uma porcentagem das receitas líquidas, nossos Diretores comentam que o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social foi de 7,27% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 contra 6,77% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

IR e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 totalizou uma receita de R\$6,83 milhões, comparados a uma despesa de R\$4,93 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Nossos Diretores comentam que foi contabilizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 imposto de renda e contribuição social diferidos ativo de R\$12,97 milhões decorrente, substancialmente, dos saldos de provisões para desmobilização de imóveis, provisão de contingências e mensalidades a cancelar.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$80,66 milhões, o que representa um aumento de 27,28% em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando o lucro líquido foi de R\$63,37 milhões, em razão dos motivos descritos acima, comentam nossos Diretores.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**BALANÇO PATRIMONIAL***(em R\$ milhões, exceto quando diversamente indicado)*

	2011	Análise Vertical 2011	2010	Análise Vertical 2010	2009	Análise Vertical 2009	Var 2010/2011	Var 2009/2010
Ativo Circulante	492,24	46,06%	390,43	48,53%	350,48	50,92%	26,08%	11,40%
Caixa e equivalentes de caixa	21,86	2,05%	44,73	5,56%	51,30	7,45%	-51,13%	-12,81%
Títulos e valores mobiliários	147,57	13,81%	120,69	15,00%	149,73	21,75%	22,27%	-19,39%
Contas a receber	244,07	22,84%	156,42	19,44%	117,98	17,14%	56,04%	32,58%
Contas a compensar - Sistema FIES	16,68	1,56%	14,53	1,81%	0,91	0,13%	14,80%	1496,70%
Adiantamentos a funcionários/terceiros	17,47	1,63%	6,21	0,77%	11,20	1,63%	181,32%	-44,55%
Partes relacionadas	0,26	0,02%	7,05	0,88%	0,21	0,03%	-96,31%	3257,14%
Despesas antecipadas	10,32	0,97%	9,96	1,24%	4,22	0,61%	3,61%	136,02%
Outros	34,01	3,18%	30,84	3,83%	14,93	2,17%	10,28%	106,56%
Ativo Não-Circulante	576,48	53,94%	414,11	51,47%	337,85	49,08%	39,21%	22,57%
Despesas antecipadas	0,66	0,06%	2,17	0,27%	2,20	0,32%	-69,59%	-1,36%
Partes relacionadas	-	0,00%	3,15	0,39%	2,68	0,39%	-100,00%	17,54%
Depósitos judiciais	63,56	5,95%	38,08	4,73%	20,70	3,01%	66,91%	83,96%
Impostos diferidos	13,37	1,25%	15,34	1,91%	2,37	0,34%	-12,84%	547,26%
Outros	7,00	0,65%	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,23	0,02%	7,73	0,96%	0,23	0,03%	-97,02%	3260,87%
Imobilizado	263,80	24,68%	210,96	26,22%	192,02	27,90%	25,05%	9,86%
Intangível	227,86	21,32%	136,68	16,99%	117,65	17,09%	66,71%	16,18%
Total do ativo	1.068,72	100,00%	804,54	100,00%	688,33	100,00%	32,84%	16,88%
Passivo e patrimônio líquido								
Circulante	134,68	12,60%	139,50	17,34%	163,14	23,70%	-3,46%	-14,49%
Empréstimos e financiamentos	6,55	0,61%	1,76	0,22%	4,72	0,69%	272,16%	-62,71%
Fornecedores	18,20	1,70%	17,85	2,22%	17,62	2,56%	1,96%	1,31%
Salários e encargos sociais	57,50	5,38%	58,01	7,21%	59,13	8,59%	-0,88%	-1,89%
Obrigações tributárias	15,63	1,46%	18,87	2,35%	15,53	2,26%	-17,17%	21,51%
Mensalidades recebidas antecipadamente	8,97	0,84%	18,89	2,35%	30,26	4,40%	-52,51%	-37,57%
Parcelamento de tributos	0,22	0,02%	0,28	0,03%	0,47	0,07%	-21,43%	-40,43%
Dividendos a pagar	16,66	1,56%	19,16	2,38%	30,53	4,44%	-13,05%	-37,24%
Compromissos a pagar	5,37	0,50%	1,50	0,19%	1,32	0,19%	258,00%	13,64%
Outros	5,58	0,52%	3,18	0,40%	3,56	0,52%	75,47%	-10,67%
Não circulante	315,11	29,48%	79,14	9,84%	71,74	10,42%	298,17%	10,32%
Empréstimos e financiamentos	247,85	23,19%	7,76	0,96%	0,85	0,12%	3093,94%	812,94%
Provisão para contingências	32,42	3,03%	36,45	4,53%	33,27	4,83%	-11,06%	9,56%
Adiantamento de convênio	14,91	1,40%	20,69	2,57%	23,57	3,42%	-27,94%	-12,22%
Parcelamento de tributos	4,43	0,41%	1,51	0,19%	1,78	0,26%	193,38%	-15,17%
Impostos diferidos	1,81	0,17%	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Provisão com obrigações desmobilização de ativos	13,69	1,28%	12,73	1,58%	12,27	1,78%	7,54%	3,75%
Patrimônio líquido	618,93	57,91%	585,90	72,82%	453,45	65,88%	5,64%	29,21%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Capital social	364,39	34,10%	360,44	44,80%	295,24	42,89%	1,10%	22,08%
Gastos com emissão de ações	(2,82)	-0,26%	(0,31)	-0,04%	-	0,00%	809,68%	0,00%
Reservas de capital	109,76	10,27%	106,85	13,28%	100,40	14,59%	2,72%	6,42%
Ações em tesouraria	(6,35)	-0,59%	(0,30)	-0,04%	-	0,00%	2016,67%	0,00%
Reservas de lucros	153,95	14,41%	100,46	12,49%	58,11	8,44%	53,25%	72,88%
Ajustes de avaliação patrimonial	-	0,00%	(0,40)	-0,05%	(0,30)	-0,04%	-100,00%	33,33%
Dividendo adicional proposto	-	0,00%	19,16	2,38%	-	0,00%	-100,00%	0,00%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.068,72	100,00%	804,54	100,00%	688,33	100,00%	32,84%	16,88%

	30/9/2012	Análise Vertical 2012	31/12/2011	Análise Vertical 2011	Variação 2011/2012
Ativo Circulante	542,74	43,80%	492,24	46,06%	10,26%
Caixa e equivalente de caixa	11,76	0,95%	21,86	2,05%	-46,20%
Títulos e Valores Mobiliários	172,01	13,88%	147,57	13,81%	16,56%
Contas a receber	264,47	21,34%	244,07	22,84%	8,36%
Contas a compensar	15,00	1,21%	16,68	1,56%	-10,07%
Adiantamentos a funcionários/terceiros	23,24	1,88%	17,47	1,63%	33,03%
Partes relacionadas	0,26	0,02%	0,26	0,02%	0,00%
Despesas antecipadas	23,19	1,87%	10,32	0,97%	124,71%
Impostos e contribuições	15,46	1,25%	12,82	1,20%	20,59%
Outros	17,35	1,40%	21,19	1,98%	-18,12%
Ativo Não-Circulante	696,46	56,20%	576,48	53,94%	20,81%
Despesas antecipadas	0,71	0,06%	0,66	0,06%	7,58%
Depósitos judiciais	80,40	6,49%	63,56	5,95%	26,49%
Impostos diferidos	13,48	1,09%	13,37	1,25%	0,82%
Impostos e contribuições	8,99	0,73%	5,47	0,51%	64,35%
Outros	8,27	0,67%	1,53	0,14%	440,52%
Investimentos	0,23	0,02%	0,23	0,02%	0,00%
Imobilizado	279,81	22,58%	263,80	24,68%	6,07%
Intangível	304,57	24,58%	227,86	21,32%	33,67%
TOTAL DO ATIVO	1.239,20	100,00%	1.068,72	100,00%	15,95%
Passivo Circulante	178,23	14,38%	134,68	12,60%	32,34%
Empréstimos e Financiamentos	17,83	1,44%	6,55	0,61%	172,21%
Fornecedores	30,39	2,45%	18,20	1,70%	66,98%
Salários e encargos sociais	91,21	7,36%	57,50	5,38%	58,63%
Obrigações tributárias	15,14	1,22%	15,63	1,46%	-3,13%
Mensalidades recebidas antecipadamente	5,36	0,43%	8,97	0,84%	-40,25%
Adiantamento de convênio	2,89	0,23%	2,89	0,27%	0,00%
Parcelamento de Tributos	0,96	0,08%	0,22	0,02%	336,36%
Dividendos a pagar	0,01	0,00%	16,66	1,56%	-99,94%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Compromissos a pagar	11,96	0,97%	5,37	0,50%	122,72%
Outros	2,48	0,20%	2,69	0,25%	-7,81%
Passivo Não Circulante	344,24	27,78%	315,11	29,49%	9,24%
Empréstimos e Financiamentos	269,88	21,78%	247,85	23,19%	8,89%
Provisão para contingências	23,47	1,89%	32,42	3,03%	-27,61%
Adiantamento de convênio	12,75	1,03%	14,91	1,40%	-14,50%
Parcelamento de Tributos	8,71	0,70%	4,43	0,41%	96,57%
Provisão para desmobilização de ativos	13,89	1,12%	13,69	1,28%	1,46%
Impostos diferidos	3,17	0,26%	1,81	0,17%	75,14%
Compromissos a pagar	12,37	1,00%	-	0,00%	100,00%
Patrimônio Líquido	716,73	57,84%	618,93	57,91%	15,80%
Capital Social	366,50	29,58%	361,57	33,83%	1,36%
Reservas de capital	112,84	9,11%	109,76	10,27%	2,81%
Reservas de lucro	153,95	12,42%	153,95	14,41%	0,00%
Lucros Acumulados	94,79	7,65%	-	0,00%	100,00%
Ações em Tesouraria	(11,35)	-0,92%	(6,35)	-0,59%	78,74%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.239,20	100,00%	1.068,72	100,00%	15,95%

Balanco Patrimonial em 30 de setembro de 2012 comparado com o Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2011***Ativo Circulante****Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários*

Em 30 de setembro de 2012, os caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários da Companhia totalizaram R\$183,77 milhões, comparados a R\$169,43 milhões em 31 de dezembro de 2011, uma redução de R\$14,34 milhões, ou de 7,8% em função do maior consumo de caixa decorrente das aquisições realizadas ao longo do ano, comentam nossos Diretores.

Contas a receber

Em 30 de setembro de 2012, o total de contas a receber no ativo circulante da Companhia era de R\$264,47 milhões, comparados com R\$244,07 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de R\$20,40 milhões, comentam nossos Diretores.

Em R\$ mil	Consolidado	
	Em 30/09/2012	Em 31/12/2011
FIES	44.988	36.452
Mensalidades de alunos	251.507	241.384
Acordos a receber	29.835	26.430
Cartões a receber	25.283	12.165
Taxas a receber	-	4.379
Créditos a identificar	(5.257)	(7.448)
Provisão para devedores duvidosos	(81.889)	(69.292)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo Não-Circulante

Ativo Não-Circulante, excluindo investimentos, mobilizado e intangível

Em 30 de setembro de 2012, o ativo não-circulante, excluindo investimentos, mobilizado e intangível da Companhia totalizava R\$111,84 milhões, comparados a R\$84,59 milhões em 31 de dezembro de 2011. A variação de R\$27,25 milhões deve-se, principalmente, comentam nossos Diretores, ao aumento de R\$16,84 milhões em depósito judiciais, R\$3,52 milhões em impostos e contribuições devido a reclassificação entre Circulante e Longo Prazo e R\$6,74 milhões em Outros que consiste na reclassificação entre Circulante e Longo Prazo de parte do valor a receber com a venda da carteira de 2009 e 2010.

Investimentos, imobilizado e intangível

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de investimentos, imobilizado e intangível da Companhia totalizou R\$584,61 milhões, comparados a R\$491,89 milhões em 31 de dezembro de 2011, a variação de R\$92,72 milhões deve-se, principalmente, comentam nossos Diretores, aos aumentos de R\$76,71 milhões no ativo intangível e R\$16,01 milhões no ativo imobilizado. A variação do ativo intangível foi influenciada, principalmente, pelo aumento de R\$60,20 milhões do ágio na aquisição das adquiridas, aumento de R\$8,00 milhões no projeto central de ensino e de R\$6,12 milhões em softwares, comentam nossos Diretores. No ativo imobilizado as principais variações foram o aumento de R\$7,81 milhões em benfeitorias em imóveis de terceiros e R\$7,47 milhões em *tablets*, comentam nossos Diretores.

Passivo Circulante

Empréstimos e Financiamentos

Em 30 de setembro de 2012, comentam nossos Diretores, os empréstimos e financiamentos do passivo circulante totalizavam R\$17,83 milhões, representando um aumento de R\$11,28 milhões em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2011 em função, principalmente, da emissão de debêntures, das opções de recompra de ações e da reclassificação da dívida do IFC realizada entre o curto e o longo prazo.

Fornecedores

Em 30 de setembro de 2012, a rubrica fornecedor totalizou R\$30,40 milhões, representando um aumento de R\$12,19 milhões em relação a 31 de dezembro de 2011. Esse aumento deu-se em função do alongamento do prazo de pagamento da Companhia, comentam nossos Diretores.

Obrigações Tributárias

Em 30 de setembro de 2012, obrigações tributárias totalizavam R\$15,14 milhões, representando uma diminuição de R\$0,49 milhões em relação a 31 de dezembro de 2011, em função, principalmente, comentam nossos Diretores, do aumento de R\$0,37 milhão em IR sobre folha de pagamento e redução de R\$1,09 milhão em contribuição social sobre o lucro líquido a recolher.

Compromissos a Pagar

Em 30 de setembro de 2012, compromissos a pagar totalizavam R\$11,96 milhões, representando um aumento de R\$6,59 milhões em relação a 31 de dezembro de 2011, devido às novas aquisições realizadas pela Companhia, comentam nossos Diretores.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo Exigível a Longo Prazo

Empréstimos e Financiamentos

Em 30 de setembro de 2012, os empréstimos e financiamentos do passivo exigível a longo prazo totalizavam R\$269,88 milhões, um aumento de R\$22,03 milhões em relação a 31 de dezembro de 2011, em função, principalmente, comentam nossos Diretores, da emissão de debêntures, no valor de R\$200 milhões e do empréstimo junto ao IFC.

Parcelamento de Tributos

Em 30 de setembro de 2012, os parcelamentos de tributos do passivo exigível a longo prazo totalizavam R\$8,71 milhões, um aumento de R\$4,23 milhões em relação a 31 de dezembro de 2011, devido ao aumento nos parcelamentos de impostos, comentam nossos Diretores.

Compromissos a pagar

O aumento do saldo de R\$12,37 milhões deve-se à reclassificação entre curto e longo prazo relacionada às novas aquisições, comentam nossos Diretores.

Patrimônio Líquido

Em 30 de setembro de 2012, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$716,72 milhões, um aumento de R\$97,80 milhões em relação a 31 de dezembro de 2011, devido ao aumento de R\$4,93 milhões do capital social e R\$3,08 milhões nas reservas de capital, além do reconhecimento do resultado do período no montante de R\$94,79 milhões em lucros acumulados, comentam nossos Diretores.

Balanço Patrimonial referente em 31 de Dezembro de 2011 comparado com o Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2010

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2011, comentam nossos Diretores, o saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários da Companhia totalizaram R\$169,43 milhões, comparados a R\$165,42 milhões em 31 de dezembro de 2010, um aumento de R\$4,01 milhões, ou de 2,43%.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2011, comentam nossos Diretores, o total de contas a receber no ativo circulante da Companhia era de R\$244,07 milhões, comparados com R\$156,42 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$87,65 milhões.

Em R\$ mil	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
FIES	36.452	15.302
Mensalidades de alunos	241.384	157.436

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Acordos a receber	26.430	26.938
Cartões a receber	12.165	6.930
Taxas a receber	4.379	4.407
Créditos a identificar	(7.448)	(9.207)
Provisão para devedores duvidosos	(69.292)	(45.384)

Ativo Não-Circulante

Ativo Não-Circulante, excluindo investimentos, mobilizado e intangível

Em 31 de dezembro de 2011, comentam nossos Diretores, o ativo não-circulante, excluindo investimentos, mobilizado e intangível da Companhia totalizava R\$84,59 milhões, comparados a R\$58,74 milhões em 31 de dezembro de 2010. A variação de R\$25,85 milhões deve-se, principalmente, comentam nossos Diretores, ao aumento de R\$25,48 milhões em depósito judiciais.

Investimentos, imobilizado e intangível

Em 31 de dezembro de 2011, comentam nossos Diretores, os investimentos, imobilizado e intangível da Companhia totalizaram R\$491,89 milhões, comparados a R\$355,37 milhões em 31 de dezembro de 2010. A variação de R\$136,52 milhões deve-se, principalmente, comentam nossos Diretores, aos aumentos de R\$91,18 milhões no ativo intangível e de R\$52,84 milhões no ativo imobilizado, compensados parcialmente pelas amortizações e depreciações normais da conta.

Passivo Circulante

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2011, comentam nossos Diretores, os empréstimos e financiamentos do passivo circulante totalizavam R\$6,55 milhões, representando um aumento de R\$4,79 milhões em relação a 31 de dezembro de 2010.

Dividendos a Pagar

Os dividendos a pagar referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram pagos em 6 de maio de 2011, comentam nossos Diretores.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2011, comentam nossos Diretores, os empréstimos e financiamentos do não circulante totalizavam R\$247,85 milhões, um aumento de R\$240,09 milhões em relação a 31 de dezembro de 2010, em função, principalmente, da emissão de debêntures, no valor de R\$200 milhões e do empréstimo junto ao IFC, no valor de R\$48,5 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2011, comentam nossos Diretores, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$618,93 milhões, um aumento de R\$33,03 milhões em relação a 31 de dezembro de 2010 em função principalmente do resultado do exercício de 2011, que foi compensado parcialmente pelos dividendos pagos e propostos.

Balanço Patrimonial referente ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2010 comparado com o Balanço Patrimonial referente ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2009

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2010, comentam nossos Diretores, o caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários da Companhia totalizou R\$165,42 milhões, comparados a R\$201,03 milhões em 31 de dezembro de 2009, uma redução de R\$35,61 milhões, ou de 17,71%, principalmente, devido: (i) ao pagamento de dividendos no montante de R\$30,5 milhões, contra os R\$17,9 milhões realizados no segundo trimestre de 2009; (ii) ao pagamento adiantado das férias coletivas de professores (realizado antecipadamente em junho); e (iii) à adequação da data de vencimento das mensalidades para o quinto dia útil de cada mês e posterior eliminação de descontos por antecipação.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2010, comentam nossos Diretores, o total de contas a receber no ativo circulante da Companhia era de R\$156,42 milhões, comparados com R\$117,98 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$38,44 milhões.

Em R\$ mil	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
FIES	15.302	2.270
Mensalidades de alunos	157.436	166.328
Acordos a receber	26.938	27.671
Cartões a receber	6.930	2.666
Taxas a receber	4.407	881
Créditos a identificar	(9.207)	(3.052)
Provisão para devedores duvidosos	(45.384)	(78.782)

Ativo Não-Circulante

Ativo Não-Circulante, excluindo investimentos, mobilizado e intangível

Em 31 de dezembro de 2010, comentam nossos Diretores, o ativo não-circulante, excluindo investimentos, mobilizado e intangível da Companhia totalizava R\$58,74 milhões, comparados a R\$27,95 milhões em 31 de dezembro de 2009. A variação de R\$30,79 milhões deve-se, principalmente, aos aumentos de R\$17,38 milhões em depósito judiciais e de R\$12,97 milhões em imposto de renda e contribuição social diferidos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Investimentos, imobilizado e intangível

Em 31 de dezembro de 2010, comentam nossos Diretores, o saldo de investimentos, imobilizado e intangível da Companhia totalizou R\$355,37 milhões, comparados a R\$309,90 milhões em 31 de dezembro de 2009. A variação de R\$45,47 milhões deve-se, principalmente, comentam nossos Diretores, aos aumentos de R\$19,03 milhões no ativo intangível e de R\$18,94 milhões no ativo imobilizado, parcialmente compensados pelas as amortizações e depreciações normais da conta.

Passivo Circulante

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2010, comentam nossos Diretores, os empréstimos e financiamentos do passivo circulante totalizavam R\$1,76 milhão, representando uma redução de R\$2,96 milhões em relação a 31 de dezembro de 2009. Os empréstimos e financiamentos da Companhia compõem-se, basicamente, comentam nossos Diretores, de contratos de arrendamento mercantil, e a conta varia em função das amortizações dos contratos de arrendamento mercantil.

Dividendos a Pagar

Os dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2009 foram pagos em 29 de abril de 2010, comentam nossos Diretores.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2010, comentam nossos Diretores, os empréstimos e financiamentos do passivo não circulante totalizavam R\$7,76 milhões, um aumento de R\$6,91 milhões em relação a 31 de dezembro de 2009, em função do contrato FINAME e à capitalização das despesas de *leasing* de equipamentos.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2010, comentam nossos Diretores, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$585,90 milhões, um aumento de R\$132,45 milhões em relação a 31 de dezembro de 2009, decorrente principalmente de lucro líquido do exercício de 2010 de R\$ 80,7 milhões e do aumento de capital no montante de R\$65,2 milhões, que foi compensado parcialmente pelos dividendos propostos de R\$ 19,2 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**FLUXO DE CAIXA**

(R\$ milhões)	Exercício Social encerrado em 31 de Dezembro de				
	2011 ⁽¹⁾	2010	2009	Variação 2010/2011	Variação 2009/2010
Caixa Líquido Atividades Operacionais	-49,1	-1,8	71,7	2.627,78%	-102,46%
Caixa Líquido Atividades de Investimento	-162,2	-42,7	-33,9	279,86%	26,00%
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	188,4	37,9	-24,6	397,10%	-254,38%
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de caixa	-22,9	-6,6	13,2	248,10%	-149,89%
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de caixa	44,7	51,3	38,1	-12,81%	34,54%
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de caixa	21,9	44,7	51,3	-51,13%	-12,81%

(R\$ milhões)	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de		
	2012	2011 ⁽¹⁾	Variação 2011/2012
Caixa Líquido Atividades Operacionais	101,1	2,9	3.386,21%
Caixa Líquido Atividades de Investimento	-118,9	9,1	-1.406,59%
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	7,7	-3,0	-306,67%
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de caixa	-10,1	9,0	-212,22%
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de caixa	21,9	44,7	-51,01%
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de caixa	11,8	53,7	-78,03%

(1) conforme descrito na Nota 2.1 das demonstrações financeiras do exercício social findo 31 de dezembro de 2011, as demonstrações do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram reapresentadas para corrigir a apresentação de certas transações entres os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento. As demonstrações dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 também foram reapresentadas por motivos similares.

Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012 comparado com a Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2011.

Caixa Líquido Atividades Operacionais

O caixa líquido das atividades operacionais da Companhia totalizava R\$101,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, um aumento de R\$98,2 milhões em relação ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, explicado basicamente pelo aumento da base alunos e melhora dos indicadores financeiros da Companhia, comentam nossos Diretores.

Caixa Líquido Atividades de Investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, comentam nossos Diretores, totalizou R\$118,9 milhões e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 foi positivo em R\$9,1 milhões, representando uma variação negativa de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

R\$128,0 milhões. A variação de entre os períodos deve-se, principalmente, comentam nossos Diretores, à redução em aplicações financeiras, devido a alta geração de caixa operacional no ano.

Caixa Líquido Atividades Financiamento

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, comentam nossos Diretores, o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento foi R\$7,7 milhões, comparados a -R\$3,0 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, representando uma variação de R\$10,7 milhões, principalmente em razão da redução de captação de empréstimos e financiamentos no valor de R\$18,5 milhões e na redução de dividendos distribuídos no valor de R\$21,7 milhões. Em 2012, comentam nossos Diretores, ainda não houve a distribuição de dividendos, pois a mesmo ocorre no encerramento do exercício.

Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2011 comparado com a Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2010

Caixa Líquido Atividades Operacionais

Em 2011, comentam nossos Diretores, o caixa líquido usado nas atividades operacionais totalizou R\$ 49,1 milhões, um aumento de R\$47,3 milhões em relação a 2010, principalmente em razão do aumento da base de alunos e do ticket médio, impactado nosso contas a receber, comentam nossos Diretores.

Caixa Líquido Atividades de Investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento em 2011 totalizou de R\$162,2 milhões e foi de R\$42,7 milhões em 2010, representando um aumento de R\$119,5 milhões, tendo como principais impactos o ágio pago na aquisição de participações acionárias, assim como a aquisição de imobilizado e intangíveis, comentam nossos Diretores.

Caixa Líquido Atividades Financiamento

Em 2011, comentam nossos Diretores, o caixa líquido gerado nas atividades de financiamento foi de R\$188,4 milhões, comparados a R\$37,9 milhões em 2010, representando um aumento de R\$150,5 milhões, principalmente em razão do aumento de R\$227,5 milhões na linha de empréstimos e financiamentos, parcialmente compensado pela redução de R\$61,3 milhões de aumento de capital.

Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2010 comparado com a Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2009

Caixa Líquido Atividades Operacionais

Em 2010, comentam nossos Diretores, o caixa líquido usado nas atividades operacionais da Companhia totalizou R\$1,8 milhões, uma redução de R\$73,4 milhões em relação à 2009 quando houve um caixa gerado pelas atividades operacionais de R\$71,7 milhões.

Essa redução ocorreu, comentam nossos Diretores, principalmente, pelo aumento em contas a receber, motivado pela redução da provisão para crédito de liquidação duvidosa, ocasionada pela recuperação de inadimplência, aumento em outros ativos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Caixa Líquido Atividades de Investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento em 2010 totalizou R\$42,7 milhões e R\$33,9 milhões em 2009, representando um aumento de R\$8,8 milhões, decorrente principalmente pelo aumento no imobilizado e no intangível que foi compensado parcialmente pelo aumento nas aplicações financeiras, comentam nossos Diretores.

Caixa Líquido Atividades Financiamento

Em 2010, comentam nossos Diretores, o caixa líquido gerado nas atividades de financiamento foi de R\$37,9 milhões, e em 2009 foram aplicados R\$24,6 milhões nas atividades de financiamento, representando uma variação de R\$62,5 milhões, principalmente em razão do aumento de capital de R\$65,2 milhões em 2010.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Esclarecem nossos Diretores que nossa receita bruta é composta pelos seguintes itens:

Mensalidades: A maior parte da nossa receita bruta provém das mensalidades cobradas pelos cursos de graduação tradicional, graduação tecnológica, extensão, especialização e pós-graduação, que são oferecidos aos nossos alunos. Os cursos são vendidos em módulos de seis meses, parcelados em seis mensalidades, com pagamento no início de cada mês, sendo o pagamento da primeira parcela considerado a confirmação da matrícula no semestre. Parte significativa da receita (aproximadamente 90%) decorre de cursos de graduação.

Outras receitas: O restante de nossa receita bruta provém das taxas por serviços prestados aos alunos, como impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, requerimentos de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, aluguéis de salas e auditórios, entre outras receitas.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Fatores Macroeconômicos

Nossos Diretores comentam que a nossa situação financeira e o resultado das nossas operações são influenciados por fatores como: (i) o desenvolvimento macroeconômico brasileiro; (ii) a taxa de desemprego; (iii) a disponibilidade de crédito; (iv) inflação, (v) nível de juros básicos; e (vi) o nível de renda da população. Variáveis como desenvolvimento macroeconômico brasileiro, a taxa de desemprego e média salarial podem afetar, positivamente ou negativamente, a nossa receita, uma vez que impactam diretamente o poder de consumo de nossos clientes. Também podem incorrer em variações, positivas ou negativas, em nossos custos operacionais e despesas administrativas e comerciais devido à oferta e demanda de mão de obra. A disponibilidade de crédito e o nível dos juros básicos podem afetar, positivamente ou negativamente, nossas despesas financeiras, bem como nossa capacidade de investimento no curto e médio prazo.

Exceto pela inflação e taxas de juros básicos, nossos Diretores comentam que não é possível aferir quantitativamente o impacto dos fatores macroeconômicos citados acima em nossa atividade, muito embora não seja possível afastar completamente potencial relevância indireta destes para o desenvolvimento de qualquer negócio no médio e longo prazo. Em relação à inflação e taxas de juros, nossos Diretores comentam que os impactos desses fatores tem sua relevância mitigada ou mesmo anulada na medida em que a Companhia consegue realizar periódicos reajustes de suas mensalidades para acompanhar a inflação e/ou compatibilizar o perfil de sua dívida e geração de caixa próprio para endereçar eventuais impactos resultantes de variações nas taxas de juros. Para informações adicionais a respeito de impactos da inflação e taxas de juros em nossas atividades, ver Item 10.2(c) deste Formulário de Referência.

No ano de 2009, de acordo com o Banco Central a economia brasileira demonstrou relativa resistência à crise, apresentando uma ligeira desaceleração do crescimento do PIB no ano de 2009, de -0,2% de acordo com o IBGE. Fundamentos macroeconômicos sólidos e a maior estabilidade econômica permitiram ao Banco Central voltar à trajetória de redução das taxas de juros, de maneira que a taxa SELIC atingiu seu menor nível histórico, equivalente a 8,75% a.a., de julho de 2009 a abril de 2010, de acordo com dados do Banco Central. De forma semelhante, o Real apresentou apreciação em relação ao Dólar de

10.2 - Resultado operacional e financeiro

34,2% ao longo do ano de 2009 de acordo com o Banco Central. Segundo o Banco Central, as reservas internacionais têm se mantido em patamares acima de US\$200,0 bilhões (US\$239,1 bilhões em 31 de dezembro de 2009), esboçando um aumento considerável, comparativamente ao final de 2008, de acordo com dados do Banco Central.

No ano de 2010, de acordo com o Banco Central, a economia brasileira, teve uma recuperação significativa. A aceleração nos ritmos de expansão da atividade econômica e do crescimento do emprego e da renda, aliados a choques de oferta, exerceram pressão sobre o índice de inflação ao longo de 2010. A taxa de inflação acumulada de 2010, medida pelo IPCA, foi de 5,9%, percentual que se encontra dentro da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central. A manutenção da inflação nesse patamar pode ser atribuída à política monetária que resultou na elevação da taxa Selic ao longo do ano, passando de 8,25% a.a., em 31 de dezembro de 2009, para 10,66% a.a., em 31 de dezembro de 2010, de acordo com o Banco Central.

No ano de 2011, o PIB brasileiro cresceu 2,7%, de acordo com o divulgado pelo IBGE, demonstrando relativa resistência à crise externa, mas com desempenho abaixo de algumas previsões de mercado. A taxa de inflação acumulada, medida pelo IPCA, foi de 6,5%, permanecendo dentro da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central. A manutenção da inflação dentro da meta reflete as políticas monetárias do Banco Central e a tendência de arrefecimento das pressões inflacionárias no fim do ano. A taxa Selic, em 31 de dezembro de 2010, estava em 10,66% a.a. e passou para 10,91% a.a., em 30 de dezembro de 2011, ainda refletindo aumentos na taxa Selic visando combater a alta da inflação durante o ano.

No primeiro semestre de 2012, o PIB brasileiro cresceu 0,6%, de acordo com divulgado pelo IBGE, demonstrando desaceleração em relação ao mesmo período do ano passado, quando o crescimento acumulado foi de 3,8%. A expectativa é de início de recuperação no terceiro trimestre, de modo que o relatório FOCUS de novembro do Banco Central estima um crescimento do PIB de 1,54% para 2012, em comparação com 2,7% no ano de 2011. A taxa de inflação acumulada nos primeiros nove meses de 2012, medida pelo IPCA, ficou em 3,8%, mostrando queda em relação ao mesmo período de 2011, quando ficou em 5,0%. A expectativa do Banco Central é que a inflação acumulada do ano fique dentro do teto da meta estipulada, que é de 4,5% para 2012. A taxa Selic, em 30 de setembro de 2011, estava em 12,17% a.a. e passou para 7,39% a.a., em 30 de setembro de 2012, refletindo a tendência de queda na taxa de juros nos últimos meses, de acordo com o objetivo do Banco Central de reaquecer a atividade econômica.

A tabela abaixo apresenta o crescimento do PIB, inflação, taxas de juros e taxa de câmbio para o Dólar nos períodos indicados:

	2009	2010	2011	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2012
Crescimento do PIB ¹	-0,3%	7,5%	2,7%	-	-
Inflação (IGP-M) ²	-1,7%	11,3%	5,1%	4,1%	7,1%
Inflação (IPCA) ³	4,3%	5,9%	6,5%	5,0%	3,8%
Taxa Interbancária – CDI ⁴	9,9%	9,8%	11,6%	11,9%	7,4%
Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP ⁵	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	5,5%
Taxa de câmbio no final do período por US\$1,00	R\$1,74	R\$1,66	R\$1,87	R\$1,71	R\$2,03
Taxa de câmbio média por US\$1,00 ⁶	R\$2,00	R\$1,76	R\$1,67	R\$1,63	R\$1,92

Fonte: BACEN, FGV, IBGE, CETIP e BNDES.

¹ O PIB do Brasil informado em tais períodos já utiliza a nova metodologia do IBGE.

² A inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela FGV, representando os dados acumulados ao final de cada período.

³ A inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE, representando os dados acumulados ao final de cada período.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

⁴ A Taxa DI é a média das taxas dos depósitos interfinanceiros praticados durante o dia no Brasil (taxa acumulada no período e anualizada). Fonte: CETIP.

⁵ Representa a taxa de juros aplicada pelo BNDES para financiamento de longo prazo (fim do período). Fonte: BNDES.

⁶ Média das taxas de câmbio durante o período. Fonte: BACEN

PROUNI

Esclarecem nossos Diretores que o PROUNI – Programa Universidade para Todos (“**PROUNI**”) é um programa do Governo Federal do Brasil que visa a proporcionar a entrada de alunos que não possuem condições de arcar com os custos acadêmicos no Ensino Superior, mediante concessão pelo Governo de bolsas. Por meio do PROUNI, em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI, como nós (por meio de nossas controladas), são favorecidas por determinadas isenções fiscais federais, ficando isentas, no período de vigência do termo de adesão, de IRPJ, PIS, COFINS e CSLL referentes às receitas de cursos de graduação e graduação tecnológica, devendo a apuração de tais impostos ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

Nossos Diretores esclarecem que tal programa foi responsável por uma isenção de pagamento de PIS/COFINS sobre a nossa receita de R\$41,9 milhões, R\$37,6 milhões e R\$32,5 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, respectivamente, e R\$37,6 milhões e R\$31,1 milhões nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, respectivamente. Em relação ao IRPJ e CSLL, nossos Diretores esclarecem que a aderência ao programa por nossas controladas fez com que a alíquota efetiva de tais tributos ficasse em torno de 1,71%, 8,31% e 4,31% para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, respectivamente, e em torno de -1,90% e 1,64% para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, respectivamente, o que ensejou benefícios fiscais de R\$31,0 milhões, R\$25,5 milhões e R\$23,8 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, respectivamente, e benefícios fiscais de R\$40,2 milhões e R\$26,0 milhões nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, respectivamente.

Conforme nota explicativa nº 28 às nossas informações trimestrais para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, a reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011 estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	97.888	68.107
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(33.281)	(23.156)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Ajustes da Lei 11.638/2007	250	(844)
Equivalência patrimonial		
Amortização de Ágio		
Despesas não dedutíveis (a)	(1.180)	(2.667)
Provisão de Bônus (a)		2.720
Lucros auferidos no exterior		37
Compensação de prejuízo fiscal	(7.805)	(3.411)
Ajustes iniciais para adoção de novas práticas	(226)	
Provisão para contingências	701	(96)
Reversão de PDD não dedutível e mensalidades	(730)	1.363

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a cancelar (b)		
Reversões de provisões administrativas	68	115
Outras	109	1.087
	(42.094)	(24.852)
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI	40.229	25.968
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(1.865)	1.116
Alíquota efetiva	-1,90%	1,64%
(a) Refere-se basicamente a despesa de patrocínios, doações e brindes.		
(b) Valor de PDD não dedutível se refere aos alunos com carnês em abertos vencidos a menos de 180 dias, e a provisão para cancelamento de boletos de mensalidades.		

Conforme nota explicativa nº 17 às nossas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	30/12/2011	30/12/2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	75.226	73.826
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(25.577)	(25.101)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Ajustes da Lei 11.638/2007	(1.426)	(2.311)
Equivalência patrimonial		
Amortização de Ágio	1.812	(738)
Despesas não dedutíveis (a)	(3.574)	
Provisão de bônus (a)		
Lucros auferidos no exterior	37	(186)
Compensação de prejuízo fiscal	(5.377)	
Provisão para contingências	(2.574)	(2.737)
Reversão de mensalidades	1.985	400
a cancelar		
Crédito tributário diferido não contabilizado (b)		(593)
Reversões de provisões administrativas (c)	6	(71)
Outras	2.400	(299)
	(32.288)	(31.637)
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI	31.001	25.503
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(1.287)	(6.134)
Alíquota efetiva	<u>1,71%</u>	<u>8,31%</u>

- (a) Refere-se basicamente a despesa de bônus a funcionários, patrocínios, doações e brindes.
 (b) Refere-se aos créditos tributários calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias ainda não contabilizadas.
 (c) Refere-se a baixa de fornecedores em aberto até o ano de 2008

10.2 - Resultado operacional e financeiro

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossos Diretores comentam que os principais fatores determinantes da nossa receita bruta são: (i) o número de alunos matriculados em cada um dos cursos oferecidos, unidades e turnos; (ii) o valor das mensalidades para cada cursos, unidade e turno; e (iii) o número de disciplinas ou créditos que o aluno está cursando.

Os preços das mensalidades são estabelecidos de acordo com o curso, unidade e turno. Desta forma, as nossas unidades situadas em regiões de maior demanda geralmente possuem mensalidades mais altas.

A variação das receitas no período encerrado em 31 de dezembro de 2010 em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2009 decorreu da redução do número de alunos, compensada pela introdução do novo segmento de EAD (Ensino a Distância).

A variação das receitas no período encerrado em 31 de dezembro de 2011 em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2010 decorreu do aumento do número de alunos, bem como do aumento da participação relativa do segmento de EAD (Ensino a Distância).

A variação das receitas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 em relação ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 decorreu do aumento do número de alunos e do reajuste de mensalidades.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Nossos Diretores informam que nosso desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que uma parcela expressiva dos nossos custos e despesas operacionais é incorrida em reais e reajustada pelos índices de inflação, tais como IGP-M, INPC e IPCA.

No Brasil, os salários são reajustados anualmente, com base em acordos coletivos, ora celebrados entre os sindicatos dos empregadores e dos empregados. Normalmente, os sindicatos seguem o índice de inflação do INPC, como parâmetro para as suas negociações. No caso das instituições de ensino superior este valor em algumas cidades, dependendo do sindicato, é acrescido de 1% no salário base (além do dissídio coletivo) a cada ano (caso do Rio de Janeiro).

Nossa receita bruta de vendas também é reajustada pela inflação, uma vez que, de modo geral, repassamos parte dos aumentos nos custos para nossos alunos, por meio do aumento nos preços das mensalidades. No entanto, não podemos prever a possibilidade de repasse do aumento dos custos para nossos alunos no futuro.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, nossos Diretores comentam que o impacto da inflação em nossos resultados foi compensado pelo reajuste do preço das mensalidades que, inclusive, foi superior à inflação registrada para o período. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o impacto da inflação em nossos resultados foi compensado pelo reajuste proporcional do preço das mensalidades. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, outros fatores tiveram impacto mais significativo do que a inflação, tendo contribuído para as variações nos períodos, como por exemplo a variação no número de alunos.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, nossos Diretores comentam que o impacto da queda da taxa de juros reduzindo o serviço de nossa dívida foi compensado pela queda da taxa CDI que remunerava nossos ativos financeiros. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010

10.2 - Resultado operacional e financeiro

e 2009, o aumento da taxa de juros teve impacto em nossos resultados incrementando o serviço de nossas dívidas, mas foi compensado pelo aumento do CDI que remunerava nossos ativos financeiros nesses exercícios.

Por fim, esclarecem nossos Diretores que o câmbio não tem qualquer impacto relevante em nosso resultado operacional e tampouco em nosso resultado financeiro.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nossos Diretores comentam que não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Com exceção das provisões já constituídas, nossos Diretores comentam que as demonstrações financeiras tiveram impactos decorrentes das aquisições de participações societárias, em especial em 2007, quando houve aumento da base de alunos e conseqüente aumento de receita. Para maiores informações sobre as aquisições ver subitem 8.3 deste Formulário de Referência. Todavia, com relação a eventuais futuras aquisições, não podemos neste momento afirmar que tais eventos não poderão acarretar efeitos relevantes em nossas demonstrações financeiras.

c) Eventos ou operações não usuais

Nossos Diretores comentam que não houve eventos ou operações não usuais, pois não praticamos operações e/ou eventos não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Nossos Diretores comentam que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de setembro de 2012. As demonstrações financeiras, desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, têm sido preparadas em conexão com as práticas definidas nas normas contábeis emitidas pelos Comitês mencionados acima, segundo nossos Diretores.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nossos Diretores informam que nossos auditores independentes incluíram em seu parecer um parágrafo de ênfase relacionado à diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas internacionais relacionadas à avaliação dos investimentos. Comentam nossos Diretores que, de acordo as práticas brasileiras, investimentos em controladas devem ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seriam avaliados pelo custo ou valor justo.

Os nossos Diretores informam que auditores incluíram um parágrafo de ênfase no relatório sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, que descreve sobre a reapresentação dessas demonstrações financeiras e que conforme descrito na Nota 2.1, essas demonstrações financeiras foram alteradas visando o aprimoramento de algumas notas explicativas, e para considerar algumas reclassificações efetuadas no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011, e a correção da demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e foram reapresentadas. E o relatório de auditoria considerou estas alterações e substituiu o relatório anteriormente emitido.

Nossos Diretores informam que nossos auditores independentes incluíram em seu relatório de revisão limitada de 30 de setembro de 2012, um parágrafo de ênfase relacionado à atualização e reemissão das informações trimestrais da Companhia, em virtude de ajustes de apresentação e divulgação divulgados na Nota 2.1 das informações trimestrais.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Nossos Diretores informam que as principais políticas contábeis críticas que adotamos e que envolvem julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas estão descritas a seguir:

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais

10.5 - Políticas contábeis críticas

existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Nossos Diretores acreditam que os procedimentos internos e os sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade.

Com o acelerado crescimento, os nossos Diretores decidiram pela implantação de ações que assegurem a promoção da confiabilidade nas demonstrações financeiras, segurança e conformidade dos controles internos. Desta forma, destacamos algumas iniciativas que ilustram a busca pela aplicabilidade das prerrogativas da governança corporativa.

Área de Auditoria Interna: criada no ano de 2008, com o objetivo de identificar hipóteses de não conformidades nas atividades internas, e que ofereçam riscos de todos os aspectos. Os impactos diretos e indiretos nas demonstrações financeiras poderão ocorrer através de programa estimulado pelos conhecimentos adquiridos, regulamentações externas e direcionamentos identificados em relatório da Auditoria Externa.

Área de Controles Internos: criada no ano de 2010, com estrutura adequada ao porte da empresa, cuja responsabilidade envolve a promoção da eficiência operacional de forma controlada e o estímulo à aderência às políticas administrativas e executivas internas e externas. A promoção da segregação e a conformidade das práticas de processos internos são tratadas pela área de Controles Internos, através de: (i) atividades de *Compliance*; (ii) análise de perfis de acessos aos sistemas; e (iii) revisão dos controles atuais.

Desta forma, a nossa política de governança corporativa fundamenta-se pelas melhores práticas de mercado, tendo como base empresas do mesmo porte. Destacamos as seguintes práticas implantadas: (i) definição e participação de Comitê de Auditoria e Comitê de Ética e Conduta; (ii) Independência do Auditor Interno (reportando diretamente ao nosso Presidente); (iii) Existência de Auditoria Interna de Sistemas; e (iv) Elaboração e publicação do Código de Ética, estando o mesmo na segunda revisão. Com as ações mencionadas, entre outras atividades executadas, fundamentamos nossa análise pela determinação de um ambiente controlado, espelhando uma transparência operacional e financeira da empresa.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Nossos Diretores entendem que não há deficiências significativas em nossos controles internos.

No que diz respeito ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, não houve recomendações relevantes dos auditores independentes nos seus respectivos relatórios. Como parte integrante do estudo e avaliação da estrutura de controles internos nossos auditores avaliaram sua qualidade e adequação, incluindo os sistemas de processamento eletrônico de dados e dos riscos inerentes. Nessa avaliação, no entendimento de nossos auditores, não foi detectada nenhuma deficiência significativa que envolvesse a estrutura de nossos controles internos e seu funcionamento que pudesse afetar de forma relevante a preparação de nossas demonstrações financeiras. Os principais temas apontados pelos auditores relacionados aos nossos controles internos e sistemas de processamento de dados, bem como os comentários e a resposta de nossos Diretores, serão destacadas a seguir:

(i) Nossos auditores destacaram oportunidade de aprimoramentos na documentação e formalização do processo de contingenciamento. Nossos Diretores fizeram com que fossem implementados aprimoramentos no processo de identificação e acompanhamento de risco contingente, bem como de estimativa de provisão e conciliação com depósitos e bloqueios judiciais. O inventário das causas foi concluído e sua probabilidade de perda reavaliada. Em relação aos depósitos e bloqueios judiciais, a

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

administração continua trabalhando para inventariar/conciliar a totalidade dos saldos apresentados nessa rubrica com o valor provisionado, quando aplicado.

(ii) Nossos auditores também mencionaram em seu relatório de controles internos oportunidades de melhoria no monitoramento do processo de gerenciamento de mudança, melhoria do controle de acesso para funcionários transferidos, melhoria nos parâmetros de segurança de sistemas e melhoria no banco de dados Oracle, todos relacionados a aspectos de tecnologia da informação (TI). Algumas ações já foram tomadas e outras estão em andamento para garantir a adequação dos controles de TI.

(iii) Nossos auditores também destacaram oportunidade de melhoria em conciliação de saldos contábeis relacionados à convênios com pessoas jurídicas (na maioria governo) e cartões de crédito. A administração da Companhia destacou um grupo cujas atribuições se destinam integralmente às mencionadas conciliações.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.

Em 27 de julho de 2007, anunciamos o início da Oferta Pública de Distribuição Primária de Certificados de Depósitos de Ações ("Units") de nossa emissão. Foram emitidas 11.918.400 Units, no qual representam 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais, totalmente adquiridas por novos acionistas. As Units ofertadas foram negociadas ao preço de R\$22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos) por ação. O valor total bruto da oferta primária de ações foi de R\$268,2 milhões, que resultou no ingresso de R\$255,1 milhões (recursos líquidos da oferta) ao nosso caixa.

Nossos Diretores esclarecem que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária foram utilizados, principalmente, para financiar a expansão do negócio, sendo: (i) 61% para aquisições, (ii) 25% para abertura de novas unidades; e (iii) 14% para expansão e manutenção das unidades existentes.

Em 1º de outubro de 2010 foram emitidas 3.280.324 ações ordinárias para colocação no âmbito da oferta primária de nossa oferta subsequente. As ações ordinárias foram negociadas ao preço de R\$19,00 (dezenove reais) por ação. O valor da oferta primária de ações foi de R\$62,3 milhões.

Nossos Diretores esclarecem que os recursos líquidos provenientes da oferta primária foram utilizados, principalmente, para financiar a expansão do negócio, por meio de: (i) 50% para aquisições, (ii) 25% para abertura de novas unidades; e (iii) 25% para expansão e manutenção das unidades existentes.

Em 2011, realizamos oferta pública com esforços restritos de distribuição de 20.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária emitidas em 25 de novembro de 2011 no valor total de R\$200 milhões.

Nossos Diretores esclarecem que os recursos líquidos provenientes da oferta pública com esforços restritos foram destinados para nosso reforço de caixa para fazer frente à nossa política de expansão que inclui, mas não se limita a aquisições de empresas do setor e/ou criação de novos *campi*.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

Nossos Diretores comentam que não ocorreram desvios relevantes na aplicação dos recursos nas ofertas públicas de nossas ações.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Nossos Diretores comentam que não ocorreram desvios relevantes na aplicação dos recursos nas ofertas públicas de nossas ações.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv. Contratos de construção não terminada; e, v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Nossos Diretores esclarecem que não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Nossos Diretores esclarecem que não detemos outros itens que não sejam registrados em seu balanço patrimonial.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Nossos Diretores esclarecem que não detemos itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

b) Natureza e o propósito da operação.

Nossos Diretores esclarecem que não detemos itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Nossos Diretores esclarecem que não detemos itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

10.10 - Plano de negócios

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Segundo os nossos Diretores, os nossos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 totalizaram R\$178,7 milhões em atividades de manutenção e expansão, sendo R\$ 61,0 milhões desse valor para fins de aquisições de novas unidades. Para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2012, planejamos investir cerca de R\$110 milhões em atividades de manutenção e expansão. Não possuímos um montante direcionado a novos investimentos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Segundo os nossos Diretores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os recursos necessários para os investimentos foram financiados pela nossa própria geração operacional de caixa. Adicionalmente, nossos Diretores informam que contraímos empréstimos junto ao Internacional Financial Corporation ("IFC"), concluímos a primeira emissão de debêntures e podemos contrair outros junto a instituições financeiras de fomento. Cabe aos nossos Diretores identificar fontes de financiamento a custos atrativos para contratá-los quando for o caso.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 08 de setembro de 2011, a Companhia alienou a totalidade das ações de que era titular no capital social da Sociedad de Enseñanza Superior S.A., sociedade com sede na cidade de Assunção, na República do Paraguay. O valor da transação foi de US\$ 1.200.000,00, que convertido a taxa de cambio do dia da venda, é de R\$ 1.988 mil com a primeira parcela de US\$ 200.000,00 paga em outubro de 2011, e as demais em quatro parcelas anuais de US\$ 250.000,00. Com esta transação a Companhia obteve uma perda de R\$ 2.171 mil, contabilizada como resultado de operações descontinuadas.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Segundo os nossos Diretores, a influência na capacidade produtiva de todas as nossas aquisições realizadas já está refletida na seção 9.1.(a) e 9.1.(b) deste Formulário de Referência.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

Não aplicável, vez que não possuímos pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

Não aplicável, vez que não possuímos gastos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados; e

Não aplicável, vez que não possuímos projetos em desenvolvimento já divulgados.

10.10 - Plano de negócios

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, vez que não possuímos pesquisas de novos produtos e serviços.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Nossos Diretores comentam que quando da elaboração de nossas demonstrações financeiras para exercício encerrado em 31/12/2011 foram reclassificadas na demonstração de resultado de 31/12/2010 (a) certas "despesas administrativas", no valor de R\$12.328 mil, que passaram a ser registradas como "despesas comerciais", e (b) alguns "custos", no valor de R\$4.702 mil, que passaram a ser registrados como "despesas administrativas".

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Em observância ao disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2012 e conforme fato relevante publicado em 3 de dezembro de 2012, os administradores da Companhia optaram por descontinuar a divulgação de projeções financeiras (*guidance*) neste item, tendo em vista a necessidade de alinhamento de sua política de divulgação de *guidance* com os procedimentos adotados por seus auditores independentes e demais consultores no contexto de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia no Brasil e no exterior, em conformidade com a Instrução CVM 400.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2. Na hipótese de termos divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não se aplica. A Companhia não está incluindo novas projeções nem repetindo projeções anteriormente divulgadas neste formulário.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não se aplica. A Companhia não divulgou projeções para períodos já transcorridos. As projeções que a Companhia divulgava e que constavam de versões anteriores do formulário de referência, cuja divulgação foi descontinuada conforme informado no item 11.1 deste formulário de referência, eram projeções feitas para o final do exercício que se encerrará em 31 de dezembro de 2014, referindo-se, portanto, a período futuro e ainda não transcorrido.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não se aplica. As projeções que a Companhia divulgava foram descontinuadas, conforme facultado pelo Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2012 e nos termos divulgados no fato relevante publicado em 03/12/2012, não havendo que se falar mais em quaisquer projeções neste formulário de referência. Além disso, as próprias projeções descontinuadas não se referiam a períodos ainda em curso. Conforme acima esclarecido, referiam-se a ao exercício de 2014, período que ainda não está em curso.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a) atribuições de cada órgão e comitê

Comitê de Remuneração: Renomeado para **Comitê de Gente e Gestão**, em reunião do Conselho de Administração realizada em 07.11.2012, os membros desse Comitê têm as atribuições de criar e administrar os programas de opção de compra de nossas ações, administrar, gerir e propor ao Conselho de Administração a fixação da remuneração dos nossos administradores, bem como estabelecer nosso programa de remuneração variável.

Comitê de Auditoria: Aos membros deste Comitê são atribuídas as funções de orientação e coordenação das atividades da auditoria interna e externa da Companhia, especialmente quanto à prevenção, gestão e avaliação de riscos empresariais.

Competência do Comitê:

- Estabelecer regras para o seu próprio funcionamento, as quais deverão ser aprovadas pelo nosso Conselho de Administração.
- Supervisionar a eficiência do processo de emissão dos relatórios financeiros da nossa Companhia.
- Supervisionar o processo de gerenciamento e monitoramento de riscos assegurando-se que o processo decisório da Companhia está pautado em mecanismos apropriados e suficientes de controle sobre os riscos do negócio.
- Recomendar à Diretoria correções ou aprimoramentos de políticas, práticas e procedimentos ligados aos controles financeiros e administrativos.
- Solicitar esclarecimentos à Diretoria ou a qualquer de seus colaboradores sobre leis, normas e regulamentos.
- Acompanhar e verificar, através da Auditoria Interna, o cumprimento das leis normas e regulamentos.
- Obter atualizações regulares da administração e dos advogados da Companhia com relação a assuntos que possam causar impactos significativos nas demonstrações financeiras ou em políticas de conformidade.
- Supervisionar a eficácia do sistema de cumprimento das leis e regulamentos e acompanhar resultados de investigações referentes a descumprimentos.
- Acompanhar resultados, relatórios e respostas referentes a quaisquer exames efetuados pelas autoridades regulatórias.
- Selecionar e indicar a empresa de auditoria independente ao Conselho de Administração, que recomendará à diretoria a contratação da firma selecionada. O Comitê de Auditoria efetuará a avaliação e irá, também, indicar a renovação ou interrupção do contrato com o auditor independente.
- Analisar e opinar previamente à contratação sobre quaisquer serviços de auditoria e os não diretamente relacionados aos trabalhos de auditoria independente a serem prestados pelo auditor independente.
- Discutir o plano de trabalho dos auditores independentes e efetuar, quando aplicável, sugestões de foco, atentando para a conveniência e a adequação de tempo e escopo das atividades da Auditoria Externa às necessidades ditadas pela nossa complexidade.
- Assegurar que a Companhia implante a função de auditoria interna e que as atividades

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

desta sejam conduzidas de acordo com as normas aplicáveis. Assegurar-se ainda que, periodicamente, sejam efetuadas análises independentes que assegurem a qualidade e o uso das melhores práticas na condução dos trabalhos da Auditoria Interna.

- Acompanhar a confecção do Relatório da Administração, das Notas Explicativas e das Demonstrações Financeiras, requisitar e receber sempre que julgar necessários e com antecedência adequada as respectivas minutas, assim como as apresentações dos relatórios financeiros. Emitir para o Conselho de Administração parecer para a aprovação deste Relatório, das Demonstrações Financeiras e das respectivas Notas Explicativas.
- É prerrogativa da atuação do Comitê de Auditoria solicitar e receber todos e quaisquer documentos relativos aos negócios da Estácio Participações S.A. e de suas coligadas que achar necessários para o cumprimento de suas atribuições e responsabilidades.
- Discutir e aprovar o Programa anual de trabalho da Auditoria Interna, sobre Proposta do Presidente.

Conselho de Administração: O nosso Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada, responsável pela formulação e implantação das nossas políticas e diretrizes gerais de negócios, incluindo estratégias de longo prazo. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 e no máximo 9 membros efetivos, podendo ter de 2 até 9 membros suplentes, vinculados especificamente, ou não, a um conselheiro efetivo. Os conselheiros são eleitos em Assembleia Geral Ordinária de acionistas para um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer momento pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária. Nosso Conselho de Administração terá um presidente e um vice-presidente, que serão nomeados pela maioria de votos na primeira reunião após a posse de seus membros ou sempre que ocorrer vacância em tais cargos. Em caso de vacância no cargo de conselheiro, seja em razão de renúncia, abandono, impedimento ou morte, o Conselho de Administração reunir-se-á para nomear o substituto, que permanecerá no cargo pelo prazo restante do mandato do conselheiro substituído, podendo o Conselho de Administração nomear membro suplente, por igual prazo de mandato.

De acordo com as regras do Novo Mercado e do nosso Estatuto Social, pelo menos 20% dos membros do Conselho de Administração devem ser conselheiros independentes e todos os conselheiros deverão subscrever, previamente à sua investidura no cargo, o Termo de Anuência dos Administradores referido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, às regras da Câmara de Arbitragem do Mercado e às Políticas de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários adotadas pela Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 358/02.

Em observância as regras do Novo Mercado não poderão ser acumulados pela mesma pessoa os cargos de presidente do conselho de administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, membros do Conselho de Administração estão proibidos de votar em qualquer Assembleia geral, ou ainda de atuar em qualquer transação ou negócio nos quais tenham conflito de interesses com a Companhia. As decisões do Conselho de Administração são tomadas pela maioria dos votos dos membros presentes.

A Lei das Sociedades por Ações permite a adoção do processo de voto múltiplo, mediante requerimento por acionistas representando, no mínimo, 10% do capital votante da Companhia. Segundo a Instrução da CVM nº 282, de 26 de junho de 1998, o percentual mínimo do capital votante exigido para que se solicite a adoção do processo de voto múltiplo em companhias abertas pode ser reduzido em função do valor do capital social, variando entre 5% e 10%. Considerando o nosso capital social atual, acionistas detendo 5% do seu capital votante podem requerer a adoção do sistema de voto múltiplo para eleger membros do Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Caso não haja solicitação de voto múltiplo, os nossos conselheiros serão eleitos pela maioria dos votos dos acionistas, as quais assegurarão aos acionistas que detenham, individualmente ou em bloco, 10% ou mais das nossas ações ordinárias, em votação em separado, o direito de indicar um membro. Adicionalmente, acionistas minoritários detendo, em conjunto ou individualmente, no mínimo 10% de suas ações podem eleger um membro do conselho de administração em eleição em separado.

De acordo com o artigo 16 do nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias:

a) fixar a orientação geral dos nossos negócios; b) convocar a Assembleia geral; c) aprovar o regimento interno do Conselho de Administração e de qualquer comitê, conselho ou comissão estatutária, se houver; d) eleger e destituir os nossos Diretores e fixar-lhes as atribuições e remuneração; e) fiscalizar gestão dos Diretores e manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria; f) aprovar o Plano de Negócios e Orçamento Anual, qualquer revisão, alteração ou atualização do mesmo, bem como todos e quaisquer investimentos de capital ou despesas operacionais cujo valor exceder em 10% os montantes previamente aprovados no Plano de Negócios e Orçamento Anual para o respectivo exercício social; g) determinar o levantamento de balanços intermediários e intercalares e, com base em tais balanços, declarar dividendos; h) declarar juros sobre capital próprio; i) deliberar aumentos de capital dentro do limite autorizado no Estatuto Social; j) aprovar a implementação, alteração ou extinção de políticas contábeis, políticas de divulgação de informações e negociação de valores mobiliários, exceto conforme exigido por lei; k) deliberar a emissão de bônus de subscrição; l) outorgar, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, opção de compra de ações e aprovar planos de participação nos lucros, inclusive qualquer plano de participação nos lucros exigido por lei; m) deliberar sobre a emissão, resgate antecipado e todas as demais condições de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, *commercial papers*, bônus e demais títulos destinados a distribuição pública ou privada, primária ou secundária; n) autorizar a abertura e extinção de nossas filiais, sucursais e estabelecimentos; o) escolher auditores independentes; p) autorizar a aquisição de ações de nossa emissão, para cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação; q) aprovar a assunção de dívida ou a contratação ou concessão de empréstimos ou financiamentos (inclusive por meio de contratos de abertura de crédito, mútuos, arrendamento mercantil, compra e venda e desconto ou cessão de recebíveis ou créditos) cujo valor seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou 2% do nosso Patrimônio Líquido, entre os dois o maior, por operação ou conjunto de operações conexas, celebradas no prazo de 12 meses; r) aprovar a celebração, alteração ou rescisão de qualquer contrato, por si ou por suas controladas, cujo valor seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou 2,5% do valor dos nossos ativos totais consolidados, apurado de acordo com o último balanço social auditado ou objeto de revisão especial pelos nossos auditores independentes, entre os dois, o maior, por operação; s) aprovar a realização de operações e negócios de qualquer natureza, por si ou por suas controladas, com os acionistas ou qualquer sociedade que, direta ou indiretamente, controle, seja controlada ou esteja sob controle comum de acionistas ("Afilhada"), bem como qualquer operação ou negócio de qualquer natureza com qualquer de nossos administradores ou seus respectivos cônjuges, parentes até segundo grau ou Afilhadas; t) aprovar qualquer licenciamento, aquisição, alienação ou oneração de qualquer marca, patente, direito autoral, segredo de negócio, know-how ou outra propriedade intelectual, por si ou por suas controladas; u) aprovar o ingresso, por si ou por suas controladas, em qualquer *joint venture* ou associação, incluindo a constituição de sociedades com terceiros; v) aprovar a criação e extinção de controladas e a aquisição, alienação ou oneração, por si ou por suas controladas, de quaisquer participações, diretas ou indiretas, em quaisquer sociedades ou em consórcios; w) aprovar a aquisição ou alienação, por si ou por suas controladas, de qualquer outro bem ou direito em valor igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou 2,5% do valor dos nossos ativos totais consolidados, apurado de acordo com o último balanço social auditado ou objeto de revisão especial pelos nossos auditores independentes, entre os dois, o maior, por operação, exceto se especificamente previsto no Plano de Negócios e Orçamento Anual

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

aprovados; x) aprovar a constituição de qualquer ônus sobre qualquer bem ou ativo, bem como a concessão de qualquer garantia, real ou pessoal, inclusive aval, por si ou por suas controladas, em valor igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou 2,5% do valor dos nossos ativos totais consolidados, apurado de acordo com o último balanço social auditado ou objeto de revisão especial pelos nossos auditores independentes, entre os dois, o maior, por operação; y) aprovar a propositura de qualquer ação judicial (exceto ações tributárias) ou a celebração de acordo judicial ou transação para prevenir ou encerrar litígio, por si ou por suas controladas, envolvendo valor igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou 2,5% do valor dos nossos ativos totais consolidados, apurado de acordo com o último balanço social auditado ou objeto de revisão especial pelos nossos auditores independentes, entre os dois, o maior, por operação; z) aprovar a propositura de qualquer ação tributária ou a celebração de acordo judicial ou transação para prevenir ou encerrar litígio tributário, por si ou por suas controladas, envolvendo valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); aa) definir e instruir o voto nas assembleias gerais, assembleias ou reuniões de sócio ou reuniões de órgãos de administração de qualquer controlada ou outra sociedade ou consórcio no qual detenhamos, direta ou indiretamente, qualquer participação; bb) deliberar sobre qualquer matéria submetida à apreciação do Conselho de Administração pela Diretoria; cc) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisições de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e (dd) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado.

O Conselho de Administração poderá determinar a criação de comitês de assessoramento destinados a auxiliar os membros do Conselho de Administração, bem como a definir a respectiva composição e atribuições específicas. Cabe, ainda, ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, inclusive quanto à sua composição, funcionamento e, no caso de terceiros indicados pelo Conselho de Administração, sua eventual remuneração. Poderão ser indicados para compor os comitês de assessoramento, os membros do nosso Conselho de Administração ou da nossa Diretoria.

Conselho Fiscal: O nosso Conselho Fiscal, de caráter não permanente, somente é instalado mediante pedido de acionistas ou exigência legal, é um órgão de deliberação colegiada e será composto de, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros, e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, sendo que os membros do nosso Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos. Os membros do nosso Conselho Fiscal serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura de termo de posse lavrado no livro de atas das reuniões do Conselho Fiscal, estando a posse dos referidos membros condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal previsto no Regulamento do Novo Mercado. Os nossos conselheiros fiscais poderão se reunir por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação destas, devendo os membros do Conselho Fiscal que participaram remotamente da reunião confirmar os seus votos ou pareceres, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado, enviados em atenção aos demais membros do Conselho Fiscal presentes à reunião. Ao término de toda reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os conselheiros fiscais fisicamente presentes à reunião e, posteriormente, transcrita no livro de registro de atas do Conselho Fiscal.

No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho Fiscal, este

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

será substituído pelo seu respectivo suplente e ocorrendo vaga, os membros em exercício deverão convocar uma AGE, conforme o inciso V do artigo 163 da Lei de Sociedades por Ações, com o intuito de eleger substituto para exercer o cargo até o término do respectivo mandato.

De acordo com o artigo 163 da Lei de Sociedades por Ações, compete ao Conselho Fiscal deliberar sobre as seguintes matérias:

- a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia-geral; c) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia-geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; d) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos nossos interesses, à assembleia-geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis a nós; e) convocar a assembleia-geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente por nós; g) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; h) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Diretoria: Os nossos Diretores são os nossos representantes legais, responsáveis, principalmente, pela nossa administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada membro da nossa Diretoria deve ser residente no país, podendo ser acionista ou não.

Os Diretores são eleitos pelo nosso Conselho de Administração, com mandato de dois anos, permitida a reeleição, e podendo, a qualquer tempo, serem destituídos por tal órgão. O nosso Estatuto Social estabelece que a diretoria seja composta de, no mínimo, 3, e, no máximo, 8 membros, sendo um o Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Ensino e os demais diretores sem designação específica, devendo um dos diretores ser eleito ou cumular o cargo de Diretor de Relações com Investidores.

Os Diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração para cumprir mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, e permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Em caso de vacância em qualquer dos cargos da Diretoria, seja em razão de renúncia, impedimento ou morte, o Conselho de Administração da Companhia deverá prontamente deliberar a eleição de novo Diretor.

De acordo com as regras do Novo Mercado, os diretores deverão subscrever previamente à sua investidura no cargo, o Termo de Anuência dos Administradores ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado e às regras da Câmara de Arbitragem do Mercado e às Políticas de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários adotadas pela Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 358/02. Para informações sobre as atribuições da nossa Diretoria, ver o subitem (d) abaixo, neste mesmo item 12.1.

A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que assim exigirem os negócios sociais. Os Diretores poderão se reunir por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação destas, devendo os diretores que participarem remotamente da reunião confirmar o seu voto, na data da

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado, enviado em atenção ao Diretor Presidente. As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes à reunião computados, inclusive, os votos dos diretores que participarem remotamente da reunião. Ao término de toda reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os diretores fisicamente presentes à reunião e, posteriormente, transcrita no livro de registro de atas da diretoria.

b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Conselho Fiscal: 03/04/2012.

Comitê de Remuneração: A criação deste Comitê foi aprovada na reunião de Conselho de Administração realizada em 03/03/2010 e ratificada pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19/04/2010.

Comitê de Auditoria: A criação deste Comitê foi aprovada na reunião de Conselho de Administração realizada em 23/07/2008.

c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não possuímos um mecanismo formal de avaliação dos órgãos e comitês. Havendo apenas mecanismos de avaliação de desempenho dos membros da Diretoria, nos termos do item 12.1 letra e.

d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Diretor Presidente: Convocar e presidir as reuniões de Diretoria; coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar os demais membros da Diretoria; elaborar, em conjunto com o Diretor Financeiro, se houver, o Plano de Negócios e Orçamento Anual, para revisão e aprovação do Conselho de Administração; fixar atribuições aos demais diretores não previstas em nosso estatuto social ou em resoluções do Conselho de Administração; definir, juntamente com o Diretor Financeiro, se houver, observado o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovados, a estrutura de capital mais apropriada à nós; submeter ao Conselho de Administração todos os assuntos que requeiram exame e aprovação do Conselho de Administração; se não tiver sido eleito o Diretor Financeiro e na falta de deliberação diversa do Conselho de Administração, cumular as funções do Diretor Financeiro ou atribuí-las, no todo ou em parte, aos demais diretores; e exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Conselho de Administração. A diretoria de Auditoria e Controles Internos está subordinada ao Diretor Presidente.

Diretor Financeiro: elaborar, juntamente com o Diretor Presidente, o Plano de Negócios e Orçamento Anual, para revisão e aprovação do Conselho de Administração; coordenar e controlar o Plano de Negócios e Orçamento Anual; administrar e controlar as reservas financeiras; responder pela contabilidade e controladoria e pela contratação de auditores externos, observado o disposto no inciso IX do art. 142 da Lei das Sociedades por Ações; preparar balancetes e demonstrativos de lucros e perdas, bem como o relatório anual e as demonstrações financeiras, anuais ou semestrais, os quais serão submetidos à Diretoria; definir, juntamente com o Diretor Presidente, observado o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovados, a estrutura de capital mais apropriada; substituir o Diretor Presidente em suas ausências; e exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Conselho de Administração.

Diretor de Ensino: O desenvolvimento das linhas de serviços educacionais da graduação, pós-graduação e extensão; a implementação de novos programas educacionais, incluindo o "Ensino à Distância" em todas as modalidades de serviços educacionais; coordenação das atividades

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

acadêmicas complementares, curriculares ou não, inclusive estágios e oportunidades de emprego aos alunos; a promoção de novas modalidades de serviços educacionais; a coordenação das atividades de apoio aos docentes (processo seletivo, capacitação e avaliação); o apoio e acompanhamento às atividades de pesquisa, dentre eles a promoção da captação de fundos de financiamento às pesquisas governamentais e em parceria com a iniciativa privada; e a coordenação e acompanhamento do desempenho dos cursos mantidos.

Diretor de Relações com Investidores: nos representar perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais.

Apesar de não constar expressamente no Estatuto Social da Companhia, os diretores sem designação específica serão responsáveis, conforme designados em suas eleições, a assumirem as seguintes diretorias:

Diretoria de Operações: responsável pelas áreas: (a) Atividades Acadêmicas Compartilhadas; (b) Diretorias Regionais: que são subdivididas em: *Brasil Central* – Unidades dos Estados ES, GO, MG e MS; *Norte* – Unidades dos Estados AP, PA e RR; *Nordeste* – Unidades dos Estados AL, BA, CE, PE, RN e SE; *São Paulo e Sul* – Unidades dos Estados SP, PR e SC; *Rio Unesa* – Todas as unidades do Estado do Rio de Janeiro; (c) Ensino à Distância cuja responsabilidade é a de gestão de todo o processo de transformação dos conteúdos do ensino presencial para a modalidade a distância, projetos pedagógicos, planejamento dos cursos e das disciplinas. Toda a infraestrutura para disponibilização e transmissão dos conteúdos, passando pela roteirização e produção das aulas ou pelo acompanhamento das empresas terceirizadas, dos materiais e das estratégias didáticas utilizando as tecnologias disponibilizadas para a EAD; (d) Infraestrutura: Que trata do suporte às unidades da Estácio nas questões de infraestrutura, desde a prospecção de imóveis até a manutenção e controle dos mesmos; (e) Planejamento e Performance Operacional: Responsável por criar e acompanhar os indicadores de performance e qualidade de todas as unidades da Estácio. Esses indicadores contribuem para a melhoria da qualidade operacional, de acordo com as melhores práticas de cada unidade; e (f) e responsável pela UNESA: A Universidade Estácio de Sá proporciona o acesso de diferentes segmentos da população ao ensino de qualidade nas áreas de Graduação, Especialização, Pós Graduação, Pesquisa, Cultura e Extensão em consonância com as diretrizes emanadas pela Diretoria de Ensino. Cumula, ainda, serviços da Diretoria Executiva de Serviços Compartilhados, como Serviços Acadêmicos: Preparação para o ingresso, PROUNI, emissão de termos aditivos e acompanhamento da manutenção das bolsas, cadastro dos alunos no ENADE, cadastro dos estagiários junto à seguradora, ingresso de cursos *in company* e fora de sede, emissão e registro de diplomas e certificados, preparação para a colação de grau, cadastro de informações acadêmicas, reconhecimento e autorização de curso, credenciamento de unidades, acompanhamento de emissões e validades de portarias, suporte às áreas quanto à legislação publicada, cadastro de cursos, currículos, equivalências e planos de ensino, preparação para a renovação de matrícula, operacionalização da matrícula dirigida, suporte a previsão para cálculo de demanda, preparação de relatórios gerenciais e acompanhamento de lançamento de notas e fechamento de período acadêmico;

Diretoria de Relações Institucionais: suas principais atribuições são as de administrar e responder pelas áreas: (a) Relacionamento com a Imprensa: que é responsável por manter uma política de comunicação transparente com a imprensa, a área concentra o contato e envio de informações para jornalistas, monitoramento de notícias e distribuição das matérias publicadas sobre a instituição, além do gerenciamento de crises de imagem; (b) Sustentabilidade: A área de Sustentabilidade da Estácio é responsável pela implementação da agenda da sustentabilidade corporativa, que visa incorporar aos processos gerenciais da empresa, além dos critérios econômico-financeiros, os aspectos sociais e ambientais; (c) Comunicação Institucional: responsável pela comunicação institucional do grupo, dedica-se à produção de textos e materiais institucionais como folder, apresentação digital e vídeo e à promoção de eventos como a Aula Nacional Estácio; (c) Relações Governamentais: Responsável pela representação institucional junto às instâncias governamentais, órgãos

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

reguladores e demais entidades públicas, associações de classe e formadores de opinião.

Diretoria de Mercado: suas atribuições são o acompanhamento, gerenciamento das áreas: (a) Comunicação que é a área responsável por toda a comunicação da empresa com o mercado e com os alunos na divulgação dos produtos, serviços, benefícios, atividades e eventos oferecidos por todas as áreas da empresa. Tem como atribuição zelar pela correta utilização da marca Estácio em sua construção, exposição e valor; (b) Gestão de Produtos, Planejamento e Inteligência de Mercado: responsável por entender o comportamento do mercado, análise de informações externas e internas, comportamento do consumidor e *prospect* e pesquisas de mercado visando a geração de conhecimento para ações estratégicas de mercado. A gestão do portfólio de produtos, precificação, análise de demanda e avaliação de retorno das ações são atividades desenvolvidas pela área; (c) Estratégicas: responsável pelo relacionamento e estabelecimento de parcerias com empresas que atuam em sinergia com a Estácio, gerando oportunidades diferenciadas do mercado, benefícios aos nossos alunos e receita adicional para a empresa. Em contrapartida, as empresas parceiras dispõem de várias possibilidades de expor suas respectivas marcas em âmbito nacional; e (d) Relacionamento: A área tem o objetivo desenvolver e manter o programa de fidelização, propiciar excelência nos atendimentos presenciais e remotos, contribuindo assim para que a Estácio crie vínculos fortes e duradouros com seus alunos; (e) Comercial: que é responsável por estabelecer relacionamentos comerciais com órgãos governamentais, empresas públicas, empresas privadas, e escolas de ensino médio; garantir captação de novos alunos em todos os seus produtos e modalidades; desenvolver e dar suporte a ações de promocionais para garantir uma maior visibilidade da Estácio e buscar oportunidades de captação; participação em eventos, feiras, congressos e seminários no intuito de ampliar relacionamento com a sociedade e público formador de opinião; suportar toda a cadeia comercial, no planejamento, nas análises e no monitoramento da performance comercial.

Diretoria Gente e Gestão: suas principais atribuições são administrar e acompanhar as áreas: (a) Desenvolvimento de Gente: que é responsável pelas diretrizes e ações de treinamento e desenvolvimento dos colaboradores administrativos, programas de talentos, capacitação das lideranças, recrutamento e seleção, condução de pesquisa de clima organizacional e gestão da avaliação por competências, além do atendimento as áreas internas; (b) Relacionamento com os Docentes: Área de interface das áreas corporativas com o público docente. É responsável pela implementação das diretrizes de capacitação, recrutamento e seleção, além da implantação e operacionalização dos programas de reconhecimento, incentivo e formação continuada dos docentes; (c) Relações Trabalhistas e Sindicais: A área de Relações Trabalhistas e Sindicais é responsável pelo controle e acompanhamento orçamentário do custo de pessoal da instituição, bem como da estrutura organizacional administrativa, além de realizar negociações e relações sindicais junto aos órgãos competentes em todas as regiões que estamos presentes; (d) Remuneração e Comunicação: Definir as diretrizes de cargos e salários, do pacote de Benefícios e Programa de Qualidade de Vida, definir os programas de Remuneração Variável, operacionalizar salários e benefícios de executivos. Definir as políticas e padronização dos canais de comunicação interna, construir campanhas motivacionais, dar suporte na criação do canal de ouvidoria interna; e (e) Sistemas de Gestão: Área responsável pelo Sistema de Gestão Estácio. Sistema que traduz as estratégias em ações alinhadas em todos os níveis de forma a garantir o alcance da Missão e Visão, segundo os Valores estabelecidos, através do planejamento, monitoramento e correção dos rumos da empresa, em tempo real. Para isso, a Área de Sistemas de Gestão tem como principais atribuições garantir a disseminação do Modelo de Gestão, fornecer suporte metodológico para o desdobramento das estratégias em metas, fornecer suporte metodológico para a elaboração dos planos de ação para o cumprimento das metas, garantir o ciclo periódico de acompanhamento de resultados, estabelecer padrões para a divulgação de resultados (Gestão à Vista) e implementar o sistema de padronização; (f) Serviços de Gente: Responsável pelas admissões e desligamentos, gestão de folha de pagamento, gestão do ponto, gestão de férias, controle de afastamentos, operação de benefícios, gestão e controle de terceiros, manutenção de cadastro funcional, recolhimento de impostos e encargos trabalhistas e elaboração de relatórios de pessoal; (g) Suprimentos e Logística: Realização de compras de materiais e serviços, cadastro de fornecedores e materiais, gestão de contratos, negociações de *sourcing*, gestão de correspondências e gestão

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

de condução e transporte; e h) Serviços Jurídicos em geral.

e) mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

A avaliação formal de desempenho pessoal de nossos diretores (estatutários ou não) é realizada apenas para fins de concessão de remuneração variável, e tem como parâmetro o atingimento de metas financeiras e de nosso resultado. Para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2012, a meta a ser atingida é 80% do EBITDA. Não realizamos outras avaliações de desempenho de nossos diretores estatutários para outras finalidades, salvo a realizada para a concessão de remuneração variável. Não realizamos avaliação individual dos membros do nosso conselho de administração nem dos membros de nossos comitês.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a) prazos de convocação

Adotamos os prazos estipulados na legislação societária Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Ou seja, a nossa Assembleia Geral será convocada com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, ou 8 (oito) dias, em segunda convocação. Na hipótese de convocação que tenha por objeto deliberar sobre o cancelamento de registro de companhia aberta ou a nossa saída do Novo Mercado, o primeiro anúncio deverá ser publicado com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência para realização em primeira convocação e, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência para realização em segunda convocação.

b) competências

As competências das assembleias gerais são aquelas previstas na Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, nosso Estatuto Social estabelece que compete à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias:

a) Reformar o Estatuto Social; b) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; c) fixar o montante global da remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado; d) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; e) deliberar a saída do segmento especial do mercado de ações da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado; f) deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM, observado o disposto no Capítulo XI do nosso Estatuto Social; g) escolher empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das nossas ações, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social; h) criar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos nossos administradores e empregados, assim como a pessoas naturais que nos prestem serviços ou aos administradores e empregados de outras sociedades por nós controladas direta ou indiretamente; i) suspender o exercício de direitos de acionistas, conforme previsto em lei e no nosso Estatuto Social, inclusive no caso do Artigo 7º do nosso Estatuto Social, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão; j) deliberar sobre a nossa transformação, fusão, incorporação e cisão; k) deliberar sobre a nossa dissolução e liquidação.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à Assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereços eletrônicos: <http://www.estacioparticipacoes.com>; <http://www.cvm.gov.br>; <http://www.bmfbovespa.com.br>. Endereço físico da nossa sede: Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, 6º andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/ RJ, CEP: 22775-040.

d) identificação e administração de conflitos de interesses

Não possuímos nenhuma política estruturada para a identificação e administração dos conflitos de interesses em assembleias gerais.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Os nossos acionistas podem ser representados por procurador constituído por meio de instrumento de mandato. Nos termos do artigo 11 do nosso Estatuto Social, os Editais de Convocação de Assembleias devem exigir que os acionistas apresentem e depositem na sede social, com no mínimo dois dias úteis de antecedência da data de realização da Assembleia, além do documento de identidade e de cópia do extrato contendo a participação acionária do

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

acionista, emitido pela instituição financeira depositária das ações com no máximo dez dias de antecedência da data designada no próprio edital, instrumento de mandato com firma reconhecida do outorgante, devendo o procurador ser nosso acionista, administrador, advogado ou instituição financeira e o mandato ter sido outorgado há menos de um ano.

f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

Os acionistas deverão apresentar na sede social, com no mínimo dois dias úteis de antecedência da data de realização da assembleia, o instrumento de mandato, devidamente formalizado, assinado e com reconhecimento de firma do outorgante, devendo o procurador ser nosso acionista, administrador, advogado ou instituição financeira, e o respectivo mandato, em qualquer caso, deverá ter sido outorgado há menos de um ano. Os instrumentos de mandato podem ser entregues em original ou cópia simples e podem ser encaminhados por correspondência ou por e-mail. Visando a facilitar a participação de nossos acionistas nas assembleias por meio de procuração, eles poderão nomear como procurador os advogados por nós indicados na proposta da administração (Manual) referente à respectiva assembleia. Conforme divulgado em Comunicado ao Mercado de 28 de janeiro de 2011, aderimos ao sistema "Assembleias Online" para que os acionistas possam votar pela internet, acessando www.assembleiasonline.com.br e seguindo as instruções constantes de cada Proposta da Administração (Manual). Por meio desse sistema, aceitamos procurações outorgadas por meio eletrônico.

g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Recebemos e compartilhamos os comentários dos acionistas que são enviados para o portal de Relação com Investidores na página www.estacioparticipacoes.com. Depois de apresentados, tais comentários são reportados ao Presidente do Conselho de Administração, o qual é responsável por endereçá-los aos responsáveis e, se for o caso, por incluir temas na pauta das assembleias gerais.

h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

Não transmitimos ao vivo o vídeo e/ou o áudio das assembleias.

i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Os acionistas que desejaram incluir pontos na ordem do dia das Assembleias Gerais devem enviá-los para o portal de Relação com Investidores na página www.estacioparticipacoes.com. No site, os pontos são recebidos e compartilhados com os demais acionistas.

Depois de apresentadas, tais sugestões de pauta são reportadas ao Presidente do Conselho de Administração, o qual é responsável por endereçá-las aos responsáveis e, se for o caso, por incluir temas na pauta das Assembleias Gerais, nos termos da legislação societária.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	DOERJ e Valor Econômico - RJ	02/03/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DOERJ e Valor Econômico - RJ	02/03/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DOERJ e Valor Econômico - RJ	04/04/2012
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	DOERJ e Valor Econômico - RJ	18/03/2011
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DOERJ e Valor Econômico - RJ	18/03/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DOERJ e Valor Econômico - RJ	20/04/2011
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	DOERJ e Valor Econômico - RJ	19/03/2010
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DOERJ e Valor Econômico. - RJ	19/03/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DOERJ e Valor Econômico - RJ	20/04/2010

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a) frequência das reuniões

O Conselho reúne-se sempre que os interesses sociais assim exigirem, mediante convocação escrita de seu Presidente ou de quaisquer 2 (dois) conselheiros em conjunto.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há Acordos de Acionistas em vigor.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A identificação e administração de nossos conflitos de interesses é feita tendo como parâmetro a Lei das Sociedades por Ações, ou seja, o acionista que tiver interesse conflitante com a matéria colocada em pauta na ordem do dia está vedado de proferir o seu voto. Os conflitos de interesse são administrados pelo Presidente do nosso Conselho de Administração. Admitindo-se controvérsia quanto a eventual conflito de interesse, formal ou material, o nosso Estatuto Social estabelece que a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, obriguem-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado. Além do exposto nós e nossas subsidiárias, ao celebrarmos acordo ou estabelecermos relação comercial, sempre observamos as condições praticadas no mercado àquela época.

Não possuímos regras específicas para a identificação e administração de conflitos de interesses na Companhia e não adotamos um mecanismo específico para identificar conflitos de interesses no nosso Conselho de Administração pelo motivo de a Companhia entender que as regras constantes na legislação brasileira são suficientes e adequadas para administração de conflitos de interesses.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nós, nossos acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, obrigamo-nos a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre nós, nossos acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no nosso Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Miguel Filisbino Pereira de Paula	50	Pertence apenas à Diretoria	25/04/2012	Até a 1ª RCA que ocorrer após a AGO de 2014
315.491.100-63	Administrador	Diretor sem destinação específica	25/04/2012	Não
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor				
Paula Caleffi	49	Pertence apenas à Diretoria	25/04/2012	Até a 1ª RCA que ocorrer após a AGO de 2014
505.223.530-53	Professora	Diretora de Ensino	25/04/2012	Não
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor				
Pedro Jorge Guterres Quintans Graça	44	Pertence apenas à Diretoria	25/04/2012	Até a 1ª RCA que ocorrer após a AGO de 2014
122.750.708-93	Graduado em Análise de Sistemas	Diretor sem destinação específica	25/04/2012	Não
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor				
Virgílio Deloy Capobianco Gibbon	37	Pertence apenas à Diretoria	25/04/2012	Até a 1ª RCA que ocorrer após a AGO de 2014
047.659.437-55	Economista	Diretor Financeiro	25/04/2012	Não
O Administrador acumula a função de Diretor de Relações com Investidores.				
Gilberto Teixeira de Castro	47	Pertence apenas à Diretoria	25/04/2012	Até a 1ª RCA que ocorrer após a AGO de 2014
811.824.657-49	Engenheiro	Diretor de Operações	25/04/2012	Não
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor.				
João Luis Tenreiro Barroso	54	Pertence apenas à Diretoria	25/04/2012	Até a 1ª RCA que ocorrer após a AGO de 2014
506.464.277-68	Economista	Diretor sem destinação específica	25/04/2012	Não
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor				
Rogério Frota Melzi	40	Pertence apenas à Diretoria	25/04/2012	Até a 1ª RCA que ocorrer após a AGO de 2014
181.390.288-78	Engenheiro	10 - Diretor Presidente / Superintendente	25/04/2012	Não
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor.				
João Cox Neto	48	Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/04/2012	Até a AGO de 2014
239.577.781-15	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	03/04/2012	Não
O administrador não exerce outras funções e cargos no emissor				

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Maurício Luis Luchetti	53	Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/04/2012	Até a AGO de 2014
238.595.985-20	Empresário	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	03/04/2012	Não
O administrador não exerce outras funções e cargos no emissor				
Eduardo Alcalay	43	Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/04/2012	Até a AGO de 2014
148.080.298-04	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	03/04/2012	Não
Membro do Comitê de Auditoria				
Marcelo Cunha Ribeiro	36	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/04/2013	Até a AGO de 2014
829.510.041-68	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/04/2013	Não
Não exerce outras funções e cargos no emissor				
João Baptista de Carvalho Athayde	79	Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/04/2012	Até a AGO de 2014
002.510.467-53	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/04/2012	Não
Membro do Comitê de Gente e Gestão (antigo Comitê de Remuneração) e Membro do Comitê de Auditoria.				
Ronaldo labrudi dos Santos Pereira	57	Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/04/2012	Até a AGO de 2014
223.184.456-72	Psicólogo	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/04/2012	Não
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor.				
Eduardo Romeu Ferraz	25	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/06/2012	Até a AGO de 2014
227.343.008-69	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/06/2012	Não
Membro do Comitê de Auditoria e do Comitê de Gente e Gestão				
Pedro Wagner Pereira Coelho	63	Conselho Fiscal	30/04/2013	Até a AGO de 2014
258.318.957-34	Contador	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2013	Não
Não exerce outras funções e cargos no emissor				
Emanuel Sotelino Schifferle	71	Conselho Fiscal	30/04/2013	Até a AGO de 2014
009.251.367-00	Engenheiro	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2013	Não
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor				
Rodrigo Magela Pereira	35	Conselho Fiscal	30/04/2013	Até a AGO de 2014
027.954.677-71	Economista	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2013	Não
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor				
Ronaldo Weinberger Teixeira	74	Conselho Fiscal	30/04/2013	Até a AGO de 2014

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
012.253.597-91	Economista	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2013	Não
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor.				
Ana Lúcia de Paiva Lorena Freitas	37	Conselho Fiscal	30/04/2013	Até a AGO de 2014
051.490.757-60	Engenheira de produção	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2013	Não
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor				
Alexei Ribeiro Nunes	44	Conselho Fiscal	30/04/2013	Até a AGO de 2014
848.478.327-87	Contador	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2013	Não
Não exerce outras funções e cargos no emissor				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Miguel Filisbino Pereira de Paula - 315.491.100-63

O Sr. De Paula possui vasta formação acadêmica, sendo bacharel em Administração de Empresas pela Univesidade de Ulbra e pós-graduado em Recursos Humanos pela PUC, ambas no Rio Grande do Sul, pós-graduado em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas, mestre (MBA) em Gestão do Varejo pela Universidade de São Paulo, e ainda, STC Executivo (Skill, Tools e Competencies) na Kellogg University, Strategic Human Resources Planning, pela Michigan University. Atuando profissionalmente, o Sr. De Paula ocupou o cargo de Diretor de Gente e Gestão da Farmasa (Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A.), Gerente Geral de Recursos Humanos do Grupo Gerdau e, entre 2005 a 2007, foi Diretor de Recursos Humanos do Grupo Votorantim Cimentos Ltda (operações Brasil), responsável pela implementação atividades de Recursos Humanos nesta unidades de negócio. Desde 2008 atua como Diretor de Gente e Gestão da Estácio Participações S.A. a quem compete, definir as estratégias, políticas e práticas de Gente e a condução técnica do Sistema de Gestão da empresa, bem como a gestão estratégica das Diretorias de Serviços Compartilhados e Tecnologia da Informação . O Sr. de Paula não ocupou nenhum cargo de administrador (regime de diretor estatutário em nenhuma empresa de capital aberto, anteriormente a Estácio Participações S.A.). Sr. de Paula, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Paula Caleffi - 505.223.530-53

A Sra. Caleffi é licenciada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, doutora pela Universidad Complutense de Madrid. Entre os anos de 1995 a 2009, a Sra. Caleffi ocupou o cargo de diretora da Unidade Acadêmica de Graduação e de gerente de Desenvolvimento Acadêmico da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, a quem compete a Diretoria da Unidade Acadêmica de Graduação é responsável por todo o resultado dos cursos de graduação, tanto acadêmicos quanto financeiros. A Gerência de Desenvolvimento Acadêmico é responsável pelo planejamento execução e avaliação da dimensão acadêmica dos cursos. Em 2009, atuou como diretora da área de Desenvolvimento da Qualidade de Ensino da Estácio Participações S.A, cujas principais funções eram planejar e executar o sistema de qualidade dos cursos. A partir de junho de 2009 assume a Diretoria de Ensino e Reitoria da Companhia, responsável por planejamento e execução de todos os produtos acadêmicos da Estácio. Sra. Caleffi, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Pedro Jorge Guterres Quintans Graça - 122.750.708-93

O Sr. Graça é bacharel em Análise de Sistemas pela Universidade Mackenzie e pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Atua exclusivamente na Estácio Participações S.A. desde novembro de 2007, quando passou a exercer o cargo de Diretor de Ensino a Distância até julho de 2010. Em 08/2010, foi nomeado Diretor de Mercado, cargo que ocupa até hoje, foi responsável pelos projetos de criação, consolidação e expansão do nosso Ensino à Distância. No período de 2004 a 2007 foi Sócio-proprietário da ENAD, empresa de prestação de serviços na área de educação à distância, utilizando tecnologia de ponta para auxiliar empresas, escolas, universidades e instituições a estarem em qualquer lugar do País e da América Latina, treinando, ensinando e interagindo com seu público por meio de programas produzidos ao vivo em canais privados de TV, transmitidos via satélite e internet. De 1995 a 2003 foi Sócio-proprietário do Sistema Energia de Ensino, Instituição de ensino voltada ao Ensino Infantil e ao Ensino Superior com unidades nas cidades de Criciúma, Tubarão, Araranguá e Urussanga. Sr. Graça, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Virgílio Deloy Capobianco Gibbon - 047.659.437-55

O Sr. Gibbon é bacharel em Economia e pós-graduado em Ciências Econômicas pela PUC do Estado do Rio de Janeiro. Possui mais de 10 anos de experiência na área de consultoria, sendo 8 deles dedicados a projetos de Centro de Serviços Compartilhados, sendo responsável por mais de 12 projetos de implantação de CSCs no Brasil e no exterior. Entre 2000 e 2007, ocupou o cargo de gerente sênior na Accenture do Brasil, onde atuou em projetos de Gestão e Estratégia na Indústria de Recursos. Em 2007, tornou-se diretor executivo da TOTVS Consulting, onde era responsável pela prática de Consultoria de Negócios do Grupo. Na Estácio Participações S.A. atuou como Diretor Executivo de Serviços Compartilhados, de março de 2010 a março de 2011, onde foi responsável pela gestão das atividades de back-office da Companhia, tais como: Faturamento, Cobrança, Folha de Pagamento, Pagadoria, TI, Serviços Acadêmicos e Suprimentos. Em março de 2011, assumiu a posição de Diretor Executivo de Operações, cargo que ocupou até março de 2012, quando foi eleito Diretor Financeiro, sendo responsável pelas atividades de Controladoria, Fusões e Aquisições, pelas áreas Jurídica, Tesouraria, Planejamento Financeiro e Controle Orçamentário. Em 07/11/2012 foi eleito Diretor de Relações com Investidores da Estácio Participações, passando também a representar a Companhia perante o Mercado de Capitais. Sr. Gibbon, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Gilberto Teixeira de Castro - 811.824.657-49

O Sr. Castro é Mestre em Engenharia de Produção pela COPPE e graduado em Engenharia de Produção pela UFRJ. Ingressou em agosto de 2009 na Estácio Participações S.A. como diretor regional para o Estado do Rio de Janeiro, responsável pela área de operações, onde respondeu pelas atividades de captação, manutenção da base de alunos e pela receita, bem como, pelas despesas gerais e administrativas e de pessoal, pelo desempenho junto ao Ministério da Educação no ciclo SINAES, pela abertura e desativação de campi, entre outras atividades. Ocupou o cargo até março de 2012, quando foi nomeado como Diretor de Operações, cujas principais funções são as mesmas do cargo anterior acrescidas da operação do ensino a distancia e, do aumento da área de responsabilidade, que agora compreende todo o território nacional. Trabalhou por muitos anos na AmBev, onde ingressou como trainee em 1990, passando ao cargo de Gerente de Suprimentos, Especialista Financeiro e Gerente Comercial Regional, responsável por liderar uma central de compras para as fábricas do Rio de Janeiro, responder por uma área de controle financeiro das atividades comerciais no Estado do Rio de Janeiro e, finalmente, pela venda e distribuição dos produtos da marca Skol no Estado da Bahia. De novembro de 2000 a novembro de 2008, exerceu, ainda, a função de Gerente de Projetos onde liderou a construção de uma fábrica de embalagens na zona franca de Manaus e uma fábrica de bebidas no Peru e, como Diretor Regional de Operações, a quem compete responder pelo processo produtivo desde o recebimento das matérias primas até o produto final das fábricas de bebida, respondeu inicialmente pelas plantas localizadas no centro oeste e norte, depois pela região sul do país e, finalmente, pela operação do Estado do Rio de Janeiro. Sr. Castro, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

João Luis Tenreiro Barroso - 506.464.277-68

O Sr. Barroso é bacharel em Economia pela Universidade Gama Filho, mestre e doutor em Economia pela Fundação Getulio Vargas (EPGE-FGV). Entre os anos de 2002 a 2007, foi Diretor-Geral de Relações Institucionais e Responsabilidade Corporativa da Vivo, com reporte direto ao CEO, foi responsável pelo relacionamento com autoridades e órgãos públicos federais, estaduais e municipais, bem como com o órgão regulador e os formadores de opinião. Encarregado do relacionamento com órgãos de defesa do consumidor (Procons, SDC etc.) e pela Ouvidoria Institucional da empresa; acumulava também a função de Presidente do Instituto VIVO, entidade responsável pelo investimento social e as atividades de marketing cultural da empresa e pela consultoria interna de responsabilidade social corporativa; e, no ano seguinte, foi nomeado Chefe de Gabinete da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, cargo que exerceu até junho de 2008. O Sr. Barroso ainda atuou como Secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, e como Superintendente do Tesouro da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, bem como foi Presidente da CBS Previdência e Diretor Executivo do Centro Corporativo da CSN. Desde 2009, exerce o cargo de Diretor-Executivo de Relações Institucionais e Vice-Reitor da Universidade Estácio de Sá, a quem compete pela representação da instituição e de seus interesses junto aos órgãos reguladores do setor e autoridades governamentais. As principais interfaces são as associações de classe (ABMES, ANUP, ABRAFI etc.), e goza de diálogo permanente com o Ministério da Educação, INEP e Conselho Nacional de Educação (CNE), bem como com o Congresso Nacional. Responsável, também, pelo relacionamento com a imprensa e pela comunicação corporativa e sustentabilidade. Sr. Barroso, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Rogério Frota Melzi - 181.390.288-78

O Sr. Melzi é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Mackenzie, pós-graduado em Administração pela FGV/SP e MBA pela Stanford University. Atual Diretor Presidente da Estácio Participações S.A. desde abril de 2012, a quem compete definir e implementar as principais estratégias da companhia, garantir a aderência às práticas de governança corporativa, definir os principais executivos e as suas respectivas metas, e entregar resultados satisfatórios aos diversos stakeholders da empresa. Ainda na Estácio Participações S.A., exerceu o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, no período de março de 2011 até março de 2012, responsável por gerir todo o caixa da empresa, bem como estabelecer e supervisionar o planejamento e o orçamento, além de gerenciar todo o Departamento Jurídico, garantir aderência dos demonstrativos aos padrões contábeis em vigência, mapear e gerir os principais riscos da Companhia, e de Relações com Investidores, no período de março de 2011 até março de 2012, cuja as principais funções são apresentar os resultados da empresa de forma transparente e objetiva, representar a companhia perante o Mercado de Capitais e a Comunidade Financeira, e garantir a aderência às normas e regulamentações propostas pelos órgãos responsáveis pela fiscalização do Mercado Financeiro. Foi Diretor de Planejamento e Serviços de julho de 2008 até setembro de 2009, quando passou a ser Diretor de Operações, responsável por gerir todas as Unidades Operacionais do Grupo, garantindo a implementação das políticas e práticas definidas pelas diversas áreas corporativas, além de estabelecer elos com as comunidades locais e buscar a melhoria constante dos resultados financeiros e não financeiros. Antes de chegar à Estácio, foi Diretor de Planejamento Financeiro & Controle da Suzano Holding, Supply Chain Planning & Performance de 2005 a 2008, Diretor na Inbev / Labatt, Gerente Corporativo de Orçamento & Desempenho na Ambev de 2001 a 2005, Associate na Booz-Allen & Hamilton no ano 2000. Sr. Melzi, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

João Cox Neto - 239.577.781-15

Economista, cursou pós-graduação na Université du Québec à Montreal e no College of Petroleum Studies da Oxford University. Atuou como membro do Conselho de Administração do CRSFN - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas e IBRI - Instituto Brasileiro de Relações com Investidores. Atualmente atua nos conselhos de administração da PDG S.A. e da Embraer S.A., onde neste último é membro do comitê de estratégia e coordenador do comitê de recursos humanos. Desde abril de 1999, ele esteve profundamente envolvido com a indústria de telecomunicações, como Presidente, CEO ou vice-presidente. De abril de 1999 a agosto de 2004, como Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Telemig Celular Participações S.A. e Tele Norte Celular Participações S.A., sendo responsável pela gestão financeira e relacionamento com os investidores, posição que compartilhou como CEO da Telemig Celular e Amazônia Celular. Em 2005, atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cellcom, a maior operadora de celular em Israel. De 2006 a 2010, na Claro, na época a segunda maior operadora de celulares no Brasil, atuou como presidente, CEO e vice-chairman. Desde 2010, o Sr. Cox dirige a Cox Investments & Advisory. Apesar da vida executiva do Sr. Cox ainda manteve laços com as universidades onde lecionou por alguns anos na graduação e na pós-graduação. Sr. Cox Neto, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Maurício Luis Luchetti - 238.595.985-20

O Sr. Luchetti é bacharel em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do RJ e pós graduado em Finanças e RH pelo IAG PUC-RJ. De 1985 a 2003, integrou a empresa Brahma/Ambev, ocupando o cargo de Diretor Regional por 5 anos, responsável pela Gestão das fábricas, áreas comerciais e distribuição de toda a região Centro-Oeste e Norte do Brasil e de Diretor Corporativo de Gente e Gestão sendo responsável por todas as políticas, programas e implementações de Recursos Humanos e Programas de Gestão em todas as operações da América Latina bem como a Gestão da Universidade Corporativa, por 5 anos. Nos 3 anos seguintes, atuou no Grupo Votorantim como Diretor de Desenvolvimento Organizacional na Holding VPAR(2003/2004) e, posteriormente, entre 2004 e 2006, foi COO da Votorantim Cimentos Brasil. Desde de 2007 é sócio da Galicia Investimentos, Companhia de Private Equity (Principal Investing) e Asset Management. É membro do Conselho da Mangels, Taesa Energia e Tempo Assist. Sr. Luchetti, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Eduardo Alcalay - 148.080.298-04

Formado em administração de empresas pela FGV e em direito pela USP, Sr. Alcalay é o Presidente do Conselho de Administração. Ingressou como Sócio-Diretor na GP Investments, Ltda em 2005, sendo hoje responsável pela área de Private Equity da empresa. Atuou como membro do conselho de administração da Equatorial Energia S.A., LAHotels S.A. (incorporada por BHG) (2007-2009), da Magnesita Refratários S.A. (2007-2009), do Hopi Hari S.A., Companhia Energética do Maranhão – CEMAR (2006), da BR Malls Participações S.A. (2006-2007), da Gafisa S.A. (2007), da Magnesita S.A. (2007-2008), e da Estácio Participações (2008). Diretor Presidente da Estácio Participações S.A (2009-2012), responsável por convocar e presidir as reuniões de Diretoria; coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar os demais membros da Diretoria; definir, juntamente com o Diretor Financeiro, a estrutura de capital mais apropriada à Companhia; submeter ao Conselho de Administração todos os assuntos que requeiram exame e aprovação do Conselho de Administração. Exerce igualmente o cargo de Diretor da GP Investments, Ltd desde 2006, a quem compete liderar o grupo de profissionais responsável pela prospecção de novos investimentos e monitoramento das companhias que compõem o portfólio de investimentos dos fundos gerenciados pela empresa. Sr. Alcalay, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Marcelo Cunha Ribeiro - 829.510.041-68

Marcelo Ribeiro ingressou na GP em 2000 como analista e tornou-se Managing Director em 2013, tendo atuado como Diretor Financeiro da San Antonio Internacional, uma empresa do portfólio da GP Investments, entre 2007 e 2012. Anteriormente, trabalhou na Donaldson Lufkin & Jenrette e na Credit Commercial de France. Atualmente, é membro do conselho de administração de BR Towers. Atuou, anteriormente, como membro do conselho de administração da Tele Norte Leste Participações S.A. (Oi) e Hopi Hari. Marcelo Ribeiro é bacharel em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo e possui um MBA pela Harvard Business School.

João Baptista de Carvalho Athayde - 002.510.467-53

O Sr. Athayde é formado em Engenharia Civil e Engenharia Econômica pela Escola Nacional de Engenharia, na então Universidade do Brasil. Atualmente é membro do Conselho de Administração e desde 2003 é colaborador da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. Foi responsável pelo planejamento financeiro e estratégico e assessor da presidência, além disso, também foi dirigente das Controladas do Grupo Estácio Participações SA entre 2003 e 2008. Em 2007, foi eleito Conselheiro de Administração da Estácio Participações, passando a Vice-presidente do Conselho em junho de 2008 até março de 2012. Atuou como Diretor da Magnoliophyta Participações Ltda., com funções gerais de Diretor sem denominação específica e foi conselheiro na Uchôa Cavalcanti Participações SA. Foi Diretor Financeiro e membro dos Conselhos de Administração das subsidiárias da Caemi Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (de 1978 a 1985) e da Ultralar SA (1970 a 1974), Companhias Abertas. Foi Vice-Presidente da ABRASCA, de 1978 a 1985 e da ANBID, desde sua fundação até 1978. O Sr. Athayde, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Ronaldo labrudí dos Santos Pereira - 223.184.456-72

Graduado em Psicologia pela PUC-MG (1979), obteve os títulos de Mestre em Formação de Adultos (1981), Mestre em Administração de Mudanças (1982) e Doutor em Mudança Organizacional (1984) pela Université Paris XIX - Dauphine. Sem diploma. Nos últimos 4 anos – de 2007 a 2011 atuou como Diretor Presidente da Magnesita S.A, responsável por todas as empresas do grupo Magnesita no Brasil, Argentina, Alemanha, França, USA e China. Esteve à frente do Grupo Telemar no período de 1999 a 2006, onde atuou como presidente, presidente da Telemar Operadora e diretor superintendente (compreendendo as empresas Oi, Oi Internet, Pégasus, Contax e Telemar Operadora). Foi presidente do conselho de administração da Telemar Operadora e membro do conselho de administração das outras empresas do Grupo Telemar. Também foi diretor-presidente da Ferrovia Centro-Atlântica de 1997 a 1999 e presidente do conselho de administração do Porto de Angra, assim como seu diretor financeiro entre março e outubro de 1997. Entre 1984 a 1997, foi diretor executivo, diretor administrativo-financeiro, responsável por administrar as empresas do Grupo Gerdau situadas em Minas Gerais e gerente geral de recursos humanos do Grupo Gerdau. Atualmente é sócio da empresa VIAW e do AGROBANCO e membro do Conselho de Administração da Magnesita S.A., da Estácio Participações S.A. e Presidente do Conselho de Administração da Lupatech. Sr. dos Santos Pereira, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Eduardo Romeu Ferraz - 227.343.008-69

O Sr. Ferraz é membro de nosso conselho de administração e atua no time de private equity da GP Investimentos como associate. Antes de se juntar a GP Investimentos em 2012, o Sr. Ferraz trabalhou na área de investment banking do Banco Santander entre junho de 2009 e janeiro de 2011 e do Banco BTG Pactual entre janeiro de 2011 e junho de 2012, tendo participado de diversas transações de fusões e aquisições, equity e dívida. O Sr. Ferraz é formado em direito pela Universidade de São Paulo. Sr. Ferraz, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Pedro Wagner Pereira Coelho - 258.318.957-34

O Sr. Coelho é bacharel em Administração de Empresas pela Sociedade Universitária Augusto Motta – SUAM e em Ciências Contábeis pela Faculdade – SOMLEI. Participou dos Conselhos Fiscais da Telemar Participações S.A. e da Tele Norte Leste Participações S.A., de abril de 1999 até março de 2008, da Telemar Norte Leste S.A., de abril de 2000 até março de 2008 e das Lojas Americanas S.A., abril de 2000 até março de 2010. Desde abril de 2008 é membro titular do Conselho Fiscal da Magnesita Refratários S/A. O Sr. Coelho também foi membro suplente dos Conselhos Fiscais da Estácio Participações S.A. (2009- até a presente data) e membro suplente da BHG S.A. – Brazil Hospitality Group (desde 2011). Atualmente, é sócio de empresas de Consultoria Fiscal, Contábil, Planejamento, Assessoria Empresarial, Empreendimentos Agrícolas, Empreendimentos Imobiliários e de Participações (Holding). Sr. Coelho, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Emanuel Sotelino Schifferle - 009.251.367-00

Nos últimos 18 anos, o Sr. Schifferle ocupou o cargo de Sócio Diretor da ASPA Assessoria e Participações S/C Ltda. Adicionalmente, foi membro do Conselho Fiscal das seguintes empresas: Lojas Americanas S.A., Hopi Hari S.A., ALL - América Latina Logística, Companhia de Bebidas das Américas - AmBev; Ferrobán - Ferrovias Bandeirantes S.A. Foi membro dos Conselhos de Administração da Manasa Madeireira Nacional S.A., da Ferropar S.A. e da São Carlos Empreendimentos e Participações S.A. Atualmente, permanece sendo membro do Conselho Fiscal da Estácio Participações S.A., Companhia de Bebidas das Américas - AMBEV e ALLIS Participações S.A.

Sr. Schifferle, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Rodrigo Magela Pereira - 027.954.677-71

O Sr. Pereira é bacharel em Economia pela Wichita State University, EUA. Iniciou sua carreira em 1997 como analista de renda variável no Banco Pactual. Em 2004, deixou o Banco Pactual para tornar-se analista de renda variável e membro do comitê de gestão de investimentos da ARX Capital Management. Após deixar a ARX Capital em 2008, foi sócio-fundador da Oceana Investimentos, onde atua como gestor de investimentos. Foi membro efetivo dos Conselhos Fiscais das Lojas Renner (2007/2008) e Cremer S.A (2008/2009) e atualmente exerce seu quinto mandato (2008/2009, 2009/2010, 2010/2011, 2011/2012 e 2012/2013) como membro efetivo do conselho fiscal da Estácio Participações S.A. Não exerce qualquer outro cargo em companhias de capital aberto. Sr. Pereira, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Ronaldo Weinberger Teixeira - 012.253.597-91

O Sr. Teixeira é bacharel em Economia pela Faculdade Cândido Mendes. Atuou como Coordenador Financeiro junto à Secretaria Municipal das Culturas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Nos últimos 5 anos, não manteve vínculo profissional e não ocupa outros cargos em Companhias Abertas. Sr. Teixeira, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Ana Lúcia de Paiva Lorena Freitas - 051.490.757-60

A Sra. Ana Lucia de Paiva Lorena Freitas é bacharel em Engenharia Civil e de Produção pela PUC-RJ. Possui Pós Graduação em Administração de Empresas pela FGV e MBA em Finanças pela Coppead RJ. Entre 1998 a 2007, atuou como gestora financeira da empresa Souza Cruz S.A, a quem compete gestão financeira das áreas de tesouraria, marketing e operações logísticas da mesma. Em 2008 participou do Conselho Fiscal da Fertilizantes Heringer S.A. e, desde 2008 até 2011 foi membro efetivo do Conselho Fiscal da Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.. É suplente do Conselho Fiscal da AES Tiete S.A. e da Estácio Participações S.A. Atualmente é membro do Conselho Fiscal da Empresa Richard Saigh. Desde o início de 2011 retomou a sua carreira de executiva em empresa privada, voltando a trabalhar para o Grupo British American Tobacco onde possui o cargo de Gerente Financeira da Região Américas. A Sra. Freitas, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Alexei Ribeiro Nunes - 848.478.327-87

Empresário, consultor tributário com formação superior em ciências contábeis e cursos de especialização no Brasil e exterior. Atua como palestrante em seminários e treinamentos na área tributária em geral e presta serviços na área de consultoria tributária há mais de vinte e cinco anos em diversas empresas, tais como: Grupo Oi Telecomunicações, Grupo Synthesis – Empreendimentos e Incorporações Imobiliárias e Infra-estrutura Ambiental e Grupo Cymi Masa – Construção Civil e Transmissão de Energia. Desde 2002, é sócio administrador e diretor da Advalorem Consultoria Empresarial Ltda., dentre outras participações que detém em empresas do ramo comercial e prestação de serviços, nas quais atua como administrador. É membro do Conselho Fiscal das empresas Magnesita Refratários S.A. (empresa de capital aberto), Leblon Hoteleira S.A., Caiuá Transmissora de Energia S.A. e Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A. (empresas de capital fechado). Antes de ingressar como sócio na Advalorem, trabalhou por vinte anos em empresas de auditoria externa de renome internacional, tais como: Coopers & Lybrand e Arthur Andersen, onde atuou de assistente de auditoria e impostos a diretor da área de tributos. No período de 1999 a 2001, ocupou a posição de Gerente Geral de tributos do Grupo Oi (Telemar). Participa como membro de Conselhos Fiscais de sociedades de capital aberto e fechado desde 1999. Sendo de capital aberto as sociedades: Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A. (TELERJ), Telecomunicações de Minas Gerais S.A. (TELEMIG), Telecomunicações do Estado do Espírito Santo S.A. (TELEST), Telecomunicações do Rio Grande do Norte S.A. (TELERN) e Telecomunicações de Alagoas S.A. (TELASA) e atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal da Magnesita S.A., empresa de capital aberto com sede no Brasil e controladas na Alemanha, China e Estados Unidos, cargo que ocupa desde 2007. Sr. Ribeiro Nunes, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Eduardo Alcalay	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresário	29/03/2012	Por decisão do Conselho de Administração
148.080.298-04			43	29/03/2012	
Presidente do Conselho de Administração		Ver item 12.6/8 deste Formulário de Referência.			
Eduardo Romeu Ferraz	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresário	27/06/2012	Por decisão do Conselho de Administração
227.343.008-69			25	27/06/2012	
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Gente e Gestão		Ver item 12.6/8 deste Formulário de Referência.			
João Baptista de Carvalho Athayde	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	07/10/2010	Por decisão do Conselho de Administração
002.510.467-53			79	07/10/2010	
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Gente e Gestã (antigo Comitê de Remuneração)		Ver item 12.6/8 deste Formulário de Referência.			
Eduardo Romeu Ferraz	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresário	15/04/2013	25/04/2014
227.343.008-69	Comitê de Gente e Gestão		25	15/04/2013	
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria					
João Baptista de Carvalho Athayde	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	25/04/2012	Dois anos contados da data de eleição (25/04/2012), ou seja, até 25/04/2014
002.510.467-53	Comitê de Gente e Gestão		79	25/04/2012	
Membro do Conselho e Administração e do Comitê de Auditoria					

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não Aplicável, pois não existem relações de parentesco, conjugais ou de união estável entre os membros de nossa administração.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2011			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Ronaldo labrudi dos Santos Pereira Membro do Conselho de Administração (Efetivo)	223.184.456-72	Prestação de serviço	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Viaw Consultoria Ltda Sócio	10.583.263/0001-24		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Alcalay Presidente do Conselho de Administração	148.080.298-04	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MÉDIO E FUNDAMENTAL LTDA Sócio	02.608.755/0001-07		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Alcalay Presidente do Conselho de Administração	148.080.298-04	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA Sócio	34.075.739/0001-84		
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2010			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Alcalay Presidente do Conselho de Administração	148.080.298-04	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MÉDIO E FUNDAMENTAL LTDA Sócio	02.608.755/0001-07		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Alcalay Presidente do Conselho de Administração	148.080.298-04	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA Sócio	34.075.739/0001-84		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti Membro do Conselho de Administração	664.209.707-68	Prestação de serviço	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Magnoliophyta Participações S.A. Sócio	09.504.210/0001-91		
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2009			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano	086.323.078-43	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
GPCP4 - Fundo de Inv. em Participações	08.954.286/0001-56		
Sócio			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Fersen Lamas Lambranco	667.308.057-49	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração (Efetivo)			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
GPCP4 - Fundo de Inv. em Participações	08.954.286/0001-56		
Sócio			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Alcalay	148.080.298-04	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
GPCP4 - Fundo de Inv. em Participações	08.954.286/0001-56		
Sócio			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti Membro de Conselho de Administração	664.209.707-68	Prestação de serviço	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Magnoliophyta Participações S.A. Sócio	09.504.210/0001-91		
Observação			

Administrador do Emissor			
Sérgio Carvalho Dias de Carneiro Membro do Conselho de Administração	095.389.967-55	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
GPCP4 - Fundo de Inv. em Participações Sócio	08.954.286/0001-56		
Observação			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Possuímos uma apólice de seguro de responsabilidade civil para administradores (D&O) contratada com a seguradora Itaú Seguros S.A., com limite máximo de garantia fixado em R\$40.000.000,00. Entre outras coberturas, a referida apólice de seguro prevê o pagamento e/ou reembolso de reparação de danos decorrente de responsabilidade gerencial pessoa física e de reembolso à sociedade, responsabilidade por reclamação de Mercado de Capitais, despesas processuais e danos morais estipuladas por tribunal civil ou por acordo aprovado pela seguradora. A apólice de seguro D&O contratada possui vigência até 26 de setembro de 2013 e valor total do prêmio fixado em R\$84.941,00, referente à cobertura de responsabilidade civil para administradores.

Também contratamos, junto à seguradora Allianz Seguros S.A., uma apólice de seguro D&O, com cobertura de 2º risco e limite máximo de indenização fixado em R\$40.000.000,00. Tal apólice de seguro possui vigência até 26 de setembro de 2013 e valor total do prêmio fixado em R\$40.630,21.

12.12 - Outras informações relevantes

Práticas de Governança Corporativa e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa. Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, adotamos as seguintes:

- capital social dividido somente em ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os nossos acionistas;
- além das atribuições previstas na Lei de Sociedades por Ações, a nossa assembleia geral de acionistas tem competência para deliberar sobre: (a) eleger ou destituir, a qualquer tempo, conselheiros de administração e conselheiros fiscais; (b) fixação da remuneração global anual dos membros do conselho de administração, assim como a dos membros do conselho fiscal, se instalado; (c) reforma do estatuto social; (d) nossas transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação; (e) atribuição de bonificação em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos em ações; (f) planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos nossos administradores e colaboradores, assim como aos administradores e colaboradores de outras sociedades que sejam nossas controladas direta ou indiretas; (g) proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; (h) eleição do liquidante, bem como do conselho fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (i) a saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (j) o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM, ressalvado o disposto em nosso estatuto social; (l) escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das nossas Ações, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no estatuto social, dentre as empresas indicadas pelo conselho de administração; e (m) qualquer matéria que lhe seja submetida pelo conselho de administração;
- manutenção e divulgação de registro contendo a quantidade de ações que cada sócio possui, identificando-os nominalmente;
- obrigatoriedade na oferta de compra de ações que resulte em transferência do controle societário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente. No caso de alienação da totalidade do bloco de controle, o adquirente deve dirigir oferta pública a todos os acionistas nas mesmas condições do controlador (*tag-along*);

12.12 - Outras informações relevantes

- contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros;
- previsão estatutária para instalação de um conselho fiscal;
- escolha do local para a realização da assembleia geral de forma a facilitar a presença de todos os sócios ou seus representantes;
- clara definição no estatuto social (a) da forma de convocação da assembleia geral, e (b) da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do conselho de administração e da diretoria;
- não eleição de conselheiros suplentes;
- transparência na divulgação pública do relatório anual da administração;
- livre acesso às nossas informações e instalações pelos membros do conselho de administração; e
- resolução de conflitos que possam surgir entre nós, nossos acionistas, nossos administradores e membros do conselho fiscal, por meio de arbitragem.

Novo Mercado

Em 2000, a BM&FBOVESPA introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo o máximo de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a (i) emitir apenas ações ordinárias; (ii) manter, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de ações do capital da Companhia em circulação; (iii) detalhar e incluir informações adicionais nas informações trimestrais; e (iv) disponibilizar as demonstrações financeiras anuais no idioma inglês e com base em princípios de contabilidade internacionalmente aceitos ou com base na legislação societária brasileira, neste caso acompanhadas de nota explicativa que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões de contabilidade internacionalmente aceitos, evidenciando as principais diferenças, e do parecer dos auditores independentes. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a BM&FBOVESPA, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Nossas ações ordinárias são admitidas à negociação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Dentre outros requisitos impostos às companhias listadas no Novo Mercado, destaca-se: (i) a obrigação de efetivar ofertas públicas de ações sob determinadas circunstâncias, como, por exemplo, quando do cancelamento do registro de negociação no Novo Mercado; (ii) dever de em qualquer distribuição pública

12.12 - Outras informações relevantes

de ações a favorecer a dispersão acionária; (iii) extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da alienação do controle da companhia; (iv) obrigações de prestação de informações não financeiras a cada trimestre, como, por exemplo, o número de ações detidas pelos administradores da companhia e o número de ações em circulação; (v) dever de maior divulgação de operações com partes relacionadas; e (vi) necessária vinculação da Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA para a resolução de conflitos que possam surgir entre eles, relacionados ou oriundos da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, BACEN e CVM, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Adicionalmente, em 10 de maio de 2011, entrou em vigor o novo Regulamento de Listagem do Novo Mercado introduzindo entre outras alterações: (i) a vedação às companhias listadas nesse segmento de estabelecer em seus estatutos sociais a limitação do número de votos por acionistas ou grupos de acionistas em percentual inferior a 5% do capital social, exceto nos casos de desestatização ou de limites exigidos em lei ou regulamentação aplicável à atividade desenvolvida pela companhia, devidamente fundamentados e submetidos para aprovação da BM&FBOVESPA, (ii) a vedação do estabelecimento de quoruns qualificados para deliberação de assembleia geral de acionista ou grupo de acionistas, bem como a inclusão de medidas que dificultem ou impossibilitem a aprovação de alterações estatutárias pelos acionistas, (iii) a proibição de acumulação de cargos de presidente do conselho de administração e de diretor presidente ou principal executivo da companhia em caráter permanente, (iv) a obrigatoriedade da apresentação de informações financeiras trimestrais traduzidas para o inglês com a inclusão de nota explicativa sobre transações conduzidas pela companhia com partes relacionadas, (v) a obrigatoriedade de implementação de um código de conduta e de uma política de negociação com valores mobiliários de emissão própria da companhia, e (vi) a inclusão de regulamento de aplicação de sanções pecuniárias no Novo Mercado.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração.

A nossa política de remuneração para nossos administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários, os Diretores não estatutários e membros do Conselho Fiscal, em linha com as melhores práticas de governança corporativa, visa atrair e reter os melhores profissionais do mercado. A remuneração é estabelecida com base em práticas de mercado e está diretamente ligada ao alinhamento dos interesses dos executivos em questão e dos nossos acionistas. Com a política de remuneração, esperamos obter a dedicação, engajamento e o máximo desempenho de nossos executivos para que possam, em conjunto, concretizar o nosso progressivo crescimento.

O objetivo principal da nossa política de remuneração é estabelecer critérios que possibilitem o reconhecimento e a valorização do desempenho funcional, a possibilidade de oportunidades de desenvolvimento e o estabelecimento e manutenção do equilíbrio da estrutura organizacional no que tange a cargos e salários, bem como a motivação do quadro nosso de colaboradores.

A possibilidade de concessão de progressões salariais está vinculada à previsão orçamentária, cuja forma de gestão para esse fim é estabelecida pela nossa Direção Executiva. Todos os aumentos individuais devem estar relacionados à performance individual, ao potencial dos colaboradores e aos interesses da organização nos diversos segmentos de negócios.

Nossa política salarial está fundamentada em duas diretrizes principais que visam a assegurar um tratamento salarial adequado.

- **Equilíbrio Interno:** relação coerente entre os cargos, considerando o conteúdo e o seu valor na nossa estrutura.
- **Equilíbrio Externo:** relação entre os salários pagos por nós e os salários pagos por segmento de mercado específico, comparados por meio de pesquisas salariais.

Compete a nossa área de Remuneração assessorar as áreas quanto à análise, avaliação e classificação na estruturação de cargos e salários administrativos.

A grade salarial dos organismos administrativos é composta de 3 classes com uma amplitude vertical de 25% e amplitude horizontal de 50%.

No caso dos Diretores, a existência da prática de remuneração variável permite o compartilhamento do risco e de nosso resultado com seus principais executivos, características de uma política transparente e voltada para o alcance de resultados duradouros e a nossa perpetuidade. Tem como objetivo remunerar os membros da diretoria executiva de acordo com suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional, bem como o valor de seus serviços no mercado.

b. composição da remuneração, indicando.

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

a) Conselho de Administração

Os membros do conselho de administração fazem jus a remuneração fixa e poderão participar do programa de remuneração por ações da empresa, a qual é estabelecida de acordo com o padrão de mercado e visa à atração e retenção de profissionais que agreguem valores para os resultados da empresa.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

b) Diretoria

Os membros da Diretoria estatutária fazem jus a remuneração fixa e variável, esta última composta por parcela de bônus em dinheiro e outra parcela, de longo prazo baseada em ações, além de alguns benefícios abaixo descritos. Os valores pagos a título de remuneração fixa e os benefícios ficam normalmente em padrões de mercado, permitindo assim que concentremos parte significativa da remuneração total nos incentivos variáveis de curto e longo prazo, o que faz com que nossos Diretores compartilhem os nossos riscos e resultados, permitindo assim um maior alinhamento de interesse entre nossos executivos e acionistas.

O objetivo da remuneração variável de curto prazo é recompensar o resultado do ano, se as metas estipuladas para o período tiverem sido alcançadas. Da mesma forma, a remuneração variável de longo prazo, baseada em ações, visa a recompensar o resultado de um período mais longo, valorização esta decorrente do aumento de nosso valor.

Com relação aos benefícios, vale informar que fornecemos a membros da nossa diretoria ajuda de custo para fixação de residência no Rio de Janeiro. A partir de 2012, os diretores estatutários passaram a fazer jus também a um subsídio parcial de assistência médica (através do qual a Companhia suporta R\$ 50,00 por diretor beneficiário e dependente incluído pelo diretor, cabendo a este o pagamento do restante do valor do prêmio do seguro de saúde) e a seguro de vida integralmente custeado pela Companhia, com uma indenização de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em caso de morte, podendo o valor da indenização ser aumentado caso haja interesse do diretor, que arcará, nesse caso, com o correspondente aumento do prêmio mensal.

É importante ressaltar que possuímos um Comitê de Gente e Gestão que analisa a estratégia de remuneração fixa e variável a ser adotada, os modelos de *Stock Options* e as indicações de Beneficiários, conforme definido abaixo. Para maiores informações sobre o Plano de Opção, consultar itens 13.4 e 13.9 deste Formulário de Referência.

c) Conselho Fiscal

Conforme estabelecido na Lei de Sociedade por Ações, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função, é fixada pela assembleia geral que os elege, e não é inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da remuneração que, em média, é atribuída a cada diretor, não computados os eventuais benefícios, verbas de representação e participação nos lucros a eles pagas.

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus apenas à remuneração fixa baseada no mínimo legal.

d) Comitês

Todos os membros dos nossos comitês são administradores ou empregados, e não recebem remuneração específica pelo fato de participarem dos Comitês.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal só possui remuneração fixa. Dessa forma, tanto em 2009, 2010 e 2011 a remuneração total dos membros de dito órgão foi composta em sua integralidade de remuneração fixa.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Conselho de Administração

No que tange ao Conselho de Administração, em 2009 e 2010 a remuneração total dos seus membros foi composta integralmente de remuneração fixa.

Em 2011, 77,5% da remuneração total dos membros do conselho de Administração foi composta de remuneração fixa e 22,5% foi baseada em ações.

Em 2012, 36% da remuneração total prevista para os membros do conselho de Administração é composta de remuneração fixa e 64% é baseada em ações.

Diretoria Estatutária

Em 2009, a remuneração total da Diretoria Estatutária foi composta conforme segue: (i) 41% de remuneração fixa; (ii) 2% de benefícios; (iii) 22% de remuneração variável (bônus); e (iv) 35% baseada em ações.

Em 2010, a remuneração total da Diretoria Estatutária foi composta conforme segue: (i) 31% de remuneração fixa; (ii) 1% de benefícios; (iii) 26% de remuneração variável (bônus); e (iv) 42% baseada em ações.

Em 2011, a remuneração total da Diretoria Estatutária foi composta conforme segue: (i) 34,4% de remuneração fixa; (ii) 0,1% de benefícios; (iii) 39,5% de remuneração variável (bônus); e (iv) 26% baseada em ações.

Em 2012, a remuneração total da Diretoria Estatutária foi composta conforme segue: (i) 40% de remuneração fixa; (ii) 1% de benefícios; (iii) 47% de remuneração variável (bônus); e (iv) 12% baseada em ações.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A metodologia de cálculo e de reajuste da remuneração dos administradores da Companhia segue os seguintes critérios: a remuneração total é composta pela (a) **Remuneração Fixa**: representada pelo salário base e outros ganhos fixos, sendo calculada mensalmente com base em 30 dias de exercício; e (b) **Remuneração Variável**: representada pelos ganhos propostos pelos programas de remuneração variável, sendo esta atrelada aos resultados dos administradores.

O salário base deve corresponder ao valor relativo dos cargos na estrutura interna, medido por sistema de avaliação de cargos e estar alinhado com o mercado selecionado. Para tanto, os valores de remuneração pagos aos nossos administradores, executivos e empregados são comparados periodicamente com o mercado, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, de forma que se possa aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum dos componentes da remuneração.

A comparação é feita considerando a composição da remuneração total (fixa e variável) paga pela Companhia com a remuneração paga por outras companhias aos profissionais que desempenham as mesmas funções. A remuneração pode ser composta por diferentes elementos, conforme abaixo:

Remuneração 1 → Salário Base

Remuneração 2 → Rem 1 + Incentivos de Curto Prazo (Bônus)

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Remuneração 3 → Rem 2 + Incentivos de Longo Prazo (Plano de Opção de Compra de Ações)

Remuneração 4 → Rem 3 + Benefícios (assistência médica, seguro de vida e ajuda de custo para fixação de residência no Rio de Janeiro).

Com a análise da equidade interna finalizada e com as informações da remuneração de mercado, desenvolveremos as curvas salariais através da aplicação de regressões matemáticas exponenciais baseadas nas medidas estatísticas do mercado para cada grade.

Com as curvas ajustadas, poderão ser propostas a construção de novas classes salariais com pontos mínimos e máximos, sobreposição e medidas estatísticas (1º Quartil, Mediana, 3º Quartil, Média, entre outras) que permitirão uma adequada administração dos salários alinhada com a estratégia dos negócios.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

De acordo com os nossos valores, acreditamos no princípio da meritocracia, ou seja, cada colaborador cresce e é recompensado na medida dos seus resultados. Os desempenhos diferenciados serão fortemente recompensados, principalmente nos critérios de remuneração variável que deverão assegurar o atingimento desta premissa.

Adotamos um modelo de composição da remuneração que concentra uma parcela significativa da remuneração total nos componentes variáveis (tanto de curto como de longo prazo), o que é parte de sua política de compartilhar o risco e o resultado com seus principais executivos.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Para a determinação de todos os itens de remuneração, são levadas em consideração a performance do empregado e suas metas individuais. A remuneração variável está diretamente atrelada aos indicadores contidos no nosso *Score Card*, o qual é aprovado pelo Conselho de Administração e contém as metas definidas para o período, relacionadas aos seguintes indicadores de desempenho: EBITDA, fluxo de caixa operacional, receita operacional líquida e custo docente.

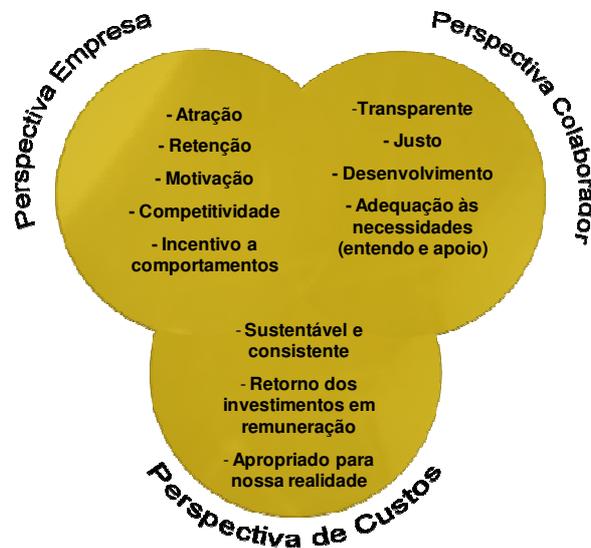
d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

As metas são estabelecidas pelo Conselho de Administração e desdobradas para todos os executivos elegíveis. Cada meta tem a sua variação monitorada em relação ao *target* estabelecido, estando diretamente ligados ao desempenho demonstrado no período avaliado, sendo mensalmente acompanhados e / ou reportados ao Conselho de Administração.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto e longo prazo da Companhia.

Para nós, o sucesso do programa de remuneração deve equilibrar três perspectivas inter-relacionadas, conforme gráfico a seguir:

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária



A remuneração total está diretamente alinhada aos nossos interesses de curto, médio e longo prazo. A remuneração fixa reflete uma compensação praticada pelo mercado neste item, porém como o ciclo do segmento é de médio e longo prazo, entende-se que a concessão de parcela expressiva da remuneração deva remeter a esses períodos, estando totalmente de acordo com o acompanhamento da nossa performance e, portanto, reafirmando o compartilhamento do nosso risco e do resultado entre os executivos, administradores e nossa administração.

Nesse sentido, a prática de remuneração aplicada alinha os interesses dos administradores aos da Companhia e de seus acionistas, na medida em que uma relevante parcela de remuneração dos diretores depende do alcance de metas e obtenção de resultados pela Companhia (bônus) e da valorização de suas ações (opção de compra de ações). Os bônus anuais remuneram os executivos pelos objetivos de curto prazo, enquanto as opções de compra de ações, que não são imediatamente exercíveis (há possibilidade de exercício de 20% do lote outorgado a cada ano, após decorrido um ano da outorga), buscam os resultados de médio e longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Em 2009, 2010, 2011 e no exercício corrente, os membros de nossa diretoria (exceto um dos membros) receberam remuneração paga por nossa controlada SESES. Os membros do nosso Conselho de Administração e de nosso Conselho Fiscal não receberam valores de nossas subsidiárias, sendo sua remuneração totalmente paga pela Companhia.

A tabela abaixo demonstra os montantes referentes a remuneração de nossos diretores paga pela nossa controlada SESES nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente:

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

DIRETORIA ESTATUTÁRIA – SESES (valores em R\$ mil)			
	Salários	Bônus	Benefícios
2009	4.402	2.474	270
2010	4.402	3.647	126
2011	4.088	4.673	8
2012	4.266	4.910	148

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário da Companhia.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do nosso controle societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2012 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	7,00	3,00	17,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.031.790,00	4.266.500,00	199.800,00	5.498.090,00
Benefícios direto e indireto	0,00	148.266,65	0,00	148.266,65
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	155.718,00	1.293.490,00	65.313,00	1.514.521,00
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais (INSS e FGTS)	Encargos sociais (INSS e FGTS)	Encargos sociais (INSS e FGTS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.910.472,00	0,00	4.910.472,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	1.844.400,00	1.229.600,00	0,00	3.074.000,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2012.	O número de membros da Diretoria foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2012.	O número de membros do Conselho Fiscal foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2012.	
Total da remuneração	3.031.908,00	11.848.328,65	265.113,00	15.145.349,65

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,17	7,33	3,00	17,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.079.160,00	4.088.189,00	172.800,00	5.340.149,00
Benefícios direto e indireto	0,00	8.800,00	0,00	8.800,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	184.176,00	1.268.348,00	31.680,00	1.484.204,00

Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais (INSS e FGTS)	Encargos sociais (INSS e FGTS)	Encargos sociais (INSS e FGTS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.673.920,00	0,00	4.673.920,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	313.112,50	3.071.887,50	0,00	3.385.000,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2012.	O número de membros da Diretoria foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2012.	O número de membros do Conselho Fiscal foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2012.	
Total da remuneração	1.576.448,50	13.111.144,50	204.480,00	14.892.073,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,92	7,58	3,00	16,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.402.560,00	4.402.571,00	172.800,00	5.977.931,00
Benefícios direto e indireto	0,00	126.000,00	0,00	126.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	271.814,00	1.129.544,00	43.424,00	1.444.782,00
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais (INSS e FGTS)	Encargos sociais (INSS e FGTS)	Encargos sociais (INSS e FGTS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.647.492,00	0,00	3.647.492,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	5.894.000,00	0,00	5.894.000,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2012.	O número de membros da Diretoria foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2012.	O número de membros do Conselho Fiscal foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2012.	
Total da remuneração	1.674.374,00	15.199.607,00	216.224,00	17.090.205,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	7,00	3,08	18,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.246.960,00	4.402.633,00	172.800,00	5.822.393,00
Benefícios direto e indireto	0,00	270.305,00	0,00	270.305,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	289.049,00	1.056.305,00	46.080,00	1.391.434,00
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais (INSS e FGTS)	Encargos sociais (INSS e FGTS)	Encargos sociais (INSS e FGTS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.474.058,00	0,00	2.474.058,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	3.916.000,00	0,00	3.916.000,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2012.	O número de membros da Diretoria foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2012.	O número de membros do Conselho Fiscal foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2012.	
Total da remuneração	1.536.009,00	12.119.301,00	218.880,00	13.874.190,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Somente os nossos diretores estatutários possuem previsão de remuneração variável.

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2012)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	0	7	0	7
Bônus	-	4.910.472	-	4.910.472
Valor mínimo previsto no plano de remuneração variável	-	0	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração variável	-	4.910.472	-	4.910.472
Valor previsto no plano de remuneração variável caso as metas fossem atingidas ¹	-	4.910.472	-	4.910.472
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração variável	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração variável	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração variável caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2011

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	0	8	0	8
Bônus	-	4.673.920	-	4.673.920
Valor mínimo previsto no plano de remuneração variável	-	0	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração variável	-	5.360.000	-	5.360.000
Valor previsto no plano de remuneração variável caso as metas fossem atingidas ²	-	5.360.000	-	5.360.000
Valor efetivamente reconhecido	-	4.673.920	-	4.673.920
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração variável	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração variável	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração variável caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2010

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	0	7	0	7
Bônus	-	3.647.492	-	3.647.492
Valor mínimo previsto no plano de remuneração variável	-	0	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração variável	-	4.605.000	-	4.605.000

¹ Se as metas forem 100% atingidas, os diretores receberão 16 salários.

² Se as metas forem 100% atingidas, os diretores receberão 16 salários.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Valor previsto no plano de remuneração variável caso as metas fossem atingidas ³	-	4.605.000	-	4.605.000
Valor efetivamente reconhecido	-	3.647.492	-	3.647.492
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração variável	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração variável	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração variável caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2009

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	0	7	0	7
Bônus	-	2.474.058	-	2.474.058
Valor mínimo previsto no plano de remuneração variável	-	0	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração variável	-	4.420.000	-	4.420.000
Valor previsto no plano de remuneração variável caso as metas fossem atingidas ⁴	-	4.420.000	-	4.420.000
Valor efetivamente reconhecido	-	2.474.058	-	2.474.058
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração variável	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração variável	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração variável caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	-

³ Se as metas forem 100% atingidas, os diretores receberão 16 salários.

⁴ Se as metas forem 100% atingidas, os diretores receberão 16 salários.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. Termos e condições gerais.

No âmbito do nosso Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opção"), empregados, administradores e prestadores de serviços ("Beneficiários") são elegíveis a receber opções de compra de ações de nossa emissão.

O Plano de Opção foi aprovado em Assembleia Geral realizada em 13 de junho de 2008, sendo que o 1º Programa criado em reunião realizada pelo Comitê do Plano de Opção de Compra de Ações (posteriormente Comitê de Remuneração e atual Comitê de Gente e Gestão) em 11 de julho de 2008.

Em 20 de abril de 2010, com o encerramento do 1º Programa, foi aprovada em reunião do Comitê de Remuneração (atual Comitê de Gente e Gestão) a criação do 2º Programa.

Em 20 de dezembro de 2010, com o encerramento do 2º Programa, foi aprovada em reunião do Comitê de Remuneração (atual Comitê de Gente e Gestão) a criação do 3º Programa a partir de 03 de janeiro de 2011.

Em 2 de abril de 2012, com o encerramento do 3º Programa, foi aprovada em reunião do Comitê de Remuneração (atual Comitê de Gente e Gestão) a criação do 4º Programa.

Até 30 de setembro de 2012, 58 pessoas, dentre administradores e executivos, detêm 3.389.162 opções de compra de nossas ações.

Em 30 de setembro de 2012, o número de opções outorgadas que tinham sido exercidas era de 639.961 opções, sendo emitidas, portanto, 639.961 ações.

O Plano de Opção é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente criado para esse fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008, tendo poderes para organização e administração do Plano de Opção, criação de programas de aquisição de ações, outorga de opções aos Beneficiários, observados os limites impostos pelo Plano.

Os Beneficiários contemplados pelas outorgas devem celebrar com a Companhia contratos individuais de outorga de opção de compra de ações, por meio dos quais os Beneficiários têm a opção de comprar lotes de ações de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições ali constantes. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o Beneficiário deve efetuar o pagamento do valor das ações em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas ao lote incorporado e exercido.

b. Principais objetivos do plano.

Nossos Planos de Opção de compra de ações objetivam: (1) estimular a expansão e o êxito no desenvolvimento dos seus objetivos sociais, permitindo aos beneficiários adquirir ações de nossa emissão, incentivando a integração destes conosco; (2) atrair e reter administradores e empregados de alto nível a prestarem seus serviços, oferecendo-lhes a vantagem adicional de se tornarem nossos acionistas em condições potencialmente diferenciadas; e (3) alinhar os interesses dos administradores e empregados de alto nível aos interesses dos nossos acionistas.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos.

Ao possibilitar que os empregados e administradores se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais conosco. O oferecimento de opções de compra de ações estimula os beneficiários, ainda, por meio do

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo o compartilhamento dos riscos e dos nossos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do plano de opções. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia.

O Plano de Opção atualmente em vigor insere-se na política de focar a remuneração dos administradores e empregados de alto nível em componentes variáveis, atrelados ao nosso desempenho. De fato, a maior parte da remuneração total se concentra nos incentivos que visam ou compartilhar o risco e o resultado com seus principais executivos.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo.

As outorgas realizadas com base nos planos trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados fazem com que os beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo. O beneficiário tem como incentivo, desde o curto prazo, o exercício de opções a preços relativamente mais baixos que o valor de mercado das nossas ações, fazendo com que atue constantemente em prol da valorização das ações.

Adicionalmente, a existência de períodos durante os quais as ações não podem ser alienadas (períodos de *lock up*), também modula os incentivos do beneficiário para um prazo mais longo: cada lote de ações incorporadas objeto do exercício das opções apenas estarão livres para venda após tal período, de maneira que o beneficiário apenas auferirá algum ganho se as nossas ações mantiverem-se valorizadas até o fim deste prazo, quando poderão ser vendidas.

No Plano de Opção, exige-se que o Beneficiário destine obrigatoriamente 50% de qualquer remuneração variável recebida, sob pena de ao não fazer "perder" as opções já "vestidas" e que ainda não tenham sido exercidas.

f. Número Máximo de ações abrangidas.

A quantidade máxima de ações que podem ser objeto de outorga de opções é de até 5% do total de ações do nosso capital existentes na data da concessão.

Até a presente data, há 3.389.162 opções outorgadas. Cada opção dá direito à subscrição de uma ação após decurso do período de carência estabelecido no plano.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas.

Cada opção assegura ao beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária. Sendo assim, a quantidade de opções outorgadas está atrelada ao limite descrito no item "f" acima.

h. Condições de aquisição de ações .

As ações podem ser adquiridas em 5 (cinco) lotes anuais, cada qual equivalente a 20% do Lote Total outorgado a cada Beneficiário, sendo que o primeiro Lote Anual será exercido a partir de uma data fixada caso a caso, mediante simples aviso escrito à Companhia, acompanhado do pagamento do Preço de Exercício. As condições de aquisição das ações são as mesmas para os quatro Programas de opções que a Companhia possui até o momento.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

O preço de aquisição, no âmbito do Segundo e Terceiro Programa, será determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, e será equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na BM&FBOVESPA anteriores à data da concessão da opção, sendo que o valor poderá ser acrescido de correção monetária, com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê. O Comitê ou o Conselho de Administração, conforme o caso, poderão determinar, quando do lançamento de cada Programa, que seja concedido aos Beneficiários um desconto de até 10% (dez por cento) no Preço de Exercício. A concessão de desconto em determinado Programa não obrigará a concessão de desconto, ou do mesmo percentual de desconto, nos Programas posteriores. No Primeiro Programa, o preço de exercício era de início R\$16,50, conforme corrigido pelo IGPM/FGV, desde 11 de julho de 2008 e deduzimos dividendos e juros sobre capital próprio pagos por nós a partir da outorga ao beneficiário. No Segundo Programa, o preço de exercício era de R\$19,20 corrigido pelo IGPM/FGV, desde 06 de maio de 2010 e deduzindo os dividendos e juros sobre capital próprio pagos por nós a partir da outorga ao beneficiário. No 3º Programa, o preço de exercício era de R\$23,60 corrigido pelo IGPM/FGV, desde 03 de janeiro de 2011 e deduzindo os dividendos e juros sobre capital próprio pagos por nós a partir da outorga ao beneficiário. Já no 4º Programa, o preço de exercício será de R\$19,00 corrigido pelo IGPM/FGV, desde 03 de janeiro de 2012 e deduzindo os dividendos e juros sobre capital próprio pagos por nós a partir da outorga ao beneficiário.

j. Critérios para fixação de prazo de exercício.

O prazo de exercício é de até 10 (dez) anos, contados a partir da data da aquisição do direito de exercer as opções.

k. Forma de liquidação.

Em geral, as ações correspondentes às opções exercidas pelos beneficiários são emitidas e o aumento de capital correspondente, sempre no limite do capital autorizado, é homologado pelo Conselho de Administração. Podemos utilizar de ações mantidas em tesouraria para fazer frente ao exercício das opções.

Nos programas aprovados até a data deste formulário de referência, a regra é que o preço de exercício seja pago à vista, no ato da subscrição ou compra das ações correspondentes.

l. Restrições à transferência das ações.

O prazo de indisponibilidade (*lock up*) das outorgas realizadas no nosso Plano é de 1 ano, a contar da data do exercício de opção, para os quatro Programas de opções que a Companhia possui até o momento.

m. Critérios e eventos que quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano.

No caso de destituição ou término do mandato, de demissão ou ainda de rescisão do contrato de serviços do Beneficiário por razão que configuraria justa causa, conforme a legislação civil ou trabalhista, conforme o caso, caducará sem indenização todas as opções não exercidas, tendo ou não decorrido os prazos de carência.

Na hipótese de término da nossa relação com o Beneficiário em razão de aposentadoria, destituição ou demissão sem justa causa, renúncia ou desligamento voluntário do Beneficiário, término ou rescisão de seu contrato de prestação de serviços, serão observadas as seguintes disposições:

- a) as opções cujos prazos iniciais de carência ainda não tenham decorrido caducarão sem indenização;

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

b) as opções cujos prazos iniciais de carência já tenham decorrido poderão ser exercidas no prazo de 30 (trinta) dias a contar do evento que originar o término da relação conosco; e

c) o período de restrição para a alienação de ações permanecerá em vigor.

Se o Beneficiário falecer ou tornar-se permanentemente inválido para o exercício de sua função enquanto administrador, empregado ou nosso prestador de serviços, os direitos decorrentes das opções estender-se-ão a seus herdeiros e sucessores, que poderão exercer as opções, tendo ou não decorrido os prazos iniciais de carência, por um período de 180 dias a contar da data do óbito ou invalidez permanente.

As ações que vierem a ser subscritas pelos Beneficiários ou sucessores do benefício estarão livres e desembaraçadas para negociação sem limite de prazo.

Nos termos do nosso Plano de Opções, na hipótese de nossa dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização, nosso Conselho de Administração ou nosso Comitê, deliberarão, conforme o caso, sobre a antecipação dos períodos de carência das opções dos programas em vigência ou a permanência do Plano de Opção, mediante a assunção das referidas opções por nova companhia, realizando-se os ajustamentos apropriados no número de ações e no preço de exercício das opções.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

Nos termos do nosso Plano de Opções, o desligamento do Beneficiário terá os seguintes efeitos sobre as opções a ele outorgadas, conforme o motivo de sua saída: (1) havendo justa causa, todas as opções não exercidas serão extintas; (2) no caso de inexistência de justa causa, demissão voluntária ou pedido de demissão, as opções já exercíveis ou incorporadas poderão ser exercidas no prazo de 30 dias e as demais serão extintas; e (3) no caso de falecimento ou invalidez permanente do beneficiário, todas as opções poderão ser exercidas pelo beneficiário ou seus sucessores em um prazo de 180 dias. Exceto no caso de falecimento ou invalidez permanente, as restrições à transferência permanecerão em vigor.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Ações Ordinárias da Estácio Participações S.A. (ESTC3) em 31/12/2011

Grupo e Pessoas Ligadas	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação	
			Mesma Espécie/ Classe	Total
Conselho de Administração	Ações Ordinárias	2.257.833	2,75%	2,75%
Diretoria	Ações Ordinárias	187.260	0,23%	0,23%
Conselho Fiscal	Ações Ordinárias	0	0	0

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2012)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	3	2
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	a) 02/04/2012	a)02/04/2012 b) 27/06/2012
Quantidade de opções outorgadas	a) 120.000	a) 02/04/2012 – 30.000 b) 27/06/2012 - 50.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	2 anos (sendo 50% do lote total por ano)	5 anos (sendo 20% do lote total por ano)
Prazo máximo para exercício das opções	10 anos	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano a contar da data da subscrição	1 ano a contar da data da subscrição
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	a) 19,00	a) 19,00 b) 19,00
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	0	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	19,93	18,89
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	19,51	a) 02/04/2012 – 19,51 b) 27/06/2012 - 24,30
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0%	0,467%

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2011

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	1	6
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	a) 03/01/2011	a) 03/01/2011
Quantidade de opções outorgadas	a) 20.000	a) 196.190
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	2 anos (sendo 50% do lote total por ano)	5 anos (sendo 20% do lote total por ano)
Prazo máximo para exercício das opções	10 anos	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano a contar da data da subscrição	1 ano a contar da data da subscrição
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	a) 23,60	a) 23,60
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	0	21,23
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	17,86	17,88
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	27,00	27,00
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0%	0,438%

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2010

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	0	3
Outorga de opções de compras de ações		
Datas de outorga	-	a) 11/01/2010 b) 06/05/2010 c) 28/07/2010
Quantidade de opções outorgadas	-	a) 11/01/2010 – 151.515 b) 06.05/2010 – 234.375 c) 28/07/2010 – 52.083
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	5 anos (sendo 20% do lote total por ano)
Prazo máximo para exercício das opções	-	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	-	1 ano a contar da data da subscrição
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	16,55	a) 16,50 b) 19,20 c) 19,20
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	17,51	17,01
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	16,78	16,64
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	a) 01/03/2010 – 22,50 b) 06/05/2010 - 18,99 c) 28/07/2010 – 20,20
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,388%

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2009

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	0	4
Outorga de opções de compras de ações		
Datas de outorga	-	a) 12/01/2009 b) 29/01/2009 c) 29/09/2009
Quantidade de opções outorgadas	-	a) 12/01/2009 – 909.090 b) 29/01/2009 – 90.909 c) 29/09/2009 – 575.757
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	5 anos (sendo 20% do lote total por ano)
Prazo máximo para exercício das opções	-	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações		1 ano a contar da data da subscrição
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	16,50	a) 16,50 b) 16,50 c) 16,50
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	0	a) 12/01/2009 – 13,20 b) 29/09/2009 – 13,20 c) 29/09/2009 – 20,10
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0%	0,025%

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2011

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	4	7
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	10.000	981.057
Data em que se tornarão exercíveis	a) 14/04/2012 b) 14/04/2013 c) 14/04/2014 d) 14/04/2015	a) 14/04/2012 b) 14/04/2013 c) 14/04/2014 d) 14/04/2015
Prazo máximo para exercício das opções	10 anos	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano a contar da data da subscrição	1 ano a contar da data da subscrição
Preço médio ponderado de exercício	20,67	16,61
Valor justo das opções no último dia do exercício social	21,22	19,77
Opções exercíveis		
Quantidade	0	563.269
Prazo máximo para exercício das opções	10 anos	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano a contar da data da subscrição	1 ano a contar da data da subscrição
Preço médio ponderado de exercício	0	16,55
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0	18,37
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	0	10.347.251,53

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2011

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	4	7
Opções exercidas		
Número de ações	22.000	124.103
Preço médio ponderado de exercício	17,86	17,88
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas ⁽¹⁾	a) 15/04/2011 – 5,19	a) 15/04/2011 – 5,19 b) 03/10/2011 – 2,01
Ações entregues		
Número de ações entregues	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0	0
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0	0

⁽¹⁾ Data relativa ao exercício das opções no exercício social

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2010

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	4	7
Opções exercidas		
Número de ações	16.000	87.824
Preço médio ponderado de exercício	16,79	16,64
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas ⁽¹⁾	a) 28/01/2010 – 4,33 b) 29/04/2010 – 3,60 c) 29/07/2010 – 3,82	a) 28/01/2010 – 4,33 b) 29/04/2010 – 3,60 c) 29/07/2010 – 3,82 d) 28/10/2010 – 8,43
Ações entregues		
Número de ações entregues	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0	0
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0	0

⁽¹⁾ Data relativa ao exercício das opções no exercício social

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2009

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	4	7
Opções exercidas		
Número de ações	0	0
Preço médio ponderado de exercício	0	0
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas ⁽¹⁾	0	0
Ações entregues		
Número de ações entregues	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0	0
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0	0

⁽¹⁾ Data relativa ao exercício das opções no exercício social

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Resumo do Plano

Na Assembleia Geral Extraordinária de 13/06/2008, os acionistas aprovaram o nosso Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano"), direcionado aos nossos administradores, empregados e prestadores de serviço ("Beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 01/07/2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas as regras gerais do Plano ("Programa").

As opções de compra de ações a serem outorgadas nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 13 de junho de 2008 poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 5% das ações de nosso capital social.

A opção de aquisição de ações é formalizada em contrato individual firmado por nós com cada Beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o Beneficiário deve efetuar o pagamento do valor das ações em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas ao lote incorporado e exercido. No nosso Plano de Opção, exige-se que o Beneficiário destine obrigatoriamente 50% de qualquer remuneração variável recebida, sob pena de "perder" as opções já "vestidas" e que ainda não tenham sido exercidas.

Para o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 11 de julho de 2008, o preço de exercício das opções será de R\$16,50 por ação, devidamente corrigido pelo IGPM desde 11 de julho de 2008, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o nosso capital próprio por ação eventualmente pagos a partir da data da celebração do contrato individual com o Beneficiário.

Para o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 20 de abril de 2010, o Preço de Exercício das opções será equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo anteriores à data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, devidamente corrigido pelo IGPM desde a data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. O Comitê poderá, quando da inclusão do beneficiário no 2º Programa, determinar que seja concedido um desconto de até 10% (dez por cento) no Preço de Exercício.

O 3º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 20 de dezembro de 2010, analogamente ao 2º Programa, tem o preço de exercício das opções equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo. O Comitê poderá, quando da inclusão do beneficiário no 3º Programa, determinar que seja concedido um desconto de até 10% (dez por cento) no Preço de Exercício.

Para o 4º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 02 de abril de 2012, o preço de exercício das opções é de R\$19,00 por ação, devidamente corrigido pelo IGPM desde 02 de abril de 2012. O Comitê poderá, quando da inclusão do beneficiário no 4º Programa, determinar que seja concedido um desconto de até 10% (dez por cento) no Preço de Exercício.

a. Modelo de precificação

O valor justo das opções de compra de ações por nós outorgadas é estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a

13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

As premissas utilizadas para o cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Black-Scholes, são (i) a data de outorga, (ii) o *preço spot* (preço de mercado nas respectivas datas de outorga), (iii) a volatilidade anual, (iv) a taxa de juros real, (v) o preço de exercício, (vi) o prazo médio (em anos); e (vii) *dividend yield*.

Para mais informações, veja as notas explicativas 23 (b), 22 (b) e 20(b) de nossas Demonstrações Financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 e 21(b) nas nossas Informações Trimestrais para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

Data de Cálculo

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções devem ser avaliadas na data da outorga respectiva. Os pagamentos em aberto ao final de cada exercício são mensurados e reconhecidos pela Companhia ao final do exercício.

A Companhia reconhece mensalmente as opções outorgadas como reserva de capital com contrapartida no resultado.

Preço Atual da Ação

É o preço de mercado da ação na data da outorga. Para as ações da Companhia, deve ser considerada a cotação das ações na BM&FBOVESPA na data da outorga.

Preço de Exercício da Opção

É o preço estabelecido no Programa, corrigido pelo índice IGP-M e pelos dividendos distribuídos da data da outorga até a data de exercício.

Taxa de Juros Livre de Risco

Como o preço de exercício da opção é ajustado pela inflação, a taxa de juros utilizada é a do cupom do swap DI x IGPM com prazo equivalente ao do vencimento da opção, observado na data da outorga. É uma taxa de juros real, ou taxa de juros nominal deduzida da inflação esperada. A taxa de juros livre de risco para o 1º, 2º, 3º e 4º Programa de Opções foi de, respectivamente, 6,85%, 6,21%, 6,20% e 4,29%.

Volatilidade Esperada do Retorno da Ação

É utilizada a volatilidade histórica desde a abertura de capital até a data imediatamente anterior à data da outorga. A volatilidade histórica é calculada como o desvio-padrão dos retornos logarítmicos diários da ação. A volatilidade esperada do retorno da Ação para o 1º, 2º, 3º e 4º Programa de Opções foi de, respectivamente, 57,49%, 62,20%, 54,94% e 51,66%.

Prazo de Vencimento da Opção

É o período entre a data da outorga e a data média ponderada de exercício das opções, que leva em consideração a nossa estimativa quanto às datas em que os beneficiários exercerão efetivamente suas opções.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Dividend Yield - Dividendos Esperados

O *dividen yield* é retorno em dividendos de uma ação, ou seja, o dividendo pago por ação de uma empresa, dividido pelo preço da ação.

O valor de dividendos para o 1º, 2º, 3º e 4º Programa de Opções foi de, respectivamente, R\$0,23, R\$0,23, R\$0,31e R\$0,32.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Os exercícios antecipados estão previstos na estimativa de prazo de vencimento da opção. O exercício antecipado, ou seja, antes da data-limite para exercício, pode ocorrer por conta da destinação compulsória de parte do bônus para exercício das opções ou por livre e espontânea vontade do beneficiário.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

É utilizada a volatilidade histórica desde a abertura de capital até a data imediatamente anterior à data da outorga. A volatilidade histórica é calculada como o desvio-padrão dos retornos logarítmicos diários da ação.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Em relação ao modelo de Black-Scholes tradicional, foi incorporado o fato de que o preço de exercício é corrigido pela inflação e pelos dividendos distribuídos. A inflação foi incorporada utilizando-se a taxa de juros real ao invés da taxa de juros nominal e os dividendos distribuídos foram incorporados não ajustando a fórmula para dividendos, apesar de distribuirmos dividendos.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não mantemos ou oferecemos planos de previdência para os membros do nosso conselho de administração e para nossos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Nº de membros	7,33	7,58	7,00	7,17	5,92	8,00	3,00	3,00	3,08
Valor da maior remuneração(Reais)	2.238.970,00	1.884.448,00	1.627.221,00	503.160,00	419.400,00	367.520,00	57.600,00	57.600,00	57.600,00
Valor da menor remuneração(Reais)	917.573,00	720.150,00	532.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	57.600,00	57.600,00	57.600,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.788.696,39	2.005.225,20	1.731.328,71	219.867,29	282.833,45	192.001,13	68.160,00	72.074,67	71.064,94

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2011	O número de membros da Diretoria Estatutária foi obtido a partir do cálculo da média do número de membros deste órgão no período indicado.
31/12/2010	O número de membros da Diretoria Estatutária foi obtido a partir do cálculo da média do número de membros deste órgão no período indicado.
31/12/2009	O número de membros da Diretoria Estatutária foi obtido a partir do cálculo da média do número de membros deste órgão no período indicado.

Conselho de Administração	
31/12/2011	O número de membros do Conselho de Administração foi obtido a partir do cálculo da média do número de membros deste órgão no período indicado.
31/12/2010	O número de membros do Conselho de Administração foi obtido a partir do cálculo da média do número de membros deste órgão no período indicado.
31/12/2009	O número de membros do Conselho de Administração foi obtido a partir do cálculo da média do número de membros deste órgão no período indicado.

Conselho Fiscal	
31/12/2011	O número de membros do Conselho Fiscal foi obtido a partir do cálculo da média do número de membros deste órgão no período indicado.
31/12/2010	O número de membros do Conselho Fiscal foi obtido a partir do cálculo da média do número de membros deste órgão no período indicado.
31/12/2009	O número de membros do Conselho Fiscal foi obtido a partir do cálculo da média do número de membros deste órgão no período indicado.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores no caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não houve remuneração reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas a controladores, diretos ou indiretos, da Companhia no exercício de 2011. Desde o final do ano de 2010, somos uma Companhia de controle difuso, não possuindo acionista controlador, conforme definido pelas regras que tratam desse assunto.

No ano de 2010, 20,5% e 23,4% da remuneração reconhecida no resultado da Companhia referentes a membros do nosso conselho de administração e da nossa diretoria, respectivamente, foram pagos a partes relacionadas a integrantes do bloco de controle da Companhia.

No ano de 2009, 20,5% e 23,4% da remuneração reconhecida no resultado da Companhia referentes a membros do nosso conselho de administração e da nossa diretoria, respectivamente, foram pagos a partes relacionadas a integrantes do bloco de controle da Companhia.

Não houve pagamento de remuneração a membros do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas a integrantes do bloco de controle da Companhia em 2009 e 2010.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não há, em relação aos três últimos exercícios sociais, valores reconhecidos no nosso resultado como remuneração de membros do nosso conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Órgão	2009*	2010*	2011*	2012*
Diretoria Estatutária	7.146 ^(a)	8.175 ^(a)	8.769 ^(a)	9.311 ^(a)
Conselho de Administração	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-

^(a) Remuneração paga por nossa controlada SESES

*Valores em R\$ mil

13.16 - Outras informações relevantes

Nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2012, apresentamos abaixo, para os três últimos exercícios sociais e para o exercício social corrente, memória de cálculo do número de membros de cada órgão apresentado no quadro 13.2, correspondente à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais:

Exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2012:

Conselho de Administração

MÊS	Nº de membros
Janeiro-2012	7
Fevereiro-2012	7
Março-2012	7
Abril-2012	7
Maió-2012	7
Junho-2012	7
Julho-2012	7
Agosto-2012	7
Setembro-2012	7
Outubro-2012	7
Novembro-2012	7
Dezembro-2012	7
Média	7

Diretoria

MÊS	Nº de membros
Janeiro-2012	7
Fevereiro-2012	7
Março-2012	7
Abril-2012	7
Maió-2012	7
Junho-2012	7
Julho-2012	7
Agosto-2012	7
Setembro-2012	7
Outubro-2012	7
Novembro-2012	7
Dezembro-2012	7
Média	7

Conselho Fiscal

MÊS	Nº de membros
Janeiro-2012	3

13.16 - Outras informações relevantes

Fevereiro-2012	3
Março-2012	3
Abril-2012	3
Maió-2012	3
Junho-2012	3
Julho-2012	3
Agosto-2012	3
Setembro-2012	3
Outubro-2012	3
Novembro-2012	3
Dezembro-2012	3

Média	3
--------------	----------

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011:

Conselho de Administração

MÊS	Nº de membros
Janeiro-2011	7
Fevereiro-2011	7
Março-2011	8
Abril-2011	8
Maió-2011	7
Junho-2011	7
Julho-2011	7
Agosto-2011	7
Setembro-2011	7
Outubro-2011	7
Novembro-2011	7
Dezembro-2011	7
Média	7,17

Diretoria

MÊS	Nº de membros
Janeiro-2011	8
Fevereiro-2011	8
Março-2011	8
Abril-2011	8
Maió-2011	7
Junho-2011	7
Julho-2011	7
Agosto-2011	7
Setembro-2011	7

13.16 - Outras informações relevantes

Outubro-2011	7
Novembro-2011	7
Dezembro-2011	7
Média	7,33

Conselho Fiscal

MÊS	Nº de membros
Janeiro-2011	3
Fevereiro-2011	3
Março-2011	3
Abril-2011	3
Mai-2011	3
Junho-2011	3
Julho-2011	3
Agosto-2011	3
Setembro-2011	3
Outubro-2011	3
Novembro-2011	3
Dezembro-2011	3
Média	3

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010:

Conselho de Administração

MÊS	Nº de membros
Janeiro-2010	7
Fevereiro-2010	7
Março-2010	7
Abril-2010	6
Mai-2010	6
Junho-2010	6
Julho-2010	6
Agosto-2010	6
Setembro-2010	5
Outubro-2010	5
Novembro-2010	5
Dezembro-2010	5
Média	5,92

Diretoria

MÊS	Nº de membros
------------	----------------------

13.16 - Outras informações relevantes

Janeiro-2010	7
Fevereiro-2010	7
Março-2010	7
Abril-2010	7
Maió-2010	7
Junho-2010	8
Julho-2010	8
Agosto-2010	8
Setembro-2010	8
Outubro-2010	8
Novembro-2010	8
Dezembro-2010	8
Média	7,58

Conselho Fiscal

MÊS	Nº de membros
Janeiro-2010	3
Fevereiro-2010	3
Março-2010	3
Abril-2010	3
Maió-2010	3
Junho-2010	3
Julho-2010	3
Agosto-2010	3
Setembro-2010	3
Outubro-2010	3
Novembro-2010	3
Dezembro-2010	3
Média	3

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009:

Conselho de Administração

MÊS	Nº de membros
Janeiro-2009	8
Fevereiro-2009	8
Março-2009	8
Abril-2009	8
Maió-2009	8
Junho-2009	8
Julho-2009	8
Agosto-2009	8

13.16 - Outras informações relevantes

Setembro-2009	8
Outubro-2009	8
Novembro-2009	8
Dezembro-2009	8
Média	8

Diretoria

MÊS	Nº de membros
Janeiro-2009	8
Fevereiro-2009	7
Março-2009	7
Abril-2009	7
Mai-2009	7
Junho-2009	6
Julho-2009	7
Agosto-2009	7
Setembro-2009	7
Outubro-2009	7
Novembro-2009	7
Dezembro-2009	7
Média	7

Conselho Fiscal

MÊS	Nº de membros
Janeiro-2009	4
Fevereiro-2009	3
Março-2009	3
Abril-2009	3
Mai-2009	3
Junho-2009	3
Julho-2009	3
Agosto-2009	3
Setembro-2009	3
Outubro-2009	3
Novembro-2009	3
Dezembro-2009	3
Média	3,08

14.1 - Descrição dos recursos humanos**a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).**

Número de empregados	2009	2010	2011	30 de setembro de 2012
Por grupos:				
Administrativo	4.057	3.697	3.952	4.315
Corpo Docente	7.649	7.072	9.596	7.400
Por região geográfica:				
Norte	311	290	312	838
Nordeste	2.250	2.085	2.249	2.584
Sul	394	341	437	361
Sudeste	8.497	7.777	10.260	7.654
Centro-Oeste	254	276	290	278
Total de Empregados	11.706	10.769	13.548	11.715

1. Nota: Os professores que dão aula em mais de uma cidade ou IES do mesmo grupo econômico são considerados apenas uma única vez, não sendo contados em duplicidade.

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Estado	2009		2010		2011		30 de setembro de 2012	
	Segurança	Limpeza	Segurança	Limpeza	Segurança	Limpeza	Segurança	Limpeza
Rio de Janeiro	165	110	90	134	130	263	189	400
Espírito Santo	6	4	3	4	7	49	10	16
São Paulo	45	30	22	33	28	46	40	66
Santa Catarina	10	6	3	6	6	10	8	15
Minas Gerais	18	12	8	12	14	20	21	29
Mato Grosso do Sul	4	3	2	3	10	5	15	7
Goiás	5	4	2	3	5	7	7	10
Pernambuco	10	7	4	8	7	19	10	28
Ceará	19	12	6	15	34	31	50	45
Alagoas	4	2	2	3	8	17	11	25
Bahia	15	10	5	8	25	30	36	43
Pará	5	3	2	3	6	8	9	11
Sergipe	5	4	2	3	3	12	5	18
Macapá	4	3	2	3	3	3	4	5
Rio Grande do Norte	4	3	2	3	27	8	39	12
Curitiba	5	4	2	3	5	6	7	8
Total	324	217	157	244	318	534	461	738

14.1 - Descrição dos recursos humanos**c. Índice de rotatividade***

2009	2010	2011	30 de setembro de 2012
19,89%	16,02%	14,08%	8,72%

*O índice de rotatividade se refere aos empregados de nossas controladas. O índice de rotatividade de nossa holding não é relevante, dado que a holding não tem funcionários além dos membros da administração.

d. Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

Nós e nossas controladas figuramos como partes em diversas ações de natureza trabalhistas, as quais envolvem, principalmente, pedidos de horas extras, férias não pagas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferença salarial decorrente da redução da carga horária de membros do corpo docente. Para maiores informações sobre as contingências às quais estamos expostos; favor consultar os itens de 4.3 a 4.7 na seção de Fatores de Risco deste Formulário de Referência.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não há alterações relevantes.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

Desenvolvemos, periodicamente, pesquisas salariais para avaliar as tendências de mercado e práticas salariais, estando adequada a legislação vigente de cada base territorial onde se encontra.

Os salários fixos pagos aos colaboradores são equitativos com a capacitação, habilidade e esforço de cada profissional e em observância com cada faixa salarial prevista nos nossos Planos de Cargos e salários implementados.

A evolução salarial dá-se em função da nossa viabilidade financeira e do desempenho individual do colaborador, priorizando o crescimento salarial daqueles profissionais de melhor desempenho e de melhor produtividade.

O Programa de Remuneração Variável 2011 tem por objetivo praticar o valor da meritocracia e o reconhecimento dos desempenhos diferenciados dos elegíveis, bem como fortalecer o vínculo entre os nossos resultados e o desempenho dos seus colaboradores, assegurando uma relação direta entre o nosso desempenho e os resultados individuais, através de um desdobramento das metas para todos os elegíveis.

No programa de remuneração variável dos docentes são elegíveis os nossos professores da graduação e da graduação tecnológica de todo o Brasil, desde que nossa margem EBITDA tenha alcançado 78%. Levamos em consideração os docentes que estejam entre os 20% melhores avaliados, sendo a avaliação realizada (i) 50% pela média da Avaliação CPA dos primeiros e segundo semestre do ano; (ii) 30% pela avaliação do Coordenador de curso; (iii) 20% pela avaliação do Gerente Acadêmico. Além disso, deverá ter obtido uma nota mínima de 3,5 numa escala de 1 a 5.

No programa da remuneração variável dos Executivos, são elegíveis: Diretores, Gerentes e Coordenadores Corporativos e de Operações, além de outros cargos chave selecionados pela Diretoria Executiva. A remuneração será baseada em nossa margem do EBITDA, sendo que para a distribuição de bônus, deveremos ter uma margem EBITDA de no mínimo 78%. Além disso, a elegibilidade dos executivos está condicionada aos seguintes fatores: (i) o executivo deverá ter mínimo de 3 meses de vínculo empregatício; (ii) para o cálculo do bônus deverá ser levado em consideração o salário nominal de dezembro do ano em vigor; (iii) o atingimento máximo da nota será 12,5 ou seja 125%, e o mínimo 6,5; (iv) não será elegível quem solicitar o desligamento de nossos quadros antes do pagamento do bônus.

b. política de benefícios

Pela natureza de nossa atividade ser intensiva em Gente e grande parte dos professores ter carga horária variável semestre a semestre, buscamos estabelecer benefícios e incentivos que estejam atrelados a carga horária dos nossos colaboradores. Adicionalmente procuramos estabelecer contratos com fornecedores de benefícios, pelos quais os colaboradores possam aderir usando a escala que tem e a custos mais baixos, como exemplo, Assistência Odontológica.

Observamos fielmente o cumprimento das Convenções Coletivas de Trabalho e Acordos Coletivos de Trabalho de cada base territorial no que tange a à concessão de benefícios, que são objetos específicos de negociação.

Além disso, procuramos desenvolver pesquisas de mercado para nos auxiliar nas tomadas de decisões em relação a benefícios concedidos espontaneamente aos nossos colaboradores.

Atualmente, fornecemos os seguintes benefícios aos nossos colaboradores, subsidiados integral ou parcialmente, conforme os Acordos Coletivos de Trabalho de cada região: planos médico e odontológico, cesta de Natal, bolsa de estudo de graduação e pós graduação, exames médicos, *check up* executivo, auxílio alimentação, parceria para facilitar as compras de medicamentos,

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

vale-transporte, adicional por tempo de serviço, empréstimo consignado via convênio bancário, seguro de via, auxílio funeral e previdência privada.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

Aprovamos a criação de programas de opção de ações ("Programas") dos quais podem ser beneficiários os nossos empregados, administradores e prestadores de serviços e de nossas sociedades controladas, diretas ou indiretas. Para mais informações sobre o Planos de Opção de Compra de Ações, favor consultar a Seção 13.4 do Formulário de Referência.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Respeitando a configuração da base territorial dos sindicatos, os colaboradores são representados por dois grupos de sindicatos, sendo o dos professores, representantes dos docentes e dos auxiliares de administração escolar, representantes dos funcionários administrativos e de apoio.

Possuímos representatividade junto a 48 sindicatos, sendo 28 de professores e 20 de auxiliares, tais como: (i) Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro; (ii) Sindicato dos Professores de Curitiba; (iii) Sindicato dos Professores do Estado de Alagoas; (iv) Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Privado de Maceió; (v) Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado da Bahia; (vi) Sindicato dos Professores de Minas Gerais; (vii) Sindicato dos Professores do Estado do Pernambuco; (viii) Sindicato dos Professores do Rio Grande do Norte; (ix) Sindicato dos Professores de São Paulo; (x) SAAESP - Sindicato dos Auxiliares de Ensino de São Paulo, entre outros, respeitando as Convenções Coletivas de Trabalho e os Acordos Coletivos de Trabalho.

Os Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho são realizados normalmente a cada 12 meses.

Possuímos um bom relacionamento com os sindicatos, e há 15 anos não temos greves e/ou distúrbios trabalhistas em nossas unidades.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Administradores e Conselheiros						
	Brasileira	Não	Não	02/05/2013		
	690.530	0,705347%	0	0,000000%	690.530	0,705347%
OppenheimerFunds						
	Americana	Não	Não	14/02/2011		
	9.632.500	9,839178%	0	0,000000%	9.632.500	9,839178%
Findlay Park Partners LLP						
	Inglesa	Não	Não	20/04/2011		
	4.256.250	4,347573%	0	0,000000%	4.256.250	4,347573%
Private Equity Partners C, LLC						
09.116.091/0001-08	Delaware (EUA)	Não	Não	01/02/2013		
	11.773.461	12,026076%	0	0,000000%	11.773.461	12,026076%
Lazard Asset Management						
	Americana	Não	Não	13/05/2013		
	4.915.856	5,021332%	0	0,000000%	4.915.856	5,021332%
Alliance Bernstein LP						
	Americana	Não	Não	01/03/2012		
	4.246.400	4,337512%	0	0,000000%	4.246.400	4,337512%
GPCP4 - Fundo de Inv. em Participações						
08.954.286/0001-56	Brasileira	Não	Não	01/02/2013		
	328.639	0,335691%	0	0,000000%	328.639	0,335691%
OUTROS						
	61.456.902	62,775541%	0	0,000000%	61.456.902	62,775541%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 15/04/2013						
	598.900	0,611750%	0	0,000000%	598.900	0,611750%
TOTAL	97.899.438	100,000000%	0	0,000000%	97.899.438	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

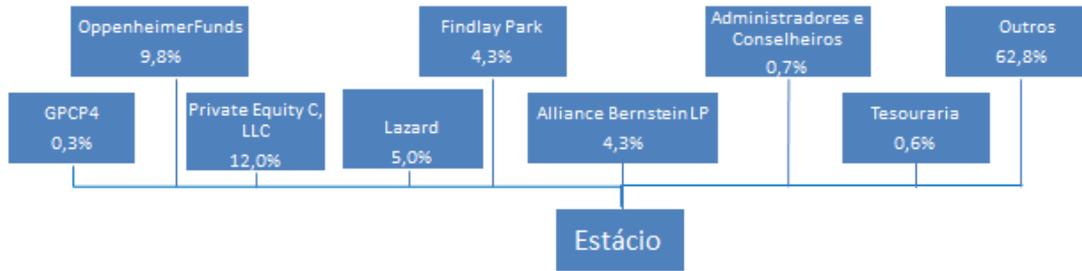
15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2013
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	1.050
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	406
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	166

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	96.610.008	98,682904%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	96.610.008	98,682904%

15.4 - Organograma dos acionistas

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não há Acordos de Acionistas em vigor.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 22 de fevereiro de 2010, a Magnoliophyta Participações S.A. transferiu a seus acionistas controladores, André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada um, as 8.200.810 (oito milhões, duzentas mil, oitocentas e dez) ações de sua titularidade em nosso capital social. Como resultado, os Srs. André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti passaram a deter aproximadamente 5,24% (cinco vírgula vinte e quatro por cento) de nosso capital social. Em razão da transferência das ações, os novos acionistas aderiram ao acordo de acionistas celebrado em 21 de dezembro de 2009, sub-rogando-se em todos os direitos e obrigações antes detidos pela Magnoliophyta Participações S.A.

Em 3 de maio de 2010, a Jade Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A. transferiu à sua acionista controladora, Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos as 4.100.405 ações de sua titularidade em nosso capital social. Como resultado, a Sra. Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos passou a deter aproximadamente 5,21% (cinco vírgula vinte e um por cento) de nosso capital social. Em razão da transferência das ações, a nova acionista aderiu ao acordo de acionistas celebrado em 21 de dezembro de 2009, sub-rogando-se em todos os direitos e obrigações antes detidos pela Jade Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A.

Conforme assembleia geral extraordinária realizada no dia 15 de julho de 2010, a Uchôa Participações S.A. autorizou a transferência ao seu acionista controlador, João Uchoa Cavalcanti Netto das 28.702.835 ações de sua titularidade em nosso capital social. Como resultado, o Sr. João Uchoa Cavalcanti Netto passou a deter 36,45% de nosso capital social. Em razão da transferência das ações, o novo acionista aderiu ao acordo de acionistas celebrado em 21 de dezembro de 2009, sub-rogando-se em todos os direitos e obrigações antes detidos pela Uchôa Participações S.A.

Em 31 de agosto de 2010, houve incorporação da Moena, passando a Private Equity Partners C, LLC e o fundo GPCP4 – Fundo de Investimento em Participações a serem nossos acionistas diretos, detendo 19,42% e 0,54% de nossas ações, respectivamente.

Em 11 de agosto de 2010, a Companhia e os acionistas João Uchôa Cavalcanti Netto e Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos (em conjunto, os "Acionistas Vendedores"), apresentaram à ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), pedido de análise prévia do registro de distribuição pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia (a "Oferta"). Em 08 de outubro foi encerrada a oferta pública de ações, sendo vendidas 32.803.240 ações ordinárias da titularidade dos Acionistas Vendedores e 3.280.324 ações ordinárias ("Ações do Lote Suplementar") emitidas e vendidas pela Companhia. As ações ordinárias vendidas na Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, considerando a colocação das Ações do Lote Suplementar, totalizaram 36.083.564 (trinta e seis milhões, oitenta e três mil, quinhentos e sessenta e quatro) ações. Com o encerramento da oferta, a Companhia passou a ser uma companhia de controle difuso.

Em 18 de janeiro de 2011, os acionistas Marcel Cleófas Uchôa e André Cleófas Uchôa alienaram, em bolsa de valores, a quantidade de 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias nominativas de emissão da Estácio. Em decorrência das referidas alienações, a participação de Marcel Cleófas Uchôa no capital social da Estácio passou a ser de 3.127.727 (três milhões, cento e vinte e sete mil, setecentas e vinte e sete) ações ordinárias nominativas, representativas de 3,81% do capital social da Estácio e a participação de André Cleófas Uchôa passou a ser de 3.128.715 (três milhões, cento e vinte e oito mil, setecentas e quinze) ações ordinárias nominativas, representativas de 3,81% do capital social da Companhia.

15.7 - Outras informações relevantes

Nossa acionista Private Equity Partners C, LLC ("PEPC") é diretamente detida, em sua totalidade, pela Private Equity Partners C (Cayman) Ltd., que por sua vez é totalmente detida pela GP Capital Partners IV, L.P. ("GPCPIV" ou "Fundo"). A GPCPIV é um fundo de investimento devidamente constituído sob leis das Ilhas Cayman, gerido pela GP Investments IV, Ltd. ("general partner"), subsidiária integral da GP Investments, Ltd., companhia aberta com sede nas Bermudas ("GP"). O general partner é o responsável pela administração do GPCPIV (conforme os termos do Partnership Agreement firmado entre o general partner e os demais investidores do fundo, "Investidores Institucionais"), possuindo total discricionariedade pelas decisões de investimento e desinvestimento do GPCPIV. Nosso acionista direto GPCP4 – Fundo de Investimentos em Participações (GPCP4) é totalmente detido por seus cotistas, que também são investidores de capital e não possuem ingerência sobre a administração do fundo. A esse respeito, cumpre salientar que a atuação dos administradores e gestores do PEPC e GPCP4, controlados pela GP, é de natureza fiduciária, tendo poder discricionário para tomar decisões gerenciais e realizar a administração destes nossos acionistas por sua conta e ordem, incluindo o direito de voto decorrente de sua participação direta na Companhia. Os Investidores Institucionais são investidores qualificados exclusivamente de capital, sem qualquer ingerência nas decisões do GPCPIV, e incluem, resumidamente, instituições de fomento internacionais, fundos de universidades, hedge funds, fundações familiares e investidores particulares. Dessa forma esclarece-se que os Investidores Institucionais representam a universalidade de investidores do GPCPIV e não "acionistas controladores" deste.

Os Investidores Institucionais participam apenas do Partnership Agreement firmado com a GP Investments IV, Ltd. ("general partner"), o qual gere a administração e outros termos do GPCPIV (não havendo, assim, qualquer acordo de acionistas).

Nesse sentido, como a participação relevante é detida em conjunto por diversos investidores e fundos ou carteiras sob uma mesma gestão discricionária, informamos aqui que o gestor para as participações da PEPC e do GPCP4 é a GP Investments IV, Ltd. ("general partner"). Os fundos não são exclusivos e as decisões de negociação não são influenciadas pelos cotistas e Investidores Institucionais.

Com relação às posições informadas para JGP Gestão de Recursos Ltda., conjuntamente com JGP Gestão Patrimonial Ltda., Alliance Bernstein LP, OppenheimerFunds e Frindlay Park Partners LLP como acionistas que detém participação acionária superior a 5% na Companhia, a mesma explicação acima é aplicável, no sentido de que referem-se a posições consolidadas para todos os fundos de investimento e investidores não residentes cujas carteiras encontram-se sob gestão discricionária das entidades mencionadas como acionistas. Tais entidades, portanto, representam uma pluralidade de acionistas.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Nós, nossas sociedades controladas e pessoas ligadas realizamos algumas operações entre nós, relativas aos nossos aspectos financeiros e operacionais. Essas operações e negócios com partes relacionadas decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais usuais de mercado para os respectivos tipos de operações, ou mediante pagamento compensatório adequado, dada a natureza de cada operação. Não temos, no entanto, uma política definida quanto à realização de transações com partes relacionadas.

Considerando que detemos diretamente o controle integral do capital de nossas controladas, todos os resultados e posições patrimoniais existentes nas relações entre as empresas de nosso grupo são eliminadas na consolidação das informações financeiras, de acordo com as instruções normativas da CVM.

Dentre essas operações destacamos as mais relevantes: (i) celebração de contratos de prestação de serviços educacionais e de convênios de cooperação técnico-pedagógica; e (ii) a celebração de contratos de mútuo. Adicionalmente, informamos que celebramos apólices de seguros com coberturas que englobam riscos variados relacionados a nós e a nossas controladas, de maneira compartilhada, razão pela qual os pagamentos dos respectivos prêmios são fracionados entre nós e nossas controladas. Na contratação de serviços, levamos em consideração o critério do melhor preço, prazo e de melhor capacitação técnica, entre outros.

De acordo com o nosso Estatuto Social, é da competência exclusiva do Conselho de Administração aprovar a realização de operações e negócios de qualquer natureza, por si ou por nossas controladas, com os acionistas ou qualquer sociedade que direta ou indiretamente, controle, seja controlada ou esteja sob controle comum de acionistas, bem como qualquer operação ou negócio de qualquer natureza com qualquer de nossos administradores ou nossos respectivos conjugues, parentes até segundo grau.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO PARÁ LTDA. - SESPA	01/07/2009	0,00	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	controlada						
Objeto contrato	Cessão de direito de uso da marca "Estácio" a título não oneroso, visando a uniformização da identidade visual em todo o território nacional. A Sociedade foi incorporada pela IREP em 30/06/2010.						
Garantia e seguros	prazo indeterminado						
Rescisão ou extinção	a qualquer tempo mediante notificação prévia.						
Natureza e razão para a operação							
SOCIEDADE TECNOPOLITANA DA BAHIA LTDA. - STB	01/07/2009	0,00	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	controlada						
Objeto contrato	Cessão de direito de uso da marca "Estácio" a título não oneroso, visando a uniformização da identidade visual em todo o território nacional. A Sociedade foi incorporada pela IREP em 30/06/2010.						
Garantia e seguros	não aplicável						
Rescisão ou extinção	a qualquer tempo mediante notificação prévia						
Natureza e razão para a operação							
SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE PERNAMBUCO LTDA. - SESPE	01/07/2009	0,00	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	controlada						
Objeto contrato	Cessão de direito de uso da marca "Estácio" a título não oneroso, visando a uniformização da identidade visual em todo o território nacional. A Sociedade foi incorporada pela IREP em 30/06/2010.						
Garantia e seguros	não aplicável						
Rescisão ou extinção	a qualquer tempo mediante notificação prévia						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE ALAGOAS LTDA	01/07/2009	0,00	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	controlada						
Objeto contrato	Cessão de direito de uso da marca "Estácio" a título não oneroso, visando a uniformização da identidade visual em todo o território nacional. A Sociedade foi incorporada pela IREP em 30/06/2010.						
Garantia e seguros	não aplicável						
Rescisão ou extinção	a qualquer tempo mediante notificação prévia.						
Natureza e razão para a operação							
SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO AMAPÁ LTDA. - SESAP	01/07/2009	0,00	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	controlada						
Objeto contrato	Cessão de direito de uso da marca "Estácio" a título não oneroso, visando a uniformização da identidade visual em todo o território nacional. A Sociedade foi incorporada pela IREP em 30/06/2010.						
Garantia e seguros	não aplicável						
Rescisão ou extinção	a qualquer tempo mediante notificação prévia.						
Natureza e razão para a operação							
IREP - SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MÉDIO E FUNDAMENTAL LTDA	01/07/2009	0,00	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	controlada						
Objeto contrato	Cessão de direito de uso da marca "Estácio" a título não oneroso, visando a uniformização da identidade visual em todo o território nacional						
Garantia e seguros	não aplicável						
Rescisão ou extinção	a qualquer tempo mediante notificação prévia						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
FACULDADE RADIAL DE CURITIBA SOCIEDADE LTDA	01/07/2009	0,00	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	controlada						
Objeto contrato	Cessão de direito de uso da marca "Estácio" a título não oneroso, visando a uniformização da identidade visual em todo o território nacional. A Sociedade foi incorporada pela IREP em 30/06/2010.						
Garantia e seguros	não aplicável						
Rescisão ou extinção	a qualquer tempo mediante notificação prévia.						
Natureza e razão para a operação							
SOCIEDADE ABAETÉ DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA	01/07/2009	0,00	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	controlada						
Objeto contrato	Cessão de direito de uso da marca "Estácio" a título não oneroso, visando a uniformização da identidade visual em todo o território nacional. A Sociedade foi incorporada pela IREP em 30/06/2010.						
Garantia e seguros	não aplicável						
Rescisão ou extinção	a qualquer tempo mediante notificação prévia						
Natureza e razão para a operação							
SOCIEDADE INTERLAGOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA S/S LTDA	01/07/2009	0,00	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	controlada						
Objeto contrato	Cessão de direito de uso da marca "Estácio" a título não oneroso, visando a uniformização da identidade visual em todo o território nacional. A Sociedade foi incorporada pela IREP em 30/06/2010.						
Garantia e seguros	não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção a qualquer tempo mediante notificação prévia							
Natureza e razão para a operação							
FACULDADE BRASÍLIA DE SÃO PAULO LTDA	01/07/2009	0,00	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor controlada							
Objeto contrato Cessão de direito de uso da marca "Estácio" a título não oneroso, visando a uniformização da identidade visual em todo o território nacional. A Sociedade foi incorporada pela IREP em 30/06/2010.							
Garantia e seguros não aplicável							
Rescisão ou extinção a qualquer tempo mediante notificação prévia							
Natureza e razão para a operação							
INSTITUTO EURO-LATINO-AMERICANO DE CULTURA E TECNOLOGIA LTDA	01/07/2009	0,00	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor controlada							
Objeto contrato Cessão de direito de uso da marca "Estácio" a título não oneroso, visando a uniformização da identidade visual em todo o território nacional. A Sociedade foi incorporada pela IREP em 30/06/2010.							
Garantia e seguros não aplicável							
Rescisão ou extinção a qualquer tempo mediante notificação prévia							
Natureza e razão para a operação							
UNIÃO CULTURAL E EDUCACIONAL MAGISTER LTDA-UNICEM	01/07/2009	0,00	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor Controlada							
Objeto contrato Cessão de direito de uso da marca "Estácio" a título não oneroso, visando a uniformização da identidade visual em todo o território nacional. A Sociedade foi incorporada pela IREP em 30/06/2010.							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	não aplicável						
Rescisão ou extinção	a qualquer tempo mediante notificação prévia						
Natureza e razão para a operação							
MARIA MONTESSORI DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA	01/07/2009	0,00	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	controlada						
Objeto contrato	Cessão de direito de uso da marca "Estácio" a título não oneroso, visando a uniformização da identidade visual em todo o território nacional. A Sociedade foi incorporada pela IREP em 30/06/2010.						
Garantia e seguros	não aplicável						
Rescisão ou extinção	a qualquer tempo mediante notificação prévia.						
Natureza e razão para a operação							
UNISSORI – UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR MONTESSORI DE IBIÚNA S/C LTDA	01/07/2009	0,00	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	controlada						
Objeto contrato	Cessão de direito de uso da marca "Estácio" a título não oneroso, visando a uniformização da identidade visual em todo o território nacional. A Sociedade foi incorporada pela IREP em 30/06/2010.						
Garantia e seguros	não aplicável						
Rescisão ou extinção	a qualquer tempo mediante notificação prévia.						
Natureza e razão para a operação							
CULTURA E EDUCAÇÃO DE COTIA LTDA.	01/07/2009	0,00	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Cessão de direito de uso da marca "Estácio" a título não oneroso, visando a uniformização da identidade visual em todo o território nacional. A Sociedade foi incorporada pela IREP em 30/06/2010.						
Garantia e seguros	não aplicável						
Rescisão ou extinção	a qualquer tempo mediante notificação prévia.						
Natureza e razão para a operação							
Rogério Frota Melzi	03/04/2009	115.000,00	R\$0,0	R\$133.616,00	O contrato foi integralmente quitado em abril de 2011.	SIM	16,187826
Relação com o emissor	A parte relacionada é administradora da Companhia.						
Objeto contrato	Mútuo.						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados a estes contratos.						
Rescisão ou extinção	Pagamento ou vencimento antecipado em caso de descumprimento do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Foi concedido mútuo para o administrador com a incidência de juros remuneratórios mensais de 100% do CDI.						
Escuela de Informatica S.R.L.	28/05/2009	2.340.000,00	não aplicável por se tratar de perdão de dívida	R\$ 2.340.000,00 (equivalente a U\$1.200.000,00).	28/08/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Escuela de Informática S.R.L. pertenceu ao Sr. João Uchôa Cavalcanti, um ex acionista.						
Objeto contrato	Em 28 de maio de 2009 a Estácio assinou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, onde a Estácio adquire de João Uchoa Cavalcanti Netto a totalidade das quotas de que é titular na sociedade uruguaia Escuela de Informatica S.R.L, representadas por 40 quotas ou 80% do capital. No mesmo ato, João Uchoa Cavalcanti Netto pagou para Estácio R\$ 3.153 a título de compensação por eventuais passivos e contingências assumidos em decorrência dessa transferência de propriedade. Este valor foi contabilizado como redutor dos saldos de despesas operacionais na Estacio em 31 de março de 2011.						
Garantia e seguros	Não existem garantias para esta operação, apenas o Contrato de opção de Quotas e Outras Avenças relacionado.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção							
Em 28 de maio de 2009 foi assinado o Instrumento de Transação entre a Estácio e a Escuela de Informatica S.R.L., onde a primeira concede para a segunda perdão da dívida referente ao contrato de mutuo, condicionado a assinatura do contrato de cessão e transferência de quotas da Estácio para o sócio minoritário que detem 10 quotas ou 20% de participação no capital da sociedade. Nesse ato a Estacio tambem recebeu quitação pelas obrigações decorrentes do contrato de gestão. O valor do perdão de dívida foi contabilizado na rubrica de despesas financeiras. Neste ato foi assinado Instrumento de Transação onde Estacio vendeu ao sócio minoritário a totalidade das quotas que havia adquirido de João Uchôa Cavalcanti Netto, bem como assumiu o compromisso de pagar para aquele sócio minoritário a quantia de US\$ 150 mil, a titulo de compensação por eventuais problemas decorrentes do contrato de gestão.							
Natureza e razão para a operação							
Escuela de Informatica S.R.L.	28/05/2009	0,00	não aplicável por se tratar de perdão de dívida	não aplicável por se tratar de perdão de dívida	Até 60 dias após divulgação dos resultados da Estácio ou da Escuela de Informática em 2011.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
A Escuela de Informática S.R.L. pertenceu ao Sr. João Uchoa Cavalcanti Netto, um ex acionista.							
Objeto contrato							
Contrato de compra e venda de quotas e outras avenças.							
Garantia e seguros							
Não existem garantias.							
Rescisão ou extinção							
Em 28 de maio de 2009 foi assinado o Instrumento de Transação entre a Estácio e a Escuela de Informatica S.R.L., onde a primeira concede para a segunda perdão da dívida referente ao contrato de mutuo, condicionado a assinatura do contrato de cessão e transferência de quotas da Estácio para o sócio minoritário que detem 10 quotas ou 20% de participação no capital da sociedade. Nesse ato a Estacio tambem recebeu quitação pelas obrigações decorrentes do contrato de gestão. O valor do perdão de dívida foi contabilizado na rubrica de despesas financeiras. Neste ato foi assinado Instrumento de Transação onde Estacio vendeu ao sócio minoritário a totalidade das quotas que havia adquirido de João Uchôa Cavalcanti Netto, bem como assumiu o compromisso de pagar para aquele sócio minoritário a quantia de US\$ 150 mil, a titulo de compensação por eventuais problemas decorrentes do contrato de gestão.							
Natureza e razão para a operação							
Marone Consultoria e Participações Ltda.	04/06/2008	14.000.000,00	0,00	R\$ 8.191.200,50	O contrato foi quitado antecipadamente em 15 de janeiro de 2010.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
A Marone Consultoria e Participações Ltda. é sociedade controlada pelos Srs. André Cleófas Uchôa e Marcel Cleófas Uchôa, acionistas da Companhia.							
Objeto contrato							
Em 4 de junho de 2008, a Companhia firmou um contrato de consultoria com a Marone Consultoria e Participações Ltda., tendo por objeto a prestação de serviços relacionados às atividades acadêmicas e de ensino superior e ao planejamento estratégico e desenvolvimento de novos negócios, além de estabelecer a obrigação de não competição por parte da Marone.							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Rescisão por iniciativa de qualquer uma das partes mediante o envio de notificação a outra parte, com antecedência de 60 dias, devendo ser observado, nessa hipótese, todas as implicações previstas no contrato, entre as quais a obrigação de pagamento de indenização à Marone em parcela única devidamente atualizada pela variação do IGPM/FGV no valor correspondente à soma das parcelas devidas até o final do contrato, em caso de rescisão por iniciativa da Companhia. Caso o contrato fosse rescindido de forma antecipada por parte da Marone, não caberia a esta qualquer pagamento indenizatório à Companhia. Por meio de termo aditivo firmado em 15 de janeiro de 2010 conseguimos um desconto de 30% sobre o saldo devedor e, em 31 de julho de 2010, o contrato foi liquidado permanecendo em vigor apenas as obrigações de não competição e confidencialidade.						
Natureza e razão para a operação							
Ronaldo labrudi dos Santos Pereira	14/09/2012	0,00	NA. Em 30/09/2012 não havia saldo existente porque o contrato tinha acabado de ser firmado	Não é possível aferir: percentual sobre a comprovada economia aferida pelas controladas da Companhia	36 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A parte relacionada é administrador da Companhia.						
Objeto contrato	Prestação de serviços de consultoria pela Viaw Consultoria Ltda., a qual Ronaldo é sócio, à SESES, que poderá abranger a implantação e/ou revisão de metodologias de trabalho e, em especial, avaliação das despesas de telecomunicações. A remuneração a qual o contrato faz jus é variável, atrelado aos resultados decorrentes dos serviços. Não há um montante envolvido fixo, pois o prestador de serviço receberá percentual sobre a comprovada economia aferida pelas controladas da Companhia nas contas telefônicas. Em 30/09/2012 não havia saldo existente porque o contrato tinha acabado de ser firmado (foi celebrado em 20/09/2012), não tendo ainda surtido efeito pelo fato de ainda não ter sido iniciada a prestação dos serviços.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	A SESES estará sujeita ao pagamento de multa caso rescinda o contrato de maneira imotivada.						
Natureza e razão para a operação							
GP Investimentos	16/08/2012	1.000.000,00	R\$ 1.008.794,21	Não aplicável	Aplicação pode ser resgatada a qualquer tempo	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	GP Investimentos é detentora de 91,6% da BRZ Investimentos, gestora do fundo BRZ Renda Fixa Fundo de Investimento CP.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	A controlada IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental LTDA aplicou via Fundo Exclusivo de Investimento Estapart do banco BTG Pactual a quantia acima mencionada, no fundo BRZ Renda Fixa Fundo de Investimento CP. Tal aplicação em um fundo de mercado tem como objetivo superar o CDI com baixa volatilidade e baixo risco de crédito.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
SESES	01/03/2012	11.850.000,00	R\$11.850.000,00	R\$11.850.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta da Estácio Participações S.A.						
Objeto contrato	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Capitalizado em 06/07/2012						
Natureza e razão para a operação							
Virgílio Deloy Capobianco Gibbon	02/04/2010	120.000,00	R\$0,0	R\$131.116,00	O contrato foi integralmente quitado em abril de 2011.	SIM	9,263333
Relação com o emissor	A parte relacionada é administradora da Companhia.						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Pagamento ou vencimento antecipado em caso de descumprimento do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Foi celebrado aditivo contratual em 01 de Março de 2011 prorrogando o vencimento do contrato para março de 2012.						
Fabio Sandri	02/04/2010	64.500,00	R\$ 0,0	R\$ 67.737,90	O contrato foi integralmente quitado em abril de 2011.	SIM	5,020000
Relação com o emissor	A parte relacionada é administradora da Companhia.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias ou seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pagamento ou vencimento antecipado em caso de descumprimento do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Foi concedido mútuo para o administrador que se obrigou a pagar juros sobre o saldo devedor do Empréstimo à taxa do INPC acumulado no período de abril de 2010 a abril de 2011 sobre o devidamente corrigido.						
SESAL	29/04/2010	3.000.000,00	R\$0,0	R\$3.112.590,64	O contrato foi integralmente quitado em agosto de 2010.	SIM	3,753021
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias ou seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pagamento ou vencimento antecipado em caso de descumprimento do Contrato.						
Natureza e razão para a operação	Cumprimento de nossas obrigações. O contrato é remunerado por 110% do CDI e juros mora de 1% ao mes. A Sociedade foi incorporada pela IREP em 30/06/2010.						
IREP	05/05/2011	28.500.000,00	R\$0,0	R\$28.679.578,50	O contrato foi integralmente quitado em maio de 2011.	SIM	0,630100
Relação com o emissor	A parte relacionada é subsidiária da Companhia						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Cumprimento das obrigações de nossa controlada. O contrato é remunerado à 110% do CDI.						
IREP	05/05/2011	1.070.484,66	R\$0,0	R\$1.077.229,78	O contrato foi integralmente quitado em maio de 2011.	SIM	0,630100
Relação com o emissor	A parte relacionada é subsidiária da Companhia						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Cumprimento das obrigações de nossa controlada. O contrato é remunerado à 110% do CDI.						
IREP	05/05/2011	106.605,15	R\$0,0	R\$107.276,87	O contrato foi integralmente quitado em maio de 2011.	SIM	0,630100
Relação com o emissor	A parte relacionada é subsidiária da Companhia						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Cumprimento das obrigações de nossa controlada. O contrato é remunerado à 110% do CDI.						
SESES	24/04/2012	5.000.000,00	R\$5.000.000,00	R\$5.000.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta da Estácio Participações S.A.						
Objeto contrato	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Capitalizado em 06/07/2012						
Natureza e razão para a operação							
SESES	27/04/2012	1.200.000,00	R\$1.200.000,00	R\$1.200.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta da Estácio Participações S.A.						
Objeto contrato	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Capitalizado em 06/07/2012						
Natureza e razão para a operação							
SESES	02/05/2012	9.500.000,00	R\$9.500.000,00	R\$9.500.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta da Estácio Participações S.A.						
Objeto contrato	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Capitalizado em 29/11/2012						
Natureza e razão para a operação							
SESES	31/05/2012	9.400.000,00	R\$9.400.000,00	R\$9.400.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta da Estácio Participações S.A.						
Objeto contrato	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Capitalizado em 29/11/2012						
Natureza e razão para a operação							
SESES	02/07/2012	7.000.000,00	R\$7.000.000,00	R\$7.000.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta da Estácio Participações S.A.						
Objeto contrato	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Capitalizado em 29/11/2012						
Natureza e razão para a operação							
Nova Academia	10/07/2012	150.000,00	R\$150.000,00	R\$150.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada direta da Estácio Participações S.A.						
Objeto contrato	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Capitalizado em 04/10/2012						
Natureza e razão para a operação							
Nova Academia	10/08/2012	180.000,00	R\$180.000,00	R\$180.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta da Estácio Participações S.A.						
Objeto contrato	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Capitalizado em 04/10/2012						
Natureza e razão para a operação							
Nova Academia	24/08/2012	150.000,00	R\$150.000,00	R\$150.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta da Estácio Participações S.A.						
Objeto contrato	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Capitalizado em 04/10/2012						
Natureza e razão para a operação							
Nova Academia	31/08/2012	80.000,00	R\$80.000,00	R\$80.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta da Estácio Participações S.A.						
Objeto contrato	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Capitalizado em 04/10/2012						
Natureza e razão para a operação							
Nova Academia	06/09/2012	90.000,00	R\$90.000,00	R\$90.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta da Estácio Participações S.A.						
Objeto contrato	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Capitalizado em 04/10/2012						
Natureza e razão para a operação							
Nova Academia	10/09/2012	250.000,00	R\$250.000,00	R\$250.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta da Estácio Participações S.A.						
Objeto contrato	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Capitalizado em 04/10/2012						
Natureza e razão para a operação							
Nova Academia	24/09/2012	100.000,00	R\$100.000,00	R\$100.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta da Estácio Participações S.A.						
Objeto contrato	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Capitalizado em 04/10/2012						
Natureza e razão para a operação							
Nova Academia	25/09/2012	50.000,00	R\$50.000,00	R\$50.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada direta da Estácio Participações S.A.						
Objeto contrato	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Capitalizado em 04/10/2012						
Natureza e razão para a operação							
Todas as Controladas (Diretas e Indiretas)	01/08/2012	2.000.000,00	R\$1.875.000,00	R\$2.000.000,00	31/12/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladas diretas e indiretas da Estácio Participações						
Objeto contrato	Contrato de Rateio de Despesas: Compartilhamento com custos de atividades operacionais financeiras, contabilidade, contas a pagar/a receber, operações de tesouraria e fluxo de caixa, lançamentos em livros, controle de riscos, registros referentes aos custos compartilhados, orçamento, tecnologia da informação e sistemas, compras, serviços advocatícios, societários, de auditoria interna, comercial e de marketing, recursos humanos, entre outros serviços administrativos.						
Garantia e seguros	Não existem garantias ou seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	Caso fortuito ou força maior, que impeça a sua execução por mais de 60 (sessenta) dias contados do início do impedimento ou, ainda, mediante aviso prévio e escrito de uma parte a outra com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência e sem incidência de penalidade.						
Natureza e razão para a operação							
SESES	05/05/2011	5.932.294,90	R\$0,0	R\$6.025.525,37	O contrato foi integralmente quitado em agosto de 2011.	SIM	1,571575
Relação com o emissor	A parte relacionada é subsidiária da Companhia						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
SESES	01/07/2009	0,00	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	controlada						
Objeto contrato	Cessão de direito de uso da marca "Estácio" a título não oneroso, visando a uniformização da identidade visual em todo o território nacional.						
Garantia e seguros	não aplicável						
Rescisão ou extinção	a qualquer tempo mediante notificação prévia						
Natureza e razão para a operação							
SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ LTDA - SESCE	01/07/2009	0,00	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	controladas						
Objeto contrato	Cessão de direito de uso da marca "Estácio" a título não oneroso, visando a uniformização da identidade visual em todo o território nacional. A Sociedade foi incorporada pela IREP em 30/06/2010.						
Garantia e seguros	não aplicável						
Rescisão ou extinção	a qualquer tempo mediante notificação prévia						
Natureza e razão para a operação							
UNIÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - UNEC	01/07/2009	0,00	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	controlada						
Objeto contrato	Cessão de direito de uso da marca "Estácio" a título não oneroso, visando a uniformização da identidade visual em todo o território nacional. A Sociedade foi incorporada pela IREP em 30/06/2010.						
Garantia e seguros	não aplicável						
Rescisão ou extinção	a qualquer tempo mediante notificação prévia.						
Natureza e razão para a operação							
SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE SERGIPE LTDA. - SESSE	01/07/2009	0,00	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	não aplicável por se tratar de cessão gratuita.	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	controladas						
Objeto contrato	Cessão de direito de uso da marca "Estácio" a título não oneroso, visando a uniformização da identidade visual em todo o território nacional. A Sociedade foi incorporada pela IREP em 30/06/2010.						
Garantia e seguros	não aplicável						
Rescisão ou extinção	a qualquer tempo mediante notificação prévia						
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Apesar de não termos regras específicas para a identificação e administração de conflitos de interesses na Companhia, a identificação e administração de nossos conflitos de interesses é feita tendo como parâmetro a Lei das Sociedades por Ações, ou seja, o acionista que tiver interesse conflitante com a matéria colocada em pauta na ordem do dia está vedado de proferir o seu voto. Admitindo-se controvérsia quanto a eventual conflito de interesse, formal ou material, o nosso Estatuto Social estabelece que a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, obriguem-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado. Além do exposto nós e nossas subsidiárias, ao celebrarmos acordo ou estabelecermos relação comercial, sempre observamos as condições praticadas no mercado àquela época.

b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Adotamos práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo as previstas no Regulamento do Novo Mercado.

Nos termos do nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração deve aprovar a realização de operações e negócios de qualquer natureza, realizados por nós ou por nossas controladas, com os acionistas ou qualquer sociedade que, direta ou indiretamente, controle, seja controlada ou esteja sob controle comum de acionistas ("Afilhada"), bem como qualquer operação ou negócio de qualquer natureza com qualquer dos nossos administradores ou seus respectivos cônjuges, parentes até segundo grau ou Afilhadas.

A Diretoria Executiva e todos os nossos colaboradores estão comprometidos com o nosso Código de Ética, que nos previne contra qualquer tomada de decisão que possa ocasionar conflito de interesses. Possuímos também um Comitê de Ética que avalia qualquer situação que esteja em desacordo com nossas políticas, inclusive o próprio Código de Ética. Assim, todas as nossas operações, especialmente aquelas que envolvem partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos nossos órgãos decisórios a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes.

Com relação à adequação do pagamento compensatório dos contratos com partes relacionadas, temos que:

(i) os contratos de mútuo com controladas foram realizados a taxas equivalentes às praticadas no mercado, visando prover liquidez para estas controladas honrarem com seus compromissos de pagamento;

(ii) os contratos de mútuo com os administradores Eduardo Alcalay, Fabio Sandri, Virgilio Gibbon e Rogério Melzi, todos já liquidados, foram realizados a taxas referenciadas em indicadores usuais de mercado, como o CDI e o INPC, e que não excedem taxas usuais de mercado, tendo sido estendidos visando prover a tais administradores liquidez necessária para estes arcarem com despesas temporárias

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

relacionadas à mudança de domicílio para assumir cargos na administração da Companhia;

(iii) o contrato de consultoria firmado com Marone Consultoria e Participações Ltda. teve remuneração que refletiu a avaliação da experiência específica do referido consultor em questão de ensino superior, tendo sido estipulada em vista das condições de exclusividade e não-concorrência por prazo que se estende por um período adicional ao período de encerramento da prestação dos serviços. O contrato foi integralmente quitado em 15 de janeiro de 2010;

(iv) o contrato de opção de aquisição de quotas foi exercido de acordo com os resultados apresentados pela Escuela de Informatica S.R.L.;

(v) o contrato para prestação de serviços de consultoria da VIAW CONSULTORIA LTDA. que abrange a implantação e/ou revisão de metodologias de trabalho e, em especial, avaliação das despesas de telecomunicações, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, por suas controladas, com remuneração compatível com a de mercado e com pagamento atrelado a comprovada economia nas contas telefônicas. Em função do disposto no artigo 156 da Lei 6.404/76 fica registrada a abstenção de voto do Conselheiro Sr. Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira, um dos sócios da Viaw Consultoria Ltda., na reunião de Conselho de Administração que aprovou a contratação, 04/09/2012; e

(vi) Contrato com a BRZ Investimentos, coligada da GP Investimentos, realizada em 16 de agosto de 2012, que tem por objetivo diversificar as aplicações da Cia em um fundo de mercado com o objetivo de superar o CDI com baixa volatilidade e baixo risco de crédito. Montante envolvido no negócio: R\$1.000.000,00. Não há montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio e/ou garantias e seguros relacionados. A aplicação pode ser resgatada a qualquer tempo sem condições específicas de rescisão ou extinção. Será paga uma taxa de administração em linha com as praticadas no mercado.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
02/05/2013	1.000.589.021,44		97.899.438	0	97.899.438
Tipo de capital	Capital Autorizado				
31/03/2007	0,00		1.000.000.000	0	1.000.000.000

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
28/01/2010	RCA	28/01/2010	531.602,55	Subscrição particular	32.121	0	32.121	0,18005960	16,55	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Em acordo com o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia e seus aditamentos.								
Forma de integralização		Subscrição em dinheiro.								
29/04/2010	RCA	29/04/2010	2.037.251,84	Subscrição particular	122.431	0	122.431	0,68879922	16,64	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Em acordo com o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia e seus aditamentos.								
Forma de integralização		Subscrição em dinheiro.								
29/07/2010	RCA	29/07/2010	207.947,25	Subscrição particular	12.225	0	12.225	0,06982645	17,01	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Em acordo com o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia e seus aditamentos.								
Forma de integralização		Subscrição em dinheiro.								
06/10/2010	RCA	06/10/2010	62.326.156,00	Subscrição pública	3.280.324	0	3.280.324	20,91384884	19,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi calculado tendo como parâmetro (i) a cotação de fechamento das ações de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA e (ii) a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento (bookbuilding) realizado pelas instituições financeiras coordenadoras da Oferta de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Ofeta"), tendo sido consideradas as intenções dos Investidores Institucionais para a subscrição das ações objeto da Oferta, em consonância com as disposições do §1º, III do artigo 170 da Lei n.º 6.404/76 e da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, sendo este o critério mais apropriado para determinar o preço justo das Ações;								
Forma de integralização		Subscrição em dinheiro.								
28/10/2010	RCA	28/10/2010	102.853,74	Subscrição particular	5.874	0	5.874	0,02854353	17,51	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Em acordo com o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia e seus aditamentos.								
Forma de integralização		Subscrição em dinheiro.								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
20/04/2011	RCA	20/04/2011	3.187.134,86	Subscrição particular	178.451	0	178.451	0,88422761	17,86	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Em acordo com o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia e seus aditamentos.								
Forma de integralização		Subscrição em dinheiro.								
20/04/2011	RCA	20/04/2011	525.948,15	Subscrição particular	25.445	0	25.445	0,14463829	20,67	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Em acordo com o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia e seus aditamentos.								
Forma de integralização		Subscrição em dinheiro.								
20/04/2011	RCA	20/04/2011	237.000,00	Subscrição particular	10.000	0	10.000	0,06508202	23,70	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Em acordo com o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia e seus aditamentos.								
Forma de integralização		Subscrição em dinheiro.								
20/04/2012	RCA	20/04/2012	2.925.796,43	Subscrição particular	159.967	0	159.967	0,80292357	18,29	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Em acordo com o 1º Programa do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia e seus aditamentos.								
Forma de integralização		Subscrição em dinheiro.								
20/04/2012	RCA	20/04/2012	480.512,55	Subscrição particular	22.655	0	22.655	0,13081625	21,21	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Em acordo com o 2º Programa do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia e seus aditamentos.								
Forma de integralização		Subscrição em dinheiro.								
12/09/2012	RCA	12/09/2012	792.542,96	Subscrição particular	41.107	0	41.107	0,21548251	19,28	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Em acordo com o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia e seus aditamentos.								
Forma de integralização		Subscrição em Dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
12/09/2012	RCA	12/09/2012	223.500,00	Subscrição particular	10.000	0	10.000	0,06063619	22,35	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Em acordo com o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia e seus aditamentos.								
Forma de integralização		Subscrição em Dinheiro								
12/09/2012	RCA	12/09/2012	505.117,10	Subscrição particular	19.685	0	19.685	0,13695668	25,66	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Em acordo com o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia e seus aditamentos.								
Forma de integralização		Subscrição em Dinheiro								
23/01/2013	RCA	23/01/2013	536.398.464,00	Subscrição pública	12.771.392	0	12.771.392	15,47947114	42,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi calculado tendo como parâmetro (i) a cotação de fechamento das ações de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA e (ii) a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento (bookbuilding) realizado pelas instituições financeiras coordenadoras da Oferta de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Ofeta"), tendo sido consideradas as intenções dos Investidores Institucionais para a subscrição das ações objeto da Oferta, em consonância com as disposições do §1º, III do artigo 170 da Lei n.º 6.404/76 e da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, sendo este o critério mais apropriado para determinar o preço justo das Ações;								
Forma de integralização		Subscrição em dinheiro.								
30/01/2013	RCA	30/01/2013	80.459.736,00	Subscrição pública	1.915.708	0	1.915.708	2,01067746	42,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Exercício de Opção de Ações Suplementares em Oferta de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Ofeta"): O preço de emissão das ações foi calculado tendo como parâmetro (i) a cotação de fechamento das ações de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA e (ii) a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento (bookbuilding) realizado pelas instituições financeiras coordenadoras da Oferta, tendo sido consideradas as intenções dos Investidores Institucionais para a subscrição das ações objeto da Oferta, em consonância com as disposições do §1º, III do artigo 170 da Lei n.º 6.404/76 e da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, sendo este o critério mais apropriado para determinar o preço justo das Ações.								
Forma de integralização		Subscrição em dinheiro.								
15/04/2013	RCA	15/04/2013	834.727,90	Subscrição particular	36.451	0	36.451	0,00083819	22,90	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Em acordo com o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia e seus aditamentos.								
Forma de integralização		Subscrição em dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
15/04/2013	RCA	15/04/2013	1.049.523,09	Subscrição particular	39.921	0	39.921	0,00105300	26,29	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Em acordo com o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia e seus aditamentos.								
Forma de integralização		Subscrição em dinheiro								
15/04/2013	RCA	15/04/2013	2.731.182,06	Subscrição particular	135.274	0	135.274	0,00273733	20,19	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Em acordo com o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia e seus aditamentos.								
Forma de integralização		Subscrição em dinheiro								
15/04/2013	RCA	15/04/2013	9.689.409,25	Subscrição particular	490.603	0	490.603	0,00982521	20,19	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Em acordo com o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia e seus aditamentos.								
Forma de integralização		Subscrição em dinheiro								
02/05/2013	RCA	02/05/2013	2.427,40	Subscrição particular	106	0	106	0,00000243	22,90	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Em acordo com o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia e seus aditamentos.								
Forma de integralização		Subscrição em Dinheiro								
02/05/2013	RCA	02/05/2013	40.828,37	Subscrição particular	1.553	0	1.553	0,00004081	26,29	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Em acordo com o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia e seus aditamentos.								
Forma de integralização		Subscrição em Dinheiro								
02/05/2013	RCA	02/05/2013	62.165,01	Subscrição particular	3.079	0	3.079	0,00006213	20,19	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Em acordo com o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia e seus aditamentos.								
Forma de integralização		Subscrição em Dinheiro								

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não Aplicável. Desde de 2009, não houve redução do nosso capital social.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não Aplicável. Desde a nossa criação em 2007, não houve redução do nosso capital social.

17.5 - Outras informações relevantes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 04 de junho de 2008, os acionistas aprovaram a conversão da totalidade das ações preferenciais de nossa emissão em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial, consignando que tal conversão foi previamente aprovada em Assembleia Especial dos acionistas detentores de ações preferenciais de nossa emissão, realizada na mesma data. O nosso capital social, subscrito e integralizado, em virtude dessa conversão totalizava R\$295.237.000,00 (duzentos e noventa e cinco milhões, duzentos e trinta e sete mil reais), dividido em 235.755.000 (duzentas e trinta e cinco milhões, setecentas e cinquenta e cinco mil) ações, todas ordinária, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	De acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no nosso Estatuto Social, é conferido aos titulares de ações de nossa emissão direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições relativamente às ações na proporção de suas participações no capital social. Nos termos do art. 29, (c) do nosso estatuto social, 25%, no mínimo, do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções previstas no estatuto social e ajustado na forma do art. 202, da Lei das Sociedades por Ações, destinar-se-á para pagamento do dividendo obrigatório a todos os nossos acionistas.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	<p>No caso de nossa liquidação, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações. Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembléia geral poderão retirar-se, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Para fins de reembolso, o valor da ação será determinado com base no nosso valor econômico, apurado em avaliação procedida por empresa especializada indicada e escolhida em conformidade com o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações. Nos termos do artigo 137, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, mencionado direito de retirada não se aplicará no caso de dissenso com relação a fusão da Companhia, sua incorporação em outra, ou ainda participação dessa em grupo de sociedades, tendo em vista que as suas ações possuem liquidez e dispersão.</p>
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o nosso Estatuto Social nem as deliberações tomadas em assembléia geral podem privar os acionistas dos direitos de (i) participar dos lucros sociais, (ii) participar do nosso acervo, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar a nossa gestão, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência para a subscrição de ações, bônus de subscrição de ações e de outros títulos ou direito relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Nosso Estatuto Social prevê, em caso de alienação de controlador e o direito de alienar as ações em condições idênticas às do acionista controlador alienante (100% tag along). Além disso, nosso Estatuto Social prevê a realização de OPA em caso de aquisição que resulte na titularidade de 20% ou mais do total de ações de emissão da Companhia, cancelamento do registro de companhia aberta e saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Mais informações acerca das características das ações estão disponíveis no item 18.2 deste Formulário de Referência.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

A alienação do nosso controle acionário, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que qualquer pessoa ou grupo de pessoas que adquira ou se torne titular de ações de nossa emissão se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos nossos outros acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

A oferta pública referida acima também será exigida: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição ou opção de aquisição de ações ou outros títulos ou direitos relativos à valores mobiliários conversíveis em ações, ou que deem direito à sua subscrição ou aquisição, conforme o caso, que venha a resultar na alienação do nosso controle; e (ii) em caso de alienação do controle de sociedade(s) que detenha(m) o nosso poder de controle, sendo que nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor que nos foi atribuído nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Aquele que adquirir o poder de controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida acima; (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do poder de controle, devidamente atualizado. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam nossas ações nos pregões em que qualquer pessoa ou grupo de pessoas realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BMF&BOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Qualquer pessoa ou grupo de pessoas que adquira ou se torne titular de ações de nossa emissão, em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de nossa emissão, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma oferta pública de aquisição ("OPA") da totalidade das ações de nossa emissão, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado, outros regulamentos da BM&FBOVESPA e os termos do Estatuto Social da Companhia. Nessa caso:

- A OPA deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os nossos acionistas; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com laudo de avaliação, realizado nos termos do nosso Estatuto; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de nossa emissão.
- O preço de aquisição na OPA de cada ação de nossa emissão será definido em laudo de avaliação elaborado de acordo com o disposto e seguindo os procedimentos previstos em nosso Estatuto Social, não podendo ser inferior ao equivalente a 100% do maior entre os seguintes valores: (i) média ponderada, por volume de negociações, dos 90 últimos pregões antecedentes à data do evento aqui tratado; (ii) valor da ação na última OPA realizada e efetivada nos 24 meses antecedentes à data do evento aqui tratado; e (iii) nosso valor econômico, apurado com base na metodologia de fluxo de caixa descontado.
- A realização da OPA mencionada acima não excluirá a possibilidade de formulação de uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.
- A realização da OPA mencionada acima poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em assembleia geral especialmente convocada para este fim, seguidas as regras presentes em nosso Estatuto.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

- A pessoa ou grupo de pessoas que adquira as nossas ações estará obrigado a atender às eventuais solicitações ou exigências da CVM relativas à OPA, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.
- Na hipótese dessa pessoa ou grupo de pessoas não cumprir com as obrigações impostas pelo nosso Estatuto, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA, ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o nosso Conselho de Administração convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual a pessoa ou grupo de pessoas adquirente das ações na quantidade apontada acima não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos dessa pessoa ou grupo de pessoas que adquiriu nossas ações e que não cumpriu com qualquer obrigação imposta pelo nosso Estatuto, conforme disposto no Artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações.
- Qualquer pessoa ou grupo de pessoas que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive (i) outros direitos de natureza societária sobre quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de nossa emissão, ou que possam resultar na aquisição de ações de nossa emissão em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou (ii) Derivativos que deem direito a nossas ações representando 20% (vinte por cento) ou mais das nossas ações, estará obrigado igualmente a, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA, nos termos descritos no nosso Estatuto.

Tais disposições não se aplicam na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de nossa emissão em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) da incorporação de uma outra sociedade, (ii) da incorporação de ações de uma outra sociedade (iii) do cancelamento de ações em tesouraria, (iv) do resgate de ações; ou (v) da subscrição de nossas ações, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em nossa Assembleia Geral de Acionistas, convocada pelo nosso Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em Valor Econômico obtido a partir de um laudo de nossa avaliação econômico-financeiro realizada por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

Para fins do cálculo do percentual de 20% do total de ações de nossa emissão, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do nosso capital social com o cancelamento de ações.

Adicionalmente, a partir da data em que o nosso controle passar a ser qualificado como Controle Difuso, qualquer pessoa ou grupo de pessoas que atingir, direta ou indiretamente, participação em Ações em Circulação igual ou superior a 5% (cinco por cento) do nosso capital social, e que deseje realizar uma nova aquisição de Ações em Circulação, estará obrigado a realizar cada nova aquisição na BM&FBOVESPA, vedada a realização de negociações privadas ou em mercado de balcão.

Não registraremos em nossos livros: (a) quaisquer transferências de propriedade de nossas ações para o(s) comprador(es) do Poder de Controle ou para aqueles que vierem a deter o nosso Poder de Controle enquanto este(s) acionista(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento de Listagem no Novo Mercado; e, (b) eventual acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores acima referidos.

Na OPA a ser efetivada pelo Acionista Controlador ou por nós para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

apurado em laudo de avaliação a que se refere o artigo 42 do nosso Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Além disso, a nossa saída do Novo Mercado deverá ser aprovada em Assembleia Geral. Caso seja deliberada nossa saída do Novo Mercado, seja para que as ações passem a ser registradas para negociação fora do Novo Mercado, ou seja por operação de reorganização societária da qual a companhia resultante não seja admitida para negociação no Novo Mercado, o(s) acionista(s) que detiver(em) o nosso Poder de Controle deverá(ão) efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos nossos demais acionistas, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, apurado em laudo de avaliação, observadas, em ambos os casos, as condições previstas na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado.

Além disso, na hipótese de não haver acionista controlador, caso seja deliberada a nossa saída do Novo Mercado para que os valores mobiliários por nós emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no nosso Estatuto Social.

A referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(eis) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressa mente a obrigação de realizar a oferta.

Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Sempre que for aprovado, em Assembleia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada por nós, sendo que, neste caso, somente poderemos adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em Assembleia Geral após termos adquirido as ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a referida oferta pública.

O laudo de avaliação mencionado em nosso Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao nosso poder de decisão, de nossos administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do art. 8º, §1º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no art. 8º, §6º da Lei das Sociedades por Ações. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do nosso valor econômico é competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de Ações em Circulação ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação. Os custos de elaboração do laudo deverão ser suportados integralmente pelo ofertante.

A nossa saída do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

ações, no mínimo, pelo valor econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o nosso Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

O acionista controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista acima.

Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Novo Mercado referida acima decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista acima.

Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Novo Mercado referida acima ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os nossos administradores deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela nossa saída do Novo Mercado.

Caso a Assembleia Geral delibere pela nossa saída do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista acima, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Na hipótese de não haver acionista controlador e a BM&FBOVESPA determinar que as cotações dos valores mobiliários de nossa emissão sejam divulgadas em separado ou que os valores mobiliários por nós emitidos tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 02 (dois) dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente por nós utilizados, uma Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela nossa saída do Novo Mercado, nos termos acima mencionados.

Caso a Assembleia Geral Extraordinária não seja convocada pelo Presidente do Conselho ou de Administração no prazo estabelecido, a mesma poderá ser convocada por nosso acionista, no prazo previsto nas alíneas "b" e "c" do Artigo 123 da das Sociedades por Ações.

Os nossos Administradores deverão sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado no menor prazo possível ou em novo prazo concedido pela BM&FBOVESPA para esse fim, o que for menor.

É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas acima, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Nós ou os acionistas responsáveis pela realização de quaisquer das OPAs previstas acima poderemos assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro ou por nós, conforme o caso. Nós ou o acionista responsável, conforme o caso, não nos eximiremos da obrigação de realizar a OPA até que seja concluída com observância das regras aplicáveis.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Nosso Estatuto Social não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2011**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.185.997	27,75	21,15	R\$ por Unidade
30/06/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.171.736	27,57	19,31	R\$ por Unidade
30/09/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.054.303	20,98	14,55	R\$ por Unidade
31/12/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.171.074	21,00	15,81	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2010

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.628.648	25,02	20,35	R\$ por Unidade
30/06/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	974.492	22,00	17,50	R\$ por Unidade
30/09/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.021.582	21,99	17,38	R\$ por Unidade
31/12/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.077.745	27,35	20,52	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2009

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.380.000	13,92	9,96	R\$ por Unidade
30/06/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.640.000	20,52	11,35	R\$ por Unidade
30/09/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.910.000	23,95	17,67	R\$ por Unidade
31/12/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.000.000	24,55	20,23	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão Pública de Debêntures
Data de emissão	25/11/2011
Data de vencimento	25/11/2017
Quantidade (Unidades)	20.000
Valor total (Reais)	200.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e não organizado depois de decorridos noventa dias de sua subscrição ou aquisição pelos investidores qualificados, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476. Somente investidores qualificados, conforme definidos na Instrução da CVM nº 409/04, conforme alterada, e observado o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476, poderão adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º, do artigo 15 da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, sendo assegurado a todos os debenturistas igualdade de condições para aceitar ou recusar, a seu exclusivo critério, a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade.
Características dos valores mobiliários	Características disponíveis no item 18.10 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações dos direitos assegurados pelas Debêntures dependerão da aprovação dos debenturistas, reunidos em assembleia geral. Nas deliberações da assembleia geral de debenturistas, cada Debênture corresponde a um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista na escritura de emissão das Debêntures. Alterações nas cláusulas 4.1.3, 4.5, 4.7, 5.3, 5.4 e 8 da escritura de emissão das Debêntures dependerão da aprovação de 90% das Debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Regime de Colocação: As Debêntures foram objeto de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de subscrição, com intermediação do BB Banco de Investimento S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, podendo ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409), observados o artigo 3º da Instrução CVM 476 e os termos e condições previstas na escritura das debêntures. O Valor Nominal das debêntures será amortizado pela Companhia em 8 (oito) parcelas, nas datas e percentuais detalhados na escritura das debêntures, salvo possibilidade de aquisição antecipada facultativa, de oferta de resgate antecipado e nas hipóteses de vencimento antecipado, conforme serão previstas na escritura das debêntures.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As nossas ações ordinárias são admitidas à negociação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o código "ESTC3" desde julho de 2008.

As debêntures de nossa 1ª Emissão Pública de Debêntures são registradas para negociação na CETIP.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Ações Ordinárias "EPCY"	
País	Estados Unidos
Mercado	Mercado de balcão americano (OTC)
Entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação	SEC (Securities and Exchange Commission)
Data de admissão à negociação	17 de junho de 2011
Segmento de negociação	ADR Nível 1
Data de início de listagem no segmento de negociação	17 de junho de 2011
Percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício	1,4% para ações ordinárias
Proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações	1 ação ordinária para cada 1 certificado de depósito no exterior
Banco depositário	Citibank, NA
Instituição custodiante	Citibank DTVM S.A

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Em 27 de julho de 2007, realizamos uma oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de 19.864.000 Certificados de Depósitos de Ações – Units, representativas cada um de 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais de nossa emissão. O valor da oferta foi de R\$446,9 milhões.

Em 8 de outubro de 2010, anunciamos o encerramento da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, sendo 32.803.240 ações vendidas pelos nossos fundadores (João Uchôa Cavalcanti Netto e Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos), e 3.280.324 ações emitidas pela Companhia em lote suplementar (distribuição primária), ao preço de R\$19,00 por ação, perfazendo o total de R\$685,6 milhões.

Em 25 de novembro de 2011 realizamos uma oferta pública com esforços restritos de colocação de debêntures de nossa emissão. Foram emitidas 20.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com valor nominal de R\$10.000, totalizando a capitalização de R\$200 milhões.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não realizamos ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos três exercícios sociais.

18.10 - Outras informações relevantes

- Debêntures

i. Vencimento e condições de vencimento antecipado

Vencimento: 25 de novembro de 2017.

Vencimento Antecipado: Por meio do agente fiduciário, os debenturistas poderão declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, nas seguintes hipóteses, dentre outras: (i) declaração de vencimento antecipado, por descumprimento contratual, de qualquer dívida da Companhia ou de qualquer empresa controlada pela Companhia, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 ou seu valor equivalente em outras moedas; (ii) inadimplemento, em sua respectiva data de vencimento ou após decorrido qualquer prazo de cura, de qualquer dívida da Companhia ou de qualquer empresa controlada pela Companhia, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00, ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o não pagamento da dívida na data de seu respectivo vencimento (a) tiver a concordância do credor correspondente, formalmente comprovada ao agente fiduciário ou (b) estiver amparado por decisão judicial vigente obtida pela Companhia; (iii) trânsito em julgado de uma ou mais sentenças judiciais, sentenças arbitrais definitivas ou emissão de um ou mais laudos arbitrais definitivos contra a Companhia ou qualquer empresa controlada pela Companhia que resulte(m) ou possa(m) resultar, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento para a Companhia ou para qualquer empresa controlada pela Companhia de valor individual ou agregado igual ou superior a R\$20.000.000,00, ou seu equivalente em outras moedas; (iv) pagamentos aos acionistas da Companhia de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, acima do limite de 50% do lucro anual, enquanto a Companhia estiver adimplente com relação às Debêntures; (v) pagamentos aos acionistas da Companhia de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Companhia estiver inadimplente com os debenturistas em relação a qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto em lei; (vi) protesto legítimo de títulos contra a Companhia ou suas controladas com valor unitário ou agregado, igual ou superior a R\$5.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, salvo se (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia; ou (b) for susinado ou cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 dias contados da data de intimação do protesto, o qual será considerado como prazo de cura; (vii) Alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Companhia, que modifique ou restrinja substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas; (viii) redução de capital social da Companhia; (viii) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Companhia, incluindo a alienação, cessão ou transferência direta de ações do capital social da Companhia, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na aquisição originária do poder de controle da Companhia, de forma direta ou indireta, por algum acionista ou grupo de acionistas vinculado por acordo de votos, sob controle comum, ou, ainda, representando mesmo centro de interesses; (ix) emissão, pela Companhia ou suas controladas, de novas dívidas no mercado de capitais em grau preferencial (sênior) em relação à presente Emissão, sem a anuência dos debenturistas; (x) ocorrência de eventos que, a critério dos Debenturistas, afetem a capacidade operacional e/ou legal e/ou financeira da Companhia e/ou de suas controladas; (xi) aquisição e/ou fusão e/ou incorporação de ativos pela Companhia que não sejam aderentes ao seu core business; (xii) não observância, pela Companhia, enquanto houver Debêntures em circulação, de qualquer dos seguintes índices e limites financeiros a serem calculados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, incluindo as demonstrações financeiras de empresas adquiridas, caso ainda não tenham sido contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: (a) Ativo Circulante / Passivo Circulante $\geq 1,00x$; (b) Dívida Financeira Líquida / EBITDA Ajustado $\leq 2,50x$; (c) Passivo Total / Patrimônio Líquido $\leq 1,50x$; (d) EBITDA Ajustado / Despesa Financeira Líquida $\geq 1,25x$; e (e) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) $> 1,30x$.

18.10 - Outras informações relevantes

ii. Juros

100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, acrescida de uma sobretaxa de 1,60% ao ano, com base em 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por dias úteis corridos, incidentes sobre o valor nominal unitário de cada Debênture, desde a data de emissão das Debêntures, até a data efetiva de pagamento de juros remuneratórios.

iii. Garantia

Não há.

iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado

Quirografário

v. Eventuais restrições impostas à Companhia

Conforme hipóteses de vencimento antecipado descritas acima, as Debêntures possuem restrições diretas à distribuição de dividendos, à emissão de novos valores mobiliários, bem como outras restrições relacionadas à condição financeira da Companhia.

vi. Agente fiduciário

O agente fiduciário da emissão das Debêntures é a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.. A título de honorários pelos serviços prestados são devidas pela Companhia parcelas anuais de R\$8.000,00 para o acompanhamento padrão de serviços de agente fiduciário, sendo a primeira parcela paga cinco dias após a data de assinatura da escritura de emissão das Debêntures e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
14/07/2011	14/07/2011 à 13/07/2012	153.948.863,80	Ordinária		3.323.796	5,000000	27.000	20,30	R\$ por Unidade	0,812324
14/07/2011	14/07/2011 à 13/07/2012	153.948.863,80	Ordinária		3.323.796	5,000000	193.500	17,72	R\$ por Unidade	5,821667
12/05/2010	12/05/2010 à 11/05/2011	62.706.699,00	Ordinária		1.527.788	7,210000	59.000	22,49	R\$ por Unidade	3,861792

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Exercício social 01/01/0001****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		252.500	4.756.315,00	18,84
Aquisição		37.500	638.000,00	17,01
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		290.000	5.394.315,00	18,60

Exercício social 31/12/2011**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		15.300	297.447,00	19,44
Aquisição		237.200	4.458.868,00	18,80
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		252.500	4.756.315,00	18,84

Exercício social 31/12/2010**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		0	0,00	0,00
Aquisição		15.300	297.447,00	19,44
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		15.300	297.447,00	19,44

Exercício social 31/12/2009**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Saldo inicial	0	0,00	0,00
Aquisição	0	0,00	0,00
Alienação	0	0,00	0,00
Cancelamento	0	0,00	0,00
Saldo final	0	0,00	0,00

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social**Valor mobiliário** Ações

Espécie ação	Classe ação	Descrição dos valores mobiliários	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição	Fator de cotação	Data aquisição	Relação ações em circulação (%)
Ordinária			252.500	18,84	R\$ por Unidade	14/07/2011	0,317393

19.4 - Outras informações relevantes

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 12 de maio de 2010, foi aprovado, por unanimidade, o 1º Programa de Recompra de nossas ações, em bolsa de valores, de até 1.527.788 ações ordinárias equivalente à 7,21% do capital social.

Em 11 de maio de 2011 o programa foi encerrado e foram adquiridas 59.000 (cinquenta e nove mil) ações ordinárias, equivalente a 3,86% do total de ações previstas para o Programa.

Em 14 de julho de 2011, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, o 2º Programa de Recompra de Ações, que teve por objetivo aplicar recursos disponíveis, observado o limite do saldo de lucros ou reservas em 31 de dezembro de 2010, de forma a maximizar a geração de valor para o acionista, dentro de um limite estipulado de até 3.323.796 ações ordinárias equivalente à 5% do capital social da empresa.

Em complemento ao 2º Programa de Recompra, o Conselho de Administração aprovou em reunião realizada em 27 de setembro de 2011, a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, mediante a compra de opções de compra ("calls") e o lançamento de opções de venda ("puts") referenciadas em ações.

Após o encerramento do 2º programa de recompra de ações em 13 de julho de 2012, a Companhia começou a realizar o exercício das opções do programa de recompra com derivativos, sendo a primeira call exercida em 17 de setembro de 2012 com um total de 27.000 ações a um strike de R\$ 20,30, totalizando um desembolso de R\$ 548.100,00.

Em 17 de agosto de 2012, foram recompradas 10.500 ações com um desembolso total de R\$ 84.200,55, referentes à manifestação de dissidência de dois acionistas da FACSAOLUIS que exerceram seu direito de retirada após a aquisição da companhia.

No final do 3º trimestre de 2012 a Companhia possuía em tesouraria um total de 290.000 ações, equivalente a aproximadamente 0,35% do capital social e estão sendo mantidas entre os ativos da Companhia, podendo, posteriormente, serem canceladas, alienadas, ou ainda ser utilizadas para atender ao eventual exercício de opções no âmbito dos programas de opção de compra de ações da Companhia.

Por fim, a Companhia esclarece que em 30 de janeiro de 2013, a quantidade de ações em tesouraria totalizava 384.600 ações, ou 0,4% do capital social da Companhia, tendo se dado a última movimentação de valores mobiliários mantido em tesouraria em 26 de dezembro de 2012. Tal alteração no percentual que tais ações representam no capital da Companhia é decorrente do aumento de capital por conta da Oferta Pública de Distribuição de ações da Companhia e da alienação de participação acionária das acionistas Private Equity Partners C, LLC e GPCP4 – Fundo de Investimento em Participações em tal Oferta, registrada em 24 de janeiro de 2013 e incluindo o exercício da Opção de Ações Suplementares dessa Oferta em 29 de janeiro de 2013, resultando na aplicação dessa última data como data base para verificação da quantidade de ações em tesouraria. O montante já havia sido atualizado quando do aumento da participação acionária da JGP em 03 de janeiro de 2013 para 5,4% das ações do capital social da Companhia, que havia resultado na aplicação da data base de 03 de janeiro de 2013 para verificação da quantidade de ações em tesouraria. De 03 de janeiro de 2013 a 30 de janeiro de 2013, o número de ações em tesouraria permaneceu o mesmo, alterando-se apenas o percentual em relação ao capital social da Companhia.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	21/05/2007
Cargo e/ou função	Qualquer, pessoa que, em virtude de seu cargo, função ou posição no Controlador, ou nas Controladas tenha conhecimento de informação privilegiada sobre nossa Companhia Administradores Acionistas Controladores Conselheiros Fiscais Executivos Empregados com acesso a informação relevante

Principais características

Todas as negociações de valores mobiliários de nossa emissão realizadas por nós ou por pessoas que mantenham os seguintes vínculos com nossos administradores e conselheiros fiscais: (i) o cônjuge, de quem não esteja separado judicialmente, (ii) o(a) companheiro(a); (iii) qualquer dependente incluído na declaração anual do imposto de renda da pessoa física; e (iv) as sociedades direta ou indiretamente controladas pelos administradores ou conselheiros fiscais ("Pessoa Vinculada") somente serão admitidas quando feitas com a intermediação de uma das corretoras credenciadas constante da lista encaminhada por nós à CVM. É vedada a negociação, por qualquer das Pessoas Vinculadas, de valores mobiliários de nossa emissão sempre que: (a) ocorrer qualquer ato ou fato relevante que afete nossos negócios e de que as Pessoas Vinculadas tenham conhecimento e, ainda, após sua divulgação, caso a negociação possa interferir nas condições dos negócios que envolvam nossas ações, de maneira a resultar prejuízo para nós ou nossos acionistas; (b) estiver em curso ou houver sido outorgada opção ou mandato para o fim de aquisição ou alienação de nossas ações por nós mesmos, nossas sociedades controladas ou coligadas ou outra sociedade sob controle comum, sendo que a restrição aqui prevista aplica-se às operações com nossas ações realizadas exclusivamente nas datas em que nós negociemos com ações de nossa própria emissão; e (c) existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária. Não se aplicam as restrições à negociação acima previstas às operações com ações em tesouraria, por meio de negociação privada, vinculadas ao exercício de opção de compra, de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado por nossa assembleia geral e às nossas eventuais recompras realizadas por meio de negociação privada, dessas ações.

As restrições à negociação também não se aplicam a nós, nossos acionistas controladores, administradores, conselheiros fiscais e empregados com acesso à informação privilegiada, a partir da data de assinatura do termo de adesão à nossa política de negociação de valores mobiliários quando realizarem operações no âmbito previstas naquela política. Para que as negociações sejam enquadradas nesta hipótese, deverão ser realizadas sob a forma de investimento a longo prazo e atender a pelo menos uma seguintes das características: (i) subscrição ou compra de ações por força do exercício de opções concedidas na forma de plano de opção de compra aprovado em assembleia geral; (ii) compras realizadas por nós no âmbito de programa de recompra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria; e (iii) aplicação da remuneração variável, recebida a título de participação no resultado, na aquisição de valores mobiliários de nossa emissão.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização É vedada a negociação: (i) no período de 15 dias anteriores à divulgação ou publicação de ITR, informações anuais (DFP e Formulário de Referência) e Demonstrações Financeiras; (ii) quando ocorrer qualquer ato ou fato relevante que afete nossos negócios; (iii) quando estiver em curso aquisição ou alienação de valores mobiliários por nós, nossas sociedades controladas ou outra sociedade sob controle comum; (iv) quando houver sido outorgada opção ou mandato para este fim, exclusivamente nas datas em que nós negociamos ou informamos às corretoras credenciadas que negociaremos com valores mobiliários de nossa emissão; e (v) quando existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou nossa reorganização societária. Ex-administradores que se afastarem de nossa administração antes da divulgação pública de ato ou fato relevante relativo a negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar valores mobiliários de nossa emissão: (i) pelo prazo de 6 (seis) meses após o seu afastamento; ou (ii) antes de completados 6 (seis) meses de seu afastamento, até nossa divulgação do ato ou fato relevante em questão ao mercado. Sem prejuízo das sanções cabíveis nos termos da legislação vigente a serem aplicadas pelas autoridades competentes, em caso de violação dos termos e procedimentos estabelecidos na política de negociação de valores mobiliários de nossa emissão, caberá ao conselho de administração tomar as medidas disciplinares que forem cabíveis no nosso âmbito interno, inclusive a destituição do cargo ou demissão do infrator nas hipóteses de violação grave. Caso a medida cabível seja de competência legal ou estatutária da assembleia geral, deverá o conselho de administração convocá-la para deliberar sobre o tema. Procedimentos para a fiscalização em períodos de vedação de negociação: mecanismo interno que se consiste na divulgação por e-mail da política às Pessoas Vinculadas (conforme definidas no item 21.2 deste Formulário de Referência) e na assinatura de Termo de Adesão por estas, mantendo em nossa sede, à disposição da CVM, a relação de tais Pessoas Vinculadas, atualizando-a sempre que houver modificação.

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes além daquelas descritas neste item 20.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia possui uma Política de Divulgação e Uso de Informações aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de maio de 2007, a qual se encontra descrita no item 21.2 deste Formulário de Referência.

O mecanismo interno estabelecido para a implementação da política de divulgação contida na Política de Divulgação consiste nas Pessoas Vinculadas (conforme definidas no item 21.2 deste Formulário de Referência) que venham a ter acesso a informações sobre atos ou fatos relevantes serem responsáveis por comunicar o Diretor de Relações com Investidores sobre todo e qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento e que saibam não ter ainda chegado ao conhecimento do Diretor de Relações com Investidores, assim como deverão verificar se o Diretor de Relações com Investidores tomou as providências prescritas na Política de Divulgação em relação à divulgação da respectiva divulgação.

Adicionalmente, de acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações e a Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM e à BM&FBOVESPA determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como arquivar junto à CVM e à BM&FBOVESPA quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. A Instrução CVM 358 disciplina, ainda, regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto. Ademais, a Companhia aderiu ao Novo Mercado, segmento especial de listagem de governança corporativa da BM&FBOVESPA que, adicionalmente à legislação e às normas da CVM aplicáveis, contempla regras de divulgação mais rigorosas e amplia as informações a serem divulgadas pelas companhias de capital aberto que adotem tais práticas diferenciadas de governança corporativa. O Regulamento do Novo Mercado, dentre outras, impõe a obrigação de apresentação de demonstração de fluxo de caixa nas informações trimestrais e nas demonstrações financeiras e a divulgação anual de cronograma de eventos corporativos.

Exceto pelo descrito acima, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação e Uso de Informações vincula as seguintes pessoas ("Pessoas Vinculadas"), que deverão assinar um termo de adesão ao Manual:

- (i) administradores, acionistas controladores, membros do Conselho Fiscal e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia;
- (ii) empregados e executivos com acesso a informação relevante; e
- (iii) quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia ou em sociedades controladas e coligadas da Companhia, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia.

As Pessoas Vinculadas que tiverem conhecimento pessoal de ato ou fato relevante deverão comunicá-lo ao Diretor de Relações com Investidores, que é a pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos e sua divulgação à imprensa, via comunicação por correio eletrônico para o departamento de Relações com Investidores.

Além disso, sempre que a CVM ou as entidades de Mercado exigirem do Diretor Responsável esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de Ato ou Fato Relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de nossa emissão ou a eles referenciados, deverá o Diretor Responsável inquirir as pessoas com acesso a Atos ou Fatos Relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado. Os integrantes de nossos órgãos de administração e os demais funcionários inquiridos conforme mencionado, deverão responder à solicitação do Diretor Responsável imediatamente pessoalmente, por telefone ou por correio eletrônico.

Cumpra, ainda, às Pessoas Vinculadas o dever de guardar sigilo acerca das informações relevantes a que tenham acesso privilegiado, até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam. Caso, diante da comunicação realizada (e não se configurando a decisão de manter sigilo, tomada conforme o disposto acima), as Pessoas Vinculadas constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação, deverão as mesmas comunicar o fato relevante imediatamente à CVM, sob pena de responsabilidade.

Sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de informação privilegiada, as Pessoas Vinculadas deverão entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

A Política de Divulgação e Uso de Informações prevê como regra geral a imediata comunicação e divulgação simultânea à CVM, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e às entidades de balcão organizado em que a Companhia tenha valores mobiliários negociados, de ato ou fato relevante, divulgação essa a ser feita preferencialmente antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores localizadas no País ou no exterior em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados.

Caso seja imperativo que a divulgação do ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação, caberá ao Diretor de Relações com Investidores solicitar, sempre simultaneamente às bolsas de valores nacionais e estrangeiras, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.

A Política de Divulgação e Uso de Informações prevê, ainda, que a informação relevante poderá deixar de ser divulgada se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia. A não divulgação deverá ser objeto de decisão dos acionistas controladores ou administradores da Companhia, conforme o caso.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

De todo modo, em tais casos excepcionais de não divulgação, cabe ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso constate oscilação atípica ou, ainda, na hipótese de a informação escapar ao controle, deverá divulgar imediatamente o ato ou fato relevante.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações é o nosso Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

A Política de Divulgação e Uso de Informações prevê, ainda, que os administradores, membros do Conselho Fiscal e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia deverão informar ao Diretor de Relações com Investidores a titularidade de valores mobiliários de emissão da Companhia, em nome próprio ou de pessoas ligadas, bem como as alterações nessas posições. Tal comunicação deverá ser efetuada (i) no prazo de 5 dias após a realização de cada negócio; e (ii) no primeiro dia útil após a investidura no cargo.

O Diretor de Relações com Investidores deverá informar à CVM e às bolsas de valores no prazo de 10 dias, após o término do mês em que se verificarem as alterações das posições detidas, ou do mês que ocorrer a investidura no cargo das pessoas mencionadas acima, de forma individual e consolidada, por órgão da Companhia.

Adicionalmente, a Política de Divulgação e Uso de Informações prevê, ainda, que os acionistas controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, consideradas isoladamente ou em grupo representando um mesmo interesse, que atingir(em) participação direta ou indireta que corresponda a 5% ou mais de espécie ou classe de ações (ou bônus de subscrição, diretos de subscrição, opções de compra, debêntures conversíveis em ações), representativas do capital da Companhia devem enviar à Companhia comunicação imediata contendo as informações referidas no artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02.

É igualmente obrigatória a divulgação cada vez que a referida participação se eleve em 5% de espécie ou classe de ações (ou direitos sobre ações) representativas do capital social da Companhia, ou se reduza em 5% de espécie ou classe de ações (ou direitos sobre ações) representativas do capital social da Companhia, nesse caso, por força da alienação ou extinção de ações.

Caso a aquisição resulte ou tenha sido efetuada com o objetivo de alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia, bem como nos casos em que a aquisição gere a obrigação de realização de oferta pública, nos termos da Instrução CVM nº 361/02, o adquirente deverá, ainda, promover a publicação da comunicação relativa ao ato ou fato relevante, contendo as informações do artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02.

O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela transmissão das informações, assim que recebidas da Companhia, à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores, bem como atualizar as informações periódicas enviadas pela Companhia.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Em 8 de setembro de 2011, concluímos a alienação de todas as ações que detinha no capital social da Sociedade de Enseñanza Superior S.A., sociedade com sede em Assunção, no Paraguai. Com isso, a Estácio desfez-se de sua única operação no exterior devido ao não alinhamento com a estratégia de crescimento atual, focada no Brasil, e também à falta de sinergia com nossas operações em território nacional.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve alteração significativa na forma de condução de nossos negócios.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, tendo em vista que não celebramos contratos com nossas controladas não relacionados às nossas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes relacionadas a esta Seção.